



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE (PPGPC)

MARLYENE FERREIRA BATISTA

O lar (in)existente:
análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e
adolescentes

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Marlyene Ferreira Batista

3. Título do trabalho

O lar (in)existente: análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Rosane Costa Badan, Professor do Magistério Superior**, em 10/06/2021, às 07:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLYENE FERREIRA BATISTA, Discente**, em 11/06/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2118379** e o código CRC **6CDA58E1**.

MARLYENE FERREIRA BATISTA

O lar (in)existente:
análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e
adolescentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Projeto e Cidade.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica.

Linha de pesquisa: História e teoria da arquitetura e da cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Costa Badan

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Batista, Marlyene Ferreira

O lar (in)existente [manuscrito] : análise de edifícios de
acolhimento institucional para crianças e adolescentes / Marlyene
Ferreira Batista. - 2021.

211 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Rosane Costa Badan.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. Serviço de acolhimento. 2. Crianças e adolescentes. 3. Abrigo
institucional. 4. Acolher. 5. Lar. I. Badan, Rosane Costa, orient. II.
Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 06/2021 da sessão de Defesa de Dissertação de **Marlyene Ferreira Batista**, que confere o título de Mestre(a) em **Projeto e Cidade**, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Ao/s **vinete e oito de maio de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **quatorze horas e trinta minutos**, através de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“O lar (in)existente: análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e adolescentes”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Rosane Costa Badan (FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Anelizabeth Alves Teixeira (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Adriana Mara Vaz de Oliveira (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Rosane Costa Badan**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinete e oito de maio de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rosane Costa Badan, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2021, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mara Vaz De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2021, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anelizabeth Alves Teixeira, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2096025** e o código CRC **650A92A1**.

Dedico esta pesquisa a todas as crianças e os adolescentes, que se encontram em serviços de acolhimento, e aos adultos de hoje, que algum dia passaram por essa experiência. Dedico à esperança de um dia esses espaços acolherem como um lar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu fé, persistência e fez-me acreditar que era possível, mesmo nas horas em que a dificuldade parecia ser maior ao ponto de que nada daria certo. Bastava uma oração para a solução vir e acalmar o meu coração.

Agradeço aos meus pais, Marlyvaldo e Alessandra, que me ajudaram de forma inenarrável. Além disso, apostaram nos meus sonhos, acreditaram e dedicaram o seu máximo para ajudar-me de todas as formas possíveis. Minha eterna gratidão e amor a vocês.

Agradeço ao meu esposo, Vinícius, que segurou a minha mão em todos os momentos, até naqueles dias em que eu estava estressada. Foi compreensivo nas minhas horas de ausência e, por vezes, desdobrava-se para deixar-me produzindo a dissertação. Obrigada, amor!

Agradeço ao meu filho, que sempre foi ponto-chave para o interesse em um tema que envolve crianças e adolescentes. Com o seu amor, presenteia-me diariamente.

Agradeço à minha irmã, Bruna Dayane, que também compreendia a minha ausência em nossa loja. Ajudava-me quando eu dizia não dar conta e ouvia as minhas angústias. Agradeço igualmente ao meu cunhado, Bruno, que sempre esteve presente junto ao meu filho, o que me dava tempo para escrever ou ler.

Muitíssimo obrigada à minha orientadora, Profa. Dra. Rosane Costa Badan. Como digo com recorrência a ela, não sei o que seria da minha pesquisa se não a tivesse encontrado e se ela não tivesse aceito ser a minha orientadora. A disciplina por ela ministrada, *Cultura do habitar: design e sensorialidade*, trouxe clareza às minhas ideias, fez-me ter certeza do caminho que eu devia percorrer com a dissertação e apaixonar-me pelos temas trabalhados. O conhecimento amplo que ela exterioriza e a paixão pelo que faz contagiam os seus alunos. Além disso, possui um brilhantismo profissional, pois está sempre pronta a responder todas as dúvidas de forma clara e coesa. É uma honra ter tido a oportunidade de conhecê-la, de ter sido sua aluna e orientanda. Que tenhamos mais doutores que amam ensinar e cumprem tão bem o seu papel! Deixo registrado meu reconhecimento, agradecimento e gratidão pelo seu trabalho.

Agradeço à minha prima, Gabriela, que se prontificou e concedeu apoio emocional em muitas horas, assim como o meu irmão de consideração, Itallo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás pela oportunidade e empenho de todo o corpo docente, como também agradeço aos

colegas de turma, que, de alguma forma, participaram da minha pesquisa e caminhada, em especial Pedro D'Ávila, Jackeline Ferreira e Matheus André.

Agradeço à Profa. Dra. Anelizabeth Teixeira, a quem me direciono carinhosamente como Aninha, que foi a responsável pelo meu envolvimento e vontade de seguir a área acadêmica ao orientar o meu trabalho de conclusão do curso de graduação, em 2017. Foram as suas palavras de incentivo que despertaram em mim a vontade de cursar o mestrado. Sua postura amiga, preocupada, sempre me enviando mensagens para saber como estão as coisas ou se estou precisando de ajuda. Uma arquiteta, professora e mulher maravilhosa, um espelho para mim e, com certeza, para muitas alunas que passaram por sua vida. Muito obrigada!

Agradeço também aos professores que, de alguma forma, colaboraram com a minha caminhada, em especial, à Profa. Dra. Adriana Mara Vaz e à Profa. Dra. Christine Ramos Mahler, as quais realizaram participações significativas durante o mestrado com as disciplinas de seminário avançado e com as suas contribuições nas conversas que tive a oportunidade de partilhar.

Agradeço a toda a equipe da UNAC I, que abriu as portas à minha pesquisa, deixou-me à vontade e confiou na minha investigação. Agradeço, de forma respeitosa, à responsável por essa entidade, que, infelizmente, não posso divulgar o nome por causa de sua participação na pesquisa. Desde o primeiro telefonema, ela se demonstrou acolhedora ao meu projeto, acreditou e possibilitou que ele se concretizasse mediante a sua busca pela autorização do Termo de Anuência da instituição. Muito obrigada! Agradeço muito aos adolescentes que foram queridos e solícitos, colaborando com o fomento da pesquisa dos serviços de acolhimento.

Espero poder construir uma caminhada brilhante, como a das professoras, que aqui mencionei, e a dos demais professores que tive a oportunidade de conhecer.

“– Escolha uma cor para representar [o abrigo institucional] que está morando?

– Verde.

– Por que?

– Porque todo mundo aqui tem esperança de alguma coisa.”

(Falas da entrevista entre a autora e o acolhido Eliseu, de 13 anos).

RESUMO

A assistência ao menor em situação de risco e/ou vulnerabilidade passou por um grande percurso até chegar ao sistema de serviço de acolhimento, o qual se estabelece nos dias atuais. Foram séculos de lutas e movimentos para que, aos poucos, fossem criadas leis que exigissem a melhoria do amparo a esses menores. As crianças e os adolescentes, que transitam pelo serviço de acolhimento, vivenciaram experiências negativas, junto a traumas vividos, e, sem opção, mudam de suas casas para uma entidade de acolhimento. Um lar concretizado pode suprir parte de um déficit psicossocial. Ao considerar a importância dessa concretização, a dissertação possui como grande tema a (in)existência do lar dentro do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. A presente pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, tem como objetivo demonstrar o valor da arquitetura dentro dos abrigos institucionais e casas-lares, bem como responder às seguintes questões: a arquitetura pode contribuir para a significação de lar? Como ela influencia no serviço de acolhimento? Para tanto, utilizou-se, à investigação, de aspectos indissociáveis à significação de lar na moradia: habitar, territorialidade e identidade em espaços, domesticidade e cotidiano banal e, conseqüentemente, com a memória positiva como símbolo de afetividade a um lugar. Com esses aspectos concretizados, o morador poderá sentir-se pertencente e habitante, transformando uma casa, um espaço, em lugar, em um lar. No que concerne à metodologia, recorreu-se a revisões bibliográficas; análise da trajetória do serviço de acolhimento às crianças e aos adolescentes em situações de risco e/ou vulnerabilidade; documentos primários; visitas *in loco* a um abrigo institucional; fotografias da entidade adquiridas *in loco*; obtenção de desenhos por meio de grupo focal com acolhidos; dinâmicas de imagem e palavra, além de entrevistas realizadas com os acolhidos e os funcionários. Com os resultados adquiridos após a aplicação dos procedimentos metodológicos, pôde ser realizada uma interposição, durante toda a pesquisa, de referências bibliográficas com os materiais obtidos nas dinâmicas e nas entrevistas. Em alguns capítulos específicos, foi realizada a leitura dos desenhos, a partir de análises da própria autora, baseada no contexto presenciado nas visitas *in loco* e na bagagem de referencial teórico. Como consideração final, tem-se apenas alguns constituintes do lar materializados em superfícies. Assim não foram encontrados ambientes que convidem os acolhidos a apropriarem-se do espaço ou materializarem a sua identidade, de modo que os moradores não conseguem transmitir a imagem que desejam do espaço em que vivem. Além disso, percebe-se que uma grande defasagem na construção do lar é a provisoriedade

constante, que muito dificulta o pertencimento. Este estudo e a postura participativa de outras pesquisas e da sociedade à abertura de caminhos a um atendimento individualizado e afável, no qual os usuários se identifiquem com o espaço habitado, contribuirão para que consigam construir ali uma significação de lar.

Palavras-chave: Serviço de acolhimento. Crianças e adolescentes. Abrigo institucional. Acolher. Lar.

ABSTRACT

The assistance to minors in situations of risk and/or vulnerability has gone a long way until reaching the care service system established nowadays. There were centuries of struggles and movements so that, gradually, laws that demanded the improvement of the protection of these minors were created. Children and adolescents, who pass through the care service system, experienced negative experiences, along with traumas, and, without option, move from their homes to an institutional home. A concrete home can cover part of a psychosocial deficit. Thus, considering the importance of this concrete home, the main theme of the dissertation is the (non) existence of the home within the care service system for children and adolescents. This research, approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Goiás, aims to demonstrate the value of architecture within institutional homes, as well as to answer the following questions: can architecture contribute to the meaning of home? How does it influence the care service system? With these aspects being implemented, the resident could be able to feel as belonging and inhabitant as the house, the space, is transformed in a place, a home. For this purpose, research was used, from aspects inseparable from the meaning of home: habitation, territoriality and identity in spaces, domesticity and common everyday life and, consequently, with positive memory as a symbol of affection for a place. Regarding the methodology, were used bibliographic reviews; analysis of the trajectory of the care service for children and adolescents in situations of risk and/or vulnerability; primary documents; on-site visits to an institutional home; photographs of the institutions acquired on-site; obtaining drawings through a focus group with children and adolescents living in institutional homes; image and word dynamics, as well as interviews with the children and the employees. With the results obtained after the application of the methodological procedures, it was possible to interpose, throughout the research, bibliographical references with the materials obtained in the dynamics and in the interviews. In some chapters, based on the author's own analysis and based on the context witnessed in the on-site visits and on the theoretical background, the drawings were interpreted. As a final consideration, there are only a few constituents of the home materialized in surfaces. Thus, no environments were found that invite the hosted to appropriate the space or materialize their identity, so that residents are unable to convey the image they want of the space in which they live. In addition, it is clear that a major gap in the construction of the home is the presence of a temporary nature, which makes belonging very difficult. It is expected that his study and the participative posture of

other researches and society to open paths to an individualized and friendly service, in which users identify with the inhabited space, will contribute to building a meaning of home there.

Keywords: Childhood assistance. Children and adolescents. Institutional home. Care. Home.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Equipamentos públicos próximos à UNAC I	54
Figura 2 – Praça próxima à UNAC I	54
Figura 3 – Quarto de 11,01 m².....	56
Figura 4 – Quarto de 15,05m².....	56
Figura 5 – Sala de estar da UNAC I	57
Figura 6 – Degrau de acesso ao hall que antecede a sala de estar	57
Figura 7 – Entrada para o espaço destinado aos funcionários	58
Figura 8 – Espaço destinado ao corpo técnico e administrativo	58
Figura 9 – Sala da equipe administrativa	59
Figura 10 – Mesa para atendimento dos acolhidos (atrás das caixas) e janela de um dos quartos dos acolhidos	59
Figura 11 – Figuras dispostas sobre mesas para aplicação da <i>Dinâmica de Imagens e Palavras</i>	75
Figura 12 – Foto escolhida por dois adolescentes para o grupo de imagens que os fazem lembrar-se de onde estavam morando no momento da realização da dinâmica.....	77
Figura 13 – Iluminação do quarto maior.....	78
Figura 14 – Iluminação do quarto menor.....	78
Figura 15 – Vista do quarto menor, ocupado por Éden: iluminação natural indireta.....	78
Figura 16 – “Jardim projetado por Gilberto Elkis”.....	79
Figura 17 – Refeitório com presença de área verde e cores que transmitem frescor	79
Figura 18 – Refeitório. Foto escolhida por Leonardo para representar como gostaria que a entidade fosse	80
Figura 19 – Mesa na cozinha onde seria o local para as refeições	81
Figura 20 – Uma das imagens escolhidas por Eliseu para representar como gostaria que a entidade fosse	81
Figura 21 – Imagem escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os recordam a entidade	82
Figura 22 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os recordam a entidade	83
Figura 23 – Foto do banheiro da UNAC I.....	83

Figura 24 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens de como queriam que a entidade fosse	84
Figura 25 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os fazem recordar a entidade	85
Figura 26 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os fazem recordar a entidade	85
Figura 27 – Presença de beliche em aço	85
Figura 28 – Beliches deterioradas e paredes sujas.....	85
Figura 29 – Imagem de quarto escolhida por três participantes para representar como gostariam que fosse a entidade que estavam morando	86
Figura 30 – Foto de jardim florido escolhida pelos acolhidos Dimas e Leonardo para representar seus desejos	87
Figura 31 – Expressão de territorialidade e de identidade feita por outros acolhidos dentro do armário	89
Figura 32 – Pichação realizada por outros acolhidos na porta do armário	89
Figura 33 – Escritas e desenhos na porta de entrada do quarto.....	90
Figura 34 – Quadro colocado na sala pela entidade e árvore de sonhos feita pelos acolhidos	91
Figura 35 – Sala de TV onde os adolescentes disputam o espaço no sofá.....	96
Figura 36 – Quarto que Leonardo ocupa.....	98
Figura 37 – Ausência da materialização da identidade no quarto que Leonardo ocupa.....	98
Figura 38 – Malas espalhadas pelo chão no dia em que Dimas e Eliseu vão passar o final de semana com a família.....	100
Figura 39 – Cama de Dimas à esquerda e cama inferior da beliche de Eliseu.....	101
Figura 40 – Armário de Eliseu à esquerda e de Dimas à direita	101
Figura 41 – Armário de Éden com a toalha sobre a porta e a cama que ocupa com o carregador do celular disposto sobre ela	102
Figura 42 – Armário de Dimas com objeto significativo.....	103
Figura 43 – Cama de Dimas com objetos que demarcam territorialidade	103
Figura 44 – Cama de Dimas com destaque para a caminhonete amarela com moedas.....	104
Figura 45 – Mesa situada na cozinha sem cadeiras suficientes e não disposta de maneira que caibam todos os acolhidos.....	108
Figura 46 – Banco que os moradores costumam comer, jogar ou estudar.....	108
Figura 47 – Caixa térmica com a janta dos acolhidos.....	112
Figura 48 – Alimentos por porções enviadas em sacos	112

Figura 49 – Lanches dos acolhidos.....	112
Figura 50 – Área de serviço com roupas de um dos acolhidos	112
Figura 51 – Quarto em que o acolhido possui privacidade e intimidade, mas não materializa sua identidade e não demarca, materialmente, territorialidade	113
Figura 52 – Cama de Eliseu com cobertas dispostas	117
Figura 53 – Cama de Éden com cobertas dispostas de forma a aninhar-se	117
Figura 54 – Cama de Eliseu com cobertas dispostas	118
Figura 55 – <i>Fotografia da Memória</i> por Dimas, de 11 anos.....	123
Figura 56 – <i>Fotografia da Memória</i> por Eliseu, de 13 anos	124
Figura 57 – <i>Fotografia da Memória</i> por Éden, de 16 anos.....	125
Figura 58 – <i>Fotografia da Memória</i> por Leonardo, de 15 anos.....	126
Figura 59 – Sala de estar com vista da lareira <i>da Emil Bach House</i> , construída em 1915	131
Figura 60 – Planta do local e do primeiro andar da Emil Bach House	132
Figura 61 – <i>O abrigo</i> (projetado por Oscar Niemeyer)	133
Figura 62 – Desenho “casa” (morador Dimas).....	143
Figura 63 – Desenho "casa" (morador Eliseu)	145
Figura 64 – Desenho "casa" (morador Eliseu) com intervenção da autora.....	145
Figura 65 – Figura geométrica que se remete à humana, desenhada por Eliseu na “casa”, com destaque rosa feito pela autora.....	146
Figura 66 – Figura geométrica que remete à humana, desenhada por Eliseu na <i>Fotografia da Memória</i> , com destaque rosa feito pela autora.....	146
Figura 67 – Desenho "casa" (morador Éden)	148
Figura 68 – Vista da praça próxima à Unac I.....	149
Figura 69 – Quadra localizada na praça onde Éden gosta de ir.....	150
Figura 70 – Traços do som, que parecem dançar no espaço (destacados em vermelho pela autora)	151
Figura 71 – Desenho "casa"(morador Leonardo)	152
Figura 72 – Janelas da sala que proporcionam contato visual com a rua	153
Figura 73 – Rampa de acesso à edificação.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de serviços de acolhimento em Taguatinga e suas respectivas características para critério de seleção	48
Quadro 2 – Lista de serviços de acolhimento governamentais para crianças e adolescentes no Distrito Federal e suas respectivas características do critério de seleção	50
Quadro 3 – Ambientes mínimos que as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) sugerem <i>versus</i> ambientes que existem na UNAC I	55
Quadro 4 – Principais motivos de acolhimento nos anos de 2011 e 2020	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Jovens acima de 18 anos no sistema de acolhimento	63
Gráfico 2 – Faixa etária acolhida nos serviços de acolhimento do Brasil entre os meses de maio e julho	64
Gráfico 3 – Faixa etária acolhida na Região Centro-Oeste entre os meses de maio e julho de 2020.....	64
Gráfico 4 – Motivos de ingresso em abrigos relacionados à pobreza.....	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRIRE	Abrigo Reencontro
ACEDEVIDA	Associação de Cristãos Evangélicos em Defesa da Vida
AMPARE	Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais
ASCEP	Associação de Serviço à Criança Especial de Goiânia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEVAM	Centro de Valorização da Mulher
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NBR	Norma Brasileira
NECA	Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente
ONG	Organização não governamental
PNBM	Política do Bem-Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TJGO	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNAC	Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
CAPÍTULO 1 – AS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	47
1.1 A seleção no Distrito Federal e a entidade selecionada	47
1.2 As normativas para os espaços físicos <i>versus</i> a realidade na entidade selecionada...	53
CAPÍTULO 2 – A IDENTIDADE DO MORADOR E O SIGNIFICADO DO HABITAR	60
2.1 O perfil das crianças e dos adolescentes	62
2.2 Entre o sonho e a realidade	74
2.2.1 Territorialidade e identidade nos espaços	87
2.2.2 O cotidiano banal e a domesticidade	104
2.2.3 A relação memória e a afetividade ao lugar	118
CAPÍTULO 3 – O EDIFÍCIO ENQUANTO LUGAR: CASA OU LAR?	128
3.1 Abrigo é lar?	128
3.2 A casa desenhada	143
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A	182
APÊNDICE B.....	183
APÊNDICE C	185
APÊNDICE D	187

APÊNDICE E.....	193
APÊNDICE F	194
APÊNDICE G	196
APÊNDICE H	200
APÊNDICE I	204
ANEXO A	207

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com a Lei nº 8.069, de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹, todo menor tem direito “à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”². Além desses direitos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especificamente no Artigo 6º, garante moradia a qualquer cidadão brasileiro. Todavia, há, no mundo, aproximadamente, 150 milhões de crianças em situação de rua³, quantitativo esse que aumenta se acrescidos os adolescentes que vivem nessa condição. No Brasil, isso não é diferente⁴.

Conforme atesta o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), entre os anos de 2010 e 2019, foram registradas 346.179 guias de acolhimento e 295.506 guias de desligamento de crianças acolhidas. Os números revelaram que, até o momento da coleta daqueles dados, existia, no Brasil, um total de 50.673 menores em situação de acolhimento institucional⁵. Tais números expressam a importância que as unidades de acolhimento representam às crianças brasileiras em categoria de risco e/ou vulnerabilidade. Em outras palavras, crianças que tiveram algum de seus direitos “ameaçados ou violados”⁶ por terceiros – o que inclui o Estado – ou mesmo por suas próprias atitudes.

As instituições que fornecem serviços de acolhimento de permanência às crianças e aos adolescentes⁷ são intituladas, pelo Artigo 101 do ECA, como medidas de proteção. Eis a razão à qual uma das providências necessárias à proteção de crianças ou de adolescentes, que se encontram em categoria de risco e/ou vulnerabilidade, é o acolhimento institucional. Além de proteção e abrigo, pode significar para esses menores a oportunidade de encontrarem uma nova família, carinho, zelo e cuidados, elementos essenciais para o desenvolvimento infanto-juvenil.

¹ Lei promulgada em 13 de julho de 1990 e sancionada pelo então presidente Fernando Collor.

² Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

³ NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2015.

⁴ No Censo de 2010, citado pela revista *Gazeta do Povo* (2011), existiam 23.973 crianças em situação de rua.

⁵ Dados levantados, pela autora, no dia 16 de outubro de 2019.

⁶ Artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera, como criança, o indivíduo com a faixa etária de 0 a 12 anos incompletos, enquanto o adolescente é o indivíduo de 12 anos completos a 18 anos. Isso se aplica igualmente para ambos os sexos, ou seja, meninos e meninas.

No Brasil, em um contexto histórico-cultural, o modo de se tratar as crianças enjeitadas⁸ adveio de Portugal. O artigo *Sexualidade e casamento na colonização portuguesa no Brasil* (1986), de Ângela Almeida, e o filme *Desmundo* (2003), de Fresnot, demonstram que, no passado, como forma de salvação, eram enviadas mocinhas órfãs portuguesas à colônia para que se casassem com homens brancos. Quando se observa algumas cartas enviadas por padres à Coroa Portuguesa, as mulheres de pele negra serviam apenas para relações extramatrimoniais, mas não para o casamento. É o que se lê na missiva do padre Leonardo Nunes, escrita em junho de 1551, a qual diz “apartaram-se muitos homens de pecados públicos em que estavam, posto que há muitos endurecidos. Alguns dos que estavam amancebados com índias” (MINDLIN, 1931, p. 65-66).

Nesse período teocêntrico, os portugueses colonizadores começaram a catequizar os índios de sua colônia, principalmente as crianças. Como não conseguiam compreender a linguagem indígena, traziam órfãos portugueses para que aprendessem a língua nativa e contribuíssem para a catequização (NECA, 2006). Tais fatos atestam o princípio de uma prática que vai perdurar até os dias atuais, isto é, a falta de autonomia da maioria das crianças órfãs sobre a própria vida.

Ainda no período colonial, as Câmaras Municipais possuíam a tarefa de administrar as cidades e os vilarejos e, por ordenação da Coroa Portuguesa, tinham também de cuidar das crianças que estavam abandonadas no meio de lixos, das florestas ou nas ruas (NECA, 2006). A responsabilidade era dos municípios, entretanto ocorria grande descaso por parte da administração pública com esses menores, haja vista que nunca fora criada uma instituição para ampará-los. Desse modo, um número significativo de crianças morria, sendo elas, muitas vezes, comidas por animais (MARCÍLIO, 1997).

A fim de evitar motivações para o infanticídio, para a condenação das almas por meio de mortes das crianças não batizadas e para o abandono de crianças em lugares ermos, o que causava as matanças, o então “governador-mor da Bahia, Dom João de Lencastre (1694-1702), e, mais tarde, o vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses”⁹, incentivaram a inserção da roda dos expostos no século XVII. Desse modo, devido a tais fatos e ao descaso por parte da câmara, no ano de 1726, “o arcebispo de Salvador e o vice-rei” solicitaram que a “Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia”¹⁰ autorizasse o começo da roda dos expostos nas misericórdias (MARCÍLIO, 1998).

⁸ No Brasil Colônia, as crianças, rejeitadas pela família, eram nomeadas como crianças enjeitadas.

⁹ Marcílio, 1998, p. 147.

¹⁰ *ibidem*, p. 148.

Uma Santa Casa era formada por confrarias, que são associações religiosas constituídas por leigos católicos. Ao que parece, desde o surgimento das primeiras instituições, o catolicismo e a caridade religiosa amparavam crianças e adolescentes enjeitados, já que tais instituições eram mantidas por doações. É o que constata Marcílio (1997, p. 65) ao afirmar que “homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam, em seus testamentos, legados e esmolas para a Misericórdia, muitos designando-os expressamente para a ajuda na criação dos expostos [...]”.

É válido destacar que vários autores¹¹ informam o surgimento oficial no Brasil, em 1726, da primeira instituição destinada a amparar os menores abandonados: a Santa Casa de Misericórdia de Salvador, que teve como modelo a Santa Casa de Lisboa¹². A princípio, a roda instalada no hospital da misericórdia recebia os expostos juntamente aos doentes. Somente após 118 anos, em 1844, inaugurou-se a Casa da Roda, porém suas condições eram inóspitas, e os ambientes possuíam luz e ventilação insuficientes.

Ao suceder a Misericórdia de Salvador, conceberam-se outras duas Santas Casas acompanhadas por rodas dos expostos: a Santa Casa do Rio de Janeiro (1738) e a Santa Casa de Misericórdia do Recife (1789) (MARCÍLIO, 1997). Os dados históricos indicam que, provavelmente, essas foram as primeiras instituições brasileiras de amparo infantil. Ao fim do período colonial brasileiro, existiam 21 Casas de Misericórdia (MARCÍLIO, 1998).

A roda dos expostos foi usada para várias finalidades¹³. Esse dispositivo tinha o formato de um cilindro cortado à metade que, por sua vez, era dividido em quatro partes. Com cerca de 50 cm de diâmetro, era colocado na parede frontal dessas instituições religiosas. Tinha a finalidade de receber a criança que estava sendo abandonada, ao mesmo tempo em que resguardava a identidade de quem a abandonou. Tal prática foi resultante do grande número de crianças rechaçadas, muitas por serem advindas de adultérios ou filhas de mães solteiras que, em tal época, não eram aceitas pela sociedade; ademais, outro motivo era a pobreza muito comum em razão do sistema administrativo implantado, o qual favorecia a concentração de riqueza” (MARCÍLIO, 1998).

A maioria das crianças depositadas nas rodas, ao chegar às Santas Casas, era encaminhada à residência de uma ama de leite, onde costumava ficar até os três anos de idade.

¹¹ Ver em Marcilio (1997) e Galheigo (2003).

¹² Em Portugal, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa existe desde o dia 15 de agosto de 1498 (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2018).

¹³ “A origem desses cilindros rotatórios de madeira vinha dos átrios ou vestibulos de mosteiros e de conventos medievais, usados então como meio de se enviar objetos, alimentos e mensagens aos seus residentes. Rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que internos vissem quem as deixara. A finalidade era a de se evitar todo contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes a vida contemplativa escolhida” (MARCÍLIO, 1997, p. 55).

A ama era remunerada durante o tempo em que abrigava o enjeitado, podendo receber um estipêndio até os 12 anos de idade da criança. Após essa idade, essas mulheres poderiam tê-la como empregada, pagando por seus serviços ou dando-lhe apenas comida e abrigo. Todavia, a maior parte das amas não continuava com as crianças após o período de remuneração, e os enjeitados não conseguiam voltar às Santas Casas. Por esses motivos, os desertados, que conseguiam alcançar a vida adulta, eram jogados nas ruas ou acabavam por se prostituir (MARCÍLIO, 1997).

Não só as amas de leite podiam criar expostos em troca de serviço. Muitas pessoas, a maioria com situação financeira desfavorável, enxergavam nos expostos a oportunidade de ter escravos de uma forma mais barata. Por outro lado, existiam, também, famílias que criavam as crianças graças a uma prática enraizada na época: a da caridade religiosa. Assim, quando uma criança era abandonada à porta de sua casa, alguns residentes sentiam-se na obrigação de criá-la. Dito isso, vale assinalar que os expostos criados nessas condições não eram oficialmente ou judicialmente reconhecidos como filhos; por consequência, por não possuírem nenhum direito legal, tornavam-se uma opção barata de trabalho escravo (MARCÍLIO, 1998).

Em linhas gerais, a roda foi uma alternativa ao abandono de crianças e às inevitáveis mortes, mas não uma solução verdadeiramente eficaz. Os bebês abandonados dependiam de amas de leite, o que facilitava a proliferação de doenças entre eles por conta da ausência da pasteurização, colaborando, assim, a um elevado número de óbitos (RIZZINI; RIZZINI, 2004)¹⁴.

Esses menores expostos nas rodas ou abandonados em portas de residências portavam uma ausência de passado, pois não sabiam quem eram seus parentes biológicos. Poucos recebiam alguma informação de si mesmos por levar consigo algumas mensagens ou objetos. As mensagens, geralmente escritas em um pedaço de papel, costumavam informar o objeto que estavam trazendo, a data de nascimento ou o nome de um dos pais. Aqueles que carregavam um objeto dual¹⁵, como meio de identificação, tinham a parca possibilidade de um dia serem recuperados por quem os abandonara (MARCÍLIO, 1997).

¹⁴ “A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 23). “[...] a escrava como portadora de doenças, principalmente venéreas; condição que faz do leite um agente transmissor” (MACHADO *et al.*, 1978, p. 356).

¹⁵ Objetos duais eram itens deixados junto ao bebê que possuíam uma metade ou um par idêntico sob posse de quem o abandonou. Carta de jogo, medalha, gravura e fotografia partidas ao meio; meias e fitas são exemplos de objetos duais que foram registrados em bilhetes disponibilizados por Brandão e Oliveira no livro *Os Expostos da Roda* (2001).

A documentação organizada por Brandão e Oliveira no livro *Os expostos da roda* (2001) e por D’Almeida e D’Almeida no artigo *A exposição de crianças na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1858 a 1878 – motivos, doenças e perspectivas* (2018) evidencia que a forma como tais bilhetes eram escritos demonstrava preocupações comuns às pessoas que abandonavam crianças, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Esses bilhetes podiam ser considerados “práticas de identidade” e de “construção de memória”, todavia, mesmo com a intenção de preencher esse vazio identitário, a maneira como essas crianças eram acolhidas gerava uma lacuna na história do seu “eu” (SÁ, 2001, p. 9). Os autores supracitados ainda afirmam que era comum escrever nos bilhetes se o enjeitado tinha alguma doença, os motivos do abandono e se a criança tinha sido ou não batizada. Aliás, acreditava-se que, se o exposto viesse a falecer sem o batismo, iria para uma espécie de inferno para crianças, por isso a importância desse sacramento considerado uma salvação espiritual (MARCÍLIO, 1998).

Em se tratando das políticas de assistência à infância brasileira, em consonância com Perez e Passone (2010), essas se iniciaram após a Independência do Brasil (1822), com o Código Criminal do Império (1830)¹⁶, e atualmente contabilizam 190 anos de história¹⁷. O Código Criminal tinha como intuito promulgar as penas de atos infracionais. Em relação às crianças e aos adolescentes, de acordo com o Artigo 13, a lei colocava o menor sob poder do Estado: “Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos” (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, Art. 13).

Conforme destaca Saraiva (2013), o Código Criminal do Império permitia a aplicação das leis para os menores acima de 14 anos e de uma “imputabilidade penal” para as crianças com idade entre 7 e 14 anos. Isso significa que, se um menor cometesse crimes nessa faixa etária, teria sua saúde mental avaliada, e, caso fosse considerado um ato consciente, a criança poderia ser penalizada (JUSBASIL, 2017). Não obstante, a punição era dada de forma parcial, pois o menor era enviado a uma casa de correção, onde podia permanecer até os 17 anos de idade (SARAIVA, 2013). É importante enfatizar que não existiam instituições diferentes para menores infratores em relação aos que se encontravam abandonados. Essa situação mudaria apenas com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (SILVA, 2012).

¹⁶ Lei 16 de dezembro de 1830.

¹⁷ A considerar o ano de 2020.

Com a Lei do Ventre Livre (1871)¹⁸, os filhos de escravas tornavam-se livres, mas, ao mesmo tempo, a lei fomentava a institucionalização e a escravidão porque as crianças ficavam sob o poder dos donos de suas mães até oito anos de idade. Após essa idade, o destino do rebento era entregue a duas possíveis direções, cuja escolha era feita pelos proprietários das escravas-mães: a de ser um menor livre institucionalizado ou a de ser um menor escravizado. Os senhores das mães podiam optar entre passar o poder do menor de oito anos ao Estado, que, por sua vez, pagar-lhe-ia um ressarcimento, enviando a criança a uma instituição, ou manter o menor até a idade de 21 anos, prestando serviços ao proprietário de sua mãe (SARAIVA, 2013).

Marechal Deodoro da Fonseca, líder do movimento que pôs fim à monarquia, no dia 15 de novembro de 1889 proclamou o início da fase republicana no Brasil. Em 1890, o Código Penal da República (1890)¹⁹ foi criado, o qual manteve a idade de 14 anos para punição plena, contudo alterou a faixa etária impunível para menores de nove anos de idade. Era no intervalo entre 9 e 14 anos que se aplicava a análise de discernimento, porém, se punido, o menor seria enviado a institutos disciplinares, podendo nela permanecer até os 21 anos de idade (SILVA, 2012).

As leis do Código Criminal do Império, da Lei do Ventre Livre (1871) e do Código Penal da República (1890) integraram uma fase “de caráter penal indiferenciado”, pois, durante esse período, os menores eram julgados de maneira muito parecida aos adultos. (SARAIVA, 2013, p. 14).

O século XIX foi marcado por grandes transformações que culminaram no aumento populacional urbano. Entre os anos de 1760 a 1870, ocorria no mundo a Primeira Revolução Industrial (1760 a 1850) continuada pela Segunda Revolução Industrial (1850 a 1870), as quais colaboravam com o aumento do êxodo rural. Em meio ao crescimento populacional, no Brasil, tiveram início – principalmente em suas cidades litorâneas – duas grandes pandemias que cooperariam para a elevação do número de órfãos: a febre amarela (1849) e a cólera (1855). No decorrer dessa crise, a política social começou a se indagar sobre a situação dos menores que estavam jogados nas ruas (MARCÍLIO, 1998).

Dentro da conjuntura mencionada, o que inclui a instabilidade das cidades, o índice de mortalidade das rodas dos expostos, a ausência de história e a incerteza de um futuro

¹⁸ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

¹⁹ Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

encetaram-se à criação de instituições filantrópicas²⁰ baseadas num contexto social, político e científico. Foi assim que, em 1855, despontar-se-ia o primeiro Programa Nacional de Políticas Públicas promovido pelos governadores das províncias, o qual daria início à primeira fase de instauração de assistências filantrópicas no Brasil (MARCÍLIO, 1998).

Promovido pelos governadores, o Programa Nacional de Políticas Públicas deu origem a vários asilos, quais são: o Asilo Santa Leopoldina (1854), em Recife; o Asilo de Órfãs Desvalidas (1855), em Santa Catarina; o Asilo Coração de Maria (1855), no Rio Grande; o Imperial Asilo Nossa Senhora da Conceição (1855), em Pelotas; o Colégio de Santa Teresa (1857)²¹, em Porto Alegre; o Colégio dos Órfãos (1855), em Recife; o Colégio das Órfãs (1855), também em Recife; o Asilo de Santa Teresa (1855), no Maranhão; o Colégio dos Educandos Menores (1856), no Ceará, e a Casa dos Educandos Artífices (1856), em Manaus. Pode-se observar que, quase sempre, os nomes dos asilos carregavam um personagem do catolicismo, demonstrando que as instituições eram regidas por uma educação religiosa (MARCÍLIO, 1998).

Das instituições citadas, apenas duas abrigavam meninos e meninas e forneciam-lhes formações diferentes, as demais recebiam apenas um dos sexos. A propósito, as instituições destinadas ao sexo masculino sequer possuíam o título de asilo; ao invés disso, eram denominados “colégio” e “casa dos educandos”. De uma parte, dos asilos destinados às meninas, apesar de receberem ensino primário com a possibilidade de outros ensinamentos, como música e línguas, o foco era formar boas moças e futuras mães de família para o casamento. As órfãs aprendiam costura, produção de artesanatos e atividades domésticas cotidianas, como cozinhar, lavar e passar roupas. Alguns asilos utilizavam da produção dos artefatos das moças para arcar com o dote do casamento. Por outra parte, nos recolhimentos destinados ao sexo masculino, os meninos eram ocupados “quase o dia todo nas oficinas, em trabalhos de chapelaria com bombonaça²² ou aprendendo outros ofícios”, além das atividades da educação primária, musicalização e atividades agrícolas. Dessa maneira, as instituições formavam novos empregados para o mercado de trabalho artesanal e boas moças para serem mães e donas de casa (MARCÍLIO, 1998, p. 205-208).

O início das ideias higienistas e das mudanças jurídicas propagadas na década de 1870 apontou para o fim das instituições caritativas destinadas às crianças e aos adolescentes

²⁰As ações caritativas eram quando as pessoas ajudavam os mais necessitados, esperando um status de bondade e a salvação da alma. A filantropia é a ajuda ao próximo por amor, sem esperar algo em troca, pensando no melhor para o próximo.

²¹ Apesar da denominação colégio, atuava como uma casa para órfãs desvalidas (MARCÍLIO, 1998).

²² Bombanaça é uma planta com o nome científico *Carludovica palmata*.

(a saber, “a roda de expostos, os recolhimentos de meninas e os seminários para os meninos”), em prol de uma segunda fase de ideais filantrópicos (MARCÍLIO, 1998, p. 195). Os médicos e estudiosos do âmbito jurídico julgavam de forma negativa as instituições existentes no Brasil, dado que os menores conviviam numa institucionalização de modo asilar com a insalubridade de edifícios mal iluminados e ventilados, tudo em meio à imundice. Além disso, eram submetidos a uma religiosidade imposta e a uma tentativa educacional que adotava severos castigos físicos e desgastes mentais. Enfim, as assistências física e psicológica eram precárias aos abrigados (MARCÍLIO, 1998).

Como dito, o movimento de extinção da roda foi fundamentado pelo princípio da puericultura que se difundia na época, movimento esse apoiado primeiramente pelos médicos higienistas e seguido por juristas (RIZZINI; RIZZINI, 2004), além de escritores (MACEDO, 1869)²³. Moncorvo Filho, um importante médico na luta de proteção à infância, atribuía “a elevada mortalidade infantil nas rodas a condições que variavam desde sua instalação em prédios considerados velhos ou em becos insalubres até a suposta falta de zelo das administrações” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 213).

Os ideais filantrópicos acreditavam que as crianças desamparadas e as retiradas de famílias incapacitadas em criá-las receberiam uma educação transformadora nas instituições, saindo prontas para viverem em sociedade (MARCÍLIO, 1998, p. 207). Todavia eram apenas expectativas, pois, na realidade, a filantropia visava “domestica[r] e controla[r] as ‘classes perigosas’”. A proposta era: assistir para prevenir” (MARCÍLIO, 1998, p. 208). Foi exatamente isso que o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927²⁴, conhecido como o primeiro Código de Menores (1927) criado no contexto Brasil República, instaurou: o menor e os mais pobres seriam assistidos e controlados pelas políticas assistenciais do Estado.

Ainda que o Primeiro Código de Menores (1927) instituísse o fim da roda dos expostos²⁵, esse mecanismo perdurou até 1950, ano em que foi extinta a roda da Santa Casa de São Paulo, outrora instalada no período do Império, em 1825²⁶. Com a criação do Código de Menores, obteve-se, também, o surgimento oficial dos institutos disciplinares e da escola

²³ “E fitei a minha luneta na roda por mais de tres minutos: quem o diria? a roda da piedade bem depressa pareceo-me antes protectora do vicio e da desmoralisação, do que providencia salvadora de innocentes criancinhas condemnadas: essa roda affigurou-se-me leito ruim de falsa caridade, porta do abandono, da perdição, talvez algumas vezes do captiveiro dos mizeros engeitados: li no berço dessa roda cem lugubres historias, e recuando espantado, preferi a myopia á visão do mal, e cheguei a pensar que para muitos dos engeitados e para a sociedade fora melhor a sepultura, do que a roda” (MACEDO, 1869, p. 115).

²⁴ Decreto nº 17.943-A, promulgado em 12 de outubro de 1927 e sancionado por Vianna do Castelo.

²⁵ Capítulo 3, Artigos 15 e 16.

²⁶ Esses dados são mencionados em fontes, a saber: Azevedo (s.d.), *Opinião e Notícia* (2005), *Gazeta do Povo* (2011) e Marcílio (1997).

de reforma, chamados popularmente de orfanatos²⁷. Foi assim que se instauraram as práticas asilares que perdurariam em lei durante os três regimes de governo no Brasil: Colônia, Império e República.

Convém explicar, em breves linhas, que o termo orfanato designa um estabelecimento assistencial, de caráter público ou particular, cujo fim é abrigar e educar órfãos e crianças abandonadas. Já as práticas asilares, dentro do âmbito de acolhimento institucional para menores, não atendem às necessidades individuais daqueles que se encontram em estado de orfandade. O atendimento é massificado devido ao grande número de moradores – na época do Código de Menores de 1927, segundo suas informações, variava entre 200 e 300 pessoas – e utiliza-se de métodos árdios de controle como forma de institucionalização à época, como a violência, os castigos físicos e os mentais. Ademais, são instituições que não consideram a opinião do usuário-morador (GOMES, 2006).

Ainda perpassando pelas principais datas históricas do contexto abordado nesta dissertação, é pertinente elucidar que o Juízo de Menores do Distrito Federal foi criado no ano de 1923. Em 1924, antecedendo a promulgação do Código, inaugurou-se, na então capital federal do país, a cidade do Rio de Janeiro, uma das primeiras instituições considerada orfanato, recebendo o nome do “primeiro juiz de menores da América Latina”: a Casa Maternal Mello Mattos (OPINIÃO E NOTÍCIA, 2005). De acordo com Alvim e Valladares (1988), o Abrigo de Menores, a Escola de Reforma João Luiz Alves, o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes e a Casa das Mãeszinhas estariam entre as primeiras instituições de proteção à infância defendidas pelo juizado e, posteriormente, pelo Código de 1927.

Com a promulgação do Código de Menores de 1927, tem-se, pela primeira vez na historiografia jurídica brasileira, um documento dedicado a tratar somente da situação de crianças e adolescentes. Mesmo com suas falhas, o intuito do documento era a proteção, sendo amplamente divulgado em sua época. Por exemplo, com o decreto, os menores de 18 anos não podiam mais ir à cadeia como antes, quando eram colocados em prisões juntamente aos adultos (WESTIN, 2015). Ainda, podia-se destacar as imposições aos menores considerados expostos, abandonados e delinquentes, e a influência sobre a arquitetura do edifício das instituições que os recolhiam – isso demonstra a relevância do Código para a historiografia da presente pesquisa. O decreto assinalou uma fase “de caráter tutelar” que durou 20 anos, marcada pela “indignação moral decorrente da situação de promiscuidade” ocorrida no local de alojamento desses menores (SARAIVA, 2013, p. 15).

²⁷ O termo orfanato fica banido com a promulgação do ECA (1990).

O decreto colocou o menor como objeto do Estado, este que tinha o poder de escolha sobre o futuro das crianças, podendo destituir a tutela da família quando a considerasse sem condições educacionais ou financeiras adequadas em educá-las. Esses menores possuíam a pobreza como fator comum (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Saraiva (2013) explica que o termo “menor”, adotado pelo Código dos Menores de 1927, designava uma classificação peculiar de adolescentes: a dos carentes e a dos delinquentes.

O decreto de 1927 descrevia as condições de menor exposto, menor abandonado e menor delinquente. Os menores em situação de desamparo eram divididos em dois grupos: os com idade abaixo de sete anos eram considerados menor exposto, enquanto os com idade entre 7 e 18 anos incompletos eram classificados como menor abandonado. Já o menor delinquente abrangia os adolescentes do sexo masculino com idade entre 14 e 18 anos que cometessem algum ato infracional, mas que não se enquadrassem em menor abandonado ou que não possuíssem deficiência mental, auditiva ou visual, caso contrário, seriam enviados às casas de correção ou de preservação. De acordo com o documento, deveriam existir, também, os abrigos de menores, ou seja, os primeiros recolhimentos do menor institucionalizado, onde permaneceria aguardando um novo destino. Se esses menores continuassem sob a tutela do Estado, seriam enviados aos chamados institutos disciplinares, que eram escolas de preservação e de reforma conforme demonstra o Artigo 55 do Código dos Menores de 1927: “b) entrega-lo a pessoa idonea, ou interna-lo em hospital, asylo, instituto de educação, officina escola de preservação ou de reforma”.

Em consonância com o descrito no Código, havia as escolas de preservação exclusivas para meninas. Para os meninos, existiam duas instituições: as escolas de reforma para meninos “julgados pelo juiz de menores e por este mandados internar” e a Escola Quinze de Novembro para os abandonados. A escola de preservação, designada às meninas com faixa etária entre 7 e 18 anos, era constituída por vários pavilhões e abrigava uma média de vinte moradoras, podendo totalizar até 300 internas. Na escola, um dos pavilhões era destinado às internas que tivessem cometido delitos, ao passo que o outro, às indisciplinadas. Como ocupação diária, elas realizavam trabalhos de costureira e de manuseamento de agulhas (bordados), serviços de passadeira e de lavanderia, manufatura de chapéus, cuidados e cultivo de plantas, além da criação de aves. Em contrapartida, às instituições destinadas ao sexo masculino, eram acrescentadas a educação militar.

Quanto à Escola de Reforma – ou orfanatos²⁸, em conformidade com o Código de 1927 –, ela recolhia infratores da lei do sexo masculino intitulados menores delinquentes, com idade entre 14 e 18 anos. O objetivo era reeducá-los por meio do trabalho. Em teoria, existia, no edifício, um local destinado à entrada dos infratores na instituição e outro para os indisciplinados que deveriam receber punições. Sobre maus tratos praticados nessas escolas, Rizzini e Rizzini (2004, p. 69) destacam que “no que se refere aos *menores delinquentes*, o poder tutelar do Estado foi exercido de forma mais cruel e autoritária, pois eram internados em instituições extremamente punitivas/ repressivas, sem direito a uma sentença”.

A descrição do edifício das Escolas de Reforma voltadas ao sexo masculino, à semelhança das escolas de preservação, contemplava uma composição de grandes pavilhões. Cada um podia abrigar até vinte internos, enquanto a instituição ampararia até 200 delinquentes. Observa-se que as instituições eram parte de uma arquitetura descaracterizada de personalidade e de preocupações com o bem-estar do morador. O atendimento era massificado por meio de pavilhões que tão pouco se pareciam com casas. O intuito era corrigir a educação de acordo com os padrões de uma vida social, na qual o menor pobre não se enquadrava, mesmo que, para isso, fosse necessário diminuí-lo e afetá-lo psicologicamente.

O Código de 1927 demonstrava uma inquietação maior com a formação dos meninos em relação às meninas. Sobre as casas disciplinares femininas, fora descrito apenas as atividades que seriam ensinadas, sempre voltadas à formação de uma boa mãe e esposa do lar. Já para as Escolas de Reforma, estipulava-se o número essencial de funcionários e suas respectivas funções, a saber: a presença de um médico, de um farmacêutico, de um dentista, de quatro professores primários, de quatro professores de ofícios de oficina, de um professor de desenho e outro de educação física.

Posteriormente, foi criado em divisões masculinas e femininas o Instituto Sete de Setembro, pelo Decreto nº 21.548, de 13 de junho de 1932²⁹, que gerava uma ardente institucionalização, sem distinção de recolhimento. Pelo decreto, deveriam ser encaminhados preferencialmente os abandonados de todas as idades, mas, também, poderia receber provisoriamente os delinquentes. Grande parte do decreto incumbe em discriminar o quadro de funcionários, o qual era maior do que o das instituições anteriores, e suas devidas responsabilidades. As normas estabelecidas ao instituto foram reformuladas em 1939, pelo Decreto-lei nº 1797³⁰, feito que aumentou a institucionalização ao permitir “os serviços de

²⁸ Assim chamadas popularmente todas as instituições para menores que se encontravam sob o poder do Estado.

²⁹ Sancionado por Getúlio Vargas.

³⁰ Promulgada em 23 de novembro de 1939, sancionada por Getúlio Vargas.

investigação social e de exame médico-psicopedagógico dos mesmos e respectivo tratamento” e “os serviços do Laboratório de Biologia Infantil” dentro do estabelecimento (BRASIL, 1939, Art. 1º e 2º). Posto isso, os recolhidos não precisavam sair de dentro da unidade, ficando privados do contato com o mundo externo e social, uma espécie de cárcere.

Assim, em meio a debates para melhorar o recolhimento de menores, em novembro 1941, o Instituto Sete de Setembro tornou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) por intermédio do Decreto-lei nº 3.799³¹. O local continuaria recolhendo menores, mas teria também como obrigação:

- a) Sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) Proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) Abrigar os menores à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) Recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) Estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) Promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL, 1941, Art. 2º).

Historicamente, as práticas asilares marcariam os orfanatos e intensificar-se-iam com o surgimento do SAM, em 1941, em meio às superlotações, à violência, à falta de autonomia e poder de opinião do abrigado. Caracterizou-se como uma política assistencial que, em 23 anos de existência, não foi bem-sucedida, pois não conseguiu sair da territorialidade local e atingir o território nacional (GALHEIGO, 1996 apud GALHEIGO, 2003). Entretanto, segundo Silva (2012), seu traço de punição, de disciplina e de repreensão serviu de modelo para sua sucessora, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)³².

No mesmo ano em que os militares se apoderaram do poder e instalaram a Ditadura Militar (compreendida entre os anos de 1964 até 1985) mediante o golpe que configurou a saída de Jânio Goulart da Presidência do Brasil, instituiu-se a FUNABEM no âmbito federal e a FEBEM no âmbito estadual. As instituições eram voltadas ao atendimento de crianças/adolescentes que se enquadravam em situação de pobreza ou nos termos de “menor abandonado” e de “menor delinquente”³³ (MIRANDA, 2013). Advindas do Conselho Nacional para o Bem-Estar do Menor, criado junto ao incentivo da igreja católica antes do golpe de 1964 na busca de alternativas para a extinção do SAM, a Fundação tinha como

³¹ Criado pelo Decreto-lei nº 3.799, promulgado em 5 de novembro de 1941 e sancionado por Getúlio Vargas.

³² Criadas pela Lei nº 4.513, promulgada em 1 de dezembro de 1964 e sancionada por Humberto de Alencar Castello Branco. Essa lei viria a ser revogada, em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

³³ Código de Menores de 1927.

princípio a implantação da Política do Bem-Estar do Menor (PNBM), a qual visava pôr fim aos métodos coercivos. Todavia, na prática, a repressão continuou presente no cotidiano das instituições.

O governo brasileiro assinou um acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância, no ano de 1968, que visava assumir as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos da Criança (PEREZ; PASSONE, 2010). No entanto, como menciona Duarte (2009) sobre os maus tratos ocorridos no Juizado, o que sucedia, na realidade, eram contradições entre o que fora assinado e o que se vivia, tanto nas FEBEM's, quanto em outras instituições. Além de superlotações e ambientes inadequados, faziam-se presentes vários tipos de violência cotidiana (LUPPI, 1981; VIOLANTE, 1982; RIZZINI, 1985; JUNQUEIRA, 1986 apud GALHEIGO, 2003). Herzer (1982) cita uma forma de castigo denominada “paredão”, na qual as internas ficavam em pé nessa parede cientes de que apanhariam e depois limpariam o pátio.

Nesse cenário conturbador da Ditadura Militar para a sociedade brasileira, surgiu o Segundo Código de Menores (1979)³⁴, o qual reforçaria ainda mais a ideia do menor como objeto de controle e sob o poder do Estado³⁵, mas que, agora, estaria também sob o poder das instituições voltadas a abrigar os meninos e as meninas pobres. Com o novo código, o Estado poderia julgar se os responsáveis eram ou não capazes de educar seus filhos, pois se a má conduta do menor fosse considerada “situação irregular”, os juízes autorizariam a internação das crianças assim classificadas. Ao destituir o poder familiar de modo tão simples e fácil, o Estado decidia sobre a vida da criança.

Geralmente, as instituições FUNABEM e FEBEM tendem a ter suas funções associadas somente a abrigo aos infratores da lei com idade inferior a 18 anos. Todavia, o comedimento da tutela do menor ao Estado, advindo do primeiro Código dos Menores (1927) e reforçado pelo segundo Código de Menores (1979) conjuntamente à Ditadura Militar, caracterizou um período caótico nas instituições destinadas a esse público. Abrigavam todos os tipos de crianças e de adolescentes: bebês, órfãos, meninos e meninas com mau comportamento, abandonados, infratores, dentre outros (HERZER, 1982). Inclusive houve casos de filhos de militantes serem afastados da família como forma usada para punir os pais, ou de adolescentes que eram levados a essas instituições a pedidos dos próprios pais que alegavam mau comportamento desses indivíduos – como nas situações de envolvimento com bebidas alcoólicas³⁶.

³⁴ Lei nº 6.697, promulgada em 10 de outubro de 1979 e sancionada por João Figueiredo.

³⁵ Que já era defendida pelo Código de Menores de 1927.

³⁶ Ver Duarte (2009) e Herzer (1982).

Ademais, as décadas da Ditadura Militar tiveram como algumas de suas características o silêncio imposto e a censura da mídia juntamente a longos anos de maus tratos e condições desumanas, colaborando na legitimação de instituições desordenadas. Sandra Herzer, uma jovem que preferia ser conhecida como Anderson Herzer, escreveu em seu livro *A queda para o alto* (1982) sobre seus aterrorizantes três anos de institucionalização. Herzer relata que foi recolhida pela FEBEM devido ao fato de sair para beber todas as noites e voltar de madrugada, acontecimento esse derivado de um trauma de abuso sexual sofrido por parte do pai. Nada foi feito em relação ao abuso, porém ela fora julgada como uma menor irregular, perdendo a sua liberdade e a vontade de viver.

A jovem relata que o local em que os internos permaneciam a maior parte do dia na FEBEM eram pequenos quartos superlotados com um banheiro. O ambiente era mobiliado apenas com quatro bancos duros, fazendo com que a maioria descansasse sentada ou estirada no chão. A iluminação e a ventilação dependiam unicamente de uma pequena janela alta com grades, bloqueando a visão com o mundo exterior. Herzer (1982) descreve que eram abrigados menores desamparados e infratores das mais diversas idades, desde bebês a adolescentes de até 18 anos de ambos os sexos, contudo impedidos de terem qualquer comunicação entre si ou proximidades. Crianças e bebês ficavam junto aos adolescentes, todos espremidos em um quarto-cela, onde permaneciam por até três meses até serem encaminhados para um novo recolhimento.

Do quarto da FEBEM, Herzer foi encaminhada para a Unidade Educacional Maria Auxiliadora. Ao ser transferida para a Unidade Educacional, sua esperança por uma recepção melhor desapareceu, logo no início, quando foi recepcionada pelo diretor. Por isso, após estar livre e concluir o seu livro, suicidou-se.

Aquela recepção que nos foi oferecida pelo diretor nos deu uma visão de um mundo diferente, severo, morto, desumano, injusto. Lá é feita uma mistura de pessoas, como que para ver a resultante. Todas num só lugar, sem que ninguém tenha direito de ser julgado justa e individualmente. (HERZER, 1982, p. 44).

A Unidade Educacional Maria Auxiliadora foi descrita semelhantemente à FEBEM: um edifício com aproximadamente duzentas internas e indiferente para com o morador. Possuía uma sala mobiliada com alguns bancos em quantidade insuficiente, haja vista que algumas internas se encontravam deitadas no chão e com frio. A unidade possuía dois quartos que recebiam, cada um, uma média superior a quarenta meninas, distribuídas em vinte beliches e com colchões fedidos a urina, colocados no chão dos quartos e do refeitório. O

banheiro foi descrito como um local de imundice e de vazamentos. Herzer (1982) relata que ainda havia salas de aula.

As características espaciais mencionadas em ambas as unidades integrantes do “modo asilar” demonstram arquitetura e tratamento desumanos. Além disso, a trajetória descrita até o momento indica que, durante muito tempo, houve, no Brasil, a ausência de políticas públicas voltadas ao menor de idade e, principalmente, aquelas que poderiam favorecê-lo. Nesse contexto, salvar a vida de crianças e de adolescentes era, em teoria, apenas garantir abrigo, alimentação e “tratamento básico de saúde” (RODRIGUES, 2015, p. 10).

Os anos que antecederam a queda da Ditadura Militar, na década de 1970, foram de questionamento sobre a situação infanto-juvenil no Brasil. Resultou, de tais indagações, o nascimento das ONG's, de movimentos como a Pastoral do Menor – movimento católico contrário aos ideais do Código de 1979 que defendia a ideia de acolher o menor – e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Em consonância com Souza (2013), o MNMNR partiu da iniciativa privada e ganhou forças ao ponto de participar da elaboração da Constituição Federal de 1988, em que se tem um artigo destinado à proteção das crianças e dos adolescentes³⁷.

Após a luta de uma parte da sociedade por intermédio de mobilizações anteriormente citadas, obteve-se, em 1990, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este aparece como grande conquista à população infanto-juvenil brasileira que, pela primeira vez, passou a ser considerada como sujeito de direitos. Com o estatuto, extinguiu-se o 2º Código de Menores e a total responsabilidade do Estado sobre as crianças e os adolescentes, colocando um fim aos orfanatos e às práticas asilares institucionalizadas, consideradas desrespeitosas. Passou-se a diferenciar os tipos de instituição, havendo uma entidade específica a adolescentes, que cometeram infrações, e outra para os que se encontravam em risco ou vulnerabilidade. Nasceu a situação de abrigo, uma vez que as entidades dirigidas a esse público deixariam a denominação “orfanato” em prol do termo “abrigo”. Por fim, estipulou-se que a colocação de menores em abrigo seria provisória, os quais conquistaram o direito de ter “a construção do espaço enquanto lar, lugar efetivo de acolhimento, proteção, continência e sociabilização” (GALHEIGO, 2003, p. 91).

As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes foram qualificadas pelo ECA como um meio de salvaguarda aos menores com guarda destituída da família ou em caso de risco e de vulnerabilidade. Outro ponto importante do serviço de acolhimento compreende

³⁷ Artigo 227, Constituição Federal de 1988.

a garantia da integração social com a “comunidade local”³⁸, antes impossibilitada pela tipologia de serviços oriundos das instituições. Em pesquisa levantada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2004, constatou-se que 66% das entidades ofereceram serviços à comunidade, a saber: cursos, apoio psicossocial e creche.

Na década de criação do estatuto, houve um aumento na produção de escritos científicos acerca dessa faixa etária da população. Houve igualmente um aumento na preocupação com as consequências sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes que viviam em instituições, desde o intelectual, o emocional e o social (SANT’ANA, 1996). Nesse ínterim, em 1996, a autora supracitada escreveu o artigo *Cuidado e educação em creches e orfanatos de São João del-Rei e Tiradentes* pensando em princípios regulamentares para as instituições de serviço à criança, o que de fato se concretizaria a nível nacional em 2009 com a criação do documento *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.

O documento³⁹ é uma resolução feita pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Vale ressaltar que, juridicamente, uma resolução não possui o poder de lei ou de decreto. Resolução é um entendimento de pares, de uma determinada área, que resulta em um ato normativo, porém não gera ilegalidade. As Orientações Técnicas são de grande importância para a análise arquitetônica, pois estabelece princípios para o espaço físico, como a quantidade mínima de quartos ou a quantidade de moradores. Esse documento serviu de base nesta pesquisa, sobretudo no subcapítulo “As normativas para os espaços físicos versus realidade na entidade selecionada”.

Ainda no ano de 2009, com a Lei nº 12.010, conhecida popularmente como a Nova Lei de Adoção⁴⁰, mudou-se a nomenclatura de abrigo para serviço de acolhimento institucional, referindo-se aos serviços que fornecem medida de proteção. Vale notar que, ao contemplar todo o complexo organizacional, o termo entidade⁴¹ passa a ser também empregado. Ademais, a lei estipularia o período de dois anos para o serviço de acolhimento das crianças e dos adolescentes.

³⁸ Artigo 92, ECA (1990).

³⁹ O documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* foi aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, feito pelo CNAS e CONANDA.

⁴⁰ Promulgada em 3 de agosto de 2009 e sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva.

⁴¹ Define-se por entidade: instituição, pessoa jurídica, entidade beneficente (ENTIDADE, 2020).

Ao perceber a necessidade de novas políticas públicas, o Ministério da Justiça propôs mudanças à legislação em 2016. Promulgou-se, então, a Lei nº 13.257⁴², cujos pontos considerados importantes ao público-alvo da presente pesquisa seguem citados:

- Garantir a indistinção no atendimento a qualquer gênero de crianças e de adolescentes com deficiência;
- Incluir como política pública o serviço de acolhimento em família acolhedora;
- Colocar o afeto como “necessidade básica”⁴³ ao desenvolvimento, especialmente para crianças de zero a três anos;
- Atribuir ao poder público a divulgação dos direitos que as crianças e os adolescentes possuem, em linguagem clara.

No ano seguinte, foi promulgada a Lei nº 13.509, de 2017⁴⁴, que modificou o ECA “[...] para dispor sobre entrega voluntária, destituição do poder familiar, acolhimento, apadrinhamento, guarda e adoção de crianças e adolescentes [...]” (BRASIL, 2017, Art. 1º). Nesse sentido, acrescentou ao Código Civil, de 2002,⁴⁵ a entrega ilegal do filho a outras pessoas como motivo de destituição do poder familiar; estendeu o direito de licença maternidade e paternidade e instituiu outros direitos trabalhistas, garantidos pela Lei do Trabalho⁴⁶, aos pais e às mães adotantes. Essa lei ditaria a mudança no prazo de reavaliação do processo da criança de seis para três meses e a redução ao tempo do processo de adoção, a fim de que as crianças permanecessem menos tempo nas entidades. Para que tivessem maiores chances de serem adotadas, o tempo máximo de permanência na entidade mudou para dezoito meses, podendo o acolhido permanecer por um período maior com uma comprovação de benefício próprio.

Em concordância com o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)*⁴⁷, o serviço de acolhimento voltado ao público com idade inferior a 18 anos faria parte dos Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse serviço fornecia amparo físico e psicológico às crianças e aos adolescentes com guarda destituída dos pais, retirados da convivência familiar ou que se encontravam abandonados. As Orientações Técnicas classificavam os serviços de acolhimento em quatro tipos: abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república.

⁴² Promulgada em 8 de março de 2016 e sancionada por Dilma Rousseff.

⁴³ Artigo 92, Inciso 7 do ECA (1990), o qual foi acrescido pela Lei nº 13.257/2016.

⁴⁴ Lei nº 13.509, promulgada em 22 de novembro de 2017 e sancionada por Michel Temer.

⁴⁵ Lei nº 10.406, promulgada em 10 de janeiro de 2002 e sancionada por Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁶ Decreto-lei nº 5.452, promulgado em 1 de maio de 1943 e sancionado por Getúlio Vargas.

⁴⁷ Documento aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, feito pelo CNAS e CONANDA.

O objeto de estudo da dissertação em curso são as entidades do tipo casa-lar e abrigo institucional com foco em seus moradores. A escolha deve-se ao fato dessas duas categorias fornecerem acolhimento às pessoas com idade inferior a 18 anos completos em um arranjo físico de instituição, pois a família acolhedora, como a própria denominação assevera, contempla o acolhimento da criança – com idade entre zero e seis anos – na casa de uma família cadastrada, selecionada, considerada apta e acompanhada pela “equipe técnica do Serviço de Acolhimento” (FERRAZ, 2020). Sendo assim, a categoria “família acolhedora” possui um arranjo físico e uma estrutura de atendimento de uma casa familiar, onde essa criança não precisa dividir espaços com mais acolhidos, podendo dizer que terá um atendimento mais individualizado e próximo de um lar. Já a entidade do gênero “república” acolhe jovens entre 18 e 21 anos, que estão saindo de alguma modalidade de serviço de acolhimento, e que não possuem a possibilidade de retornar à sua família biológica ou serem inseridos em uma nova, que não consiga se sustentar; tendo como objetivo o desenvolvimento da independência (BRASÍLIA, 2009).

Nesse viés que a presente dissertação trabalha, considera-se que lar seja o lado fenomenológico da casa, isto é, um ambiente habitado, que transmite a sensação de segurança, paz, conforto, refúgio, identidade, lugar de pertencimento, territorialidade e domesticidade, sendo motivo, assim, de boas memórias. Enquanto a denominação casa representa um valor físico palpável, sendo apenas um abrigo, uma capa protetora para as intempéries (MIGUEL, 2002), o lar, ainda fundamentado no mesmo autor, representa um valor sentimental que somente o morador é capaz de atribuir, apenas ele é capaz de transformar uma casa em lar.

A principal diferença entre casa-lar e abrigo institucional está na quantidade de moradores que cada uma possui. De acordo com as *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, as entidades do tipo casa-lar podem acolher até 10 moradores, enquanto o abrigo institucional recebem até 20. Além do quantitativo, o acolhimento da casa-lar é realizado em uma residência onde há pelo menos um responsável que mora nessa casa, a qual não lhe pertence. Contrapondo, o abrigo institucional possui uma rotatividade de funcionários, podendo revezar os cuidadores que ficam no período diurno com os do noturno, por exemplo.

As crianças e os adolescentes, que vivem em instituições de acolhimento, são menores que passaram por traumas físicos e psicológicos, a saber: situações como abuso sexual, exploração de trabalho infantil, presença de pais dependentes químicos e/ou alcoólatras, ausência de recursos financeiros, fome, falta de abrigo e, até mesmo, impedidos de frequentar escola. Sant’Ana (1996, p. 113) observou que tais situações tendem a

desencadear “carências psicossociais” nessas crianças, de modo que, se acolhidas em um ambiente inapropriado, podem agravar o estado psicológico desses meninos e dessas meninas. Dessa maneira, a importância de um ambiente adequado, não somente psicologicamente, mas também fisicamente.

As mudanças terminológicas, primeiramente com o Estatuto da Criança e do Adolescente – de orfanato para abrigo, seguido da Lei nº 12.010 – de abrigo para serviço de acolhimento, possuem o intuito de romper a imagem de instituições que afastam o morador do convívio comunitário e familiar e/ou que representam o modo asilar. Em especial, a mudança de abrigo para serviço de acolhimento teve como pretensão enfatizar o ato de acolher, proteger e a importância do atendimento individualizado (SILVA, 2012).

A ação acolher possui, consoante o Dicionário Priberam (2011), três significados que salientam o intuito de proteção e de acolhimento: “1. Receber em sua casa, recolher; 2. Receber com agrado; 3. Recolher-se, refugiar-se”. Por sua vez, entidade configura-se como uma “organização, sociedade, instituição, empresa com propósitos específicos: entidade beneficente” (DICIO, 2020). Por essa razão, entidade de acolhimento e serviço de acolhimento são termos igualmente adotados no Brasil até os dias atuais como forma de dar ênfase ao fato de que o serviço de acolhimento não deve ser apenas abrigo físico, mas, também, que preze por um tratamento digno e humano, pautado na individualidade do morador, como consideram as leis e as orientações.

Não obstante, quando se fala em tais características, por meio do envolvimento da palavra acolhimento para denominar o programa de amparo aos menores e o serviço de acolhimento, necessita-se que a entidade deixe de ser apenas abrigo físico, uma casa, e torne-se um lar, possuindo assim lineamentos mais próximos, possíveis de uma convivência, cuidado e acolhimento de ordem familiar.

Bachelard (1978, p. 197) propõe um estudo sobre o espaço “como um *instrumento de análise* para a alma humana”. O autor investiga os espaços privados de uma casa e imagens que considera feliz. Para isso, ele utiliza da figura materna por diversas vezes como forma de relatar, e comparar, os espaços acolhedores de uma casa. A figura de lar, por vezes, está associada ao sentimento materno e à família; em contradição, os moradores dos serviços de acolhimento estão afastados de sua família biológica e de seus genitores. Portanto se faz necessário que as entidades estejam distantes da institucionalização e próximas da imagem de uma residência familiar na tentativa de auxiliarem no emocional desses moradores.

A significação de lar, nas entidades de acolhimento para crianças e adolescente, é justificada e faz-se ainda mais importante quando se reflete no tempo de permanência dos

acolhidos. Apesar de a lei impor que priorizem uma permanência máxima de 18 meses⁴⁸, muitas crianças e, principalmente, adolescentes permanecem por mais anos nessas entidades. Rodrigues⁴⁹ conta em seu livro *A provisoriedade do abrigo e a produção de afetos* (2015) que uma das motivações para esse estudo foi a não provisoriedade para muitos moradores desse serviço de acolhimento. Segundo a autora, dentre os motivos para a longa permanência em entidades, estão o “esgotamento de trabalho técnico com suas famílias de origem – ou de sua ausência – somado à suposta dificuldade desses adolescentes serem inseridos em famílias substitutas, em razão de sua idade elevada (acima de 12 anos)” (RODRIGUES, 2015, p. 15). Ademais, há a incompatibilidade do perfil que os adotantes desejam com o que está disponível para a adoção, pois a maioria dos adotantes desejam crianças de até três anos de idade⁵⁰; em contrapartida, apenas 3,01% das crianças disponíveis para a adoção se enquadram nessa faixa etária⁵¹.

Galheigo (2003) defende que, para aproximar os serviços de acolhimento à figura de lar, é imprescindível que existam a colaboração dos moradores com as atividades domésticas, a possibilidade de personalização dos ambientes, a existência de objetos pessoais e a convivência com a comunidade. Além disso, é de suma importância a preparação dos profissionais para a convivência afetiva e receptiva, dentre outros pontos para a existência do lado psicológico do lar. Todavia cabe a esta pesquisa enfatizar as questões do lar pensando-se no lado arquitetônico, mesmo que, também, de forma imaterial.

A cooperação dos moradores com as atividades domésticas constitui ações do cotidiano doméstico, este que é composto igualmente por atos banais que os habitantes realizam no dia a dia sem dar uma devida importância, feitos que são executados quase que automaticamente, como arrumar a cama, varrer a casa, tirar poeira, cozinhar, possuir um lugar para fazer as suas refeições (CAMARGO, 2007). Observa-se que a domesticidade do espaço se aproxima de uma ação automática/banal de cuidado e afeto do morador às coisas da casa, dando-lhe sentido de lar; por outro lado, a obrigatoriedade de manter a ordem física dos acolhimentos institucionais parece ser uma ação mecanizada, imposta, dificultando a instauração do sentimento de pertencimento ao lugar habitado.

Dito isso, parece que a hipótese desta dissertação começa a se formular ao se observar que, se existe na entidade – uma arquitetura considerada acolhedora, pelo morador; o

⁴⁸ Artigo 2º, § 2º, da Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

⁴⁹ Psicóloga judiciária da Vara Central do Tribunal de Justiça de São Paulo.

⁵⁰ Dado extraído do Relatório de Pretendentes Cadastrados (Nacional), gerado pelo CNA, no dia 09 de novembro de 2020.

⁵¹ Dado extraído do Relatório de Crianças Disponíveis, gerado pelo CNA, no dia 09 de novembro de 2020.

sentimento de pertencimento ao lugar/domesticidade; habitar; identidade com os espaços, o que pode ocorrer por meio da personalização dos ambientes e das memórias afetivas –, há a figura do lar para o morador. Por meio dessas questões, busca-se a presença desses elementos na entidade estudada, apontando onde ocorre ou o que não colabora para que isso se concretize.

Portanto, lar é a casa habitada e cuidada com afeto. Segundo Camargo (2007, p. 40), “a palavra ‘casa’, no contexto que envolve não apenas a sua condição de matéria física, mas a percepção subjetiva advinda da experiência de habitá-la, encerraria a conotação de ‘lar’”. Ter um lar significa gostar do ambiente em que se mora e da vivência que nele possui, é sinônimo de afetividade. Contudo, as crianças e os adolescentes que residem em instituições de acolhimento possuem a ausência do lar junto à família. Prova disso é que, para os meninos e as meninas brasileiras, os maiores motivos de vivência nas ruas são as brigas familiares e a violência doméstica (GAZETA DO POVO, 2011).

Assim sendo, o objeto de estudo da presente pesquisa é o lar dentro do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Estudos⁵² demonstram que as entidades de acolhimento exercem uma grande importância sobre esse público quando este se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade. Há a possibilidade do acolhido nunca ter tido afeto ou um abrigo físico que lhe proporcionasse aconchego e acolhimento. A indagação que se faz é: as instituições de acolhimento de permanência para crianças e adolescentes, do tipo casa-lar e abrigo institucional, cumprem o papel de lar para os acolhidos?

Para responder tal questionamento, o objetivo geral da dissertação visa evidenciar a importância dos espaços físicos para os acolhidos que vivem nessas instituições, demonstrando como a arquitetura pode contribuir de forma positiva ou negativa para a afetividade dos moradores aos espaços e se possui o poder de agregar o valor de lar à casa e, por consequência, aos acolhidos.

No propósito de atender tal objetivo, fez-se necessário realizar a escolha da região metropolitana e posterior levantamento das entidades de acolhimento institucional. A partir de um levantamento histórico e de características consideradas pertinentes, selecionou-se os abrigos institucionais e as casas-lares. Em seguida, com a devida autorização da entidade,

⁵² É necessário que o espaço físico que esses menores são acolhidos supra o sentimento de lar para que superem os medos e as barreiras que possuem quando se trata de apego ao lugar, em razão dos traumas psicológicos e/ou físicos que esses menores trazem, além de muitas crianças passarem toda sua infância e/ou adolescência em tais instituições. Segundo Garonce (2018), 63% dos acolhidos que estavam disponíveis à adoção, no Distrito Federal (DF), tinham idade igual ou superior a 12 anos, mas apenas 1,5% representavam “adoções tardias – de adolescentes e pré-adolescentes”, referindo-se como pré-adolescentes meninos e meninas de “10 a 12 anos” e adolescentes de “13 a 18 anos incompletos”.

investigou-se o morador no espaço e as sensações experimentadas nos ambientes em que habitava. Em seguida, realizou-se análises para responder se o lar era existente ou inexistente nesses locais, e, por fim, foram apontadas questões e elementos arquitetônicos que colaboravam, ou não, para a sensação de acolhimento e significação de lar nas entidades de acolhimento para crianças e adolescentes.

Quanto à escolha da entidade, a princípio, definiu-se que as escolhidas se encontrariam geograficamente localizadas na cidade de Goiânia – GO e no Distrito Federal – DF. Não obstante, no decorrer da pesquisa, houve uma pandemia, a do Covid-19⁵³, que dificultou a realização das visitas, dado que, além do grande risco de contágio entre as pessoas, na cidade de Goiânia, as visitas no interior dessas entidades de acolhimento estavam suspensas. Assim, a autora não recebeu autorização para a efetivação da pesquisa presencialmente em Goiânia ou remotamente com as entidades contatadas. Por isso, foi estabelecido que as visitas *in loco* passariam a ser somente no Distrito Federal. Após contato estabelecido, obteve-se o Termo de Anuência da Instituição⁵⁴, a autorização para a concretização da pesquisa dentro da entidade de um abrigo institucional: a Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes I (UNAC I).

Para a seleção dos abrigos e das casas-lares, estabeleceu-se alguns critérios que contemplassem as entidades e o morador. No que se refere à entidade, considerou-se que a entidade, localizada no Distrito Federal, estivesse na lista “Relação de Serviços de Acolhimento”⁵⁵; que o objeto de seleção existisse por um período mínimo de um ano completo; que fosse de caráter de acolhimento de permanência⁵⁶ para crianças e/ou adolescentes, ou seja, caracterizada como abrigo institucional ou casa-lar; e que não fosse direcionada apenas às crianças com deficiência, como pede as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (BRASÍLIA, 2009).

Com relação aos critérios para a participação, optou-se que esse morador:

⁵³ Declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde no mês de março de 2020.

⁵⁴ O termo de anuência da instituição é um documento que deve ser obtido antes do projeto de pesquisa ser submetido ao Comitê de Ética. O mesmo foi apresentado carimbado e assinado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. O modelo encontra-se nos apêndices desta dissertação sem a assinatura, ou dado, que identifique a pessoa. Pois esta pesquisa visa a não divulgação dos nomes de todos os participantes. Da mesma forma houve intervenções de modo a não revelar o endereço e contatos da entidade.

⁵⁵ Disponível no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

⁵⁶ A palavra permanência nesse contexto se opõe às casas de passagens, onde a criança ou o adolescente é apenas recepcionado para ser encaminhado a um abrigo institucional, casa-lar ou família acolhedora. Eles podem até dormir nela, mas por poucos dias.

- Residisse em entidades, conforme os critérios de seleção, por um tempo mínimo de dois meses, a fim de que tivesse tido tempo para experimentar e considerar o espaço como sua casa;
- Estivesse compreendido na faixa etária da pré-adolescência à adolescência – entre 11 anos completos e 18 anos – por possuir maior facilidade em se expressar e ter melhor oratória, além de que uma criança menor de 11 anos poderia abalar-se emocionalmente com maior facilidade, visto que seria mais fácil não compreender os motivos pelos quais estava afastada de sua família;
- Morasse na entidade sem a presença da mãe ou do responsável;
- Não possuísse deficiência que o impedisse de compreender ou responder às perguntas e às atividades propostas.

O texto desta dissertação organiza-se em três capítulos. O Capítulo 1 – As entidades de acolhimento institucional – demonstra como se chegou à entidade onde foram realizadas as visitas, a UNAC I. Em acréscimo, contempla uma breve apresentação da UNAC I: como é a sua situação jurídica, se há alguma ligação religiosa, a faixa etária que a entidade recebe, como ela surgiu e o perfil de crianças e/ou adolescentes que ela recebe. De forma sucinta, também estabelece um comparativo entre o que o documento *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) recomenda e o que se encontra na prática.

Por sua vez, o Capítulo 2 – A identidade do morador e o significado do habitar – revela quem são as crianças e os adolescentes amparados pelo serviço de acolhimento institucional: quais são os seus sonhos e a sua realidade. Grafa-se como seriam os ambientes das instituições de acordo com o desejo de seus habitantes, bem como o psicológico desses moradores. Ainda se discute termos indispensáveis à significação de lar e em um lugar verdadeiramente habitado – territorialidade e identidade nos espaços, domesticidade, cotidiano banal, afetividade ao lugar e memória –, comparando a situação encontrada na visita com as definições de autores. A título de exemplo: Camargo (2010), Rybczynski (2002), Bachelard (2008), Heidegger (2012), Pallasmaa (2013) e Pallasmaa (2017).

Finalmente, no Capítulo 3 – O edifício enquanto lugar: casa ou lar? –, são descritos conceitos e características importantes para a pesquisa, que refletem a definição de casa e de lar. Dentro dessa discussão, é refletido se os adolescentes, que participaram da pesquisa, possuem a entidade, que estavam morando no momento das dinâmicas aplicadas, como lar.

Com a pesquisa concluída, deseja-se colaborar com a fomentação de pesquisas sobre a arquitetura de entidades que fornecem serviço de acolhimento às crianças e aos adolescentes. Busca-se evidenciar a importância de se olhar para os espaços, principalmente com os olhos do morador, de pensá-los, compreendendo a realidade e os sentimentos de quem é acolhido, no intuito de ressaltar que essas instituições precisam de recursos e de incentivos para serem projetadas e reformadas, tendo assim ambientes planejados como uma ferramenta para o ato de acolher.

Por fim, pretende-se contribuir para que as autoridades públicas deem a devida importância aos espaços físicos desses locais, além de os abrigos institucionais e as case-lares poderem se apropriar de características espaciais que promovam a sensação de lar aos acolhidos, de modo a se empenharem para modificar características que não colaborem para a solidificação dessa sensação. O intuito da pesquisadora é que tais serviços de acolhimento consigam desenvolver um ambiente mais receptivo e afável que coopere para a recuperação física e psicológica dessas crianças e desses adolescentes.

CAPÍTULO 1 – AS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

As Considerações Iniciais explicaram como foi desenvolvida e organizada a dissertação. Expressou-se também reflexões que instigaram e motivaram a escolha do tema. No presente capítulo, apresenta-se a entidade com foco na materialidade e aspectos técnicos, assim como se demonstra de que modo ocorreu a escolha da entidade estudada e algumas de suas características, entre elas, os princípios e os valores, sua classificação jurídica, quem é público alvo que a entidade acolhe e seu quadro de funcionários.

Neste capítulo, são utilizadas as *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) para uma comparação entre os parâmetros que o documento estabelece para a estrutura física das entidades voltadas às crianças e aos adolescentes com a que existe na unidade estudada, ou seja, realiza-se, em paralelo às Orientações Técnicas, um comparativo dos ambientes, que há na entidade selecionada, com o que carece.

1.1 A seleção no Distrito Federal e a entidade selecionada

Conforme estabelecido, a entidade selecionada para a pesquisa deveria constar na *Relação de Serviços de Acolhimento*⁵⁷ (TJDFT, 2020), a qual informa que existem, no Distrito Federal, dezesseis entidades que prestam serviço de acolhimento às crianças e aos adolescentes. Entretanto nem todas fornecem acolhimento de permanência⁵⁸, característica a qual faz parte dos critérios de seleção, como é o caso, por exemplo, do Grupo Aconchego. De acordo com reportagem exibida pelo Telejornal DF1, do dia 14 de fevereiro de 2021, o grupo possui a função de acompanhar famílias acolhedoras e assiste às crianças e às suas famílias biológicas.

Optou-se, previamente, por uma pré-seleção que ocorreria na região administrativa de Taguatinga-DF devido a uma visita já existente em uma das entidades nessa localidade, que havia se interessado em autorizar a realização da pesquisa, e à proximidade geográfica com a pesquisadora. Assim, foi elaborado um quadro com as entidades localizadas na região administrativa de Taguatinga-DF. Nele, são apontados os nomes das entidades de acordo com a relação do TJDFT e suas respectivas características estabelecidas pelo critério de seleção, já

⁵⁷ Ver Anexo 1.

⁵⁸ Permanência à qual se deve priorizar um período máximo de dezoito meses, conforme a Lei nº 13.509, de 2017.

citados nas Considerações Iniciais. Assim, as cédulas de cor vermelha apontam o critério que eliminou a entidade conforme os critérios de seleção, e as cédulas em cor verde indicam o nome daquelas que atendem aos critérios (Quadro 1).

Quadro 1 – Lista de serviços de acolhimento em Taguatinga e suas respectivas características para critério de seleção

ENTIDADES PRESENTES EM TAGUATINGA DE ACORDO COM A <i>RELAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO</i> DISPONIBILIZADA PELO TJDF				
NOME DA ENTIDADE	CRIADA EM (ANO)	TIPO	FAIXA ETÁRIA QUE ACOLHE (ANOS)	ACOLHE APENAS DEFICIENTES (SIM OU NÃO)
Casa do Caminho	1987	Casa-lar	0 a 18 (18 anos incompletos)	Não
Casa Transitória de Brasília	1974	Abrigo institucional	17 a 18 (18 anos incompletos)	Não
Lar da Criança Padre Cícero	1984	Abrigo institucional	0 a 2	Não
UNAC III	2012	Casa de passagem	0 a 18 (18 anos incompletos)	Não

Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2020.

Conforme os critérios de seleção, das quatro entidades, duas seriam selecionadas. A pesquisadora delimitou a faixa etária para a aplicação dos procedimentos metodológicos com crianças a partir de 11 anos, já que o Lar da Criança Padre Cícero recebe moradores de zero a dois anos. Isso foi decidido com o fito de viabilizar o bem-estar e uma maior facilidade dos participantes na realização das dinâmicas propostas. Por sua vez, a Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC III) é uma casa de passagem, um local onde as crianças e os adolescentes em situação de risco ou de vulnerabilidade são encaminhadas em condições emergenciais e permanecem por um tempo curto enquanto aguardam encaminhamento a outra entidade.

Todavia, após essa pré-seleção, realizou-se o contato com as entidades, a fim de apresentar a pesquisa e esclarecer dúvidas para a obtenção do Termo de Anuência da Instituição, este necessário ao Comitê de Ética em Pesquisa para a realização do estudo. A

autora já havia conhecido a Casa do Caminho, antes da pandemia, apresentado o projeto e fotografado os espaços com a autorização do funcionário que apresentou a unidade. Todavia, no momento do contato, para o consentimento da realização da pesquisa, foi-lhe informado que a Casa do Caminho não poderia colaborar, pois não estava recebendo visitas em razão da Covid-19, além de estar com muitos serviços, o que a impedia de dispor o tempo dos funcionários para o acompanhamento da pesquisadora.

Por outro lado, mesmo que a Relação de Serviços de Acolhimento informasse que a UNAC III abrangia a modalidade casa de passagem, a autora entrou em contato para verificar tais informações as quais foram confirmadas. Não obstante, a pessoa responsável pela unidade foi muito receptível à pesquisa e informou-lhe que as outras duas unidades se adequavam ao perfil buscado, o que provavelmente poderia colaborar com a pesquisa, visto que as responsáveis pelas outras unidades da UNAC possivelmente também se interessariam pelo tema ali apresentado. Ademais, a responsável pela UNAC III ainda possibilitou o contato da pesquisadora com as gerentes das demais unidades, como lhe esclareceu que as Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes eram os únicos serviços de acolhimento do Governo do Distrito Federal (GDF).

Nesse âmbito, devido à pesquisadora, naquele momento, ainda não ter conseguido autorização de nenhuma entidade contatada de Taguatinga, com a dificuldade de acesso aumentada pela Covid-19 e com a interessantíssima possibilidade de analisar os abrigos institucionais do GDF, modalidade nas quais se enquadram as UNAC I e UNAC II localizadas respectivamente no Guará e no Recanto das Emas, regiões administrativas do Distrito Federal, decidiu-se por fazer uma nova pré-seleção com as outras UNAC's. Com o resultado, o contato foi realizado (Quadro 2).

Quadro 2 – Lista de serviços de acolhimento governamentais para crianças e adolescentes no Distrito Federal e suas respectivas características do critério de seleção

**ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE PERMANÊNCIA DE ACORDO A RELAÇÃO
DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DISPONIBILIZADA PELO TJDF**

NOME DA ENTIDADE	CRIADA EM (ANO)	TIPO	FAIXA ETÁRIA QUE ACOLHE (ANOS)	ACOLHE APENAS DEFICIENTES (SIM OU NÃO)
UNAC I	2012	Abrigo institucional	11 a 18 (18 anos incompletos ⁵⁹)	Não
UNAC II	2012	Abrigo institucional	12 a 18 (18 anos incompletos)	Não

Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2020.

No primeiro contato, via telefone, as gerentes demonstraram interesse pela pesquisa e disposição em colaborar. Nesse sentido, foi solicitado que a pesquisadora enviasse a proposta por e-mail com todas as dinâmicas descritas. Ambas ficaram de retornar com uma resposta, no intuito de informar se obtiveram autorização, após a realização de uma reunião com os seus superiores. A resposta da UNAC I foi positiva com o consentimento do Termo de Anuência da Instituição, enquanto a UNAC II não pôde infelizmente participar por inviabilidade de tempo da responsável, mas se mostrou solícita caso a pesquisadora precisasse de alguma informação sobre a entidade. Dessa forma, a entidade selecionada foi a UNAC I.

A UNAC I intitula-se como um abrigo institucional e recebe meninos com idades entre 11 e 18 anos incompletos, como também crianças e adolescentes com deficiência. A unidade já recebeu meninos e meninas, porém, por conta do espaço da casa ser considerado pequeno, dificultava o convívio. No momento da pesquisa, estavam presentes quatro acolhidos, mas havia seis pela entidade; dois deles estavam na casa de suas famílias devido ao processo de reintegração familiar, sendo que nenhum, dos que estavam ali acolhidos, possuía deficiência enquanto a pesquisa *in loco* foi realizada.

É válido destacar que, no ano de 2007, foi fundado o Abrigo Reencontro (ABRIRE) que pretendia a operacionalização do sistema de acolhimento de forma descentralizada. Para isso, no mês de junho de 2012, foram locadas as unidades, uma delas no Guará-DF, a qual

⁵⁹ Dezoito anos incompletos é a forma que o ECA (1990) se dirige à faixa etária entre 17 e um dia antes de o adolescente completar 18 anos, pois, ao completar 18 anos, ele deixa de ser adolescente e passa a ser adulto.

corresponde à UNAC I. O abrigo institucional estudado é governamental, mantém-se exclusivamente por recursos públicos e não possui ligação religiosa. Além das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais⁶⁰ (MDS, 2009), o abrigo institucional é regido pelo Decreto nº 38.398, de 2017⁶¹, do GDF.

O quadro de funcionários da entidade, que se encontra de acordo com o padrão mínimo estabelecido pelas Orientações Técnicas (2009), possui onze cuidadores, três auxiliares de assistencial social, dois agentes sociais, dois especialistas – assistente social e psicólogo –, um assessor e um gerente. Durante os dias de visita, foi possível constatar que normalmente ficavam dois cuidadores por turno para uma média de quatro a oito acolhidos. Isso é bastante adequado, dado que o documento supracitado orienta um cuidador a cada dez acolhidos, exceto em caso de moradores que necessitem de atenção específica.

Os cuidadores trabalham em escala de 24 x 72 horas, ou seja, permanecem na entidade por 24h e descansam 72h. Na entrevista “Sobre a entidade institucional” (com o(a) diretor(a) ou funcionário(a) designado(a) capaz de sanar tais questões), perguntou-se se a troca de turno dificultava o vínculo afetivo entre os moradores e os cuidadores, e a resposta foi negativa. Em contrapartida, uma das questões direcionadas aos cuidadores, durante as entrevistas, perguntava como avaliavam a relação do morador com os funcionários e quais eram os pontos positivos e negativos. Em resposta à pesquisadora, o Cuidador E⁶² citou o fato de que haver uma alta rotatividade de cuidadores era o ponto negativo na relação cuidador e morador. Isso porque, a cada três dias, os moradores contavam com cuidadores diferentes. Com isso, cada cuidador possuía hábitos diferentes de convivência, de maneira que os acolhidos perdiam um pouco a referência da “figura de autoridade”, como se comportar com os cuidadores e quais eram os “limites” de cada um.

A UNAC I possui valores e princípios bem estruturados, pensados no morador de forma ética, visando pontos elucidados pelo ECA (1990) e pelas Orientações Técnicas (2009),

⁶⁰ A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009), aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, descreve os serviços sociassistenciais com o propósito de uniformizar os serviços assistenciais brasileiros, que são divididos pela tipificação em três tipos: “serviços da proteção social básica”, “serviços da proteção social especial – média complexidade”. Os abrigos institucionais e as casas-lares estão incluídas nos serviços de alta complexidade.

⁶¹ “Altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, e dá outras providências” (GDF, 2017).

⁶² Tanto os cuidadores quanto os acolhidos não tiveram os seus nomes identificados na pesquisa. Assim, os cuidadores foram diferenciados por letras maiúsculas do alfabeto: Cuidador A, Cuidador B, Cuidador D e Cuidador E. Por sua vez, solicitou-se aos acolhidos que escolhessem um nome para ser usado na dissertação, os quais foram: Dimas, Eliseu, Leonardo e Éden (ver Procedimentos Metodológicos).

como o convívio em sociedade, o direito à afetividade e à diversidade, o acesso à educação, entre outros. Considera-se tais princípios e valores de grande relevância para o bem-estar do acolhidos:

2.1 – Valores serviço interno:

- a) VÍNCULO AFETIVO: todos os trabalhadores devem ter como base o vínculo afetivo com os acolhidos para que o processo de educação e das ações seja fundamentado num contato humanizado com as crianças e os adolescentes. O vínculo exige presença significativa no dia a dia dos acolhidos e uma postura de escuta e acolhimento diante das angústias e dos desejos de cada indivíduo.
- b) AUTOESTIMA: é um valor individual a ser trabalhado com os acolhidos para que se fortaleçam e tenham maior capacidade de se desenvolver e crescer.
- c) RESILIÊNCIA: é um valor individual que deve ser construído a cada dia para que tanto os acolhidos quanto os profissionais consigam passar pelas dificuldades e pressões do serviço sem perder de vista o norte ético aqui proposto.

2.2 – Valores do Trabalho com a Rede Socioassistencial:

- a) INSERÇÃO SOCIAL: no acolhimento inicial, os profissionais devem procurar alternativas que garantam a integração total do acolhido àquela comunidade. Este valor deve estar presente no abrigo, enquanto instituição. O abrigo também deve estar integrado à comunidade, de portas abertas aos vizinhos, e nunca cercado num muro isolacionista.
- b) PERTENCIMENTO: pertencer significa não só estar integrado, mas fazer parte do todo significativo da comunidade. Tanto o abrigo pertence à comunidade local, quanto a comunidade local pertence ao abrigo, num sistema de troca constante.
- c) PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: desde a realização de pequenas tarefas domésticas, ao cuidado de uma horta, até capacitação formal para o mercado de trabalho, a preparação para o mundo do trabalho é um valor, pois fundamenta ontologicamente o ser humano.

2.3 – Valores do trabalho com as famílias:

- a) VÍNCULO FAMILIAR: o papel de todos os profissionais do abrigo é garantir acesso à família de origem e à família extensa, salvo exceções judiciais que impeçam tão ação. O vínculo familiar, enquanto valor, empodera profissionais nas suas ações e os norteia enquanto ponte entre o acolhido e a família.
- b) RESPEITO À DIVERSIDADE: não existe um ideal de família, um formato pronto. Tanto famílias compostas por pai e mãe, mãe e mãe, pai e pai, ou só um pai, ou só uma mãe, etc. devem ser respeitadas e valorizadas em sua diversidade. Não devemos exercer julgamentos morais em arranjos familiares.
- c) RESPEITO À HISTÓRIA DE VIDA: a história de vida de cada um é singular; valorizar essa história é acolher, educar e aprender. Este valor não aceita estigmas, preconceitos, moralismos.

2.4 – Valores do trabalho com a comunidade

- a) EDUCAÇÃO: desde a matrícula na rede educacional até o acompanhamento de atividades domiciliares, a educação faz parte de um valor essencial ao crescimento humano, amplia horizontes e valoriza as possibilidades da pessoa humana.
- b) LAZER: a inserção em atividades de lazer em instituições que garantem o fortalecimento e os vínculos transforma o lazer não apenas num direito, mas num valor que permeia o crescimento individual saudável.
- c) PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL LOCAL: comunidade é cultura, maneira de ser territorializada. A cultura é um valor coletivo construído a cada dia significativamente por todos. Um abrigo fechado à comunidade é um abrigo sem cultura, sem riqueza, é um abrigo marginalizado. (RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE, 2021)⁶³.

⁶³ Informação oral obtida em entrevista, concedida pelo responsável da UNAC I, via e-mail.

Como principal objetivo, o abrigo institucional possui, primeiramente, a reintegração familiar; quando esgotadas as possibilidades, busca “realizar um trabalho de fortalecimento dos vínculos comunitários com a construção de um projeto de vida visando a promoção da sua autonomia”⁶⁴. É válido elucidar que a inserção dos acolhidos e a promoção de vínculos com a comunidade faz parte dos princípios estabelecidos pelo Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

1.2 As normativas para os espaços físicos *versus* a realidade na entidade selecionada

As Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), aprovadas pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA/MDS nº 1, de 18 de junho de 2009, têm a pretensão de reordenar, em nível nacional, os serviços de acolhimento às crianças e aos adolescentes oferecidos por meio dos abrigos institucionais, das casas-lares, das famílias acolhedoras e das repúblicas. O documento abrange temas com o intuito de orientar ações que enfatizem o ato de acolher, por exemplo, “garantia de acesso e respeito à diversidade e não-discriminação”, “oferta de atendimento personalizado e individualizado”, “garantia de liberdade de crença e religião”, “atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente e durante o período de acolhimento”, “organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente”, “definição do papel e valorização dos educadores/cuidadores e da família acolhedora”⁶⁵, entre outros.

Ao mais tocante à pesquisa, entre os temas que o documento disserta, está o capítulo “Parâmetros de funcionamento”, o qual, no transcorrer deste capítulo, foi abordado. Nele são discorridos sobre assuntos, como quais ambientes mínimos as entidades devem ter, qual a quantidade máxima de moradores, quais características precisam possuir. A começar, é informado que o abrigo institucional precisa estar inserido na comunidade, em um ambiente residencial, e a sua fachada não deve identificar a entidade. Quanto a esses quesitos, a UNAC I atende a todos eles, visto estar geograficamente bem localizada, em uma zona residencial da região administrativa do Guará-DF. Não há identificação que demonstre que, no local, funciona um serviço de acolhimento, já que a sua fachada é uniforme no tocante às da vizinhança, com pé direito igual ao predominante por ali, com telhado da mesma tipologia.

⁶⁴ Informação oral obtida em entrevista, concedida pelo responsável da UNAC I, via e-mail.

⁶⁵ Os exemplos citados são títulos de capítulos ou subcapítulos das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Uma curiosidade é o fato de ser comum, no Guará, a presença de portão com grades, o qual permite uma relação com a comunidade mediante o contato visual, característica da qual a unidade também se utiliza. Sua localização igualmente permite o fácil acesso a serviços essenciais, devido à proximidade, e ao lazer público, pois, perto da casa, há uma praça com quadra de esportes, parquinho infantil e área verde (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Equipamentos públicos próximos à UNAC I



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 2 – Praça próxima à UNAC I



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

O abrigo institucional “deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local” (BRASIL, 2009, p. 68). Pode-se dizer que o documento evidencia a inserção do acolhido na comunidade devido às entidades regidas pelo Primeiro Código de Menores (1927) – e até tempos depois do ECA (1990) – terem fornecido serviços dentro da entidade, o que isolava o morador da sociedade e da comunidade. A UNAC I possui sua organização espacial como a de uma casa e insere os acolhidos em atividades fornecidas por terceiros. Além disso, deixa o direito de ir e vir do adolescente, que pode sair desde que informe o seu itinerário, e o seu retorno até as 22 horas.

Nas entrevistas, os cuidadores relataram que, por vezes, a vizinhança interage, leva uma comida, cumprimenta-os, sabe reconhecer quem são os moradores. Entretanto há um certo receio por parte das pessoas do entorno por conta dos problemas que a entidade já teve com os moradores que eram usuários de drogas. Por isso, alguns adolescentes não gostam de contar que moram na entidade, pois possuem vergonha em razão de muitos vizinhos rotularem todos os acolhidos que ali passam pela ação de outro colega, ou outro morador que

não reside mais no abrigo institucional. Não obstante, a entidade cumpre o seu papel ao não identificar a casa como um serviço de acolhimento.

Parte importante do documento é a “infraestrutura e espaços mínimos sugeridos”⁶⁶. Para os abrigos institucionais, as Orientações Técnicas estipulam: ambiente para estudo, área de serviço, área externa, banheiros – sendo um para cada seis pessoas, ao menos um banheiro adaptado para deficientes –, espaço para reuniões, quartos – com um número recomendado de seis acolhidos em cada, mas com exceção de até seis⁶⁷ – sala para coordenação ou administração, sala de estar ou similar, sala de jantar ou copa e sala para a equipe técnica. Observa-se que, nesse tipo de entidade, não se faz necessário que a parte administrativa seja independente do restante do edifício. Assim, segue um quadro comparativo dos ambientes mínimos sugeridos pelo documento e o que existe na entidade (Quadro 3).

Quadro 3 – Ambientes mínimos que as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) sugerem *versus* ambientes que existem na UNAC I

Ambientes sugeridos pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009)	Ambientes que existem ou inexistem na UNAC I
Quartos com até quatro por quarto	✓ Sim
Sala de estar ou similar	✓ Sim
Sala de jantar/copa	✗ Não
Ambiente para estudos	✗ Não
Um banheiro a cada seis acolhidos	✓ Sim
Banheiro para os funcionários	✓ Sim
Ao menos um banheiro adaptado para deficientes	✗ Não
Cozinha	✓ Sim
Área de serviço	✓ Sim
Área externa	✓ Sim
Sala para a equipe técnica	✓ Sim
Sala de coordenação/atividades administrativas	✓ Sim
Sala/espço para reuniões	✗ Não

Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

⁶⁶ Brasil, 2009, p. 73.

⁶⁷ Quando essa for a única alternativa para a manutenção do serviço.

Com a exceção do banheiro adaptado a deficientes e o de uso exclusivo dos funcionários, todas as outras informações foram preenchidas pela responsável na entrevista sobre a entidade. Apesar de o quarto para os cuidadores não fazer parte dos ambientes mínimos sugeridos, ao contrário da lista dos ambientes da casa-lar, na UNAC I, há um destinado a eles. A entidade conta com dois quartos, com metragens de aproximadamente⁶⁸ 11,01 m² (Figura 3) e uma suíte de 15,05 m², sem contar com a área do banheiro (Figura 4).

Figura 3 – Quarto de 11,01 m²



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 4 – Quarto de 15,05m²



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Estavam dormindo, no quarto maior, três meninos; no quarto menor, apenas um adolescente. As Orientações Técnicas estabelecem um parâmetro de 2,25m² por pessoa em cada quarto, de modo que, quando o ambiente para estudos for no mesmo ambiente desse espaço, deve ser aumentado a 3,25 m² para cada acolhido. Assim a UNAC I está de acordo com o espaço sugerido, haja vista no quarto maior haver espaço para até seis acolhidos sem a função de ambiente para estudos, ao passo que oferece espaço para quatro com o ambiente para estudos. Por sua vez, o quarto menor possui capacidade para quatro ocupantes sem o ambiente para estudos e para três moradores com o ambiente para estudos.

Para a sala de estar, é sugerido que tenha 1m² para cada morador e cuidador. A sala existente na UNAC I é bastante grande, com mais de 25 m² (Figura 5), mesmo com a entidade em sua capacidade máxima – calculada pela metragem mínima dos quartos por quantidade de moradores – que seria de 10 m² por acolhido. Somados 2 m² para os cuidadores, teria espaço

⁶⁸ As medidas foram levantadas *in loco* pela pesquisadora. Elas são aproximadas devido a uma possível pequena margem de erro pela dificuldade de obter as médias por conta dos móveis.

suficiente. Considera-se, entretanto, a capacidade do sofá pequena, o que gera, por vezes, pequenos desentendimentos entre os acolhidos.

Figura 5 – Sala de estar da UNAC I



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

A entidade possui rampa de acesso na entrada e um bom espaço para a circulação, inclusive a do corredor, que concede acesso aos quartos é de um metro de largura, mas existem características que não permitem a acessibilidade, como alguns pequenos degraus (Figura 6), falta de barra nos banheiros – além de a passagem, que o box da área molhada possui, não ser acessível – e não há piso tátil em nenhum local. Pelas Orientações Técnicas, é aconselhado que exista, pelo menos, um banheiro adaptado para deficientes e que esteja em conformidade com a Norma NBR 9050/ABNT, o que não há na entidade. Nos demais quesitos, que se referem aos banheiros para que haja “1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes” e “1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para os funcionários”⁶⁹, a UNAC I está em conformidade.

Figura 6 – Degrau de acesso ao hall que antecede a sala de estar



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

⁶⁹ Brasil, 2009, p. 73.

Apesar de existirem os espaços à sala da equipe técnica e à sala de coordenação ou às atividades administrativas, considera-se inadequados, bem como foram motivo de queixa pelos próprios funcionários. A área do fundo da casa foi transformada em espaço para o corpo técnico e administrativo (Figura 7), onde há fogão, geladeira e pia, ou seja, uma copa improvisada para os funcionários. Em meio à copa, há armários com os documentos, que devem estar de posse do administrativo (Figura 8), e uma pequena sala foi improvisada para três funcionários (Figura 9). Além da qualidade espacial ruim para os funcionários, há a falta de privacidade para realizar os atendimentos individuais, que são efetuados em uma mesa no meio da sala, de forma que, a depender do tom de voz, a conversa pode ser ouvida em um dos quartos que possui a janela volta a essa área. O adolescente, que ocupa esse quarto, diz quase nunca abrir a janela, pois isso gera falta de privacidade, também pelo fato de a visão ser a parede da sala administrativa e a entrada de pouca luz natural (Figura 10).

Figura 7 – Entrada para o espaço destinado aos funcionários



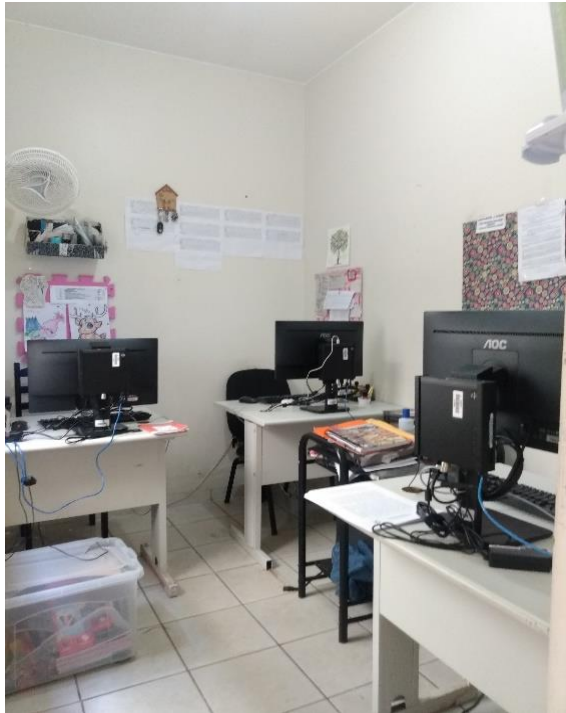
Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 8 – Espaço destinado ao corpo técnico e administrativo



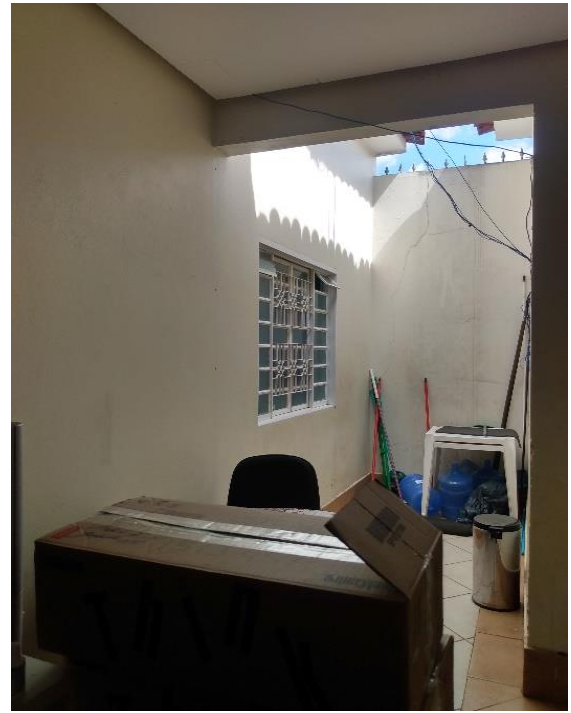
Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 9 – Sala da equipe administrativa



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 10 – Mesa para atendimento dos acolhidos (atrás das caixas) e janela de um dos quartos dos acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Evidencia-se a falta de um ambiente para estudos, um ambiente tão importante que sua ausência acaba por colaborar com a falta de interesse do adolescente para o aprendizado. Outra questão importante é que, apesar de as orientações recomendar que toda entidade deve possuir estrutura física capacitada para receber deficientes, a UNAC I não se encontra acessível, assim como a maioria das entidades existentes conforme a autora pôde constatar em outras entidades visitadas, tanto no Distrito Federal, quanto em Goiânia-GO. Elucida-se que a falta de verba destinada ao investimento nos espaços físicos e a ausência de preocupação com a arquitetura dos espaços por parte de autoridades dificultam a concretização de espaços adequados aos deficientes.

CAPÍTULO 2 – A IDENTIDADE DO MORADOR E O SIGNIFICADO DO HABITAR

Para ir além do ponto de vista de uma arquiteta, é necessário iniciar este capítulo com o olhar no morador dessas entidades, isto é, quem são essas crianças e adolescentes, como se sentem, como desejam que o edifício que residem seja, quais os sentimentos, os medos e os anseios que carregam. É apresentado um resumo sobre quem são as crianças e os adolescentes acolhidos em entidades do tipo abrigo institucional e casa-lar, no sentido de características são comuns à maioria desses meninos e meninas, o que inclui os principais motivos que os levam ao afastamento familiar ou até a destituição de guarda dos responsáveis.

Elucida-se o emocional, os sonhos e as memórias da criança e do adolescente que se encontra em situação de acolhimento, baseando-se nos desenhos, nos relatos e nas conversas que ocorreram durante as visitas da autora, bem como nas respostas coletadas nas entrevistas com os moradores e os funcionários de uma entidade de Brasília – UNAC I.

Quando se considera que muitas crianças passam muitos anos ou, até mesmo, toda a sua infância e a sua adolescência em abrigos institucionais ou casas-lares, é pertinente que, de fato, esses ambientes acolham. Como a própria denominação, “acolhimento institucional”⁷⁰, esse serviço socioassistencial já o sugere. Julga-se que os abrigos institucionais e as casas-lares devem propiciar, aos acolhidos, condições favoráveis para a significação de lar, tendo em vista que muitas crianças e adolescentes não possuem referência de lar e passaram por traumas físicos e/ou psicológicos envolvendo a moradia que residiam.

Além disso, a ocorrência da permanência por vários anos em um ambiente que não acolhe as crianças e os adolescentes, incluindo não propiciar a significação de lar, dificulta a melhora psicológica, um bom desenvolvimento emocional e, em algumas situações, a reabilitação física, pois se sabe que há casos de violência física, nos quais os acolhidos necessitam também de conforto para a recuperação de hematomas, equimose, fraturas e afins. Considera-se, igualmente, que essas crianças e adolescentes sempre carecem de restabelecimento psicológico, a qual a arquitetura pode contribuir. Por tais considerações, entende-se que o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deve possuir a significação de lar, ainda que provisório, visto que não há nada que substitua o carinho e a proteção que uma família biológica ou substituta pode agregar.

⁷⁰ Designação atribuída pela Lei nº 12.010, de 2009.

Ao se pensar que o habitar “transforma um espaço sem significado em um espaço especial, um lugar”⁷¹, este capítulo igualmente discorre sobre questões essenciais à existência e à significação do lar e do habitar: territorialidade, identidade nos espaços, cotidiano banal e domesticidade, os quais promovem ressignificação do espaço como lugar e lar, como também proporcionam memórias positivas em relação a essa moradia – abrigo institucional ou casalar:

O lar é uma condição complexa que integra memórias, imagens, passado e presente, sendo um complexo de ritos pessoais e rotinas quotidianas que constitui o reflexo de seus habitantes, aí incluídos seus sonhos, esperanças e dramas. (MIGUEL, 2001).

É imprescindível trazer breves considerações sobre o habitar antes dar continuidade ao capítulo. A interpretação mais comum entre as pessoas, no que diz respeito à definição de habitar, é “ter um teto sobre nossas cabeças e um certo número de metros quadrados à nossa disposição” (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 12⁷² apud CAMARGO, 2010, p. 17). Todavia habitar está muito além de algo material e palpável.

Heidegger (2012) conecta o termo habitar com o construir a partir da etimologia dessas palavras, mas o construir que o autor se refere não se trata do arquitetônico de erguer edifícios. Heidegger remete-se ao construir sendo sinônimo de habitar⁷³, de permanecer, residir; é o construir com o caminho que se percorre, por meio da permanência, para se obter experiências vividas; é o caminho que o ser humano perfaz desde o seu nascimento. Nesse estudo, o autor demonstra que “a palavra do antigo alto-alemão usada para dizer construir, “*buan*”, significa habitar” (HEIDEGGER, 2012, p. 126), expressando o sentido “permanecer, morar”. Considera-se que a significação morar denota uma característica da classificação de “*habitar privado*”⁷⁴ de Norberg-Schulz, que tem como palco “a casa – ou o lar –, onde experimentamos a chamada ‘*paz doméstica*’ ” (CAMARGO, 2017, p. 26).

Segundo Heidegger (2012, p. 128), a palavra “*wunian*” é o gótico da palavra “*wuon*”, a qual vem do antigo saxão de *bauen* (verbo construir em alemão – língua nativa de Heidegger). O termo “*wunian*” significa permanecer, porém expõe a significação da “experiência desse permanecer. *Wunian* diz: ser e estar apaziguado, ser e permanecer em paz” (HEIDEGGER, 2012,, p. 129). Por sua vez, a palavra paz em alemão, *Friede*, possui, como significado, “o livre, *Freie*, *Frye*, e *fry* diz: preservado do dano e da ameaça, preservado de

⁷¹ Pallasmaa, 2017, p. 7.

⁷² Essa obra de Norber-Schulz, *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture* (1985), não possui título em português, e a autora não conseguiu acessá-la.

⁷³ “Construir já é em si mesmo habitar” (HEIDEGGER, 2012, p. 126).

⁷⁴ Norberg-Schulz (1985, p. 13) apud Camargo, 2007, p. 26.

[...], ou seja, resguardado. Libertar-se significa propriamente resguardar. [...] seguindo a correspondência com a palavra libertar (*freien*): libertar para a paz de um abrigo”⁷⁵. Ainda seguindo o pensamento de Heidegger (2012), o ato de resguardar não seria simplesmente abrigar, mas na percepção de “algo positivo”.

Com essas considerações, apoiadas em Heidegger (2012), pode-se dizer que o habitar no âmbito doméstico, do lar, seria uma construção de vínculos afetivos com o espaço, por intermédio da permanência e do ato de morar que assegurem a construção de memórias, as quais só concretizarão o habitar caso forem positivas. Essa moradia só tem acepção de espaço habitado para seu morador se transmitir paz, se resguardar além das intempéries, contudo no sentido de despertar algo positivo em seu habitante, ou seja, se o morador possuir liberdade e pertencimento. Pertencimento possui conexão com a identidade do morador com o local, posto que, quanto mais forte é o sentimento de se sentir inserido, “mais forte é a sua identidade com esse lugar” (CAMARGO, 2007, p. 175)

Assim, os acolhidos nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes só habitam de fato e possuem uma significação de lar nessa moradia se possuírem vínculos afetivos com o espaço, tornando-o lugar, por meio de uma permanência na casa – mesmo que provisória – que possibilite e concretize memórias positivas; se o morador possuir liberdade e se sentir pertencido por se identificar com o espaço e se sentir domínio sob o espaço, o que reflete em ações de territorialidade.

2.1 O perfil das crianças e dos adolescentes

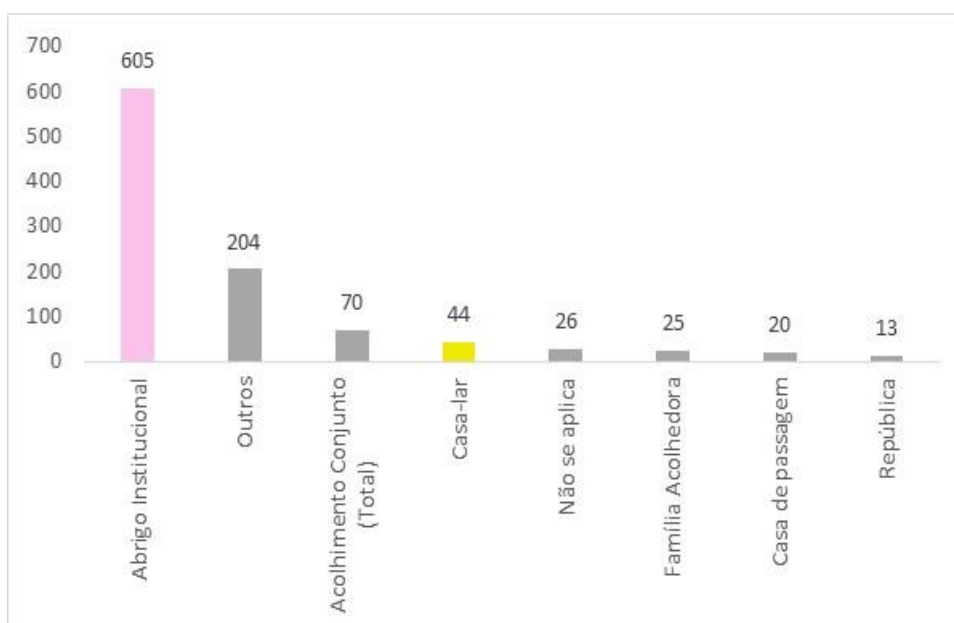
A provisoriedade deve caracterizar o acolhimento de crianças e de adolescentes, confirmando ao acolhido uma situação passageira. Todavia há casos em que os acolhidos residem em abrigos institucionais ou em casas-lares até sua maioridade. Normalmente são adolescentes que possuem uma baixa probabilidade de serem adotados ou de serem reinseridos em suas famílias biológicas. Por vezes, ocorre a conscientização dessa realidade para alguns adolescentes, como pôde ser constatado durante a entrevista com Éden. Este adolescente considera que só irá sair do serviço de acolhimento após os dezoito anos, “*mas é bom só ter só mesmo esse lugar pra morar enquanto não fiz meus dezoito anos*” (sic).

Dados disponíveis em Bernardi (2020) demonstram que, entre os meses de maio e julho de 2020, havia 605 adolescentes com idade superior a 18 anos acolhidos em abrigo

⁷⁵ Heidegger, 2012, p. 129.

institucional (Gráfico 1). Desse total de adolescentes com mais de 18 anos em sistema de acolhimento, 66,04% residiam em abrigo institucional, casa-lar ou família acolhedora. Salienta-se que, aproximadamente, 41,72% do total dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes participaram dessa pesquisa, que foi o *Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em tempos de Covid-19: apresentação dos resultados*.

Gráfico 1 – Jovens acima de 18 anos no sistema de acolhimento



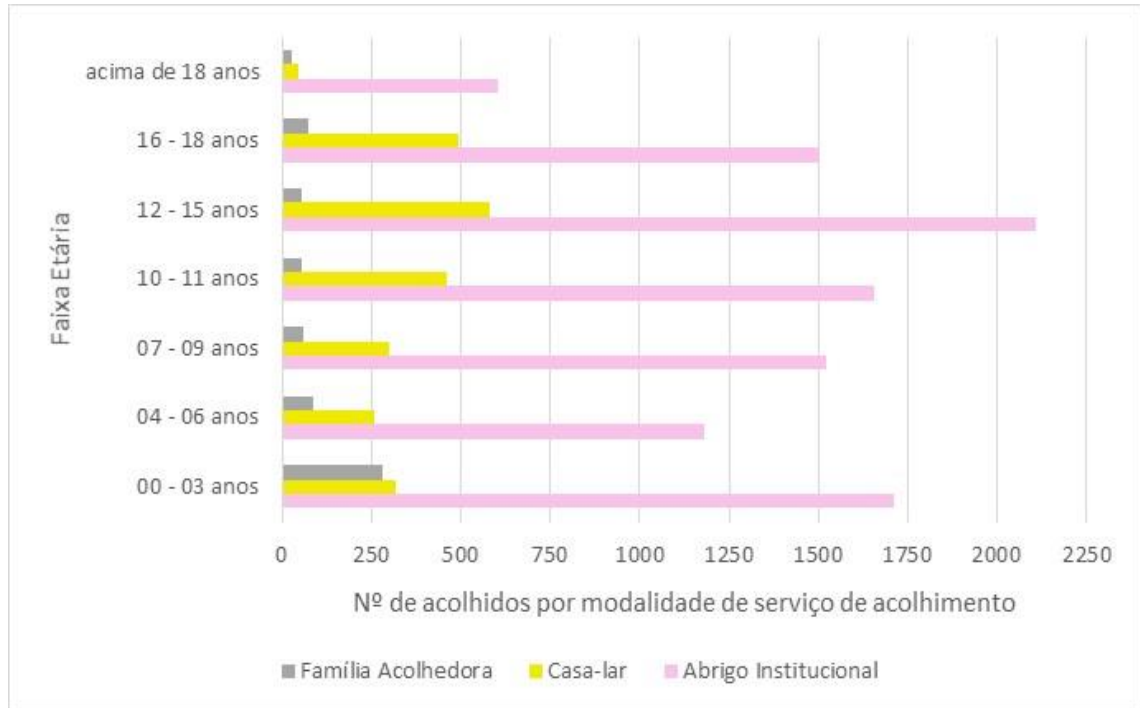
Fonte: Pesquisa NECA/MNPCFC/FICE BRASIL, 2020 apud Bernardi, 2020.
Reproduzido e adaptado por Marlyene Ferreira Batista, 2021.

A mesma fonte destaca a alta probabilidade de os adolescentes – inseridos em serviço de acolhimento após os 13 anos – não saírem antes que completem dezoito anos, o que, outra vez, contradiz a provisoriedade e corresponde a uma alta probabilidade de cinco anos de suas vidas, pelo menos, residindo em entidades de acolhimento. Tais informações refletem a contradição e enfatizam a importância que deve ser dada aos espaços que os acolhem.

Contraditoriamente, no Brasil, entre os meses de maio e julho de 2020, a faixa etária com maior número de acolhidos foi entre 12 e 15 anos. Ao se analisar as informações somente da Região Centro-Oeste, onde se encontra a UNAC I, a faixa etária predominante é entre 10 e 11 anos, seguida por uma quantidade muito próxima de acolhidos entre sete e nove anos (BERNARDI, 2020), os quais demonstram o percentual de idade das crianças e dos adolescentes acolhidos de acordo com as três modalidades de acolhimento de permanência

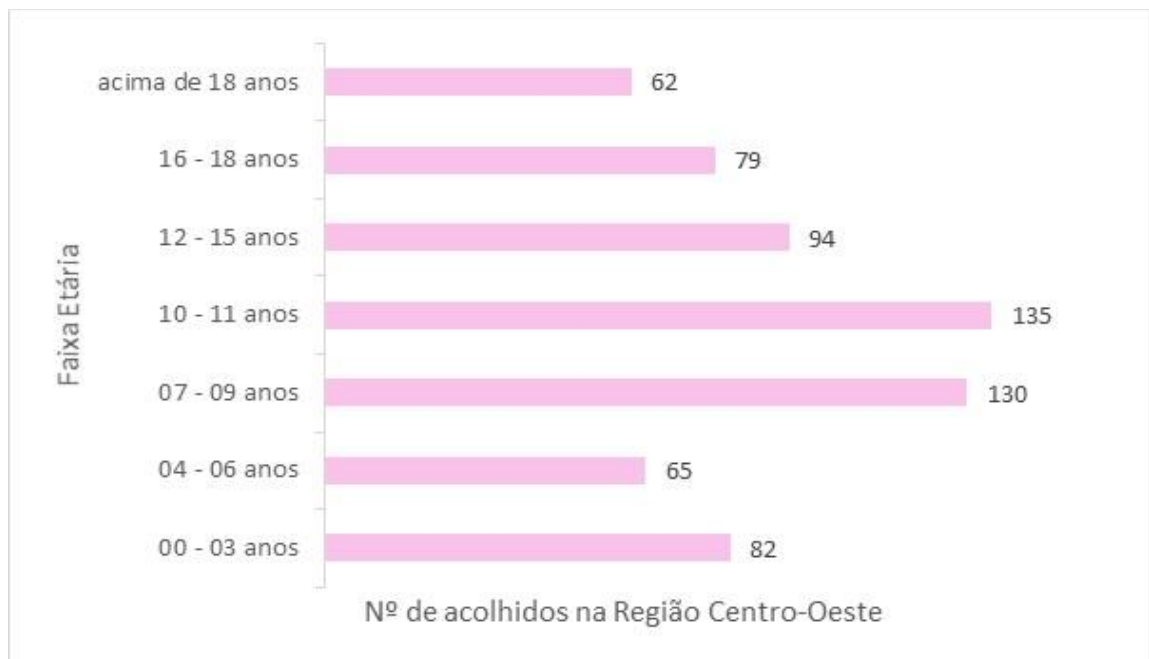
para crianças e adolescentes (Gráfico 2) e os acolhidos nos estados da Região Centro-Oeste (Gráfico 3):

Gráfico 2 – Faixa etária acolhida nos serviços de acolhimento do Brasil entre os meses de maio e julho



Fonte: Marlyene Ferreira Batista (2021) com dados disponibilizados por Bernardi (2020).

Gráfico 3 – Faixa etária acolhida na Região Centro-Oeste entre os meses de maio e julho de 2020



Fonte: Marlyene Ferreira Batista (2021) com dados disponibilizados por Bernardi (2020).

Quando acolhidos, esses meninos e meninas esperam retornar às suas famílias biológicas. Para muitos, com o passar do tempo, devido à ausência da presença dessas famílias em suas vidas durante o acolhimento, tal esperança passa a tornar-se distante. Por isso, despertam o sonho da colocação em família substituta, da adoção. Em sua mente, o acolhido deseja que esse processo de saída do serviço de acolhimento seja rápido, todavia não é raro que seja demorado ou que não aconteça.

De acordo com o ECA, a reinserção familiar deve ser medida prioritária, e o tempo de permanência na instituição, conforme a Lei nº 13.509/2017, deve ser de dezoito meses, havendo a possibilidade de aumentar esse tempo desde que seja para o bem do acolhido. Somente após o esgotamento das tentativas de reinserção na família biológica, por vezes motivo que acarreta no acolhimento por mais de dezoito meses, da criança ou do adolescente, é que se pode privar o poder familiar e colocar o acolhido disponível para a adoção. Muitas vezes, há casos com uma morosidade maior do que dezoito meses na destituição familiar, mesmo não ocorrendo reinserção na família de origem. Isso acontece por diversos motivos, por exemplo, o fato de se acreditar que aquela criança ou adolescente teria pouca chance de ser adotado por conta de fatores como idade elevada ou a presença de deficiência, crendo ser melhor continuar na tentativa do retorno dela à família. Rodrigues (2015, p. 52) avalia que isso ocorre devido a “não efetivação, por completo, das políticas públicas do Estado e de algumas práticas institucionais que dificultam a articulação dos serviços”.

Durante os anos de 2017 e 2021, a autora desta pesquisa visitou diversas entidades⁷⁶ para conhecê-las e realizar visitas sociais. Duas delas, a ASCEP em Goiânia-GO e a AMPARE na Vila Planalto-DF, eram voltadas exclusivamente às crianças e aos adolescentes com múltiplas deficiências. No entanto, apesar de serem intituladas como abrigo institucional ou casa-lar, a maioria dos residentes era adulta, com idades acima dos 18 anos, e grande parte nunca foi para a adoção; quando esses residentes são adotados, equivalem a um percentual muito baixo de adoção. É importante destacar que apenas 8,31% dos pretendentes aceitam adotar crianças/adolescentes com deficiência, física ou mental; em contrapartida, esses representam 12,47% das crianças aptas à adoção (CNA, 2019). Percebe-se que, além de o número de pretendentes, que aceita deficientes, ser baixo, há também o quesito da idade ser

⁷⁶ As visitas não tiveram relação com a presente pesquisa. No ano de 2017, foram visitados diversos abrigos institucionais e casas-lares para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, para a Universidade Estadual de Goiás, intitulado ACEDEVIDA, Conexão: bairro – ACEDEVIDA – cidade. Desde então, a autora visitou várias entidades de serviço de acolhimento à criança e ao adolescente no intuito de conhecê-las e realizar visitas sociais. Ressalta-se que a única entidade visitada para esta dissertação, na qual houve aplicação de metodologia, foi a UNAC I, à qual concedeu o Termo de Anuência conforme estabelecido e apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás.

consentida em relação somente às crianças com deficiência – o qual não é disponibilizado pelo Conselho Nacional de Adoção.

O fator mais comum para o acolhimento de crianças e adolescentes deficientes é o abandono por seus pais ou responsáveis por causa da deficiência, encontrando-se uma maior ocorrência quando se trata de deficiências múltiplas. Não obstante, essas crianças chegam às instituições com uma probabilidade, mesmo que pequena, de serem adotadas, a qual vai diminuindo com o aumento da faixa etária, como ocorre não somente às crianças deficientes. Porém, devido o motivo ser o abandono por parte da família, os processos tendem a demorar, na tentativa de uma reconciliação, escasseando a possibilidade de inserção em uma família substituta.

Dentre os elementos contribuintes para que o acolhido permaneça mais tempo nos abrigos institucionais ou nas casas-lares, existe ainda a negação do afastamento familiar, situação pela qual o acolhido considera a justiça culpada ao ponto de ser adotado e não ansiar o novo lar por alimentar a esperança de retorno à sua família biológica. Essas crianças e adolescentes costumam criar uma figura maternal e/ou paternal amorosa e inocente, de modo que mantêm em suas mentes a significação popular de que mãe não abandona, sempre deseja o melhor ao filho e o ama, pois é isso o que eles almejam ter.

Durante a visita, um dos acolhidos relatou já ter sido adotado três vezes, sendo que, em uma das vezes, o adolescente optou por fugir da casa onde estava morando por permear a esperança de sua família querer e poder tê-lo volta: *“É, eu fico meio magoado por causa que, muitas das vezes, eu parei de ser adotado porque eu queria a minha família”* (sic)⁷⁷. Outro acolhido disse ter sido adotado e ter optado por não permanecer com a família substituta, além de demonstrar rancor pelas pessoas que o adotaram e considerar a justiça culpada por seu afastamento familiar⁷⁸.

O programa televisivo *Caminhos da Reportagem* exibiu na TV Brasil, no ano de 2017, a reportagem “Histórias de Abrigo” com foco em adolescentes prestes a completarem dezoito anos e que se encontravam em situação de acolhimento. Uma das localidades, em que a equipe de reportagem realizou entrevistas com os acolhidos, foi uma entidade do Distrito Federal. Na reportagem, é perceptível a imagem de mãe presente que eles fantasiam, bem como a esperança de regressarem às suas famílias. Constata-se, também, a existência de adolescentes que passaram a maior parte de suas vidas residindo em abrigos institucionais ou

⁷⁷ Informação verbal expressada pelo adolescente Leonardo após a realização de desenho, em metodologia proposta, na fotografia da memória.

⁷⁸ Informação verbal obtida em conversa informal, durante a visita na UNAC I, pela qual o adolescente quis se expressar, mas sem estar sendo gravado.

casas-lares. Uma das entrevistadas, com dezessete anos, relata à reportagem ter chegado à entidade aos nove anos, e que dois de seus irmãos, de igual forma, passaram muito tempo em serviços de acolhimento. A adolescente conta que, apesar de nunca ter recebido a visita dos pais, em nenhuma circunstância, ela quis ser adotada graças ao desejo de reencontrar a família, possuindo considerações pela mãe biológica.

Na mesma reportagem supracitada da TV Brasil (2017), um adolescente, que no momento da entrevista estava residindo em um serviço de acolhimento do Distrito Federal, também com dezessete anos, descreve a sua história de vulnerabilidade. O menino estava fora da casa de sua família biológica desde os sete anos de idade, quando fugiu e foi morar na rua, mas nunca foi para a adoção: “Da rua, ele era acolhido, depois reintegrado à sua família e fugia de novo. E, assim, o tempo foi passando. Nunca foi destituído da família de origem e cadastrado para a adoção”⁷⁹.

Rodrigues⁸⁰ em seu livro *A provisoriedade do abrigo e a produção de afetos* (2015) aponta mais motivos para a demora da saída dos acolhidos dos serviços de acolhimento:

A partir da experiência, de uma década, na Vara da Infância e Juventude do Fórum de Santo Amaro, como psicóloga do Judiciário, foi que deparei com muitas dificuldades no que se refere às situações de adolescentes abrigados, sobretudo quando contavam com mais de 12 anos de idade, e, em virtude de serem submetidos à negligência, às violências física sexual e psicológica, somados ao esgotamento de tentativas de inserção em suas respectivas famílias de origem, também em face da ausência de pessoas interessadas em assumir sua responsabilidade, era necessário inseri-los em serviços de acolhimento.

Cabe registrar, ademais, que, em meio ao conjunto de adolescentes inseridos em instituições de acolhimento, havia uma parcela de sujeitos que se encontrava ainda abrigada por motivos outros: demora na reavaliação das famílias de origem ou em virtude de problemas de comportamento, institucionalizados a pedido dos próprios genitores ou ainda em razão da "falta de condições sociais" das famílias (sem que estas fossem inseridas no Centro de Referência de Assistência Social). (RODRIGUES, 2015, p. 19).

O fato é que, quanto mais o tempo passa, menos são as chances de adoção, uma vez que os pretendentes a adotarem desejam majoritariamente crianças de até três anos (17,78%) seguido por até cinco anos (15,51%)⁸¹. Esse percentual é contraditório à predominante faixa etária disponível à adoção, entre 13 e 15 anos de idade, que juntas representam 34,21%⁸² de todas crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Ainda de acordo com o Relatório de

⁷⁹ Fala da repórter em vídeo disponível no canal TV Brasil, no YouTube, aos 5 minutos e 58 segundos.

⁸⁰ Mestre em psicologia social e psicóloga judiciária da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁸¹ Dados extraídos do Relatório de Pretendentes Cadastrados (Nacional), gerado pelo CNA, no dia 02 de dezembro de 2020.

⁸² Dados extraídos do Relatório de Crianças Disponíveis, do Cadastro Nacional de Adoção, na página de web do site do CNJ, acessado no dia 02 de dezembro de 2020.

Pretendentes Cadastrados (Nacional) no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o percentual de pretendentes adotantes dispostos a receberem crianças com até seis anos cai bruscamente, equivalendo a um percentual de 10,58%. A queda de percentual é cada vez maior conforme a idade aumenta, exemplificando-se com outros percentuais extraídos do relatório supracitado: com até sete anos, 6%; com até oito anos, 3,58%; com até nove anos, 1,71%; com até dezesseis anos, 0,16%.

No Brasil, são acolhidos 50.673 menores⁸³, ao passo que o Distrito Federal e territórios possuem, atualmente⁸⁴, 620 guias de acolhimento ativos registrados no Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). Desse total, a maior quantidade por idade está na faixa etária de 14 a 16 anos, seguida por aquela de 10 a 13 anos. Mesmo que as entidades se destinem ao acolhimento de menores de 18 anos, 7,42% ainda representam uma idade maior do que 18 anos. Somando-se apenas as crianças⁸⁵, obtém-se um resultado que significa mais da metade do número de acolhidos (53,11%) (CNCA, 2019).

As crianças e os adolescentes residentes de instituições de acolhimento deparam-se com várias situações de dúvida durante sua trajetória. A incerteza de sonhos e do futuro são companheiros de seus pensamentos. O afastamento familiar pode contribuir com o tempo para a fragilidade da ligação com a família, que provavelmente já está afetada. Quando essa ligação familiar é definitivamente rompida, é comum constatar duas situações: eles acabam por permanecer na entidade (Silva, 2012) até completarem 18 anos ou ficam trocando de entidade, dificultando ainda mais o sentimento de lar e pertencimento.

Nas visitas realizadas à UNAC I, constatou-se grande rotatividade de acolhidos, o que vai ao encontro da segunda situação supracitada. Os cuidadores, que participaram da entrevista, ao responder às perguntas sobre os moradores, fizeram questão de reforçar que era difícil, pois, a cada vez que mudavam, eles tinham comportamentos e rotinas diferentes. Com isso, a pesquisadora frisou que queria saber sobre os adolescentes que estavam acolhidos no momento da entrevista. Alguns acabavam por relatar, de um modo geral, sobre outros adolescentes que passaram pela entidade, como pode ser constatado na fala do Cuidador A: *“[...]esses meninos que estão aqui hoje né, esses que estão aqui hoje, a gente hoje tá pegando meninos que não têm comprometimento com droga, meninos que é mais tranquilos né, que não tomam remédio”*⁸⁶ (sic), bem como na fala do Cuidador B:

⁸³ CNAC, 2019.

⁸⁴ Dados consultados no dia 18 de outubro de 2019.

⁸⁵ Entende-se criança a faixa etária de 0 a 12 anos.

⁸⁶ Informação oral obtida em entrevista com um dos cuidadores da UNAC I.

Depende do público né, porque assim a gente, depende do público. Nos últimos dez anos, a gente teve uma rotatividade de público, muito público com doença mental e dogradiação [...]. Agora, atualmente com o público mais estável que não usa droga e mentalmente estável, a gente consegue, que é o caso dos últimos três meses, seis meses. (CUIDADOR B, 2021)⁸⁷.

Os moradores desses locais costumam possuir um bloqueio de apego, tanto às pessoas, quanto ao lugar. Dentre as razões, pode-se citar a provisoriedade, que deve caracterizar o serviço de acolhimento institucional, enfocando uma problemática em relação à criação de afetos dos moradores. Mesmo que grande parte permaneça por mais tempo dentro dos serviços de acolhimento, as trocas das entidades costumam ser constantes, caracterizando, ao acolhido, as moradias como transitórias e contribuindo para a ausência de vínculos afetivos ao espaço e às pessoas.

Outra motivação para esse bloqueio são as situações de risco e/ou vulnerabilidade vividas, visto que, quando os acolhidos saem de suas casas, onde moravam com os responsáveis, carregam algum motivo traumatizante, como comprovam as principais razões de acolhimento. De acordo com o *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento*, são elas: “pobreza das famílias (24,2%), abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%), dependência química dos pais ou dos responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%), vivência de rua (7,0%) e orfandade (5,2%)” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 35).

Conforme explicado anteriormente, durante a realização da dissertação, precisamente em março do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o coronavírus como uma pandemia. Assim, em dezembro de 2020, foi publicado o *Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em tempos de Covid-19: apresentação dos resultados*, a partir de dados levantados entre os meses de maio e julho do ano de 2020. Dentre as informações, há os motivos de acolhimento, com o intuito de avaliar as mudanças perante a pandemia. Segue abaixo a reprodução do quadro comparativo dos dados levantados em 2011, porém publicados em 2013, com os obtidos em 2020:

⁸⁷ Informação oral obtida em entrevista com um dos cuidadores da UNAC I.

Quadro 4 – Principais motivos de acolhimento nos anos de 2011 e 2020

2011	2020
1. Negligência na família – 37,6%	1. Negligência dos pais ou responsáveis – 30,7%
2. Pais ou responsáveis dependentes químicos – 20,1%	2. Abandono pelos pais ou responsáveis – 12%
3. Abandono pelos pais ou responsáveis – 19%	3. Violência doméstica física – 9%
4. Violência doméstica física – 10,8%	4. Violência sexual intrafamiliar – 6%
5. Violência sexual intrafamiliar – 5,5%	5. Uso de substâncias psicoativas pela criança ou adolescente — 5,3%

Fonte: Bernardi, 2020, p. 103.

Em ambos os levantamentos, nos anos de 2011 e 2020, o principal motivo do acolhimento de crianças e adolescentes foi a negligência dos responsáveis, a qual “pode encobrir motivos diversos relacionados à pobreza e à tendência política e cultural de acolhimento dos filhos de famílias pobres categorizadas como negligentes” (BERNARDI, 2020, p. 103). Nota-se que houve uma diminuição do percentual de quase todos os motivos, da negligência dos responsáveis, do abandono pelos responsáveis e da violência doméstica física. Entretanto, a violência sexual intrafamiliar obteve aumento de 0,5%. Constata-se, também, a exclusão de os responsáveis serem dependentes químicos dentre os principais motivos, além do aparecimento de um novo motivo: o uso de substâncias psicoativas pela criança ou adolescente.

A partir dos principais motivos de acolhimento, é possível imaginar os traumas físicos e psicológicos que uma criança ou um adolescente em situação de acolhimento possui. Tal questão foi verificada na fala dos adolescentes que participaram da entrevista, feita pela autora. Por exemplo, quando Leonardo enuncia, após a realização do desenho da *Fotografia da Memória*, “*a gente tem passados muito pesados*” (sic). Na fala do acolhido Éden, após desenhar uma casa, são perceptíveis os seus traumas quando exprime que “*teria vontade de ter [a casa que desenhou], mas pra passar assim, os meus momentos ruins ou os momentos de tristeza e de dor [...]*” (sic) ou, até mesmo, na resposta de Eliseu ao escolher a cor verde para representar a entidade e ser questionado o porquê, dizendo “*porque todo mundo aqui tem esperança de alguma coisa*” (sic). Tais acontecimentos geram um bloqueio nas vítimas, fazendo-os acreditarem que, talvez, nunca mais possam sentir-se em segurança, em um lugar que possam confiar, sentir-se libertos e felizes.

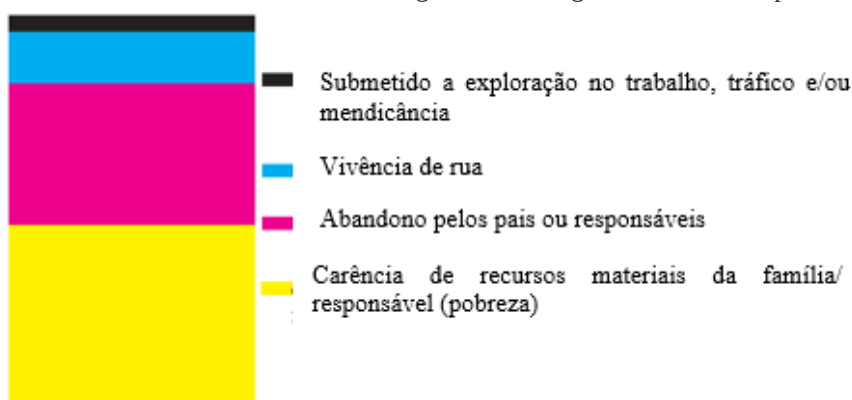
A sensação de rejeição e insegurança pode ser reforçada quando esses menores são reinseridos no contexto familiar, e a situação de risco torna a repetir-se, ou quando são

adotados e depois devolvidos às instituições, bem como quando completam dezoito anos e precisam sair do serviço de acolhimento, o que gera preocupação nos adolescentes. Diante desse contexto, o Tribunal de Justiça de Goiás realizou um encontro com adolescentes para que partilhassem desse sentimento de insegurança. Tem-se, a seguir, o relato de um adolescente de dezessete anos com o codinome *D*:

Minha mãe não tinha condições de cuidar de nós. Depois que meu padrasto deu uma facada nela, eu e meus irmãos fomos separados, três ficaram com minha avó e três foram para abrigos. D. e um irmão de 15 estão no Lar Mãe Zeferina. Em janeiro, ele completa 18 anos. “Quero um emprego fixo para fazer faculdade e ajudar meus irmãos e minha mãe”. A mãe está em situação de rua, e ele não conheceu o pai. “Não tenho medo do futuro, mas às vezes fico pensativo”. D. conta que um casal de Araguari resgatou os três irmãos do abrigo, mas eles não conheceram um lar. “Eu vi meus irmãos apanharem muito, eles ficavam roxos, minha irmã foi obrigada a comer papel. Eu nunca vi a minha mãe bater na gente”. Com a separação do casal e os maus tratos confirmados, houve mais uma ruptura afetiva. A menina foi adotada por uma professora, e ele e o irmão mais uma vez tiveram como destino uma instituição de acolhimento. “Eu sou profundamente grato por esse abrigo”. (LONGO, 2019).

Sobre o contexto socioeconômico das crianças acolhidas nas entidades, no geral, é de baixa renda; por conseguinte, a maioria das crianças e a família possuem ausência de instrução e/ou estudo, o que facilita na não garantia dos direitos fundamentais à criança e ao adolescente (IPEA/CONANDA, 2004) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Motivos de ingresso em abrigos relacionados à pobreza



Fonte: IPEA/DISOC (2003), citado por IPEA/CONANDA (2004).

Reproduzido por Marlyene Ferreira Batista., 2019.

Quanto à cor da pele dos abrigados disponíveis à adoção, que constam no Relatório de Crianças Cadastradas do Cadastro Nacional de Adoção (CNA, 2019), juntando-se os pardos e os negros, tem-se uma representatividade de 63,85% dos abrigados. Consoante o Relatório de Pretendentes Cadastrados (Nacional) do CNA, há uma contradição no que diz

respeito ao perfil requisitado pelos pretendentes a adotar, pois a quantidade de adotantes que aceita crianças de todas as cores juntamente com a que aceita somente negros ou pardos representa 49,79%.

Pode-se afirmar, com a informação relatada acima, que as crianças com etnia parda ou negra tendem a permanecer por mais tempo nas entidades de acolhimento. Além da exigência da cor da pele para a adoção, outro ponto lembrado, em 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IPEA/CONANDA, 2004) para as crianças dessas etnias serem majorias nos serviços de acolhimento, é a renda de suas famílias que tende a ser menor devido a fatores preconceituosos e socioculturais.

No que concerne às visitas realizadas na UNAC I, nos dias de suas ocorrências, estavam presentes quatro meninos com idades entre 11 e 16 anos. Dimas, de 11 anos; Eliseu, de 13 anos; Leonardo, de 15 anos e Éden, de 16 anos. Todos eles aceitaram colaborar com a presente pesquisa com a autorização da gerente da entidade. Ademais, segundo as informações coletadas por meio da entrevista com a gerente da unidade, havia um total de seis acolhidos ali, mais dois adolescentes de 17 anos que estavam nas casas de suas famílias por causa do processo de reintegração familiar. Dois dos que estavam presentes na entidade, os irmãos Eliseu e Dimas, estavam também em reintegração familiar. Dos adolescentes que estavam residindo na UNAC I, havia quatro que adentraram no serviço e acolhimento com idades entre três e cinco anos e dois com 12 anos. Dentre os acolhidos da UNAC I, há casos de algum(s), não se sabe exatamente quantos, que já foram adotados e devolvidos.

Na ocasião da pesquisa, todos os quatro adolescentes, que participaram das entrevistas, estavam frequentando a escola. Quando questionados sobre a perspectiva profissional, apenas Eliseu disse não saber ainda o que desejava ser. Dimas disse querer ser veterinário; Éden almejava ter a sua própria marca de roupas, a qual expressasse o seu estilo, e Leandro sonhava em ser engenheiro civil.

No geral, as crianças e os adolescentes acolhidos possuem barreiras para a construção de sentimentos positivos e criação de vínculos afetivos. O ser humano já nasce visando afeto, carinho e calor da mãe para suprir a falta do útero materno. Entretanto, as crianças e os adolescentes em serviço de acolhimento nutrem a confiança em relação à família quebrada, pois, por algum motivo, seus responsáveis não conseguiram garantir seus direitos ou, ainda pior, foram os próprios pais e/ou mães os responsáveis pela não garantia de seus direitos. Prova disso, em 24,1% dos casos de abuso sexual com crianças, os agressores são os pais ou os padrastos das vítimas; em 2,9% dos casos de agressão, são as mães ou as madrastas

que cometem o estupro contra a criança ou o adolescente (CERQUEIRA; COELHO, 2014). No acolhimento perante a pandemia, 7,4% estavam acolhidos pelo motivo de violência sexual, sendo que, desses casos, 78,38% foram intrafamiliares (BERNARDI, 2020).

É fato que a dificuldade em confiar e se apegar ao lugar e às pessoas são consequência da ruptura do elo familiar. Além do mais, se o acolhimento é providência provisória, por que se apegar a um lugar e às pessoas que, em breve, o indivíduo não terá mais contato? A dor do afastamento familiar, a adaptação a um novo ambiente, aprender a morar com pessoas que nunca fizeram parte de suas vidas, dividir o quarto com colegas, até então, estranhos e que possuem modos de habitar diferentes, são desafios e mudanças bruscas na vida dessas crianças e desses adolescentes.

Antes de ser acolhida, essa criança ou adolescente residia em uma casa com os seus familiares ou responsáveis, sendo-lhe, até então, a sua referência de lar e habitar, independentemente de sua descrição arquitetônica. Dificilmente ela saberá distinguir casa de lar em definição, mas sabe que estar abrigada do mundo externo não significa possuir sentimentos bons em relação à moradia; significa, sim, sentir-se pertencente, gostar do espaço ou poder ter sua identidade expressada nele, ou seja, possuir um lugar. Não obstante, quando ela é afastada do convívio familiar, por algum motivo, o encanto de proteção e aconchego, o qual envolve as relações com as pessoas do convívio da casa, quebra-se, e, de repente, essa criança ou adolescente é enviada a um serviço de acolhimento. Essa nova casa, que carrega a função de amparar as crianças e os adolescentes, possui características e costumes diferentes das que esse menor estava acostumado. A partir de então, pode-se imaginar o quão difícil é a adaptação desse acolhido à nova moradia, em todos os aspectos, tanto à estrutura física, quanto às relações sociais.

Bachelard (2008) descreve bem a casa onírica, a casa da infância do ser humano. A casa da infância é a casa que o ser humano sempre terá como ponto de referência para seus devaneios, é o elo afetivo de um ponto referencial marcado na lembrança. Os meninos e as meninas que vão para o serviço de acolhimento possuíam sua casa onírica, que subitamente lhes foi desmoronada.

Com isso, considera-se que os acolhidos têm quatro saídas: continuarem a acreditar e a fantasiar a existência do lar que não lhes garantiu seus direitos, e que talvez lhes retornará; acreditarem que não voltarão às suas famílias biológicas, mas que um novo lar os acolherá, pensamento que vai diminuindo com o aumento da idade; enxergarem o acolhimento do serviço institucional como seu lar, porém, para isso, é necessário não haver rotatividade frequente de moradias; crerem que há grande probabilidade de não saírem do serviço de

acolhimento antes dos dezoito anos e terem as moradias do serviço de acolhimento apenas como um abrigo físico, em que podem estar abrigados, ter comida, acesso a oportunidades – como os cursos profissionalizantes –, mas que consideram uma casa provisória, um abrigo onde não se preocupam em demarcar território ou domesticar, porque sabem que estão de passagem e, a qualquer momento, podem ser levados para outra entidade.

A questão é que todas as moradias deixam uma marca na construção de identidade do morador, assinalam a memória seja com lembranças positivas seja com negativas, pois nenhuma vivência se apaga repentinamente. Além disso, os acolhidos já carregam memórias negativas devido aos traumas sofridos. Assim, necessita-se que, com efeito, as entidades de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes acolham, colaborem para que não se sintam tristes na casa que habitam, possibilitando a afetividade ao lugar, por meio da arquitetura, e às pessoas, sabendo-se que, nesse quesito, são envolvidas mais as questões psicológicas do que as arquitetônicas, além da construção de boas memórias.

2.2 Entre o sonho e a realidade

Como é o ambiente em que residem os adolescentes acolhidos e como eles gostariam que fosse? Como seria o serviço de acolhimento dos sonhos, com foco nos aspectos físicos para os acolhidos? Para responder a esse questionamento, utilizou-se o método de imagens e palavras, descrito nos procedimentos metodológicos, juntamente aos trechos das falas dos acolhidos e dos cuidadores que complementam as respostas obtidas na dinâmica citada. É importante ressaltar que o método de imagens e palavras foi criado pelo arquiteto Saddek Rehal para eliminar as barreiras de comunicação por meio de imagens e fotografias, uma vez que a expressão verbal, em determinado momento, torna-se insuficiente. Assim, a pesquisadora utilizou-se do método, descrito em Rehal (2002), com algumas modificações, intitulada *Dinâmica de Imagens e Palavras*⁸⁸, aplicando-a com os acolhidos na UNAC I.

A dinâmica foi realizada de forma individual com os adolescentes acolhidos na UNAC I⁸⁹, de modo a coletar as impressões pessoais de cada um sobre o espaço em que se encontravam e como sonhavam que ele fosse. Foram dispostas 120 imagens sobre mesas, de

⁸⁸ O roteiro da dinâmica pode ser conferido nos apêndices desta pesquisa.

⁸⁹ Havia seis adolescentes acolhidos na UNAC I, dos quais dois estavam nas casas de suas famílias devido ao processo de reintegração familiar. Os outros quatro, que se encontravam na entidade e aceitaram participar da pesquisa, assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. A responsável por eles, na entidade, também assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) direcionado aos responsáveis, autorizando a participação dos adolescentes por estes possuírem idades inferiores a 18 anos.

forma que os participantes conseguissem visualizar todas. Havia imagens de diversos temas de ambientes, tais como: quartos coloridos, monocromáticos, aconchegantes, institucionalizados; áreas externas cimentadas e verdes, com e sem parquinho; salas de residências e salas de instituições; grandes refeitórios e uma pequena sala de jantar; quartos; áreas com a presença de animal de estimação; espaços floridos e espaço para estudos. Havia também imagens que expressavam sentimentos e relações com as pessoas, como: pessoas felizes, conversando; pessoas isoladas, criança triste, outra sendo cuidada; amigos conversando; grupos de estudo; adolescente estudando sozinho, etc. (Figura 11).

Figura 11 – Figuras dispostas sobre mesas para aplicação da *Dinâmica de Imagens e Palavras*



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Iniciou-se a dinâmica mediante a leitura de alguns questionamentos aos participantes, os quais não deveriam serem respondidos no momento. As perguntas foram:

- a) Descreva o lugar onde você está morando atualmente.
- b) Qual é o lugar que você mais gosta, de onde está morando atualmente? Descreva esse lugar.
- c) Qual é o lugar que você menos gosta, de onde está morando atualmente? Descreva esse lugar.
- d) Se você pudesse mudar alguma coisa, o que mudaria no lugar onde mora atualmente? (Incluem cor, som, salas, quartos, cozinha ou qualquer local da casa).
- e) Indique um lugar de refúgio, onde mora, para você; e outro fora de onde mora, ou seja, um lugar que gosta de ficar sozinho ou de ir quando está chateado, ou um lugar onde se sinta bem.

- f) Observe essas imagens, você tem vontade de falar algo sobre alguma delas?
Qual e o quê?

Após a leitura das questões, solicitou-se que os participantes visualizassem as imagens e escolhessem quantas quisessem, com o propósito de destacar aquelas que os fizessem recordar o lugar que estavam residindo, no caso, a UNAC I, e outras que representassem como gostariam que ali fosse. Após finalizarem essa etapa, as perguntas foram relidas a fim de que pudessem ser respondidas. O método de imagens e palavras, na aplicação realizada pela autora, permitiu leituras sobre as imagens escolhidas, além de as imagens despertarem falas nos acolhidos, pois, quando se pede para que escolham as imagens, os participantes não sabem bem o que procurar, de modo que, a partir das imagens, as respostas vão surgindo. Para a análise, a pesquisadora comparou as respostas, obtendo-se as imagens que foram escolhidas mais de uma vez.

Nesse âmbito, vinte e uma imagens distintas foram escolhidas, como aquelas que fizeram os participantes se recordarem do ambiente em que viviam, as quais cinco foram selecionadas duas vezes por participantes diferentes. Quanto às imagens definidas para representar de que forma eles aspiravam que fosse a entidade, um total de vinte e cinco imagens foram escolhidas. Dessas, duas foram separadas três vezes por múltiplos participantes, e três foram selecionadas por dois participantes.

Os dois adolescentes mais velhos, Éden – 16 anos – e Leonardo – 15 anos –, escolheram duas imagens iguais para o grupo das que os lembravam a entidade, mesmo sem saberem da escolha do colega. A primeira imagem foi a de um quarto em uma antiga casa campo, com telhado em madeira rústica, móveis antigos, paredes de pedra ou apenas com reboco. É possível verificar a presença de uma teia de aranha no canto da figura, notando-se, também, a entrada de pouca luz natural no ambiente⁹⁰ – uma janela estreita pela qual entra apenas um feixe de luz –, de maneira que a imagem desperta sensação de frieza e solidão. A outra fotografia escolhida por Éden e Leonardo foi a de um quarto fotografado pela autora, no ano de 2017, em outro abrigo institucional. Predomina-se, na imagem, a falta de privacidade por conta do compartilhamento do quarto com muitas pessoas, além da ausência de personificação do espaço. Observa-se a falta de visibilidade com o mundo externo, pois as janelas são altas, e, como na figura anteriormente descrita, há a presença de pouca luz natural (Figura 12).

⁹⁰ Algumas imagens não puderam ser inseridas na pesquisa devido aos direitos autorais, por isso serão disponibilizados os links de acesso. A imagem do quarto do campo mostrada aos participantes pode ser encontrada no link: <https://pixers.es/fotomurales/dormitorio-en-una-antigua-casa-de-campo-59855647>.

Figura 12 – Foto escolhida por dois adolescentes para o grupo de imagens que os fazem lembrar-se de onde estavam morando no momento da realização da dinâmica



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Pode-se perceber que a escolha da primeira imagem, descrita acima, um quarto de uma casa de campo antiga, não parece de fato com os quartos existentes na entidade onde os acolhidos estavam residindo. Assim, interpreta-se que as imagens foram escolhidas por demonstrarem um espaço sem afeto, remetendo a um lugar inabitado, talvez abandonado, por eles não possuírem um sentimento de pertencimento e identificação ao abrigo institucional em que estavam residindo. Entretanto há um ponto em comum entre os quartos das figuras escolhidas e os da entidade em que estavam habitando, ou seja, a presença da pouca entrada de luz. No quarto maior, onde Éden dorme, os armários estão dispostos de forma a tampar grande parte da entrada de luz da janela (Figura 13). Leonardo, que ocupa o quarto menor, queixou-se que não vê diferença em deixar a cortina sempre fechada, dado que, para ele, não há a entrada de muita luz. Contudo a iluminação é relativamente boa, porém adentra de forma indireta graças à proximidade da parede da sala administrativa, aspecto que também não possibilita contato visual com o horizonte, com o firmamento (Figuras 14 e 15).

Figura 13 – Iluminação do quarto maior



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 14 – Iluminação do quarto menor



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 15 – Vista do quarto menor, ocupado por Éden: iluminação natural indireta



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Os dois adolescentes, Éden e Leonardo, também tiveram duas escolhas em comum para as imagens que representam como queriam que fosse a entidade onde estavam residindo. Em ambas as imagens, atenta-se para a presença de jardins, o que enfatiza a importância da natureza, que é reforçada nas falas durante a entrevista na qual os dois expressaram sentir falta de espaços verdes, pois consideraram que o espaço ideal deveria disponibilizar áreas verdes para o serviço de acolhimento (Figuras 16 e 17). Esse pensamento pôde ser igualmente reforçado com os desenhos apresentados na dinâmica *Fotografia da Memória*, esboços estes presentes no subcapítulo “A relação memória e a afetividade ao lugar”. Três de um total de quatro participantes desenharam lugares com a presença da natureza. Ademais uma fala do adolescente Leonardo, em outro momento, fortalece ainda mais a importância de áreas verdes para os acolhidos:

“Uma fazenda, um lugar mais espaçoso, entendeu? Por causa que uma casa não seria essencial para pessoas como a gente. A gente, a gente tem passados muito pesados, então um lugar mais espaçoso seria melhor. Tipo, eu taria triste pelo meu passado, estaria nervoso, eu sempre teria um lugar pra mim ficar sozinho, talvez. Ah, pra mim fazer também, porque fazenda, lugar assim de natureza, sempre vai ter uma coisa pra fazer ou um pensamento pra criar mesmo, entendeu?” (sic) (Leonardo, acolhido, 15 anos)⁹¹

Figura 16 – “Jardim projetado por Gilberto Elkis”



Fonte: Foto de Zeca Wittner publicada em Mazzoni (2016)⁹³.

Figura 17 – Refeitório com presença de área verde e cores que transmitem frescor



Fonte: Solução Flex Móveis para Escritório⁹².

Ao ser questionado qual era o local da entidade que mais gostava, Leonardo disse ser o quarto, mas que se o quintal fosse conforme escolhera nas imagens seria o seu lugar preferido para ficar, pois seria mais fresco e teria mais coisas para fazer; da forma que estava, seu espaço favorito era o seu quarto. Vale enfatizar que o adolescente ocupava o quarto sozinho, que lhe permitia ter aquele ambiente como um espaço para um habitar íntimo, ainda que tivesse selecionado outras três imagens de áreas externas e todas possuísem a presença de muita natureza.

Quanto à escolha da imagem do refeitório, nota-se que os acolhidos demonstraram sentir falta de um espaço adequado e convidativo para realizarem as refeições, onde pudessem se interagir durante as refeições. Ressalta-se que, no Brasil, o momento das refeições possui um valor cultural de importância dentro do convívio de um lar. Leonardo apontou outra fotografia de um refeitório, retratado pela autora em outra entidade, no ano de 2017, que caracteriza um ambiente simples, mas que foi pensado para esse uso e possibilita as refeições

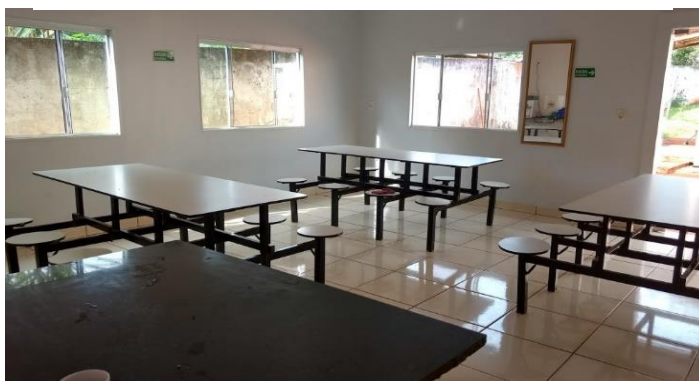
⁹¹ Informação verbal em dinâmica, gravada com o consentimento do entrevistado e responsável, no ano de 2021.

⁹² A autora contatou a empresa, a qual autorizou o uso da imagem. Disponível em: <http://www.moveissolucaoflex.com.br/mesa-para-refeitorio/mesas-para-refeitorios-em-sao-paulo/mesa-para-refeitorio-industrial-na-liberdade>. Acesso em: 07 set. 2020.

⁹³ Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/casa-decoracao,faca-de-seu-jardim-um-territorio-seguro-para-os-cachorros,10000056490>. Acesso em: 05 set. 2020.

junto às outras pessoas de forma a se socializarem e terem momentos de convivência (Figura 18).

Figura 18 – Refeitório. Foto escolhida por Leonardo para representar como gostaria que a entidade fosse



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2017.

A escolha do adolescente por duas imagens de refeitórios para expressar como gostaria que fosse a entidade, e o fato de elas demonstrarem ambientes similares, mas, ao mesmo tempo, distintos, reafirma quanto os acolhidos sentem falta de um lugar apropriado para realizarem as refeições. Os refeitórios das imagens – apresentados nas Figuras 17 e 18 – são parecidos por possuir finalidades iguais e disposição semelhante dos móveis, visto que, em ambas as imagens, há várias mesas que compõem um espaço com capacidade para muitas pessoas. Contudo, tem-se, em uma delas, um ambiente claramente projetado e com maior investimento financeiro, e, em outra, um local simples.

Tais leituras demonstram que não é de grande relevância para os adolescentes se o ambiente é mais sofisticado ou mais simples. O importante é ter um ambiente pensado e adequado para eles comerem, onde possam desfrutar momentos de interação ao redor da mesa, visto que, até os dias das visitas, os acolhidos realizavam as refeições no sofá ou em bancos espalhados pela casa, pois não gostavam de se sentar na mesa existente, conforme as informações concedidas pelo Cuidador E em entrevista à autora. Na entidade, há uma mesa na cozinha com o intuito de ser destinada a essa finalidade, mas faltam cadeiras, móveis e disposição adequada para a realização das refeições. Outro ponto comum nas imagens é a abundância da luz natural, o que não ocorre no local visitado, tendo em vista onde se encontra a mesa voltada às refeições (Figura 19).

Eliseu apontou uma imagem com ambiente adequado para as refeições: uma sala de jantar, um ambiente mais familiar com uma pequena mesa, o que também representa a ausência desse espaço na entidade. Na escolha de Eliseu, nota-se a presença de cor vibrante e

piso amadeirado, um ambiente simples, mas que transmite alegria e aconchego. As características da imagem, selecionada por Eliseu, transmitem uma maior sensação de domesticidade e identificação com o ambiente, pois possuem mais elementos que o personificam comparados às imagens dos refeitórios, o que remete mais a um lar (Figura 20).

Figura 19 – Mesa na cozinha onde seria o local para as refeições



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 20 – Uma das imagens escolhidas por Eliseu para representar como gostaria que a entidade fosse

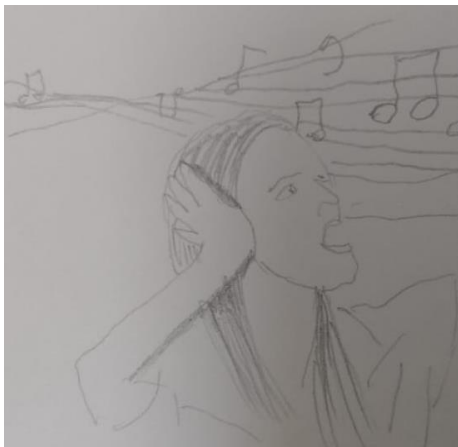


Fonte: Elare (s/d)⁹⁴.

Duas das imagens que se repetiram para compor o grupo, que recordam os participantes do ambiente em que estavam vivendo, e uma do grupo, que representa como gostariam que se tornasse aquele espaço, foram escolhidas por Eliseu e Leonardo. Em uma das imagens, faz-se a leitura da presença de sons desagradáveis na entidade, haja vista na imagem haver uma pessoa, tampando os ouvidos, cercada por ondas sonoras, com uma expressão facial de incômodo. Os adolescentes, ao escolher essa imagem, explicaram que, às vezes, outros colegas colocavam músicas altas que lhes eram desagradáveis por se tratarem de estilos musicais que não gostavam (Figura 21).

⁹⁴ Foto de produto vendido pela loja Elare. Disponível em: <https://www.elare.com.br/conjunto-de-mesa-redonda-com-4-cadeiras-luca-950-bonavita-bonavita-branco-courino-vermelho-950>. Acesso em: 05 set. 2020.

Figura 21 – Imagem escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os recordam a entidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

No decorrer das visitas, foi possível verificar que Éden possui como hábito ouvir músicas em um volume alto, o que incomoda os colegas. Nesse contexto, há um confronto de modos de habitar, até mesmo, de territorialidade, dado que Éden se utiliza da música alta como forma de transmitir um pensamento de soberania sobre os demais. Esse pensamento pode ser completado por meio da resposta do Cuidador A ao ser perguntado como avalia a convivência entre os moradores que estavam residindo na entidade: *“tá correndo tudo bem. Não teve nem, não teve é agressão... teve brigas de adolescentes, porque eles têm uma coisa de o mais antigo é que manda e tal” (sic)*⁹⁵.

A outra imagem em comum dos acolhidos Eliseu e Leonardo, para o grupo das que os recordam a entidade, mostra um banheiro fotografado pela autora, no ano de 2017, em outro abrigo institucional (Figura 22). Na entidade, há dois banheiros, um no quarto maior – suíte – e outro no corredor. No momento da escolha, os adolescentes deixaram claro que a foto lembrava o banheiro do corredor (Figura 23), o qual Eliseu expressou não gostar ao responder à pergunta, durante a *Dinâmica de Imagens e Palavras*, sobre qual era o lugar que ele menos gostava na entidade: *“ah, o banheiro. O banheiro que tem ali no corredor” (sic)*⁹⁶. Isso foi possível de ser verificado também na resposta do Cuidador A quando questionado qual era o ambiente que os moradores menos gostavam:

“não que eles não gostam, eles utilizam o banheiro assim só com um propósito só pra tomar banho e fazer as necessidades. Eles não têm o prazer de tá ali num banheiro ali, acho que tipo assim, quando a gente tá longe de casa a gente sente

⁹⁵ Informação verbal concedida pelo Cuidador A em entrevista à autora, gravada com a autorização do entrevistado, por meio do TCLE.

⁹⁶ Informação verbal concedida à autora pelo adolescente Eliseu, 13 anos, durante a *Dinâmica de Imagens e Palavras*.

falta do nosso banheiro. Eu acho que eles não têm muito essa coisa assim. Eles só usam ali, usam e saem né”. (sic) (Cuidador A, 2021)⁹⁷.

Figura 22 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os recordam a entidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2017.

Figura 23 – Foto do banheiro da UNAC I



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

O fato de os acolhidos não gostarem do banheiro se deve à ideia de transmitir sensação de sujeira por causa dos azulejos encardidos, além da questão de o compartilharem com outras pessoas que possuem hábitos diferentes, de igual modo que sucede a uma pessoa que usa um banheiro de um local que não seja o seu lar, utilizando-o com receio e, às vezes, com um pouco de nojo. O banheiro, em um lar, em que há pertencimento por meio de sentir-se acolhido graças a questões como a identificação e o aconchego, é um ambiente que proporciona momentos relaxantes, onde, com frequência, costuma-se passar um tempo enquanto executa ações despreocupadas, o que não ocorre aos acolhidos.

Complementarmente, a imagem de escolha em comum entre os adolescentes Leonardo e Eliseu é também a de um banheiro. A fotografia foi realizada pela autora em visita a um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no ano de 2017 (Figura 24). Essa entidade havia passado por uma reforma, promovida pelo *Projeto Casa da Criança*⁹⁸, que

⁹⁷ Informação verbal concedida à pesquisadora em entrevista gravada.

⁹⁸ “O PROJETO CASA DA CRIANÇA é uma organização com reconhecimento federal, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que defende os direitos das crianças e adolescentes em território nacional através de ações que vão desde reformas e construções a ações de interesse

transformou os espaços de modo a colaborar com que os moradores gostassem e se sentissem parte do local para promoção do bem-estar. Percebe-se que as cores presentes na foto chamaram a atenção dos participantes, as quais deixam o ambiente mais alegre. A existência de vários espelhos vai ao encontro de uma parte da fala do adolescente Leonardo em resposta à questão da *Dinâmica de Imagens e Palavras*, sobre o que mudaria na arquitetura, na qual disse que colocaria espelho em seu quarto. Essa relação é estabelecida – mesmo que o espelho, na foto escolhida, se encontre no banheiro – por ter sido notado que, na entidade, há apenas pequenos espelhos em armários de banheiro, nos quais não é possível que os moradores se observem além dos ombros para cima.

Figura 24 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens de como queriam que a entidade fosse



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2017.

As duas últimas imagens, que coincidem com as escolhas de mais de um adolescente, Eliseu e Leonardo, são fotografias de dois quartos de abrigos institucionais distintos fotografados pela autora no ano de 2017 (Figuras 25 e 26). Observa-se que a presença de beliches é algo em comum nas duas imagens e na entidade em que os adolescentes estavam residindo (Figura 27). Em contrapartida, o adolescente Leonardo disse, na *Dinâmica de Imagens e Palavras*, que outra coisa que modificaria seriam as camas, pois gostaria de ter uma cama que não fosse beliche. É evidente que as beliches otimizam o espaço, entretanto, como arquiteta, a pesquisadora observa que não é o fato de as camas serem beliches, e sim a aparência do móvel, normalmente feito de aço ou de madeiras escuras com um acabamento desgastado. As paredes sujas, os pisos estragados e os móveis deteriorados demarcam frieza e

nacional que primam pela qualidade do atendimento a exemplo do Programa CIA DOS ANJOS (que fortalece as unidades após as intervenções). Também trabalha para a influência nas políticas públicas cobrando junto aos governos suas responsabilidades para com a infância e na melhoria do atendimento ao câncer infantil” (PROJETO CASA DA CRIANÇA, 2021).

impessoalidade, sensação reforçada por baixa luminosidade, bem como pelo uso de cores mais escuras (Figura 28). Cores claras refletiriam melhor a luz e causariam uma sensação de maior luminosidade.

Figura 25 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os fazem recordar a entidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2017.

Figura 26 – Foto escolhida por Eliseu e Leonardo para o grupo de imagens que os fazem recordar a entidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2017.

Figura 27 – Presença de beliche em aço



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 28 – Beliches deterioradas e paredes sujas



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Tal observação feita pela arquiteta e pesquisadora pode ser intensificada pela imagem escolhida por Dimas, Eliseu e Éden para expor como gostariam que a entidade fosse. A figura retrata um quarto com a presença de duas beliches, porém o ambiente é convidativo, alegre e aconchegante. As beliches e as paredes são brancas, característica que transmite paz ao quarto; em correlação, o piso é amadeirado, o qual causa uma sensação de aconchego e de acolhimento. Por sua vez, as roupas de cama pontuam cores no quarto de forma individual e flexível, pois cada ocupante poderia escolher com que cor de colcha ficaria, além de ser um ponto de cor fácil de mudar ou deixar de existir (Figura 29). Outros pontos marcantes na figura é a presença de nichos individuais, para cada cama, onde seria possível a decoração com objetos importantes, além da iluminação individual.

Figura 29 – Imagem de quarto escolhida por três participantes para representar como gostariam que fosse a entidade que estavam morando



Fonte: Houzz, 2021⁹⁹.

A última figura escolhida por mais de um participante, por Dimas e Leonardo, para compor o grupo de imagens que refletem seus desejos, representa um jardim externo onde as cores predominam (Figura 30). À primeira vista, a trepadeira florida, da espécie *bougainvillea spectabilis*, destaca-se; em um segundo plano, a cor azul da janela orna muito bem a planta. Além disso, os pontos de cores presentes na almofada complementam a alegria do ambiente e equilibram-se com os estofados brancos; por fim, há, ao fundo, uma abundância de plantas verdes. O local transmite aconchego e frescor, sendo marcado pela presença da natureza e pela alegria das cores. Suas características evidenciam o desejo dos adolescentes por espaços com a exuberância da natureza, luz e ventilação natural, e cores alegres para proporcionarem um ambiente agradável em que se sintam refugiados.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.houzz.in/photos/scraggy-neck-phvw-vp~5626149>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Figura 30 – Foto de jardim florido escolhida pelos acolhidos Dimas e Leonardo para representar seus desejos



Fonte: Bosch, 2020. Disponível em Revista El Mueble.

Para finalizar, é possível dispor algumas características chaves que predominam por intermédio da análise realizada com as imagens escolhidas por mais de um adolescente. Entre as que os recordam a entidade, nota-se a frieza e a impessoalidade provocadas por certos motivos, tais quais a baixa luminosidade natural, a ausência de cores alegres, os móveis desgastados e o incômodo sonoro. Com as imagens que demonstram como os participantes gostariam que a entidade fosse, extrai-se questões importantes para a entidade almejada pelos acolhidos, em questões arquitetônicas, e, conseqüentemente, para a significação de lar. Nesse sentido, é viável frisar que seria possível haver uma identificação com o ambiente mediante a exposição da identidade dos participantes de forma material, além da sensação de eles se sentirem acolhidos por um espaço afável por meio de áreas verdes, natureza, ambientes que transmitam tranquilidade, contato com animais de estimação, espaços adequados para usos específicos, ambientes convidativos e aconchegantes, uso de cores vibrantes, local para colocar pertences que expressem a sua identidade e personificar o ambiente, entre outros.

2.2.1 Territorialidade e identidade nos espaços

Territorialidade e identidade são termos que se associam ao processo de apropriação de um espaço e aos aspectos da vida indissociáveis à vivência do ser humano, os quais, a partir do ato de apropriação, tornam-se territórios. De forma superficial, território é um espaço determinado onde ocorrem ações de apropriação por diversos sujeitos (TEIXEIRA, 2008). Por

sua vez, territorialidade são ações e seus provenientes, com o intuito de demonstrar apropriação e domínio sobre o espaço; é o comportamento do ser em um território que ele considera seu, onde sente liberdade e pertencimento.

Haesbaert (2007)¹⁰⁰ identifica três linhas conceituais sobre território:

Política: referida às relações espaço-poder em geral; ou jurídico-política, relativa também a todas as relações entre espaço e poder institucionalizadas. A mais difundida é aquela onde o território é definido como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação (propriedade) e recuperação simbólica de um grupo em relação com o seu espaço vivido.

Econômica: (muitas vezes economicista) menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado na luta de classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão territorial do trabalho. (HAESBAERT, 2007 apud GARCÍA, 2013, p. 30).

Assim, este estudo está focado em um território que se concentra na vertente política, sobretudo na cultural. Política devido ao abrigo institucional ser um espaço delimitado, institucionalizado e, de algum modo, controlado, pois, na entidade estudada, como em todos os serviços de acolhimento, há regras e valores estabelecidos. Os muros delimitam o espaço privado da entidade no que concerne ao público e, dado o momento em que se está dentro, existem normas, por exemplo, os adolescentes que fumam não podem fazê-lo na entidade, mas do portão para fora. De acordo com *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescente* (2009, p. 51), as diretrizes devem ser informadas de forma clara aos moradores, de modo que sejam cientes do que é permitido ou não dentro da entidade, e têm a função de “organizar um ambiente seguro e previsível”. Pelo fato de o controle vir de pessoas que estão constituindo novas relações com os acolhidos, às vezes, juntamente à relutância de não querer estar residindo em serviço de acolhimento, é criada uma resistência por parte dos acolhidos.

Rodrigues (2015) analisa que tais entidades possuem governamentalidade, onde há quem governa e quem é governado, e reflete que, nos serviços de acolhimento, aqueles moradores, os quais buscam questionar e contradizer as regras, são vistos como indisciplinados, entretanto eles seriam os que mantêm uma maior “potência de vida” ao sair da entidade, exatamente por questionarem. A autora ainda expõe que as crianças e os

¹⁰⁰ Em seu livro *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*.

adolescentes acolhidos, que aceitam todas as prescrições e as rotinas, acabam por perder o exercício de suas identidades.

A vertente culturalista representa a que existe nos serviços de acolhimento em simbologias e identidade do abrigo, ou a identidade dos diversos acolhidos que por eles passaram, porém distantes da individualização (Figuras 31, 32 e 33). Assim, o território cultural necessita tender à individualização, haja vista os acolhidos carecerem de condições que propiciem a apropriação do espaço e a exteriorização de seus valores e simbologias, que fazem parte da identidade – a qual cada um deles carrega consigo –, de forma a se sentirem pertencentes e a atribuir significação ao espaço, transformando-o em lugar.

Figura 31 – Expressão de territorialidade e de identidade feita por outros acolhidos dentro do armário



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 32 – Pichação realizada por outros acolhidos na porta do armário



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 33 – Escritas e desenhos na porta de entrada do quarto



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Na entidade estudada, além de muitas pichações enraizadas na identidade criada por outros adolescentes, que residiram naquele lugar, há, na sala de TV, a presença de um quadro com a seguinte mensagem religiosa: “A fé em Deus nos faz crer no incrível, ver o invisível e realizar o impossível”. Entretanto, observa-se que todos os acolhidos responderam não haver participado da personificação de algum ambiente. Destarte, mesmo que se identifiquem por possuir a mesma crença, o quadro é uma expressão de identidade do abrigo institucional e não individual (Figura 34). Na mesma figura, há também uma árvore, que os acolhidos disseram ter sido convidados a fazer, com papéis que possuem sonhos para que eles possam ler em momentos que venham a necessitar, demarcando uma territorialidade coletiva.

Figura 34 – Quadro colocado na sala pela entidade e árvore de sonhos feita pelos acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Para melhor compreensão de territorialidade, define-se o ato de apropriação do espaço, baseando-se em Segaud (2016).

Apropriar-se do espaço é estabelecer uma relação entre esse espaço e o eu (torná-lo próprio) por meio de um conjunto de práticas. Trata-se de atribuir significação a um lugar; isso pode ser feito no nível da semântica, por meio das palavras e pelos objetos e símbolos que lhes são vinculados. É um processo, um conjunto de ações que, obviamente, variam conforme as sociedades, as épocas, os indivíduos, e que podem frequentemente ser assimiladas a rituais. (SEGAUD, 2016, p. 126-127).

Desse modo, a pesquisa *in loco* concentrou-se na vertente culturalista, considerando-a o elo de ligação da pesquisa com a identidade, por intermédio da existência ou inexistência de objetos e símbolos no território, uma vez que a presença desses elementos configura uma territorialidade, o que atribui ao espaço caráter de território. Ademais, o ato de exercer territorialidade, mediante a materialização de objetos e símbolos, faz com que os acolhidos reforcem e demonstrem a sua identidade. Por consequência, isso proporciona uma identificação com o espaço e o seu reconhecimento identitário, que está ligado à cultura, de modo a conectar-se aos valores simbólicos, transformando o espaço em lugar. Nesse sentido, foi observada sobretudo a materialização individual da cultura e da identidade própria dos

acolhidos para compreender como ocorre a territorialidade na vivência dos adolescentes¹⁰¹ dentro do serviço de acolhimento.

Da mesma forma que o homem deseja dominar o espaço recorrendo à singularização, “conforme [seus] sentimentos e [sua] cultura”¹⁰², ao exteriorizar esse desejo, ele exerce territorialidade; por outro lado, ao concretizar o domínio sobre o espaço, ele pratica domesticidade. Quando há identificação com o espaço que habita e uma significação de lugar, o espaço igualmente estrutura a “identidade dos indivíduos”, influencia a “definição de si e a construção da personalidade” (SEGAUD, 2016, p. 99-100). Esse pensamento coaduna com o do arquiteto Pallasmaa (2013; 2018) em seus livros *A Imagem Corporificada*, *Habitar e Essências*, respectivamente: “Estamos em constante diálogo e interação com o ambiente, tal ponto que é impossível desconectar a imagem da identidade pessoal de seu contexto espacial e situacional. ‘Sou o espaço onde estou’, como diz o poeta Noël Arnaud ” (PALLASMAA, 2013, p. 125); “A arquitetura também ativa e reforça nosso senso de identidade, uma vez que sua experiência é sempre individual e única” (PALLASMAA, 2018, p. 113).

Um lar é uma coleção e uma concretização de imagens pessoais de proteção e intimidade, que permite a alguém reconhecer e recordar sua própria identidade. [...]. O lar é uma encenação de memória pessoal, um mediador complexo entre a intimidade e a vida pública. O espaço pessoal expressa a personalidade para o mundo exterior, mas, de modo igualmente importante, reforça a imagem que o morador tem de si mesmo e materializa sua ordem no mundo. (Pallasmaa, 2017, p. 21).

A apropriação do espaço torna-se possível mediante a identidade do grupo de pessoas que vive no território, bem como a identidade individual de cada um: “As percepções dos sentidos interagem com a memória e a imaginação para construir uma experiência total integrada com distintas conexões e significados”¹⁰³. Assim, cada pessoa possui uma experiência única sobre o espaço, experiências distintas sobre um mesmo território e formas diferentes de se relacionar com ele, pois toda a sua bagagem de identidade individual e cultural, a sua referência de habitar, as suas memórias e a sua imaginação ativada por essas experiências vividas influenciam como o ser vivencia a arquitetura ao nela permanecer.

Quando o ser humano se apropria do espaço, ou seja, toma-o para si, no sentido de “esse é o meu espaço”, “tenho domínio sobre esse espaço” – mostra que é o seu espaço

¹⁰¹ Ao considerar que a pesquisa ocorreu em uma entidade que acolhe pré-adolescentes e adolescentes.

¹⁰² Segaud, 2016, p. 99.

¹⁰³ Pallasmaa, 2018, p. 114.

pessoal –, está exercendo territorialidade. Camargo (2010, p. 46) coloca que a casa realiza comunicação para demonstrar às outras pessoas “quem e como somos”.

Para Segaud (2016), habitar está intrínseco a estabelecer vínculo positivo com um território, de maneira que, entre as formas de instituir esse vínculo, está a territorialidade, que, por sua vez, é possível devido à identidade de cada habitante. A identidade individual e a cultural de cada pessoa permitem que existam diferentes modos de habitar, uma vez que esse habitar se constitui da relação do “indivíduo singular” com o “lugar”¹⁰⁴. Ressalta-se que lugar é uma significação especial atribuída a um espaço por meio da experiência obtida nele pela permanência:

“Habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhes qualidades que permitam que cada um se identifique. [...]. De fato, é possível dizer que, se o habitar é um fenômeno geral, existem tantas maneiras de habitar quanto indivíduos”. O habitar é constituído pela relação do “indivíduo singular” com o “lugar”. (SEGAUD, 2016, p. 97).

Evidencia-se a associação que Segaud (2016) faz do habitar às qualidades atribuídas ao espaço com o recurso das vivências, isto é, construir memórias positivas. A concretização desses elos positivos pode ser incentivada com a ajuda da arquitetura, com espaços que assegurem a existência do território individual, essencial a um lar, e facilite o morador expressar a sua identidade, como locais pensados para a inserção de superfícies, por exemplo, que possam abrigar objetos importantes, possibilitando a personificação do espaço. Tal discussão traz à tona questões do subcapítulo 2.1 sobre a dificuldade de as crianças e os adolescentes estabelecerem uma significação de lugar, por causa dos traumas vivenciados, e a esperança, muitas vezes, de retornar à família biológica. Ademais, a existência de diversos modos de habitar proporcionados por diferentes identidades, diversos ‘eu’, quando manifestados dentro de uma moradia, resulta em diferentes domesticidades, quando houver.

É importante frisar que a identidade e a territorialidade são essenciais para existir a significação de lugar no espaço. Pallasmaa (2018) defende que um edifício só é arquitetura se for lugar, pois se o ser humano não consegue atribuir uma significação especial a um espaço, ele não é arquitetura. Esta é capaz de provocar uma significação especial no indivíduo que a vivencia por meio da permanência. O edifício da casa, que é um local de grande tempo de permanência, para a maioria das pessoas, se não é capaz de gerar uma significação especial em seu morador, não é arquitetura e não é lar. Essa significação faz parte da construção do lar, e é gerada pelo sentimento de pertencimento e liberdade, mediante a transformação do espaço

¹⁰⁴ Segaud, 2016, p. 97.

em território e da territorialidade, a qual advém do “eu” que cada um carrega consigo, a sua identidade.

Ao se mudar para uma nova moradia, os acolhidos, assim como os migrantes, tendem a reproduzir a sua cultura; caso não consigam, sofrem um processo de “fragmentação de sua identidade”; quando conseguem, eles concebem um território. Savi (2008), baseada em Relph (1980), expõe que a territorialidade é essencial à significação de lugar e de lar, e as suas existências dentro dos serviços de acolhimento, com a intervenção da arquitetura, influenciam na saúde psicológica dos acolhidos:

Afinal, segundo Relph (1980), o afastamento, voluntário ou compulsório, do lugar com o qual o homem possui extrema ligação sentimental e a não identificação com um novo lugar (no caso, com o abrigo de permanência continuada) podem desencadear até mesmo reações físicas como melancolia, depressão, sentimento de perda e doenças provocadas pelos sintomas anteriores. (SAVI, 2008, p. 96).

A autora referenciada avalia que a territorialidade permite que os acolhidos participem das atividades da entidade. Na entidade estudada, os adolescentes, antes da pandemia, possuíam horários para acordar. Por conta da Covid-19, essa rotina perdeu-se. A autora presenciou o cotidiano dos moradores durante a pandemia: os adolescentes acordam mais tarde; costumam passar o dia jogando no videogame, computador ou celular; por algumas horas, param para conversar com os funcionários e para realizar as atividades escolares, que estavam ocorrendo via plataforma digital. A entidade possui funcionários para cuidar da limpeza da casa, enquanto a comida é feita em outro local, chegando pronta para os acolhidos, os quais disseram preferir que as refeições fossem cozidas na casa, porque poderiam participar da escolha dos alimentos. Os adolescentes relataram que realizavam poucos afazeres domésticos, tais como lavar as suas roupas e as louças que sujavam para se alimentar. A pesquisadora atentou-se que não há participação deles nos afazeres da casa, mas somente naquilo que os funcionários lhes outorgam.

Não obstante, os cuidadores relataram que Leonardo demonstrou uma maior preocupação em cuidar do quarto que ocupava. Isso porque o adolescente, no momento da visita, não divide o quarto com outros colegas. Os cuidadores acrescentaram ainda que os moradores têm uma tendência de não gostar de cuidar dos espaços que dividem com os colegas, com o pensamento que não é justo, por exemplo, um ter de limpar o local enquanto o outro, não. Isso ocorre graças às diferentes bagagens culturais e à falta de território individual. Apesar de Leonardo, no momento das vistas, estar ocupando um quarto sozinho e ser o único que podia ter intimidade ao fechar a porta e a cortina, em um ambiente que não fosse o

banheiro, foi o que menos manifestou territorialidade por não haver elementos que materializassem a sua identidade no espaço.

O processo de singularização e dominação do espaço, por meio da identidade e da territorialidade, é uma apropriação do espaço pelo habitante. Pode-se dizer que a identidade manifestada em materialidade nos espaços, além de ser uma forma de territorialidade, que fortalece a identidade individual ou de um grupo, possibilita a identificação com o espaço, e todas essas ações resultam em um processo de significação de lar.

Se a apropriação do espaço é analisada como um processo, isto é, como o desenvolvimento material e simbólico de práticas num espaço circunscrito e culturalmente definido, ele conduz ao que, na França, é chamado de *chez soi* e, nos países anglo-saxões, de *home* [lar]. (SEGAUD, 2016, p. 102).

Segaud (2016) afirma que a existência de um território individual exclui a necessidade de o homem mostrar domínio sobre o outro. Pode-se dizer que a tendência dos adolescentes, que estão acolhidos na entidade há mais tempo, de querer demonstrar “que mandam” no local, conforme relatado pelo cuidador A em entrevista concedida à autora, deve-se ao fato da ausência de territórios individuais para os moradores. Consequentemente, a falta de territórios individuais entre moradores, que carregam hábitos distintos advindos de outras moradias, gera conflitos.

Foi possível constatar essa carência de território individual para os acolhidos. Durante a sua entrevista, Eliseu disse que o seu lugar de refúgio, na entidade, era o quarto, mas que, quando alguém chegava ao quarto, ele se “*embrulhava*”, o que certifica a ausência de território individual para o adolescente. Dentre as respostas de Leonardo, ao ser questionado o que mudaria na entidade, é citada a mudança do sofá existente (Figura 35) para um maior e mais confortável, além de inserir puffs, o que criaria mais espaços para a permanência dos moradores. O Cuidador E também expôs essa questão ao responder, durante a entrevista, sobre as mudanças na entidade em prol dos moradores: “Bom a primeira coisa que eu faria aqui era melhorar o mobiliário, porque aqui é extremamente desconfortável, eles mesmo não têm uma quantidade de sofás ali adequada pra eles, para eles se sentarem mais confortáveis e com privacidade”. Ademais, Leonardo, Eliseu e Éden disseram que construiriam uma sala de jogos; um dos adolescentes acrescentou que deixaria uma sala exclusiva para a televisão, de maneira que, se um dos moradores quisesse vê-la, isso seria viável enquanto outro adolescente estivesse jogando. Essas questões apontam para uma disputa de domínio sobre o espaço, motivos que geram conflitos.

Figura 35 – Sala de TV onde os adolescentes disputam o espaço no sofá



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Consoante Teixeira (2007, p. 4), fundamentado em Bonnemaison (2002), “é impossível pensar na existência de um território independente de seu grupo [cultural]”, o que é fato, já que o território é o espaço com a territorialidade expressada. As crianças e os adolescentes, que se encontram em serviço de acolhimento, passam por um processo de “marcas deixadas pelas rupturas afetivas, pelas ausências de quem não pôde vir” (TEIXEIRA, 2007, p. 6). São obrigados a mudar, seja para saírem da casa de suas famílias biológicas ou estendida e irem para o serviço de acolhimento, seja para trocarem de entidade, ou ainda quando são reintegrados à família ou adotados, mas, em seguida, retornam ao serviço de acolhimento, mesmo que para a promoção de seu bem-estar quando definido pela justiça. Assim, o acolhido tentará fixar-se material ou imaterialmente: um irá ao âmbito dos objetos, da materialização –que a pesquisa propõe analisar –, ao passo que o outro irá ao âmbito do significado que possui internamente.

Quando um acolhido se transfere para uma entidade, depara-se com culturas materializadas e estabelecidas, com um grupo já formado, visto que a entidade em si é um grupo, além das culturas materializadas por outros acolhidos, exemplificativamente, a pichação, os adesivos ou os quadros. O acolhido tende a não se identificar com o grupo do abrigo, dado que aquele grupo se encontra de antemão formado, não é algo que ele constrói, já está estabelecido. Com isso, ele precisa buscar os pontos de identificação para apoiar-se em relação à sua identidade ou nos pontos de identificação que terá que se identificar com o novo grupo no qual está sendo inserido.

Nessa realidade, há duas possibilidades para a relação do novo acolhido com o grupo prontamente estabelecido: 1) Ele carrega os valores que trazia anteriormente de forma bem definida, seja familiar ou de outros lugares habitados e adquiridos durante a sua vida, por isso procura pontos de identificação com o local, de modo que necessita materializar, expressar identidade e, quando não a expressa, é devido a um aborrecimento por não se identificar com o espaço; 2) Os valores vivenciados anteriormente não foram fortes o suficiente para a solidificação de sua identidade, com isso, aceita os novos que o novo grupo lhe apresenta, posto que ele é flexível, não faz questão da materialização e, quando faz, desapega-se com facilidade, pois carrega seu habitar consigo. Essa segunda possibilidade engloba, como características, aceitar as condições vivenciadas e relacionar-se bem com os espaços e o convívio por não necessitar da materialização de sua identidade, haja vista não a possuir bem definida, não é consciente a sua formação.

Em um total de seis acolhidos na UNAC I – quantitativo apresentado nas visitas *in loco* –, quatro adolescentes foram inseridos em serviços de acolhimento com idades entre três e cinco anos, segundo entrevista concedida via e-mail pela responsável da entidade. Sabendo-se que atualmente os acolhidos possuem idades entre 11 e 17 anos, eles estão há, pelo menos, seis anos residindo em serviços de acolhimento. Sabe-se, também, que estão há menos de um ano residindo na entidade, o que demonstra a frequente mudança de abrigo. Isso foi reafirmado em discursos durante as conversas informais, nas quais os acolhidos mencionaram sua passagem por outras instituições, seja para relembrar um passeio ou para contar como era o espaço físico da entidade, seja para falar sobre suas constantes mudanças.

Esses adolescentes inseridos nos serviços de acolhimento, ainda na primeira infância, criam significados no decorrer de suas vidas. A cada lugar habitado, são agregadas memórias, valores e identidade na construção do “eu”. Ao chegar a um novo grupo, o acolhido, que necessita materializá-los, irá atrás desses valores; se ele não os encontrar, não se identificará com a nova moradia e, então, não fará questão de substancializar a sua identidade ou começará a concretizá-la como forma, até mesmo, de confrontar outras territorialidades. O acolhido, que é flexível, talvez para sobreviver à adaptação das constantes mudanças de moradias, não permite que esses valores se solidifiquem e possui apenas algumas aproximações com aqueles adquiridos em sua vida.

O acolhido flexível, que aceita e se adapta ao novo grupo, conserva nele o próprio habitar, é desapegado à materialidade, não importa em materializar a sua identidade no espaço, como é o caso do acolhido Leonardo – 15 anos –, que não materializou em nada a sua

identidade, e não há concretização de territorialidade (Figuras 36 e 37). Leonardo é um dos que se encontra no serviço de acolhimento desde a faixa etária entre três e cinco anos.

Figura 36 – Quarto que Leonardo ocupa



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 37 – Ausência da materialização da identidade no quarto que Leonardo ocupa



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Quando o flexível realiza a materialização, é algo sem muito valor, não irá sofrer para se desapegar da moradia, porque traz os valores apenas interiorizados. Pallasmaa (2017, p. 13) conta a história do “*homo faber* e o vazio existencial”, na qual um engenheiro representa um homem racional, e trabalho envolve missões para as quais ele vive em constante mudança, com muitas viagens. Entretanto “ele vai perdendo contato com seu lugar de origem, seu lar e, finalmente, sua própria identidade”, de forma que ocorre uma “desculturalização”¹⁰⁵, ou seja, uma desterritorialização, cujo significado é a pessoa não conseguir ter um território próprio, onde possa exercer territorialidade e pertencimento, de modo que o espaço não lhe pertence e nem ela ao espaço. Esse processo ocorre da mesma maneira com a pessoa flexível, no caso, com o acolhido Leonardo.

O lar da infância é a casa que o ser humano carrega consigo em todas as outras que vier a habitar, pois a “casa natal” detém um poder eterno sob o morador, de sorte que a casa da infância é a casa mais onírica. Mesmo que a casa não exista mais ou que não more nela há muitos anos, se solicitar ao antigo morador que a percorra, ele se lembrará de cada canto, degrau e interruptor. A primeira casa influencia o modo de habitar as demais casas, instala uma série de hábitos que o residente leva consigo. As pessoas constroem hábitos e costumes

¹⁰⁵ Santos, 2000, p. 62 apud Teixeira, 2008, p. 6.

no decorrer de suas vidas de acordo com as casas que transitam, porém a casa natal determina o modo de habitar todas as outras (BACHELARD, 2008).

Pode-se dizer que carregar o lar da infância é o caso do acolhido Eliseu. Em entrevista verbal concedida à autora, o adolescente revelou ter a casa da avó como o seu refúgio, moradia em que estava residindo durante os finais de semana para o processo de reintegração familiar. Além disso, o acolhido ilustrou um lugar, que se encontra na residência de sua avó, em seu desenho por meio da dinâmica *Fotografia da Memória* (ver subcapítulo 2.2.3). Nesse âmbito, não manifestou materialização de sua identidade no espaço, além de não ter demonstrado vínculos afetivos com a entidade. Pallasmaa (2017) também disserta sobre a casa da infância, em situação semelhante a dos acolhidos, em conjuntura de provisoriedade.

Antes que eu ingressasse no ensino médio, minha família mudou-se diversas vezes, devido ao trabalho de meu pai. Consequentemente, eu vivi em sete casas diferentes ao longo de minha infância. Além disso, passei os verões e a maior parte do tempo da Segunda Guerra Mundial na fazenda de meu avô. Apesar de ter vivido em oito casas diferentes durante esse período, possuo apenas um lar experiencial da infância. O lar de minha experiência parece ter viajado comigo e assumido consequentemente novas formas físicas, conforme mudávamos. Meu lar estava mais na minha mente e memória do que em um espaço físico em particular, ou talvez, mais precisamente, minha mente tenha transformado cada um desses espaços físicos em uma imagem única de lar. (PALLASMAA, 2017, p. 21-22).

Quanto mais frequentes forem as mudanças de abrigos institucionais, mais difícil será a apropriação do espaço como forma de reforçar a identidade (CAMARGO, 2010). A realidade da provisoriedade pôde ser constatada em uma fotografia obtida na entidade estudada (Figura 38), às vésperas do final de semana, em que as malas de Dimas e Eliseu estavam no chão do quarto – os dois adolescentes são irmãos e encontram-se em processo de reintegração familiar –, visto que, às sextas-feiras, eles se dirigiam à casa da avó, retornando ao abrigo no domingo ou na segunda-feira.

Durante a dinâmica *Fotografia da Memória*, Dimas relatou já ter residido em outra entidade, situação que reforça a provisoriedade. É nítido que a provisoriedade dificulta o pertencer ao espaço, obsta de considerá-lo, de fato, como um local próprio, haja vista as mudanças serem contínuas: troca de entidade, residência aos finais de semana com a família, retorno ao abrigo. Ainda há outras situações desconhecidas pelas quais esses acolhidos passaram, mas é de conhecimento o que outros participantes da pesquisa vivenciaram, que foram adotados e depois retornaram à entidade. Ao retornar, não costumam encontrar o espaço como estava, e todo o processo de apropriação se reinicia.

Figura 38 – Malas espalhadas pelo chão no dia em que Dimas e Eliseu vão passar o final de semana com a família



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Leonardo não exerce territorialidade nas condições que a pesquisa se propôs a analisar, posto que seu quarto aparenta estar inabitado. Ele conserva os valores de forma intensamente internalizada, não possuindo consciência deles, de forma que cede à identidade existente na entidade e se adapta facilmente a cada novo local que passa. Isso acontece, dado que Leonardo traz os seus valores consigo e os reverte em outros espaços, não conseguindo agregar territorialidade ao local. Ele habita onde está, carrega o seu habitar internalizado, e qualquer mínimo gesto de expressão cultural terá significação, entretanto ele o abandona de forma fácil. É semelhante ao “*homo faber*” descrito em Pallasmaa (2017), pois ele não retém valores verdadeiramente enraizados. Com isso, Leonardo caracteriza um processo de desculturalização.

Os outros três adolescentes exercem territorialidade, mesmo que em intensidades diferentes, porque um espaço pode ter a identidade materializada facilmente, seja por roupas espalhadas “livros, objetos ou desfazendo a cama”¹⁰⁶. Eliseu aparenta ter como referência de lar a “casa onírica”¹⁰⁷ da infância, guarda consigo o lar existente na casa da avó, mas,

¹⁰⁶ Pallasmaa, 2017, p. 25.

¹⁰⁷ Termo usado frequentemente em Bachelard (2008).

também, exerce territorialidade na entidade, ainda que em pouco detalhes. Observa-se a presença de livros em seu armário, cremes, além de sua cama encontrar-se desarrumada. Pensa-se que Eliseu assim age de forma a tentar materializar a sua referência de “casa onírica” na entidade (Figuras 39 e 40).

Figura 39 – Cama de Dimas à esquerda e cama inferior da beliche de Eliseu



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 40 – Armário de Eliseu à esquerda e de Dimas à direita



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Dimas e Éden demonstram necessitar da materialização da identidade, de exercer territorialidade e, conseqüentemente, da identificação com o lugar, pois exteriorizam valores. Contudo Éden nega a entidade como lugar, devido aos seus valores serem bem definidos, e ele não encontrar pontos de identificação no grupo cultural existente na entidade. Por esse motivo, não materializou sua identidade no espaço. Nas visitas *in loco*, pôde-se perceber apenas a toalha de Éden colocada sobre o seu armário em um dos dias e o carregador de seu celular disposto sobre sua cama (Figura 41). O interior do armário por si só significa território, porque abriga objetos importantes com significações, simbologias ou memórias para a pessoa (PALLASMAA, 2017), e ele reforça isso ao colocar a toalha usada sobre a porta. Ademais, as suas respostas, das perguntas feitas por meio da entrevista verbal, demonstraram indiferença e revolta com o local: disse não gostar de nenhum lugar; ressaltou que a entidade não provocava sensações nele, ou seja, nem frio, nem calor; também afirmou que era bom apenas ter um abrigo para morar até que completasse os dezoito anos, além de escolher “*preto, dark*” (*sic*) como cor para representar a entidade.

Figura 41 – Armário de Éden com a toalha sobre a porta e a cama que ocupa com o carregador do celular disposto sobre ela



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Dimas é o que mais concretiza a territorialidade. Durante os dias de visita, além do armário (Figura 42), a superfície de sua cama estava sempre com objetos pessoais. A propósito, todos os dias, a sua cama estava arrumada com pertences pessoais sobre ela (Figura 43), reforçando o relato de alguns acolhidos entrevistados de que Dimas costuma organizar os itens dessa forma e não gosta de que os outros mexam ali. Atenta-se à caminhonete amarela de brinquedo, cheia de moedinhas (Figura 44), que ficava no mesmo lugar diariamente, com exceção do dia de ir à casa de sua avó, que era quando o objeto não se encontrava no mesmo lugar, posto que a sua mala já estaria arrumada. Interpreta-se que o objeto é um símbolo para o adolescente, uma espécie de amuleto da sorte.

Figura 42 – Armário de Dimas com objeto significativo



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 43 – Cama de Dimas com objetos que demarcam territorialidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 44 – Cama de Dimas com destaque para a caminhonete amarela com moedas



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Assim, não foi constatada territorialidade na arquitetura exercida pelos acolhidos que participaram da pesquisa, somente em superfícies, como sobre a cama e nos compartimentos dos armários, que são preenchidos com objetos pessoais. O interior dos armários, por natureza própria, quando ocupados, são territórios destinados a abrigar objetos significativos à pessoa, pois, “num armário, só um pobre de espírito poderia guardar qualquer coisa” (BACHELARD, 2008, p. 92). Sobre a cama dos acolhidos, pôde-se identificar demarcações territoriais nas de Éden, Dimas e Eliseu, então esses exercem territorialidade dentro do que é possível. Por outro lado, Leonardo internaliza os seus valores, carrega-os consigo e não os materializa, o que o caracteriza como participante de um processo de desterritorialização.

2.2.2 O cotidiano banal e a domesticidade

A domesticidade pode ser delineada como as ações do dia a dia doméstico alinhadas aos elementos que compõem a casa, por exemplo, os móveis e os objetos. Estes, junto à mobília, possuem funções de acordo com o modo de habitar do morador ou expressam a identidade, permitindo uma “familiaridade” em relação ao lugar (CARVALHO, 2003, p.

294). A autora coloca em evidência o papel da “decoração doméstica”¹⁰⁸ como importante meio para expressão da identidade dos moradores, a qual, por meio dela, é possível exercer e demonstrar domínio quando as suas funções casam com as necessidades do ocupante. Para exemplificar, Carvalho utiliza de uma citação na qual explica que, apesar de a mulher colonial passar a maior parte do seu tempo em casa, enquanto o homem o gastava na rua, não detinha o domínio sobre o espaço. Isso ocorria devido à personalidade masculina. Na casa colonial, poucos eram os componentes que transformavam a casa em “um ambiente agradável e propício ao repouso”¹⁰⁹, pois o homem não se preocupava com tais questões, ao passo que a mulher não possuía poder financeiro ou autorização cultural para fazê-lo (CARVALHO, 2003).

O conceito de domesticidade expresso no livro *Casa: pequena história de uma ideia*, de Rybczynski (2002), afina-se com Carvalho (2003), ou seja, é o modo de morar do homem expressa em objetos e móveis que compõem a casa, podendo ser igualmente analisada na organização espacial e no desenvolvimento arquitetônico. O autor descreve, brevemente, a história de Ralph Lauren, um famoso desenhista de moda, possuindo, inclusive, uma marca com o seu nome, que iniciou o seu sucesso no ramo da moda. No entanto, em 1984, ele divulgou o lançamento de uma coleção de decoração para casas. Então, o autor e arquiteto, Witold Rybczynski, foi a uma loja de luxo da marca Ralph Lauren, que dispunha da venda dos artigos, para analisar como alguém, que ficou famoso por criar modos de vestir, interpretou os modos de habitar, deparando-se, ali, com quatro coleções: “Choupana de Toras”, “Raça Pura”, “Nova Inglaterra” e “Jamaica”¹¹⁰. As coleções estavam expostas em ambientes perfeitamente montados, como cenários cinematográficos, com objetos que ornavam e remetiam ao perfil do habitante imaginado pelo estilista (RYBCZYNSKI, 2002).

Cada coleção criada por Ralph Lauren expressava modos de habitar de perfis de pessoas diferentes. A “Raça Pura” era “um quarto de homem em estilo campestre de cores escuras” (RYBCZYNSKI, 2002, p.21), com objetos decorativos que se reportavam à caça, mesmo ocultando as cabeças de animais nas paredes, típicas do homem caçador, por questões ativistas e de proteção ao meio ambiente. É notório uma menção a esse perfil do homem rústico e caçador, com móveis rústicos criados manualmente: os tapetes, as mesas de cabeceira e até uma sugestão de leitura eram pensados para remeter a um público específico. Ao ler a descrição feita por Rybczynski da coleção “Choupana de Toras”, é viável sentir o

¹⁰⁸ Carvalho, 2003, p. 297; p. 303.

¹⁰⁹ Costa, 1983, p. 82-83 apud Carvalho, 2003, p. 316.

¹¹⁰ Rybczynski, 2002, p. 20.

aconchego de uma casa simples de campo, mas claro com um toque de refinamento que a marca possui, como se fosse uma choupana pintada por Van Gogh de uma forma moderna e requintada. A coleção “Jamaica” voltava-se a uma domesticidade da figura feminina, de forma delicada e clássica; já a “Nova Inglaterra” trazia um modo de morar sofisticado com sobriedade (RYBCZYNSKI, 2002)

Ponto importante é que Ralph Lauren consegue conceber ambientes da casa com móveis úteis ao perfil pensado de morador, expressando a sua personalidade. Apesar de Lauren criar as coleções baseado em suas diversas casas que compunham modos de habitar diferentes, “o esconderijo jamaicano, a fazenda do Oeste e da Nova Inglaterra”¹¹¹, Rybczynski (2002) conclui que reproduzir tradições era o que Lauren fazia, tratando-se de uma tendência do modernismo, “um desejo por hábitos e rotinas em um mundo caracterizado por mudanças e inovações constantes” (RYBCZYNSKI, 2002, p. 23), inovações e mudanças frequentes, também, no mundo contemporâneo. No momento em que Lauren concebe a coleção “Raça Pura”, traz para a época uma tradição, que já não se vivia mais¹¹², graças às condições de proteção ambiental, isto é, a caça. A Choupana que esbanja simplicidade, de igual modo, não existe mais, tanto que o ambiente não conserva objetos que estavam em alta na época, como o telefone sem fio, o computador, os videogames ou os secadores de cabelo (RYBCZYNSKI, 2002).

A palavra habitar origina-se de hábito, sendo a maneira própria que o ser constrói seus hábitos cotidianos, os costumes, as manias, as rotinas, de acordo com seu dia a dia e as suas necessidades, o que é constituinte à domesticidade. O hábito demonstra a forma que o habitante percebe e se comporta no espaço físico (FREITAS, 2012), porém esse espaço – a arquitetura – influencia como o ser se sente ao vivenciar o local, em sua imaginação e em suas ações comportamentais, como constata Bachelard (2008, p. 31) ao afirmar que “o espaço convida à ação, e, antes da ação, a imaginação trabalha”.

Os hábitos e as ações corriqueiras do cotidiano do morador, junto à casa, são os protagonistas para que o habitar exista e, ao mesmo tempo, os participantes no processo de tecer o lar (FELIPPE, 2010). A domesticidade é um passo anterior para a intimidade, única, do interior de uma casa. Consoante Bachelard (2008, p. 23), a casa, em relação aos “valores de intimidade do espaço interior”, é “um ser privilegiado”. O mesmo autor ainda destaca que não somente a casa, que algum dia se habitou ou habita, mas também aquelas onde o habitar

¹¹¹ Rybczynski, 2002, p. 21.

¹¹² A primeira edição do livro *Casa: pequena história de uma ideia* foi publicada em 1986.

fora fantasiado, insere no ser uma essência única de “intimidade protegida”, a qual faz parte da formação de cada pessoa como ser humano.

No processo de transformação da domesticidade, as casas não possuíam separação de cômodos, não tinham banheiros e compartilhavam o ambiente doméstico com o do trabalho, logo a moradia medieval era um espaço público. As camas eram enormes, dormiam muitos casais em uma mesma cama sem que um atrapalhasse o outro, mas não existia intimidade. A nudez e as ações consideradas íntimas na contemporaneidade eram comuns no espaço público, que era a casa. Com o tempo, no século XIV, a privacidade iniciou-se nas residências; havia o andar do comércio, destinado aos encontros públicos, e o espaço residencial. O público e o privado haviam-se separado, entretanto não existia intimidade. O espaço residencial ainda era uma grande sala, de modo que, somente após o fim da Idade Média, os espaços das casas começaram a ganhar melhores condições. Houve a criação de espaços, denominados hodiernamente como quartos, mesmo que algumas camas ainda se situassem em espaços que não fossem destinados a esse uso.

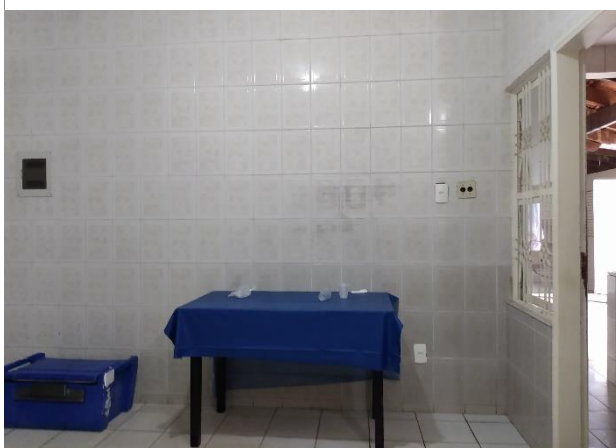
Lemos (2017) coloca à tona a intimidade dentro das casas modernas, principalmente das famílias pobres, ao ressaltar que “na casa de um só cômodo, todas as práticas da domesticidade precária superpõem-se, seja ela autoconstruída ou situada numa favela ou num cortiço” (LEMOS, 2017, p. 243). O autor destaca que as casas autoconstruídas evidenciam a cozinha por nesse ambiente sobrepor várias ações do cotidiano doméstico: realizar e preparar as refeições, a mulher costurar, o filho fazer o dever, de maneira que as relações sociais acontecem ali. Não obstante, “os ricos, estes não aceitam sobreposição alguma de funções ou práticas” Rybczynski (2002, p. 37). Ao tratar do mesmo assunto, dos espaços mínimos e da ausência de intimidade, Rybczynski (2002) acrescenta, como vetores da ausência de “conceitos como ‘lar’ ou ‘família’”, a falta de saneamento básico e a pobreza que acarretava na saída dos filhos mais velhos para trabalhar.

Essa discussão de intimidade e domesticidade precária, de certo modo, vai ao encontro da presenciada *in loco* no serviço de acolhimento estudado. O distanciamento familiar em detrimento da pobreza, que Rybczynski (2002) coloca como consequência da falta de referência familiar, encontra-se com o afastamento do convívio familiar das crianças e dos adolescentes acolhidos, com acréscimo, os motivos traumáticos. Não cabe a esta pesquisa afirmar se há a ausência de uma referência familiar, visto que o conceito contemporâneo de família pode ser composto por amigos ou por pessoas próximas que o indivíduo assim as considera.

A entidade não possui apenas um cômodo, como já visto no subcapítulo 1.2, “As orientações para os espaços físicos versus a realidade na entidade selecionada”. Entretanto a ausência de móveis coerentes ao cotidiano doméstico dos moradores acarreta em sobreposições de funções, como é o caso das refeições e do estudo.

Dentre os hábitos domésticos, comuns aos brasileiros, está o de sentar-se à mesa, acompanhado das pessoas do convívio, para a realização das refeições. Os acolhidos demonstraram sentir falta desse costume ao escolher fotos com mesas e ambientes pensados para essa função na *Dinâmica de Imagens e Palavras*, conforme demonstrado, como também expressaram verbalmente sobre a falta de a comida ser preparada na entidade para que eles pudessem participar da feitura. A mesa, as ações e as interações que a envolvem, em um ambiente propício, marcam uma domesticidade muito presente na cultura brasileira, o que não ocorre na entidade por conta da inexistência de cadeiras (Figura 45). Os adolescentes costumam fazer as refeições sentados nas camas, no banco ou no sofá que se valem, também, a outras funções, como jogar ou realizar as atividades escolares (Figura 46). Por outro lado, a ausência de intimidade deve-se aos quartos compartilhados com os colegas.

Figura 45 – Mesa situada na cozinha sem cadeiras suficientes e não disposta de maneira que caibam todos os acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 46 – Banco que os moradores costumam comer, jogar ou estudar



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

As atividades domésticas, ao se tornar passado, são tarefas repletas de devaneios por parte de quem as realiza. Dentre as funções domésticas, muitas envolvem móveis ou objetos, sendo que alguns destes costumam ser mais acariciados pelo morador, como no momento em que um pano toca o objeto com maior frequência para limpá-lo ou deixá-lo mais brilhante. Esses artigos são parte da intimidade do morador, dado que tecem vínculos com o passado, o presente e o futuro; sendo agregados de valores imateriais mediante as memórias que os envolvem, ou seja, representam identidade. O desejo de quem tem um cuidado maior com ele

é humanizá-lo, preservá-lo. São atos maquinais, mas que, quando feitos com consciência, possuem um valor maior, visto que faz o morador entender o real sentido de acariciar o móvel, de modo a permear e gravar na memória aquele momento (BACHELARD, 2008).

Hábitos domésticos costumam ser tão banais no cotidiano do morador que não lhes é atribuída a sua devida importância. Tornam-se automáticos, com tal intensidade, que, muitas vezes, o morador não percebe o quanto um simples ato faz parte do seu “eu”, fazendo falta caso deixasse de executá-lo.

No momento em que apresentamos um clarão de consciência ao gesto maquinal, no momento em que fazemos fenomenologia esfregando um velho móvel, sentimos nascerem, sob o terno hábito doméstico, impressões novas. A consciência rejuvenesce tudo. (BACHELARD, 2008, p. 80).

Vários desses hábitos do cotidiano doméstico, ao tornar-se passado, adquirem o valor da consciência e são recordados em devaneios, de forma que somente quem não os pode exercer mais, é realmente apta a falar desse ponto de vista.

Camargo (2007) dispõe de relatos de diversas pessoas que, por algum motivo, não presenciaram, temporária ou permanentemente, o ambiente doméstico. Um dos entrevistados passou a maior parte de seu tempo longe de casa e da família devido a viagens a serviço, mas que, nos momentos em que estava com a sua família, reproduzia uma das suas referências de domesticidade:

Nos poucos momentos que pode partilhar dessa relação, Reginaldo traz referências dos hábitos domésticos e da própria casa da infância, quando a família se reunia para jantar, projetando essas referências nas atuais relações estabelecidas em sua casa. Ainda que a realidade seja outra, e que ele não possa estar reunido como sua família constantemente, como fazia seu pai, as práticas domésticas do passado estabelecem uma conexão entre seu habitar doméstico atual e o tempo de uma domesticidade já experimentada e que deixou saudades. Dessa forma, como dirá Marcus, Reginaldo “reacende a conexão espiritual” com o habitar doméstico encontrado, pela primeira vez, na casa da infância. (MARCUS, 1997, p. 253 apud CAMARGO, 2007, p. 85).

Existem habitantes que sentem prazer em realizar algumas atividades domésticas, a título de exemplo, em lavar uma colcha, desamarrotar o pano da cozinha, espanar o lustre, trocar os lençóis da cama, ou seja, exercem os afazeres domésticos por vontade e com sentimento. Um habitante que goza da ternura do afeto que permeia a sua casa, enquanto realiza os afazeres domésticos, que cuida de um lugar e não de um espaço, além das coisas que gosta, que sente pertencimento, transmite a sua identidade (BACHELARD, 2008). Esse habitante, que exerce tarefas domésticas com afetividade e por iniciativa própria, exerce

territorialidade e domínio sobre o espaço, do mesmo modo que, ao ter escolhido os objetos que decoraram o lugar, objetos que carregam memórias do passado, do presente e do futuro, deixa transbordar materialmente a sua identidade.

Alguns moradores possuem outras pessoas que exercem as tais atividades por eles. Entretanto, em algum momento da vida, precisam realizar alguma tarefa doméstica por conta da ausência de quem a faça ou pelo excesso de cuidado que guardam por um móvel, um lugar da casa ou um objeto. Quando necessitam ou são tomados por uma vontade súbita de realizar um afazer doméstico, pode acontecer de esses habitantes, nesse momento, perceberem a paixão pela domesticidade, pelo cuidar da casa, de algum móvel ou de certo objeto que nela exista.

Nas *Lettres à une musicienne* (trad. francesa, p. 109), Rilke escreve a Benvenuta que, na ausência da empregada, ele limpou os móveis: "Estava eu, pois, magnificamente só... quando subitamente fui assaltado por essa velha paixão. É preciso que o saibas: foi sem dúvida a maior paixão da minha infância e também meu primeiro contato com a música; pois nosso pianinho caía sob minha jurisdição de limpeza, sendo um dos raros objetos que se prestavam de bom grado a essa operação sem manifestar aborrecimento. Ao contrário, sob o zelo do paninho de lã, ele se punha de súbito a ronronar metalicamente... e seu belo negro profundo tornava-se cada vez mais belo. O que essa experiência pode significar para quem a viveu! O traje indispensável já era o suficiente para eu me sentir orgulhoso: com o grande avental e as pequenas luvas laváveis de pelica para proteger as mãos delicadas, tínhamos uma polidez matizada de travessura para corresponder à amizade das coisas tão felizes por serem bem tratadas, tão cuidadosamente recolocadas no lugar. E hoje também, devo confessar-te, enquanto tudo se tornava claro ao meu redor e a imensa superfície negra de minha mesa de trabalho que tudo em volta espreita... tomava, de certo modo, uma nova consciência do volume do aposento, refletindo-o cada vez melhor: cinza-claro, quase cúbico..., sim, eu me sentia comovido como se ali estivesse acontecendo alguma coisa de grandioso que falava à alma: um imperador lavando os pés de anciões ou São Boaventura lavando a louça de seu convento". (BACHELARD, 2008, p. 82-83).

Rilke, desde pequeno, via-se compelido pela mãe a “espanar os móveis e a fazer trabalhos domésticos”¹¹³. Em uma ocasião na qual está só, por vontade própria, e não obrigado a efetuar aquilo, desperta-lhe a vontade de desempoeirar os móveis. Nesse ato, ele se vê apreciando a sua paixão por um dos objetos que limpava, o pianinho – um instrumento que marcou as memórias e a identidade de Rilke –, acariciando-o com o pano, bem como se percebe admirando o espaço ao limpar a mesa do trabalho. Essas ações eram anteriormente realizadas quando a sua mãe o colocava para fazê-las, contudo, no instante em que as efetiva por própria vontade, Rilke toma consciência da importância daqueles atos, da relevância do

¹¹³ Benvenuta, *Rilke et Benvenuta*, trad. francesa, p. 30 apud Bachelard, 2008, p. 83.

móvel para ele, do quanto aquele espaço envolve afeto por seu intermédio, que é o lugar (BACHELARD, 2008).

É nesse momento de afeição à casa e aos seus pertences que o morador cria elos de memória e de afeto para com ela. Um fato essencial no processo de concretização do lar é a existência de rotina e de rito pessoal na casa. No instante em que a tarefa doméstica, algo banal, é feita com consciência, em um lugar onde há territorialidade e identidade desse morador que executa a ação, atribui-se um valor sentimental a essa domesticidade. Assim, aquele momento ficou gravado na memória de Rilke, o qual será lembrado no futuro como parte de seu passado, e, caso o pianinho ou a casa não mais existia, deixará saudade, fará parte de devaneios.

Desejos de que a casa esteja cuidada partem de uma intimidade única de cada morador, dado que “a casa [...] é um estado de alma” (BACHELARD, 2008, p. 84); mesmo quando exibida externamente, ela esbanja intimidade. A casa fala muito quando verdadeiramente habitada, passa a ser mais do que uma construção e do que um abrigo; o habitar transforma-a em lar. Dentro do habitar, além de outras questões discorridas na pesquisa, estão os hábitos e a domesticidade; os ritos, as rotinas, as ações cotidianas, os cuidados com a casa e os objetos que nela se encontram, os quais demonstram a existência da intimidade¹¹⁴. A forma que o morador deseja cuidar da casa, o jeito que ele se relaciona com a casa é intimidade; por seu turno, a relação harmoniosa entre os objetos, os móveis e o morador é domesticidade. Por meio das ações domésticas, o morador deposita o seu “estado da alma”, conforme conceitua o autor supracitado, em cantos da casa e agrega valores únicos.

No que concerne à presente pesquisa, os adolescentes, que dela participaram, possuem pessoas que realizam as atividades domésticas para eles, funcionários para a limpeza da casa, dos móveis e dos objetos. A cozinha da entidade, ponto importante dos afazeres domésticos, não é utilizada para o preparo dos alimentos, visto que a comida já chega pronta à entidade em marmitas dentro de caixa térmica (Figura 47) ou em sacos com porções previamente montadas (Figuras 48 e 49). Segundo os cuidadores e os próprios acolhidos, as únicas atividades domésticas, realizadas pelos jovens, são lavar as louças que sujam para realizar as refeições, como também lavar as roupas e o enxoval – roupas de cama, toalhas e afins (Figura 50). Ainda de acordo com o Cuidador E, além de haver um cronograma com os dias estabelecidos para que cada acolhido utilize a área de serviço, a fim de lavar as roupas de casa, ou seja, roupas não próprias, os cuidadores têm que pedir aos adolescentes para

¹¹⁴ A intimidade é essencial para fazer da casa um lar, como será discorrido no subcapítulo 3.1.

executarem as tarefas que lhes cabem: “*não, geralmente eles não têm preocupação com isso [arrumar o quarto, as roupas]. Volta e meia a gente que fica falando que tem que arrumar, tem que ficar solicitado*” (sic)¹¹⁵.

Figura 47 – Caixa térmica com a janta dos acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 48 – Alimentos por porções enviadas em sacos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 49 – Lanches dos acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 50 – Área de serviço com roupas de um dos acolhidos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Os acolhidos disseram realizar as tarefas domésticas pelo incômodo de estar em um ambiente sujo. No entanto, a pesquisadora pôde perceber, na observação *in loco* e mediante as entrevistas, que os afazeres são realizados por fazer parte de uma rotina da entidade, não por vontade própria, haja vista existir uma rotina pré-estabelecida na entidade. Por exemplo, para

¹¹⁵ Entrevista oral concedida pelo Cuidador E à pesquisadora.

lavar as roupas, há um dia da semana específico a cada morador; por outro lado, a comida chega pronta, independente da vinda de um novo acolhido, pois a rotina é a mesma, ou seja, os adolescentes não opinam no cardápio, além de estar previamente estabelecido que terão de lavar os seus pratos.

Segundo alguns cuidadores, Leonardo é o único que tem iniciativa aos afazeres domésticos e a outras ocorrências. A título de ilustração, quando a chuva molha o seu quarto, por conta de a janela estar aberta, o próprio acolhido o seca; outrossim, quando o quarto que ele ocupa acaba se sujando, e os funcionários já deixaram o expediente, o menino faz questão de limpá-lo, isto é, não espera que alguém lhe fale para fazer aquilo. É importante frisar que Leonardo era quem estava ocupando o quarto sozinho durante as visitas à entidade. Com isso, pode-se dizer que o espaço de privacidade e intimidade influencia para que o morador sinta prazer nas atividades, mas não significa dizer que necessariamente terá objetos de personalização e identidade no espaço, tanto que Leonardo não personifica o quarto, em outras palavras, não mantém objetos para decorá-lo, haja vista o quarto encontrar-se como se estivesse inabitado (Figura 51).

Figura 51 – Quarto em que o acolhido possui privacidade e intimidade, mas não materializa sua identidade e não demarca, materialmente, territorialidade



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Dentro da casa, encontram-se armários, gavetas, nichos, estantes e uma série de móveis. Todos eles abrigam intimidade por meio de uma infinidade de objetos, normalmente, importantes para o morador. Bachelard (2008) redigiu sobre a valorização das “gavetas, os cofres e os armários”¹¹⁶, com um capítulo inteiro dedicado a essas peças essenciais da casa e a

¹¹⁶ Título do capítulo três, do livro *A poética do espaço*, de Bachelard (2008, p. 87).

outras parecidas, as quais, consoante o autor, proporcionam ao morador a existência da intimidade por abrigar coisas especiais a ele, com ou sem consciência.

No fundo falso do cofre ou no esconderijo feito com roupas, o morador guarda algo com valor, seja monetário, material ou sentimental. Por outro lado, nos armários, nas gavetas e nas estantes são guardadas as roupas limpas, os lençóis, os panos de cozinha e as roupas íntimas, que não costumam possuir um valor consciente para o habitante, mas possuem um cheiro único daquela casa e do cuidado resultante de hábitos domésticos, como os de lavar e de passar roupas. Eles podem não carregar um valor consciente, mas dispõem da importância da domesticidade, valiosa na construção do lar e que deixará saudade, fazendo notável o seu valor e o de toda a casa, caso um dia a posse do morador sobre o lugar seja ameaçada ou inexistente (CAMARGO, 2007).

Por abrigar valores, os armários criam outro hábito doméstico, o cuidado com a organização desses locais. Um armário pode não estar em ordem para outra pessoa que olhe, mas o dono sempre saberá o que tem, onde cada produto ou utensílio se localiza e o que guarda dentro desses locais de “segredos”. A organização é pessoal de cada morador, por intermédio de hábitos domésticos que carrega consigo, sendo a domesticidade influenciada e construída pela identidade de cada um, das memórias, da cultura, da etnia e por um pedaço das casas já habitadas. Conforme afirma Bachelard (2008, p. 23), cada casa habitada, por realidade ou sonho, constitui a “essência íntima” das pessoas. Os armários são o único território individual encontrado na entidade, posto que neles estão os objetos que carregam significações para os acolhidos, constituintes do “eu”; nos compartimentos dos armários, abrigam-se passado, presente e futuro.

O morador levar para as próximas moradias um pedaço das casas já habitadas é uma questão que gera intrigas entre os acolhidos dos abrigos institucionais e casas-lares. Os acolhidos chegam à entidade com hábitos domésticos advindos de outra (s) casa (s) que habitaram anteriormente, em outras entidades ou com suas famílias. Além disso, grande parte leva consigo a essência da domesticidade da “casa natal”, que Bachelard (2008) e Camargo (2007) consideram ser a essência da domesticidade. O Cuidador D exemplificou bem os hábitos advindos de outras moradias ao dizer que os funcionários costumam ter que solicitar os acolhidos a realizarem ações em relação à organização ou que alguns deles chegam sem o costume de banhar-se diariamente. Enfim, em relação a tudo, costumam ir à entidade sem os hábitos dos cuidados com a casa. Sua fala demonstrou, além da diversidade de hábitos, o fato de haver rotatividade de pessoas na entidade para opinar sobre o cotidiano dos acolhidos. Isso foi reforçado na fala do Cuidador E, que enxerga, como ponto negativo na relação acolhido e

cuidador, o rodízio de cuidadores a cada três dias, pois considera que os acolhidos ficam confusos sobre o que “é certo ou errado”.

Nosso público [...] já vem de um lar que geralmente não tem muito o hábito de lavar, de tá nessa organização que a gente tenta manter aqui, tem menino que a gente tem dificuldade pra fazer tomar banho sabe, tem que você fica “ô, vai tomar um banho”. Tem menino que já chegou a ficar três dias sem tomar banho, então assim, aí você tem que inserir um novo hábito, ô a roupinha limpa. Então assim, infelizmente é cultural mesmo, a resistência é cultural. (Cuidador D)¹¹⁷.

Um estudo, realizado pela BBC juntamente com o psicólogo Martin Conway¹¹⁸, baseou-se nas primeiras memórias de 6.500 pessoas. Concluiu-se que a maioria das pessoas conserva, como primeiras memórias, as experiências vividas por volta de dois anos de idade, mas que 861 participantes se recordam de momentos anteriores aos 12 meses de idade (RADIO 4 DA BBC, 2017). Ao fundamentar no estudo da BBC e de Martin Conway, valida-se a ideia de que a criança acolhida, a partir de dois anos de idade, carrega consigo os hábitos domésticos ainda da primeira casa que habitou. Outras são acolhidas ainda muito novas e acabam construindo a sua domesticidade na entidade, de maneira que, quando mudam, trazem imbuídas algumas características, assim como a da identidade, que vai construindo-se ao longo de suas experiências e relações.

Durante as suas estadias por serviços de acolhimento, as crianças e os adolescentes deparam-se com opiniões distintas sobre as suas ações e as suas rotinas, graças ao grande fluxo de funcionários e, principalmente, de cuidadores ou de mãe sociais¹¹⁹. Ademais, devido à provisoriedade, há uma constante mudança da entidade que os acolhe, onde são modificados os hábitos domésticos e as pessoas do convívio que os influenciam.

Assim como uma casa, onde uma criança ou um adolescente reside com sua família, não possui hábitos iguais aos das demais, uma entidade não dispõe de uma domesticidade idêntica à das outras. Nesse contexto, cada acolhido leva consigo hábitos domésticos diferentes, tendo de conviver junto aos demais e de conciliar-se com as regras da entidade na que habita, bem como com os móveis e os objetos nela existentes. Ao basear-se na realidade observada da entidade visitada, é possível citar os seguintes cenários: se antes o acolhido podia fumar na casa dos responsáveis, não pode mais na entidade; se antes ele não tinha

¹¹⁷ Informação verbal concedida pelo Cuidador D à pesquisadora e gravada com a devida autorização.

¹¹⁸ Atual professor de psicologia da City University of London. Ocupou diversos cargos de chefia de departamento e diretoria na área de psicologia em universidades, como na Universidade de Leeds, Universidade de Durham e na University of Bristol (CITY UNIVERSITY OF LONDON, 2021).

¹¹⁹ Alguns serviços de acolhimento dispõem de mães sociais ao invés de cuidadores. Elas residem na entidade junto aos acolhidos, e as orientações técnicas recomendam que haja cuidadores.

horário para acordar, passou a ter; se onde o acolhido vivia antes era normal caracterizar paredes e móveis com escritas, grafites ou pichações, deixou de ser não somente bem visto na atual entidade, como não mais permitido.

No que se refere à domesticidade, ela está diretamente ligada à intimidade e à liberdade, proporcionando a materialização de hábitos únicos do morador. As pessoas não chegam à casa das outras e deslocam algum objeto de lugar, lavam as vasilhas que estão sujas, arrumam algo que lhes incomoda na decoração, limpam um móvel empoeirado, mudam um objeto de local conforme o seu uso ou opinam que a casa necessita de um móvel novo para ficar confortável. Afinal, o visitante não possui com a casa a mesma intimidade que o morador, tampouco liberdade para realizar alterações. Talvez o móvel empoeirado, por mais que lhe incomode, não se compara ao grau de incômodo que lhe é causado em sua casa, pois os objetos e a casa não possuem o mesmo valor sentimental ao visitante. Assim este não possui domínio sobre o espaço, ele não o domestica. Para o visitante, não lhe importa se o móvel sujo vai estragar, ou o que os outros vão pensar ao ver uma casa tão malcuidada, ao contrário do morador, que possui sentimento com a sua casa, porque, para ele, a casa é digna de carinho e cuidados, como de mãe para filho.

Durante a entrevista, ao ser questionado sobre as coisas que mudaria fisicamente na entidade, Leonardo falou sobre o piso não transparecer, às pessoas que são visitantes na entidade, como ele desejaria, até mesmo sobre não se identificar com o espaço: *“a cerâmica olha o jeito da cerâmica, parece... sei lá o quê, mudaria tudo”* (sic); ao ser indagado como gostaria que fosse o lugar onde mora, ele também se manifestou.

Fizesse um jardim. Ah queria assim, ó queria outra cor, talvez um azul, não sei, no meu quarto queria azul ou então ou preto. Também queria que tivesse aqui uma sala específica pra jogos entendeu, tivesse a TV específica pra jogos. Aqui é uma sala de TV, então às vezes uma pessoa quer assistir TV ela poder vim aqui. Ah, uma pessoa quer jogar, tem a sala específica. Tem um quarto específico pra isso, Não ter só videogame, ter livros talvez, ter jogos mesmo de coisas assim, de coisa mesmo, de quebrar a cabeça. (Leonardo, 15 anos).

- Você sente falta de ter mais plantas aqui? (pesquisadora)

Sim. Podia até fazer em volta desse coqueiro aí [refere-se à palmeira existente na área frontal da casa], ia ficar bem legal. [...]. Jardim tipo com aquelas pedras, e tem aquelas pedrinhas assim, e tem talvez água não sei, e ao redor assim tem planta, flor. (Leonardo, 15 anos).

Você acha que isso ia mudar o seu dia? (pesquisadora)

Sim, talvez até as pessoas que entra aqui. Tipo ela entra, olha pra ali, talvez ela vai ficar olhando demais: ah, que lindo, entendeu? Sentir num lugar mais à vontade, se sentindo mais à vontade, tipo cê entra numa casa desse jeito toda bagunçada, a pessoa vai falar credo num vou entrar aqui mais não. (Leonardo, 15 anos)¹²⁰.

¹²⁰ Informação verbal obtida e gravada em entrevista, com a devida autorização.

Leonardo, ao expressar que a casa não transmite o que gostaria às pessoas, deixa claro a ausência de domínio sobre o espaço. Quem domina o espaço consegue transparecer ao visitante a sua identidade. “Nossa casa funciona como um veículo de comunicação, um *display*, para informar aos nossos vizinhos, convidados, e até a nós mesmos, quem e como somos, que posição ocupamos na sociedade, nossos valores, etc.” (CAMARGO, 2010, p. 46).

Ao tratar-se de intimidade, que lugar poderia transbordar mais intimidade do que o quarto? Este é como a concha do caracol: um lugar onde se recolhe quando ameaçado, da mesma forma que a criança se recua em seu quarto quando entristecida (Bachelard, 2008). Para habitar uma concha, é preciso estar só, é necessário haver momentos de solidão para se criar hábitos íntimos e uma construção da própria identidade, contudo a ausência de intimidade e de liberdade prejudica a domesticidade dos acolhidos. Na entidade, foi possível identificar a materialização de domesticidade, por parte dos acolhidos, apenas em superfície.

Éden e Eliseu exercem domesticidade apenas na superfície da cama desarrumada, pronta para abrigá-los (Figuras 52 e 53), enquanto Dimas dispõe de objetos, também sobre a superfície da cama, de modo a demarcar uma territorialidade e exercer domesticidade, facilitando acesso a objetos de uso pessoal e que fazem parte do seu cotidiano. Observa-se que Dimas leva o lanche para a cama (Figura 54) e o ordena junto às revistinhas que gosta de ler e aos objetos pessoais. Por sua vez, Leonardo não exerce domesticidade, como foi possível visualizar na fotografia demonstrada do seu quarto.

Figura 52 – Cama de Eliseu com cobertas dispostas



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 53 – Cama de Éden com cobertas dispostas de forma a aninhar-se



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 54 – Cama de Eliseu com cobertas dispostas



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

2.2.3 A relação memória e a afetividade ao lugar

Para a maioria das pessoas, ao abordar memórias, logo vem à mente a duração de tempo em que se viveu algo, contudo o fato é que o prazo pouco importa. Nossas lembranças não são capazes de reviver a duração real que o momento aconteceu, dado que a memória busca o espaço em que se viveu tal recordação (BACHELARD, 2008). De acordo com Tuan (1983), lugares queridos são recorrentes à memória, e a vinculação afetiva das pessoas com o lugar é chamada de topofilia. Não obstante, essa vinculação nem sempre é pelo espaço material em si, mas pelas sensações causadas pelos espaços, pela sinestesia. O lugar era quente ou frio? Havia luz ou estava escuro? Tinha iluminação natural ou apenas artificial? Havia silêncio ou barulho? Este era proveniente das pessoas, dos automóveis ou da natureza? São as percepções do espaço, por meio de todos os sentidos sensoriais – tato, visão, paladar, audição e olfato – que trazem à tona a recordação vivida. Pallasmaa (2018) vai além, pois, para o arquiteto, muitas vezes, as características espaciais exatas também são esquecidas, e o que permanece na memória são as múltiplas sensações vivenciadas naquele lugar e momento.

A casa é um lugar de infinitas memórias e significados únicos para cada pessoa, sendo essas memórias experienciais ou materializadas. Uma casa com a presença materializada da identidade do morador transmite memória aos visitantes e ao próprio ocupante, posto que os objetos ali dispostos fortalecem as memórias e, ao mesmo tempo, a identidade (PALLASMAA, 2018). Quanto às memórias que a casa proporciona ao morador,

nela podem morar várias pessoas, entretanto cada pessoa terá um canto diferente onde gosta de ficar sozinho, de ter seus momentos reflexivos. Qualquer canto ou espacialidade da casa possui uma importância singular para cada morador, sendo guardado de uma forma diferente em cada subconsciente, de maneira que aquilo que é memorável para um, pode ser insignificante para outro.

Pallasmaa (2018) explica que as memórias constituídas em outro tempo influenciam uma nova experiência no espaço: “As percepções dos sentidos interagem com a memória e a imaginação para constituir uma experiência total integrada com distintas conexões e significados” (PALLASMAA, 2018, p. 114). Por sua vez, Bachelard (2008, p. 23) argumenta que “todas as casas em que se habita compõem a síntese das intimidades do ser; por meio das memórias, a casa é como um espelhamento da alma do morador”.

Não somente nossas lembranças como também nossos esquecimentos estão "alojados". Nosso inconsciente está “alojado”. Nossa alma é uma morada. E, lembrando-nos das “casas”, dos “apostos”, aprendemos a “morar” em nós mesmos. Já podemos ver que as imagens da casa caminham nos dois sentidos: estão em nós tanto quanto estamos nelas. (BACHELARD, 2008, p. 20).

O livro *A poética do espaço* (2008), de Bachelard, discorre bem sobre os espaços sótãos e porão, os quais não são comuns à arquitetura brasileira, porém servem bem de exemplo a uma análise de locais de aconchego e de refúgio nas casas, locais de apego à memória. Consoante o autor, lugares como o sótão, o porão e a mansarda são refúgios em momentos de solidão, os quais são essenciais para a formação do ser humano, de modo ser importante que toda criança os vivencie, porque é nos momentos de solidão que o ser sonha em seu íntimo mais profundo. É na solidão que o morador tem o devaneio mais profundo ou para onde retorna em seu sonho durante o sono, haja vista esses espaços alentadores serem memórias agradáveis de segurança e aconchego. Mesmo quando se vivia tais lembranças, se o porão era espremido ou gelado, esses locais propícios a momentos de solidão proporcionam segurança e paz para os instantes de reconexão com o próprio interior.

Os espaços de aconchego e refúgio, devido à sua importância para a memória, assumem significação de lugar. Para Bachelard (2008), esses locais são como as conchas, ou seja, lugares reconfortantes nos quais o ser gostaria de estar novamente, pois era prazeroso estar só, sentia-se bem, ainda que sozinho nesses locais. Quanto às conchas existentes em uma casa, mesmo que a pessoa resida em outra casa ou que o local não exista mais, as lembranças das antigas conchas sempre farão parte dos devaneios. Então é também indestrutível para o

ser as recordações da chamada “casa natal”¹²¹, a casa da infância e os refúgios dessa fase da vida. O autor exemplifica espaços arquitetônicos tradicionais à significação de refúgio que permeiam a memória.

[...] mesmo quando não se tem mais o sótão, mesmo quando se perdeu a mansarda, ficará para sempre o fato de que se amou um sótão, de que se viveu numa mansarda. A eles voltamos nos sonhos noturnos. Esses redutos têm valor de concha. [...]. Mas, o próprio devaneio diurno, as lembranças das solidões estreitas, simples, comprimidas, são para nós experiências do espaço reconfortante, de um espaço que não deseja estender-se mas gostaria sobretudo de ser possuído mais uma vez. (BACHELARD, 2008, p. 29).

Não é habitual, à arquitetura brasileira, a existência de mansarda, sótão ou porão. Apesar disso, esses locais tornam-se refúgio por permitir momentos de isolamento e de calma, de intimidade, em um lugar de segurança e pertencimento, de sorte que o seu morador quem agregará valor a um local específico da casa. As crianças, por exemplo, ao necessitar de refúgio, de solidão, aborrecem-se em cantos da casa por causa da ausência de privacidade e do principal espaço de intimidade, ou seja, do quarto. “Quantas narrativas de infância – se as narrativas de infância fossem sinceras – nos diriam que a criança, por falta de seu próprio quarto, vai amuar-se no seu canto!” (BACHELARD, 2008, p. 33).

Nas origens da casa, o quarto não possuía esse poder de espaço íntimo. A título de ilustração, a cama ficava alojada no centro da sala, onde todos dormiam juntos; somente com o tempo, o quarto foi adquirindo poder de privacidade, um lugar de refúgio e intimidade (RYBCZYNSKI, 2002). Quando o morador possui um quarto próprio, para esse lugar que ele recorre ao precisar de estar só e em seus momentos de intimidade. A inexistência do quarto, como espaço de intimidade, é frequente dentro dos serviços de acolhimento, tanto para as crianças, quanto para os adolescentes, e pode ser associada aos adolescentes que participaram da pesquisa, exceto Leonardo, que não dividia o dormitório com outro acolhido e o tinha como um lugar de refúgio.

A falta de privacidade e de intimidade no quarto gera novos espaços às ocasiões de solidão. Assim, os moradores buscam encontrar identificação com o ambiente e momentos de intimidade em outros espaços. Ao ser questionado, durante a entrevista, sobre esses locais de refúgio dentro da entidade, Éden respondeu não os possuir; por sua vez, Dimas redarguiu ser o banheiro, enquanto Leonardo e Eliseu disseram que, para ambos, o lugar de refúgio era o quarto. Dimas contou que tinha o banheiro com refúgio por ser o único espaço em que ele podia fechar a sua porta e ficar sozinho, desligar as luzes, ficar pensando em suas coisas, ou

¹²¹ Bachelard, 2008, p. 34.

seja, ali ele consegue ter um momento de solidão. Por outro lado, Eliseu possui a cama como esse local, pois relatou que, quando entrava alguém no quarto, se ele lá se encontrava, naquele momento ele se cobria, isto é, ele se esconde na tentativa de um momento de intimidade. Enquanto Leonardo tem o quarto como refúgio por não o compartilhar com outros colegas. Nesse sentido, ao fechar a porta, consegue intimidade.

Os cantos de refúgio, aqueles lugares dos momentos de solidão permanecerão na memória do morador por fazer parte de sua construção como pessoa, de forma que, com o tempo, tornar-se-ão passado, adquirindo valor sentimental maior. Esses recantos, ao se tornar passado, manterão devaneios vivos, redutos de sonhos, locais que o residente sempre se lembrará, pois o espaço é o responsável por armazenar as memórias vivas; são os cantos de refúgio responsáveis por conservar o lado onírico do morador.

Quando se remete à memória e à afeição a um lugar, logo se imagina apenas lembranças positivas e o apego àquilo que é legal, bonito e projetado. Entretanto, Bachelard (2008) assevera que esses momentos são vivenciados em espaços simples. “Como diz Baudelaire: num palácio, ‘não há um cantinho para a intimidade’” (BACHELARD, 2008, p. 47). Ademais, o autor faz uma interdependência entre os momentos de solidão e a intimidade, e que esses instantes de solidão, na maioria das vezes, não são momentos felizes, nem vividos em espaços projetados ou bonitos, mas são constituintes do “eu”.

Bachelard (2008) reflete que o que se desenrola no espaço da casa é respectivo ao que cada morador vive em seu íntimo. Quando está triste, o habitante busca refúgios, do mesmo modo que as crianças gostam de viver seus momentos de solidão nos cantos da casa, como um passarinho acolhido e aconchegado em seu ninho ou como o caracol em uma concha. O morador costuma criar uma maior afetividade pelos cantos de refúgio – onde aprecia estar quando quer ficar sozinho, pensativo ou se se encontra triste – para viver os momentos de solidão quando passa a não ter mais aquele espaço (BACHELARD, 2008). É um apego construído pela importância desses momentos de intimidade. “Mais urgente que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços da nossa intimidade”¹²².

Rodrigues (2015) dispôs de nove entrevistas com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, ocorridas no segundo semestre de 2010, além do Plano de Atendimento Individual (PIA) de cada entrevistado. Um dos acolhidos, Luciano, estava em serviço de acolhimento há 15 anos e, ao responder sobre as suas perspectivas do futuro, disse à autora já

¹²² Bachelard, 2008, p. 29.

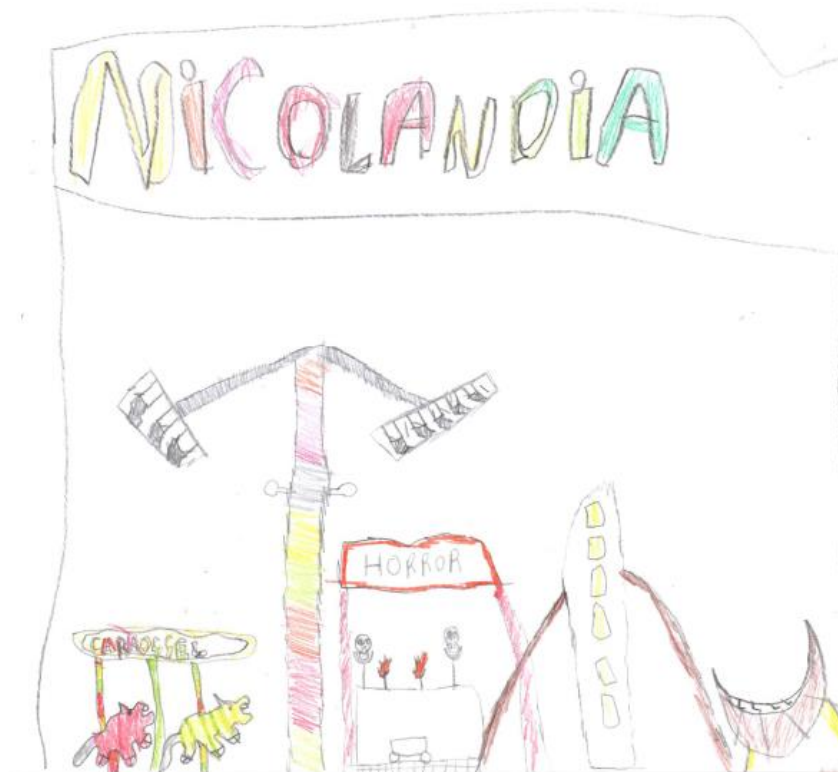
ter informado o juiz que sairia da entidade aos 18 anos e compraria um carro, complementando, em sua fala, que daria voltas em torno do serviço de acolhimento. Apesar de sua perspectiva de manter um vínculo com a entidade, simultaneamente, o adolescente demonstrou ter consciência da provisoriedade. Essa interpretação pode ser feita com outras histórias dispostas por Rodrigues (2015), como no caso de Marina, que estava acolhida há sete anos e “considerava que era bom” a entidade, mas que tinha vontade de sair. Nessa situação, a entidade mostrou não suprir os sentimentos da acolhida.

Por sua vez, a autora desta pesquisa realizou a dinâmica *Fotografia da Memória*¹²³ com quatro acolhidos da UNAC I. Foi solicitado que os participantes escolhessem um local ou momento vivenciado para desenhar, colorir e depois explicar o que foi desenhado. A dinâmica teve o intuito de analisar as características espaciais presentes nos desenhos em busca de pontos em comum, com o intuito de relacionar a memória ao apego a lugares, por meio dessas características – caso houvessem – e dos relatos sobre o desenho.

Dimas escolheu desenhar um parque de diversões, localizado em Brasília, que visitou quando morava em outro serviço de acolhimento (Figura 55). Nota-se que o menino desenhou alguns brinquedos, os quais relatou ser o carrossel, o trem fantasma – como é popularmente conhecido –, a roda gigante e a barca, que provavelmente foram os que ele pôde vivenciar ou ficaram marcados em sua memória. Quando foi explicar o seu desenho, alegou ter gostado muito do lugar que havia visitado e que lá havia muitos brinquedos. Percebe-se que o que marcou Dimas foi a experiência vivenciada nos brinquedos, chamando a atenção, também, o uso de muitas cores.

¹²³ O modelo da dinâmica encontra-se nos apêndices desta pesquisa.

Figura 55 – Fotografia da Memória por Dimas, de 11 anos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Eliseu optou por desenhar um lugar da casa da sua avó, onde costuma ir com seus amigos, composto por córrego, natureza e caminhos. O elemento em forma de cilindro, em cima do córrego, simboliza um tronco, que também compõe um caminho (Figura 56). O lugar é um desenho visto de cima; apesar de não ter pessoas esboçadas, pelo menos, não de forma clara – a autora acredita que as duas formas geométricas desenhadas na água representam o próprio desenhista –, percebe-se que as suas lembranças, nesse local, envolvem pessoas queridas, em um lugar de permanência que o adolescente tinha o hábito de vivenciar: *“O meu desenho é um córrego. Eu sempre ia com meus amigos, era muito bom. A gente nadava e pegava uns peixes que o nome era piabo” (sic)*¹²⁴. Ao contar sobre o desenho, Eliseu revela seu apego à natureza: *“lá era muito bom, uma grama bem verde aí, e nas árvores tinham flores” (sic)*. As árvores estão representadas pelos traços no espaço verde, como se suas copas redondas tivessem sido vistas de cima. O adolescente acrescentou que aquele lugar era quente, por isso, ele e os amigos iam para o *“córrego da cidade” (sic)*.

¹²⁴ Informação verbal concedida por Eliseu (13 anos) à pesquisadora na dinâmica *Fotografia da Memória*.

Figura 56 – *Fotografia da Memória* por Eliseu, de 13 anos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Éden desenhou um lugar onde disse ter ido algumas vezes com os amigos, mas não representou pessoas. Seu desenho possui o traço muito fino, de maneira que, para Costa e Cruz (2016, p. 871), o traço no desenho demonstra personalidade, sendo que o “traço fraco pode indicar doçura, timidez e até significa limitada impulsividade” (Figura 57). As referidas autoras exemplificam a timidez, observada no traço fino, em desenhos pequenos nos cantos da folha, mas o de Éden ocupa a folha inteira. Seu desenho tende a demonstrar leveza semelhante ao movimento dos sons, porém se constata a sua personalidade agitada, de modo que se pode ler os traços fracos como impulsivos. O adolescente não utilizou cores – a ausência de cores revela tristeza – e, ao mesmo tempo que desenhou um sol no canto da folha, fez também um raio, como se estivesse em conflito interno.

Éden narrou que desenhou uma paisagem marcante para ele, um lugar onde ele e os irmãos observavam de cima de um morro a paisagem, o rio, o céu e as pedras, as quais, vistas de cima, eram bem pequenas, “*como se fosse formiga*” (sic). Ao citar sobre o desenho, afirmou gostar do local pelo contato com a natureza. “*A natureza, assim, ela esconde mais as pessoas. Ela deixa as pessoas mais à vontade, ela deixa a pessoa mais refletir sobre a vida entendeu, deixa as pessoas em uma realidade diferente, em uma realidade alternativa, no caso*” (sic)¹²⁵. O acolhido enxerga na natureza uma fuga à sua realidade, conforto e refúgio.

¹²⁵ Informação verbal concedida por Éden (16 anos) à autora na dinâmica *Fotografia da Memória*.

Figura 57 – *Fotografia da Memória* por Éden, de 16 anos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Leonardo escolheu uma experiência marcante da sua vida para retratar, que foi quando conheceu a praia (Figura 58). O adolescente contou que o momento foi vivenciado junto à irmã e ao avô, o qual, com esse último, não possui trocas de afeto ou muito contato. Entretanto a experiência foi tão marcante que gostava de relembrá-la. O acolhido desenha si mesmo, ajoelhado sobre a areia, como se demonstrasse o seu agradecimento por aquela experiência. A autora questionou sobre a outra pessoa desenhada, obtendo, como resposta, ser outra pessoa qualquer. Leonardo também expressa gostar da praia pelo contato com a natureza e os animais; para ele, é um dos lugares com a maior diversidade.

Mesmo o adolescente expressando a sua afeição aos espaços de natureza, Leonardo não deixou as alegrias das cores dominarem o desenho: sobre o azul das nuvens, pintou com o preto do grafite; por seu turno, a areia e as pedras possuem as sombras fortes e bem definidas. Esses traços firmes, fortes e sombreados denotam racionalidade ao desenho, como alguém determinado que sabe o que quer e tem ansiedade para a sua concretização, talvez até angústia. Exatamente isso que Leonardo demonstrou durante os contatos com a pesquisadora, ou seja, um indivíduo determinado a seguir uma profissão, a ser independente, porém, ao mesmo tempo, com ansiedade e medos em relação ao momento de deixar a entidade. Ao tomar por base as falas dos cuidadores sobre o futuro profissional dos acolhidos, durante os questionamentos da pesquisa, a maioria elegeu Leonardo como o mais determinado.

Ainda sobre o seu desenho, o sol chama a atenção por ser bem definido e agitado. Para Bédard (1998), o sol, à direita do desenho, demonstra a compreensão do desenhista em relação ao pai, o que, no caso, pode ser associado ao avô. Ademais o sol muito resplandecente pode revelar que a criança possui traumas de violência física ou verbal.

Figura 58 – *Fotografia da Memória* por Leonardo, de 15 anos



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

No que a pesquisadora se propôs a observar nos desenhos dos adolescentes, isto é, as características físicas e o apego aos lugares, percebe-se que, em todos os desenhos, são retratados locais que lhes trazem memórias positivas, vivenciadas pela permanência no espaço. Nota-se que nenhum dos participantes optou por desenhar algum momento vivenciado dentro de um serviço de acolhimento, assim como os jovens esboçaram lugares onde a permanência lhes proporcionou experiências marcantes. Verifica-se que a maioria dos desenhos não possui seres humanos, mesmo que a memória os envolva nos relatos. Segundo Pallasmaa (2018), isso ocorre porque é mais simples, para a imaginação, evocar o espaço do que as pessoas, mas, ao mesmo tempo, “a recordação de lugares e recintos gera a lembrança de eventos e pessoas” (PALLASMAA, 2018, p. 17). Outro ponto em comum, à maioria dos desenhos, foi a presença da natureza, com a exceção de Dimas, que não desenhou um lugar com natureza. Em sua *Fotografia da Memória*, nota-se a influência dos espaços coloridos, alegres, além de um momento de diversão.

É possível detectar que a natureza é refúgio para os adolescentes, de forma que eles sentem domínio sobre os lugares com a sua presença. Por isso, pode-se dizer que a ausência

de natureza na entidade acarreta falta de identificação com o local e inexistência de espaços de refúgio, além de ela fazer parte de uma domesticidade para eles. Esses lugares desenhados são agradáveis de se recordar, são lembranças que os jovens gostam de reviver, é como um ninho para o pássaro em Bachelard (2008), ou seja, há o desejo de retornar. Percebe-se que a arquitetura não esteve presente em seus desenhos, ao contrário, a natureza tem domínio sobre os resultados, principalmente, a experiência que ela lhes proporciona.

CAPÍTULO 3 – O EDIFÍCIO ENQUANTO LUGAR: CASA OU LAR?

Uma casa pode ser qualquer edificação com o intuito de moradia, enquanto lar é o lugar de refúgio, uma significação que só pode ser atribuída pelo habitante. Neste capítulo, faz-se imprescindível discutir as questões que transformam um abrigo em lar. A princípio, essas discussões estariam apenas direcionadas ao ponto de vista teórico sobre as significações que fazem uma moradia ser lar, e, a partir delas, bem como de toda a discussão já apresentada na dissertação, buscar-se-ia responder como cada acolhido enxerga a entidade em que mora: como abrigo ou como lar?

Todavia, após a realização da atividade *Fotografia da Memória*, que foi proposta pela pesquisadora aos acolhidos, um dos participantes pediu para usar os papéis e os lápis disponibilizados para desenhar. Dito que sim, o menino esboçou uma casa. Questionado se era uma casa específica, o menino negou, dizendo ser apenas uma casa. Diante disso, a ação do participante Dimas incentivou os demais a também desenharem uma casa, naturalmente os participantes foram se expressando como uma brincadeira entre ele.

Quando a autora foi transcrever as informações para a pesquisa, coletadas *in loco*, percebeu a importância desses desenhos e decidiu-se por analisá-los neste capítulo. Assim, além do ponto de vista teórico, buscou-se responder se a entidade é abrigo ou lar para cada acolhido, baseando-se, também, nas representações das casas feitas pelos participantes.

Em seguida, reflete-se o papel fundamental que a arquitetura exerce sobre as sensações, os sentimentos e os pensamentos na construção do eu e nas experiências vividas que marcarão a memória do morador, bem como de que maneira ela pode influenciar no bem-estar dos acolhidos.

3.1 Abrigo é lar?

Lar e casa são termos frequentemente confundidos e tratados como sinônimos entre si e do habitar. Apesar de ambas as terminologias originarem do latim, segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2020), a autora desta pesquisa não considera verdadeiro que tais termos possuam significados ou valores iguais. Em seu decorrer, a presente dissertação tratou esses termos complexos e com diversas definições, buscando explicitar em qual se baseou. Assim, para o desfecho, é importante dar enfoque aos conceitos – considerados pela autora em consonância com a pesquisa – de casa e lar.

Nesse contexto, para que a discussão do atual capítulo possa dar início, faz-se inevitável destrinchar os significados das nomenclaturas casa e lar, já que a pesquisa busca saber se as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes alcançam o sentido de lar para os acolhidos, em outras palavras, se há uma definição que vá além do acolhido ter somente um abrigo, uma moradia física.

Conforme explicitado, casa e lar são constantemente colocados como definições análogas e indissociáveis. Não obstante, para esta dissertação, defende-se que são termos distintos e independentes, distintos por conta de a palavra casa denominar a edificação, uma moradia física, ao passo que lar está diretamente ligado a um lugar habitado, sendo uma significação que somente o morador pode atribuir e que envolve sentimentos e questões imateriais. Outra diferença encontra-se no fato de casa abrigar o residente fisicamente, como das intempéries externas, enquanto lar é a projeção sentimental de um lugar como seu refúgio. São independentes por considerar o pensamento que ter uma casa, ou seja, uma moradia física, não significa ter lar e vice-versa, visto que o lar pode ser projetado em outros lugares (RONNBERG, 2010).

Não ter casa não significa necessariamente não ter lar. Nos bosques, desertos, na lua, um navio, no mar, um amigo querido, uma cidade específica, um conjunto de circunstâncias, é o lar projetado. Esses correspondem, ou contribuem para algo no interior, à experiência de um centro vital de permanência e liberdade, de descanso depois do esforço, de se ser totalmente o próprio. (RONNBERG, 2010, p. 556).

Por meio dessas considerações, que o lar depende do habitar e pode ser projetado em diversos lugares, pode-se dizer que é possível o habitar estar presente em muitos lugares que não seja em uma habitação, uma casa física. Para isso, considera-se que habitar não seja apenas possuir uma moradia, pois, caso o habitar fosse apenas ter uma habitação, qualquer moradia, quando vendida, poderia garantir que seria habitada, o que não é possível afirmar, visto que o habitar está conectado a uma relação que apenas o habitante pode estabelecer sua existência. Para habitar, é necessário que o lugar seja um refúgio para o morador— como conceitua Bachelard (2008) —, que seja possível “resguardar cada coisa em sua essência” (HEIDEGGER, 2012, p. 129) e exista “uma relação significativa de identificação e pertencimento entre o ser humano e um determinado meio”¹²⁶. Heidegger (2012) exemplifica bem o habitar em lugares que não são habitações:

¹²⁶ Camargo (2007, p. 24) sobre o ponto de vista de habitar de Norberg-Schulz em seu livro *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture* (1985). Essa obra de Norber-Schulz não possui título em português, e a autora não conseguiu acessá-la.

Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica [...]; a estação ferroviária, a autoestrada, a represa, o mercado são construções e não habitações”, mas esses lugares são habitados, considerando-se que o habitar não seja apenas possuir uma moradia. Na autoestrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Na usina elétrica, o engenheiro está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. (HEIDEGGER, 2012, p. 125).

O “estar em casa” de Heidegger (2012) é demonstrado por espaços que se tornam importantes mediante as experiências de permanência vividas neles, as quais os tornam lugares e, por meio do habitar, assumem a significação de lar. Ainda consoante o autor, as pessoas habitam esses lugares, mesmo não sendo suas moradias, por conta de se sentirem à vontade para ali permanecer por terem autonomia e liberdade, o que corresponde ao lar de Ronnberg (2010) descrito na citação direta feita neste capítulo.

Ronnberg (2010, p. 556) define o lar como uma fortaleza de aconchego, descanso, segurança, “um centro vital de permanência e liberdade”, ou seja, um núcleo onde o morador encontra o que é indispensável para ali permanecer e sobreviver, incluindo o que é necessário para nutrir um bom estado emocional. “O lar é onde se encontra o coração, um estado emocional de pertencer, de segurança e de satisfação” (RONNBERG, 2010, p. 556), sendo esse lugar o maior centro de indução do sentimento liberdade para o seu morador.

A casa transformada em lar é a casa habitada em todos os sentidos, físicos e imateriais. Habita a pessoa e os sentimentos, as memórias, as afetividades, as relações, a identidade; habitada por ações de territorialidade. O morador habita o espaço, e o espaço habita no morador. Habitar possui como característica “a insolúvel unidade entre vida e lugar” (NORBERG-SCHULZ, 1985 p. 13 apud CAMARGO, 2007, p. 24). A diferença de habitar um lugar que não seja a habitação é que esta última abriga a domesticidade, o que Schulz (1985), em seu livro *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture* [sem título em português], segundo Camargo (2010), chama de habitar íntimo.

Os termos lar e habitar entrelaçam-se e são consequência de todo o desenrolar de discussões desta pesquisa, especialmente no Capítulo 2, que discorre sobre pontos, tais como territorialidade, identidade, memórias, apego ao lugar, domesticidade, atividades cotidianas e rotinas. A existência de todos esses conceitos constitui o habitar e possui o poder de transformar a edificação – casa – em lar.

Em relação à origem da nomenclatura casa, derivou-se das denominações “*cabanas, domus, castelos, villas, palazzos*” (MIGUEL, 2001, p. 149). O mesmo autor ainda faz referência à casa como a terceira pele do ser humano, no entendimento da função de proteção física, possuindo, como primeira pele, a epiderme; como segunda, o vestuário e, como

terceira, a construção da casa. A casa é “casca”¹²⁷ protetora, uma edificação feita a partir das necessidades humanas à espera de um morador para habitá-la, por meio de “uma expressão de personalidade do morador e de seus padrões de vida únicos”¹²⁸ que a transformam em lar.

De acordo com Miguel (2001), a terminologia lar tem sua origem na palavra lareira, a qual Pallasmaa (2017) considera ingrediente essencial para a constituição de um lar. A lareira é um elemento arquitetônico, composto por uma chaminé, que, por intermédio de seu fogo, une as pessoas à sua volta. Com tal característica, a lareira é o ponto central do desenvolvimento da chaminé, a qual representa “uma tradição primitiva que faz do fogo a alma e o símbolo do lar” (MIGUEL, 2001, p. 150).

A lareira, além de ser elemento de união entre os habitantes de uma casa e ponto central para a localização da chaminé, é, muitas vezes, o centro de desenvolvimento do espaço da casa. Essa ocorrência pode ser vista, principalmente, na arquitetura das *Prairie Houses*¹²⁹ (MIGUEL, 2002) ou *casas da pradaria*, assim também conhecidas, as quais a distribuição dos ambientes na planta baixa é formada por eixos que se cruzam na lareira, que é um local fundamental da casa. Isso pode ser notado na *Emil Bach House*¹³⁰, do arquiteto Frank Lloyd White, figura de destaque na produção das *Prairie Houses* durante o início do século XX (Figuras 59 e 60).

Figura 59 – Sala de estar com vista da lareira da *Emil Bach House*, construída em 1915



Fonte: The Emil Bach House Event & Vacation Rental.

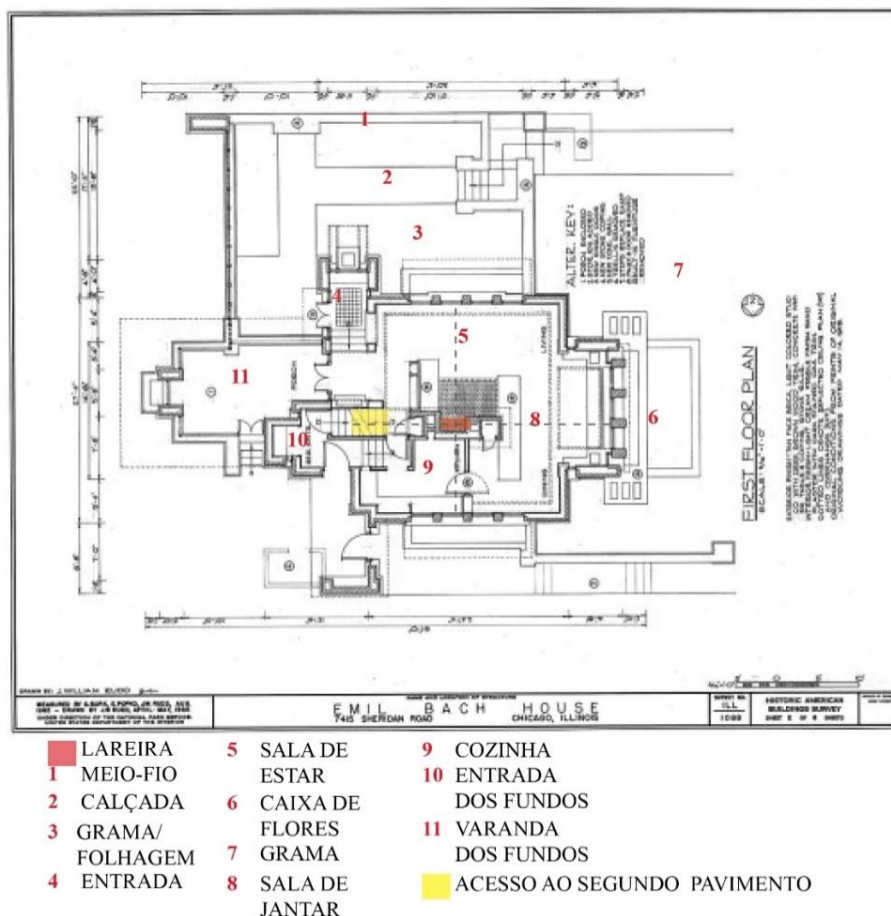
¹²⁷ Pallasmaa, 2017, p. 16.

¹²⁸ Pallasmaa, 2017, p. 16.

¹²⁹ As *Prairie Houses* foram criadas como alternativas às famílias de classe mais abastada.

¹³⁰ A *Emil Bach House*, que se localiza em Chicago, nos Estados Unidos, foi restaurada no ano de 2013 e hoje pode ser visitada e alugada.

Figura 60 – Planta do local e do primeiro andar da Emil Bach House



Fonte: Redesenho J. William Rudd, 1965 [Library of Congress / U.S. Government]. Disponível em Fujioka e Suzuki (2020). Adaptado por Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Ainda sobre a palavra lar, Dicio (2020) compreende, como sentido figurado, o ninho de animais, como extensão à “família”, e, como história, os “deuses que protegiam a família e a casa”. Esse último significado possui sua explicação advinda do que o plural da palavra lar, lares, representava para os romanos e os etruscos. Todos esses sinônimos reforçam o sentimento de proteção e refúgio que o lar deve transmitir ao seu habitante.

Bachelard (2008), em seu livro *A poética do espaço*, discorre sobre os lugares íntimos da casa, comparando-os com o ninho e a concha, lugares de segurança e acolhimento no reino animal. O ninho é a penugem que falta para o pássaro bebê, enquanto a concha é onde o caracol se encolhe para proteger-se dos predadores e do mundo externo, de modo que ambos são elementos de refúgio na natureza, sendo essa análise, feita por Bachelard (2008), uma significação de lar.

A concha pode ser comparada ao corpo humano, ao passo que, o caracol, à alma, pois, quando o caracol se ausenta da concha, ela se torna imóvel; da mesma forma, quando a

alma deixa o corpo, este também passa a ser incapaz de locomover-se (BACHELARD, 2008). Seguindo esse pensamento, a casa é como o corpo humano ou como a concha, e o habitante, a alma ou o caracol. É preciso que o morador constitua um “habitar doméstico”¹³¹ para que a casa se torne um lar.

A noção de lar se estende muito além de sua essência e seus limites físicos. Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. (PALLASMAA, 2017, p. 8).

Diversos arquitetos do século XVII ao XIX, como Jacques François Blondel, Gottfried Semper e Claude Perrault, buscaram estudar e descobrir as origens da arquitetura, levando-os a debater sobre a cabana. Frank Lloyd Wright foi um dos questionadores do tema, tratando a origem casa como proteção física contra as intempéries e os animais (MIGUEL, 2002). O arquiteto modernista Oscar Niemeyer, no século XX, igualmente debateu o assunto. Como resultado do estudo, Niemeyer desenvolveu o desenho *O abrigo* (Figura 61), no qual há um espaço interior delimitado por materiais da natureza, especificamente dois troncos com folhas que diferenciam o espaço interior do exterior, um local de reclusão e proteção do que está fora. Basicamente Niemeyer desenha a casa como uma marcação de espaço privado. A definição da casa, como um espaço privado, vai ao encontro da casa de Bachelard (2008) por ser um território de sonhos, de modo que as memórias da casa nunca serão como as do mundo exterior, pois a moradia possui um poder de devaneio sobre o morador.

Figura 61 – *O abrigo* (projetado por Oscar Niemeyer)



Fonte: Miguel (2002)

¹³¹ Termo usado por Camargo (2007 e 2010) e detalhado no Capítulo 2 desta pesquisa.

O debate sobre a origem da arquitetura, por meio da cabana primitiva, que consequentemente é a busca pela origem da casa, reforça esta como invólucro de proteção física. Entretanto, o fato de o morador possuir uma casa para residir não lhe assegura um lar, pois este está na existência do habitar e no refúgio que essa casa pode ou não fornecer, e quando ele existe, proporciona felicidade ao habitar. Relembrar um inverno, no qual se estava fisicamente protegido e seguro, torna o abrigo mais importante (BACHELARD, 2008). Não obstante, se o temporal ocorre em um momento em que se está sozinho, principalmente não sendo um adulto, o medo será maior do que se estivesse acompanhado de alguém que lhe transmitiria segurança e afeto.

O medo diminui pela sensação de segurança e de proteção, de refúgio, de “lugar de apoio e consolo emocional” frente às “carências pessoais”¹³², que são reflexo do lar e não do abrigo. Essas sensações são proporcionadas pelo afeto com o lugar, à vivência que se tem e às relações estabelecidas entre as pessoas que residem juntas. Com isso, conecta-se com outra significação de lar, que é também a “vivência familiar dentro da casa, o aquecimento ou a frialdade; o ruído ou o silêncio, a calma ou a tempestade emotiva, o equilíbrio ou a desarmonia, o clima espiritual que ecoa nos ambientes concretos da casa” (MIGUEL, 2002). Todas essas questões fazem parte do habitar e resultam na existência ou na inexistência do valor de lar, que somente o morador pode agregar à casa. São experiências que constituem os hábitos, as memórias, a identidade do morador e influenciam na territorialidade dele sob a moradia.

O ninho e a concha de Bachelard (2008) podem ser facilmente relacionados à figura maternal, e essas três figuras, ao lar. Mumford (1998) relata que os termos lar e mãe andavam juntos desde o período neolítico, na agricultura, e menciona o lar como um ninho onde a mãe cuida dos seus filhos. Camargo (2007) demonstra a analogia entre lar e útero feita por um entrevistado, que necessitava passar alguns dias ausente de sua casa pela profissão que exercia. O homem compara a sensação de estar de volta à sua casa com retornar ao útero por considerar que despertam sensações iguais, como a de “proteção”, lugar de domínio, “envolvido pelas coisas e pelas pessoas que você conhece e estima”, lugar de permanência (RUI apud. CAMARGO, 2010, p. 91). Observa-se que tal relato expressa uma territorialidade que o homem possui sobre sua casa mediante a palavra “domínio”.

Todavia o cenário do objeto de pesquisa é muito distante de uma figura maternal presente. As crianças e os adolescentes residem sem os pais, muitos possuem a ausência de

¹³² Camargo, 2007, p. 89.

uma figura maternal em suas vidas ou carregam traumas que impedem essa ligação afetiva, então se defende que a figura maternal contemporânea pode ser substituída pela família. Somado a isso, considera-se família como o vínculo biológico ou afetivo, podendo os acolhidos entenderem as pessoas de sua convivência, na entidade, uma família.

Pode-se supor que o sentido de proteção, o qual o morador pressupõe que o lar deva ter, obteve a sua origem no significado histórico dos deuses que protegiam a residência e a família. O arquiteto finlandês Pallasmaa (2017) considera três componentes essenciais para a formação do lar, projetado em uma moradia:

1. Elementos fundamentados em um nível biocultural profundo inconsciente (entrada, cobertura, lareira).
 2. Elementos relacionados com a vida pessoal e a identidade do habitante (objetos de valor sentimental, pertences, objetos herdados da família).
 3. Símbolos sociais com objetivo de passar certa imagem ou mensagem às pessoas de fora (símbolo de riqueza, educação, identidade social etc.).
- (PALLASMAA, 2017, p. 29).

Os componentes chamados de “bioculturais” por Pallasmaa são os que constituem a estrutura física da casa, o autor cita três para compor a imagem, popularizada, da casa. Mas dentro da cultura brasileira pode-se acrescentar os elementos de demarcação de território privado, como os muros e portões. Os elementos “bioculturais” constituem funções, como a realização da territorialidade, intimidade, privacidade, proteção física e, no caso da lareira, a de unir pessoas. Ainda dentro dos componentes bioculturais para a composição do lar, o próprio autor julga que a lareira, nos dias atuais, é notoriamente substituída pela televisão, o que, no Brasil, também se deve à questão de a maior parte das regiões possuírem climas quentes.

No que Pallasmaa (2017) se refere à “vida pessoal e à identidade do habitante”, os componentes são objetos que agregam memória e identidade próprias do habitante, personificam e possibilitam a afetividade ao espaço, torna-o importante. Por fim, o autor descreve, como último elemento, os “símbolos sociais” retratados por objetos que demonstram a “identidade social” do residente. Diferente da identidade da ‘vida pessoal’, esses elementos simbolizam a identidade do morador em relação a uma cultura ou a uma vivência em sociedade, em grupo, como, por exemplo, a bandeira de um estado, as imagens religiosas, as frases de pensadores, os quadros que expressam ideias culturais, etc.

Os elementos pontuados por Pallasmaa (2017) são físicos. Em contrapartida, a domesticidade, que a autora desta pesquisa considera como constituinte da formação do lar, é

ação realizada pelos moradores. Assim, ações banais caracterizam o “habitar doméstico”¹³³, o qual permite a construção do lar e “transforma um espaço sem significado em um espaço especial, em um lugar”¹³⁴.

Apesar de lugar e espaço serem constantemente confundidos e tratados como se fossem iguais, possuem sentidos diferentes. Espaço é mais abrangente, um local qualquer que garanta movimento. Lugar possui valor, mas não valor financeiro, e sim, um valor sentimental, este que só é possível por intermédio da permanência no espaço, com a vivência que propicie experiências, acarretando, como consequência, memórias e sentimentos em relação ao espaço. A partir dos sentimentos gerados e das experiências vividas e experimentadas com o auxílio dos cinco sentidos humanos e da cinestesia, caso esse espaço tenha um valor atribuído, torna-se lugar (TUAN, 1983).

Existem diferentes escalas de lugar, uma nação, um estado, um bairro, todos podem ser lugares, em uma escala diferente do lar, conseguindo ser simbolizados por meio de objetos na casa, ocorrência a qual demarca um território, entretanto o lar é o lugar mais íntimo e que melhor representa essa expressão.

Quando se pensa em lugar e em lar, para muitas pessoas, surge a imagem da casa. A casa é vista como ambos os sentidos, porém não por sua estrutura física, que pode ser facilmente descrita, como pela cor da parede, espacialidade da sala ou quartos (TUAN, 1983), mas como “os órgãos sensoriais e experiências que permitem aos seres humanos ter sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais” (TUAN, 1983, p. 13), experiências essas advindas do habitar. Desse modo, os componentes considerados essenciais por Pallasmaa (2017), expostos neste capítulo, são vivenciados pelo morador por intervenção dos sentidos, principalmente da “cinestesia, visão e tato”¹³⁵: enxergar e sentir o espaço da casa, a cobertura, as paredes, a lareira; ver e sentir o móvel herdado da família, o porta-retratos, a imagem religiosa, a bandeira do estado colocada na decoração, os objetos que expõem a identidade do morador e a identidade social com que ele se identifica.

A conectividade entre lugar e lar pode ser bem exemplificada por meio de entrevistas realizadas por Camargo (2007) com pessoas que, no momento das entrevistas, não residiam em suas casas ou que, por algum motivo, necessitavam estar afastadas dela. A autora entrevistou uma senhora que, na ocasião da entrevista, vivia em uma entidade de acolhimento para idosos. A idosa relatou habitar no local devido a uma denúncia, feita por sua filha, por

¹³³ Termo utilizado por Camargo (2007 e 2010).

¹³⁴ Pallasmaa, 2017, p. 7.

¹³⁵ Campbell (1966, p. 78) apud Tuan (1983, p. 13).

“ter passado a viver dormindo e mendigando nas ruas, vivendo em condições habitacionais muito precárias”¹³⁶ por escolha, pois ela possuía casa. Todavia, a entrevistada enfatiza que não se sentia bem em casa, com a necessidade de sempre sair, já que não conseguia permanecer em sua casa.

Tal entrevista, transcrita na tese de Camargo (2007), *Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado*, demonstra que, para aquela senhora, a casa era apenas um espaço; ela não conseguia permanecer nele por não lhe causar bem-estar, de forma que não o considerava lugar, conseqüentemente, nem lar. Consoante a autora, baseada em Gifford (1997), o fato de uma pessoa possuir uma casa, um abrigo físico, e optar por morar exposta ao desabrigo e aos riscos do mundo externo deve-se ao fato de a “casa não prover nenhum senso de segurança, identidade, conexão, acolhimento e harmonia em relação ao seu morador” (CAMARGO, 2007, p. 89), uma casa com pouco “ou nenhum, significado para ele” (CAMARGO, 2007, p. 89).

É válido ressaltar que a significação que um lar traz para o morador é reflexo de todos ou outros lares por ele habitado fisicamente ou em seu imaginário (BACHELARD, 2008). É um conjunto de “memórias e imagens, desejos e medos, o passado e o presente. Um lar é também um conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas do dia a dia” (PALLASMAA, 2017, p. 18). Não obstante, os residentes das entidades de acolhimento possuem regras e rotinas estabelecidas para seguir, o que frequentemente causa resistência no morador, gera uma não aceitação da moradia e faz com que ele não possua liberdade para os seus hábitos domésticos, pois, quando chegam às entidades, geralmente já estão inseridos neles modos de habitar que não são os mesmos dos outros moradores ou da entidade. Por conta disso, o acolhido pode recuar ante a imagem do abrigo como o seu lar e tê-lo apenas como um abrigo físico, uma casca de proteção. Mesmo com a possibilidade de o acolhido acostumar-se e gostar da convivência e rotina que criou nessa nova moradia, os muitos modos de habitar distintos e a constante mudança de entidade de acolhimento dificultam a significação de lar.

Conforme já dissertado na pesquisa, para Bachelard (2008), a casa demonstra intimidade ainda que simbolizada por seu exterior, sendo que a existência da sua intimidade torna possível a ocorrência de quesitos essenciais ao lar. Contudo, reforça-se que não significa dizer que a casa por si só possui intimidade. É necessário que exista intimidade no convívio e que ela seja suscitada mediante a arquitetura. Por esse motivo, além de outros já citados, como a convivência, enfatiza-se que o lar ultrapassa as questões arquitetônicas, porém a

¹³⁶ Camargo, 2007, p. 89.

pesquisa possui como foco principal a arquitetura, que possibilita a existência do lar, e não somente como proteção física.

A intimidade envolve os atos domésticos, os cuidados do morador com a casa, os sentimentos, a forma com que o residente se relaciona com a casa e com os demais que dividem o mesmo teto, caso existam. Ela permite que o morador habite a casa de maneira única, viva momentos de solidão e descubra com eles refúgios e prazeres, tornando-os memoráveis. É a intimidade que proporciona uma identificação do morador com a casa ou a preferência por algum lugar dela.

Para melhor compreensão, define-se o termo intimidade: “1 Qualidade ou característica do que é íntimo. 2 A vida íntima; privacidade. 3 Relação muito estreita; amizade íntima. 4 Falta de cerimônia; familiaridade. [...]. 6 Ambiente acolhedor e tranquilo. [...]” (MICHAELIS, 2021). Portanto intimidade envolve relações de vivência entre as pessoas e com o espaço, de modo que, para que ela exista em uma habitação, faz-se indispensável que haja um ambiente acolhedor, privacidade, familiaridade. Justifica-se, essa afirmação, com as seguintes indagações: uma pessoa consegue imaginar-se em momentos de intimidade no meio de uma praça? Em uma casa onde não se sente bem? Um visitante, na casa de um conhecido, muda algo na decoração, ou abre a geladeira sem ser convidado ao ato? Uma pessoa só possui liberdade em lugares de intimidade, e não há lugar mais íntimo do que o lar.

Ademais a intimidade é especialmente proporcionada por uma identidade e uma territorialidade, uma sensação de pertencimento a um território e de domínio sobre ele (LAHORGUE, 2016), visto que, para a existência da territorialidade, é imprescindível que o morador se sinta pertencente ao território que habita, ao passo que, em se tratando de lar, é preciso que exista uma demarcação de espaço privado.

A memória do lugar depende de momentos de realizações do ato de habitar. Quando vividos com intimidade, causam sensações afetivas, fazendo com que esses momentos sejam lembrados com apego e estima ao lugar. Tais momentos vivenciados em uma casa conectam-se diretamente à domesticidade. Assim, retoma-se a questão tratada no subcapítulo “O cotidiano banal e a domesticidade”, no qual Rilke se pega sozinho limpando o pianinho por vontade própria, uma domesticidade que, no instante em que ele teve consciência, aquele momento ficou memorizado no seu subconsciente (BACHELARD, 2008). Isso ocorreu devido à intimidade que ele tinha de poder limpar o pianinho ao sentir-se incomodado com a poeira, fazendo com que esse ato se transformasse em uma memória afetiva.

Com base em diversos autores mencionados nesta pesquisa, conclui-se que lar é a significação emocional atribuída pelo morador à sua moradia, especialmente se for uma casa,

significação essa que agrega a existência de fatores apontados e destrinchados nesta pesquisa: apego sentimental ao espaço que se mora; memórias construídas nesse lugar; sentimento de proteção; existência de territorialidade; união e reciprocidade de sentimentos de carinho, além de cuidado entre os habitantes; concretização de uma domesticidade.

Mesmo que o lar possa existir sem uma casa (RONNBERG, 2010), como foi visto neste subcapítulo, esta pesquisa aborda o lar em uma casa, em uma edificação arquitetônica, o que leva à necessidade de existir a distinção e a demarcação de espaço privado, característica indispensável para que exista o lar, a qual ocorre por meio de uma territorialidade física. Essa demarcação de território privado permite a existência não só da territorialidade, mas, também, da privacidade para momentos de devaneios, de solidão, de uma domesticidade íntima. De igual forma, coopera na autonomia para que o morador possa refletir a sua vontade no espaço físico, promovendo a sua identidade com o espaço e a presença de um cotidiano, os quais apenas serão possíveis se houver o mínimo de sua autonomia, a fim de que se estabeleçam ações consideradas importantes para si.

Consoante Ronnberg (2010), as portas, assim como os portões, possuem o significado de proteção do que e de quem é desconhecido à casa e ao cotidiano familiar. As portas e os portões guardam uma intimidade e uma privacidade do morador. A cada nova porta que surge na casa, adentra-se a um nível maior de intimidade. Exemplificativamente, entra-se dentro de uma moradia pelo portão; fala-se, então, de um nível menor de privacidade, pois o morador abre o portão para visitas e até para estranhos, como tipicamente acontece no Brasil. Em outro nível, está a porta da sala de estar ou da cozinha, que normalmente não se abre a um vendedor ou a um agente de saúde, dado que o morador convida visitas a adentrar em tais ambientes. Quando se trata da porta dos quartos, esta sim abriga uma intimidade profunda e única, a qual o morador não a abre fisicamente para qualquer um ou para uma mera visita. A porta do quarto demarca uma territorialidade que abriga uma privacidade, concedendo o maior nível de intimidade a esse lugar.

No quarto, encontram-se os armários, os quais conferem domesticidade e intimidade à casa. Isso pelo fato de ali serem guardados os objetos pessoais do morador, os quais não são expostos publicamente a quem visita ou, até mesmo, vive junto naquela edificação, haja vista o morador não gostar que qualquer pessoa mexa em suas coisas, pois falam muito sobre si, afinal “o significado das coisas não está nas coisas em si, mas sim em nossa atitude com relação a elas”¹³⁷.

¹³⁷ Frase do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry.

Fraçoise Minkowska¹³⁸ expôs desenhos de casas feitas por crianças judias e polonesas que sofreram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a qual envolve o Nazismo (1933-1945). Para a obtenção dos desenhos, Fraçoise utilizou um teste, no qual pediu que as crianças, sem direcioná-las ou influenciá-las, desenhassem uma casa, sem mais explicações. Em seguida, Minkowska e sua equipe analisaram os desenhos realizados. As crianças que participaram do teste haviam sofrido traumas, por causa do Nazismo e da guerra, possíveis de serem constatados nos desenhos (BACHELARD, 2008).

Nas casas ilustradas pelas crianças judias, Fraçoise Minkowska diz que era possível notar que as árvores foram desenhadas como estátuas retas, que lembravam pessoas vigiando-as, associando-se às lembranças dos momentos da guerra. Fraçoise observou que os desenhos possuíam traços rígidos, nas linhas da casa, nas cortinas, nas janelas e na fumaça. Outro ponto relatado, que facilmente passaria despercebido para muitos, é a maçaneta da porta: “a chave fecha mais do que abre; e a maçaneta abre mais do que fecha”. As casas desenhadas com porta sem maçaneta faziam referência aos dias em que aquelas crianças tiveram de passar trancadas em armários e porões. Além disso, “a criança que viveu escondida num armário, atenta ao menor ruído, muito tempo depois das horas malditas, desenha casas estreitas, frias e fechadas” (BACHELARD, 2008, p. 85).

De acordo com Bachelard (2008), a Senhora Balif enfatiza o quanto é importante a ferramenta do desenho para as análises. No desenho da casa, ela consegue expressar a essência e a referência que possui de casa, bem como todos os sonhos que espera vivenciar: “Pedir à criança para desenhar a casa é pedir-lhe para revelar o sonho mais profundo em que ela deseja abrigar sua felicidade; se for feliz, saberá encontrar a casa fechada e protegida, a casa sólida e profundamente enraizada”¹³⁹. Se duas crianças, que moram juntas e são felizes, desenharem a sua casa, a mesma casa, será possível perceber características diferentes, pois o sentimento de pertencimento fará com que elas expressem traços únicos de sua intimidade ou, até mesmo, escolham perspectivas locais diferentes, porque o que é importante para uma pode não ser para a outra, mas, “se a criança é infeliz, a casa traz a marca das angústias do desenhista”¹⁴⁰.

O desenho permite obter leituras que não são possíveis com diálogos. Detalhes que parecem irrelevantes revelam uma profundidade do morador, como a maçaneta ou a presença

¹³⁸ Nascida em janeiro de 1882, na cidade de Moscou, faleceu em 1949. Era esposa, mãe, psiquiatra, pediatra e judia, tendo realizado diversos trabalhos científicos.

¹³⁹ *De Van Gogh et Seurat aux dessins d'enfants*. guia-catálogo ilustrado de uma exposição no Museu Pedagógico, 1949, comentado pela Dra. F. Minkowska. Artigo da Sra. Balif, p. 137 apud Bachelard, 2008, p. 84.

¹⁴⁰ Bachelard, 2008, p. 85.

da chaminé com uma fumaça que parece dançar. Ilustrações de casas podem demonstrar felicidade, amor, angústia, imparcialidade, sonhos, os mais diversos tipos de sentimentos e de significações. Elas podem revelar diferentes experiências íntimas do habitante de casas – já habitadas na realidade ou ainda na imaginação –, pois a casa, mesmo representada externamente, transparece intimidade (BACHELARD, 2008).

A criança, que não possui referência de lar, desenha uma “casa rígida”¹⁴¹. No entanto, é de conhecimento que a moradia não é estática (BACHELARD, 2008). Ela é marcada por movimentos vivenciados, experimentados, principalmente, pela cinestesia, tato e visão (TUAN, 1983). Esses movimentos são possíveis de serem demonstrados nas ilustrações, por exemplo, pelo caminho que se percorre para chegar até a residência, o que inclui a maçaneta; pelo vento, que movimenta as folhas do jardim e a cortina, ou pela fumaça que sai pela chaminé.

Durante o segundo dia de visita feita à UNAC I pela autora, ao adentrar no objeto de estudo, um dos cuidadores, ali presente, interessou-se muito pela pesquisa e logo chamou os moradores que estavam na sala para se juntarem a ele e à pesquisadora. Posteriormente com todos reunidos, o cuidador começou a expressar o quanto acreditava que a arquitetura influencia e melhora a sensação de bem-estar da moradia, além de quais soluções ele achava pertinente àquela habitação.

O Cuidador B idealizou móveis compactos de multiuso, quartos com espaço para estudo, além de frisar o quanto cria que os adolescentes se sentiriam melhor se cada um possuísse o seu quarto individual. Logo após, caminhou até o quarto maior e pediu para que todos o seguissem. No quarto, demonstrou aquilo que imaginava, ou seja, o quarto delimitado por divisórias, formando pequenos quartos individuais para cada habitante, justificando que, dessa forma, haveria maior privacidade e cuidado com o espaço. Os adolescentes não gostaram da proposta, dizendo que ficaria abafado e apertado, por considerar pequeno o espaço dos quartos¹⁴², estes que possuem, de acordo com medidas levantadas *in loco* pela pesquisadora, aproximadamente¹⁴³ 15,50m² e 11,01m². Dois moradores, que são irmãos, também demonstraram não gostar da ideia de ficarem separados.

Por conta de o Cuidador B ser próximo aos moradores e mostrar empolgação com a pesquisa, durante essa conversa informal iniciada por ele, os adolescentes ficaram à vontade para expressar as suas ideias, de maneira que, enquanto o cuidador falava, eles demonstravam

¹⁴¹ Termo criado pela autora, que foi inspirada em “crianças ‘rígidas’” que Bachelard (2008, p. 85) utiliza.

¹⁴² No edifício visitado da Unac I, havia dois quartos.

¹⁴³ As medidas podem possuir uma variação mínima para mais ou para menos devido às dificuldades do levantamento *in loco*.

interesse e opiniões. Alguns se interessaram pela profissão – arquiteta – da pesquisadora, buscando saber como eram pensados e projetados os espaços, o que se estudava na faculdade e qual era a diferença entre arquitetura e engenharia. Nessa conversa, a pesquisadora pôde avizinhar-se dos habitantes, estes que se sentiram, posteriormente, confortáveis e descontraídos durante as atividades propostas.

No mesmo dia em que ocorreu a conversa descrita, conduzida por iniciativa do Cuidador B, foi proposta a primeira dinâmica aos moradores, a *Fotografia da Memória*, já descrita no subcapítulo 2.2.2, “A memória e a afetividade ao lugar”. Essa breve contextualização foi necessária neste capítulo devido ao que se obteve como resultado consecutivo da aplicação dessa primeira atividade, pelo fato de os moradores estarem muito confortáveis em relação às conversas com a pesquisadora quando Dimas, o primeiro a finalizar a dinâmica proposta, terminou de falar o que queria sobre o seu desenho, este realizado com a citada atividade. Ele perguntou se poderia usar as folhas e os lápis fornecidos pela pesquisadora, que estavam esparramados pela mesa, para fazer outro desenho. Ao ter a resposta afirmativa, ele informou que iria desenhar uma casa.

A partir da iniciativa do pré-adolescente Dimas, os outros adolescentes também quiseram seguir a atividade proposta pelo colega e desenharam uma casa. Os desenhos foram feitos por vontade própria, pela influência do colega que teve a ideia, sem especificações, apenas tomaram aquele momento como uma diversão. Tais desenhos fizeram a pesquisadora recordar-se da leitura de Bachelard (2008) sobre a Sra. Balif e Françoise Minkowska, ambas já comentadas neste capítulo. Como não era uma dinâmica programada pela autora, e tendo a referência do estudo de Françoise Minkowska, a pesquisadora não interferiu e não fez questionamentos, somente interagiu de acordo com o que os adolescentes perguntavam ou direcionavam a fala.

Éden foi o único que, enquanto fazia o seu desenho e ao terminá-lo, explicou a sua casa. Dimas, apesar de ter tomado a iniciativa, quando terminou o seu esboço, apenas o entregou e disse para a “tia”¹⁴⁴ olhar o desenho da casa que havia feito. Então a pesquisadora lhe perguntou se era uma casa que ele conhecia, e o menino disse que não, que era apenas o desenho de uma casa. Eliseu fez breve considerações ao finalizar o seu desenho. Já Leonardo esperou todos os colegas saírem de perto e começou a conversar, não explicou o seu desenho, somente disse ter desenhado a entidade que estava residindo, mas expressou as suas ideias de como é a sua concepção de casa agradável para as crianças e os adolescentes acolhidos,

¹⁴⁴ Como os acolhidos estavam referindo-se à pesquisadora.

porém não desenhou esse local. O ato de desenhar uma casa apenas o instigou a querer conversar sobre ela.

3.2 A casa desenhada

Sabe-se que o desenho é uma forma de comunicação na qual “experiências emocionais”¹⁴⁵ influenciam e são expressadas conscientemente ou não. Além disso, mediante a arte, o desenhista “tem a oportunidade de comunicar para o outro e para si suas emoções, seus sentimentos”¹⁴⁶. Assim, por meio das referências bibliográficas, das observações e dos relatos de quatro acolhidos, a autora percebeu a importância dos traços desenhados pelos acolhidos. Por isso, decidiu-se por acrescentá-los e analisá-los neste capítulo, buscando compreender a referência de “casa” exteriorizada no desenho, bem como se há a presença das características do lar, discutidas na dissertação, e se, por intermédio dos desenhos, elas são perceptíveis.

No desenho realizado pelo primeiro acolhido, Dimas, os riscos na extremidade esquerda da folha chamaram a atenção da pesquisadora, pois possuem sensação de limite e de clausura, que pode ser complementada com a presença de duas portas sobrepostas (Figura 62).

Figura 62 – Desenho “casa” (morador Dimas)



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021

Os tamanhos diferentes das portas indicam a presença de barreiras com o mundo exterior; observou-se que a porta maior está atrás da menor, o que causa a impressão da porta interna da casa delimitar maior dificuldade de a criança acessar o mundo exterior do que a

¹⁴⁵ Brafman, 2018, p. 21.

¹⁴⁶ Marchi, 2012, p. 15.

porta que acessa a rua. Ainda na porta, as maçanetas não deixam claro se realmente são apenas maçanetas ou chaves. Ademais, a maçaneta ou a chave da porta menor está desenhada com um traço menos forte do que a outra, como se fosse uma insegurança, além de encostar no limite da porta, o que não ocorre com a da porta maior, transmitindo a impressão de maior dificuldade de tê-la aberta. Atenta-se à ausência de janela na altura dos olhos, o que provoca ainda mais a sensação de clausura.

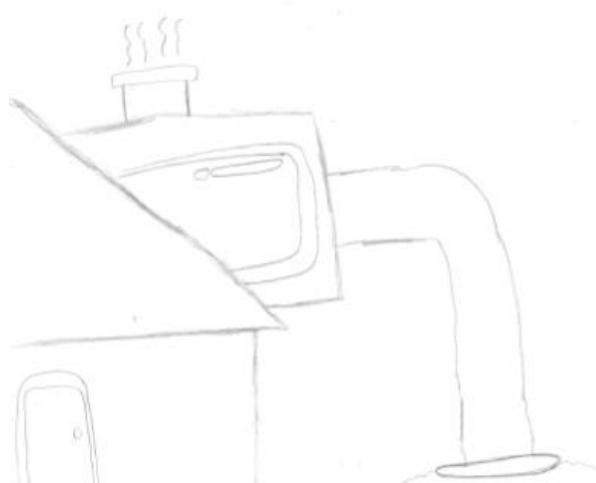
Dimas desenhou uma abertura apenas próxima ao telhado, como quem olha o exterior de um ponto vista distante. Essa janela demonstra a presença de um sótão ou uma mansarda, os quais não são comuns à realidade das casas brasileiras, contribuindo para a hipótese de um local habitado pela imaginação do desenhista, assim como expressa o desejo de um lugar para sonhar e refugiar-se. Somado a isso, a abertura localiza-se acima da altura da linha que atravessa o desenho de ponta a ponta, estando sobreposta à casa, como se fosse um muro, o que leva a interpretar um anseio de enxergar os muros afora. Nota-se, também, que não há a presença de nenhum elemento da natureza, caracterizando um espaço triste.

Resumidamente, apesar de Dimas ter dito, durante a entrevista, que considerava a entidade como o seu lar e que gostava das pessoas que conviviam ele, não possui referência de lar. O menino afirmou, durante a entrevista, que a entidade significava uma casa para ele e que possuía, como significado de lar, um lugar que alguém mora. É nítido que não há diferença entre casa e lar para o acolhido. O desenho realizado não demonstra traços de alguém que carrega a imagem de um lar em uma casa.

Dimas não possui referência de uma casa feliz, posto que não se nota calor, cores ou movimento além das maçanetas, as quais estão associadas a duas portas, causando ainda mais impressão de barreiras do que de aberturas. O desenho traz vários elementos que indicam a casa como clausura, e os traços da delimitação, do lado esquerdo da folha, assemelham-se a arames que denotam angústia.

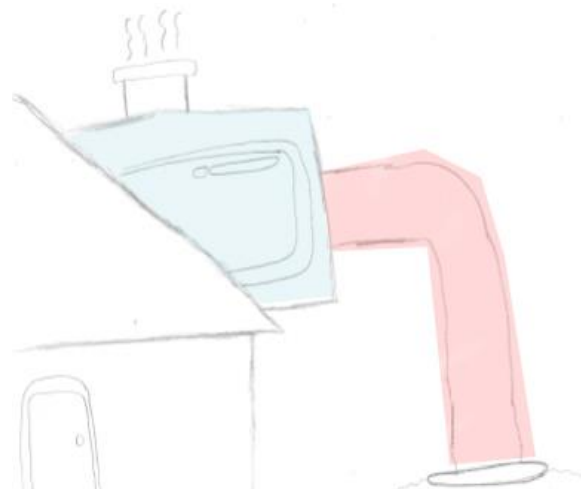
O segundo acolhido, Eliseu, irmão de Dimas, ao finalizar seu desenho (Figura 63), explicou brevemente que o elemento acima da casa não era uma piscina, mas que parecia com uma – elemento marcado em azul pela pesquisadora –, e que a conexão que ele fez com a parte inferior – marcada em laranja pela autora – era algo que levava a água (Figura 64). O menino não soube explicar o que realmente era, apenas deixou claro que se tratava de um local em cima da casa onde era possível banhar-se.

Figura 63 – Desenho "casa" (morador Eliseu)



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 64 – Desenho "casa" (morador Eliseu) com intervenção da autora



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Ao analisar a casa feita por Dimas, notou-se a porta convidativa ao ato de entrar, com uma maçaneta bem definida, o que leva a perceber que a porta “mais abre do que fecha”¹⁴⁷, como se o ir e vir fosse de fácil acesso. Em outro aspecto, o que realmente desperta a atenção no desenho é a chaminé, que marca a presença de afeto e calor perceptíveis pelo movimento da fumaça. Não obstante, estranha-se a localização da chaminé, visto que ela não está no telhado da casa e sim no local de água.

Eliseu, assim como Dimas, passou por outras entidades durante seu processo de afastamento do convívio familiar. No período da realização das visitas, os irmãos estavam em processo de reinserção familiar, tendo contato com a família biológica de sexta a domingo. Por isso, possuem uma instabilidade de convivência familiar, contando apenas com o irmão presente continuamente na vida um do outro.

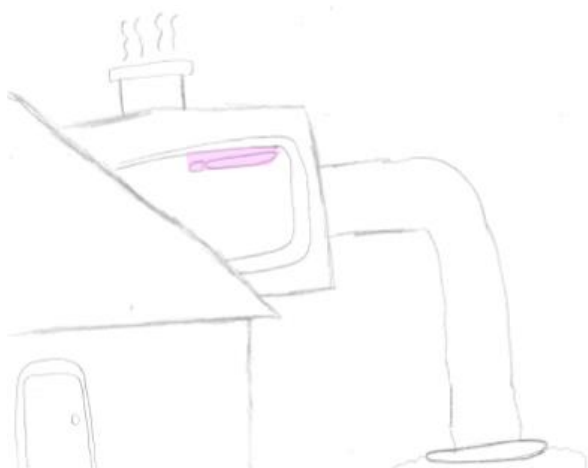
Na primeira vez que o desenho foi observado pela autora, obteve-se a impressão de que a parte marcada em laranja (Figura 64) era um caminho. O “cano que leva a água”, como Dimas descreveu, é claramente a forma com que um caminho é retratado e reconhecido popularmente. Assim, complementando o desenho com a parte da bagagem de vida que foi apresentada à autora e em conversas e observações que ocorreram enquanto a autora estava no local, interpreta-se que a marcação em laranja expressa um significado íntimo do caminho de conexão do adolescente com seu irmão. Esse cano que capta a água faz o caminho até o irmão, cria conexão, de maneira que o próprio desenhista fosse a piscina e estivesse sendo

¹⁴⁷ Bachelard, 2008, p. 85.

abastecido, com o auxílio do cano, pelo sentimento do irmão, afeto que transborda na água pela chaminé.

Atenta-se à repetição de uma figura nos dois desenhos realizados por Eliseu, a qual a pesquisadora destacou com uma marca d'água rosa (Figuras 65 e 66). São duas formas geométricas desenhadas sobre a água, em ambas as ilustrações, que indicam ser o próprio adolescente. O elemento apresenta traço forte, mas não há braços, pernas, pés, olhos ou nada que transpareça nitidamente uma figura humana. Todavia, durante a atividade *Fotografia da Memória*, o acolhido expressou gostar muito de água, o que justifica ele se desenhar banhando-se. Além disso, há também a presença da água no desenho da casa e a comparação da piscina ser o próprio desenhista.

Figura 65 – Figura geométrica que se remete à humana, desenhada por Eliseu na “casa”, com destaque rosa feito pela autora



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Figura 66 – Figura geométrica que remete à humana, desenhada por Eliseu na *Fotografia da Memória*, com destaque rosa feito pela autora



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Percebe-se que a casa é somente um abrigo para Eliseu. A importância do desenho não está na casa, dado que ele a esboça com as características difundidas popularmente, ou seja, um teto, uma chaminé, que se liga diretamente à existência de uma lareira, e uma entrada. Nesse âmbito, Eliseu expressa a sua casa com os componentes que Pallasmaa (2017, p. 29), conforme percorrido neste capítulo, nomeia de “elementos fundamentados em um nível biocultural”. Contudo Eliseu revela uma maior importância aos demais elementos, que seriam o lar para ele, na representatividade de refúgio e de domesticidade que a água simboliza, além de ser nítido o sentimento de estar em seu território quando em contato com a água, na afetividade demonstrada pela chaminé e no cano que expressa conexão. Assim, pode-se dizer que o cano representa o vínculo da família.

Deduz-se que o desenho da provável própria figura humana não é nitidamente representado de forma tradicional, pelo fato de o mesmo Eliseu não ter conhecimento do tamanho do valor afetivo que nutre por seu irmão, sendo-lhe confuso enxergar o irmão como amigo, talvez por não ter sido ensinado sobre as amizades dentro da família. Isso foi comprovado durante a entrevista quando os irmãos foram questionados se possuíam um melhor amigo dentro da entidade de acolhimento, e ambos disseram que não. Por outro lado, foi possível observar os irmãos sempre juntos: no momento que um estava jogando, o outro assentava-se ao lado, ou jogavam juntos; se um resolvia sair do videogame e ir para o computador, o outro também se dirigia para lá, além de os demais acolhidos terem feito comentários sobre a amizade dos dois. Um dos moradores chegou a dizer que os irmãos são “um só”¹⁴⁸.

No que se refere ao terceiro acolhido, durante a conversa conduzida pelo Cuidador B, Éden foi o adolescente que mais demonstrou empolgação. Expôs sua opinião diante das ideias do cuidador e sentiu-se confortável para demonstrar os seus pensamentos sobre uma entidade de acolhimento ideal, como discorrido no subcapítulo “Entre o sonho e a realidade”. Ao finalizar o desenho da casa, foi o morador que mais se expressou verbalmente, mesmo sem ter sido solicitado.

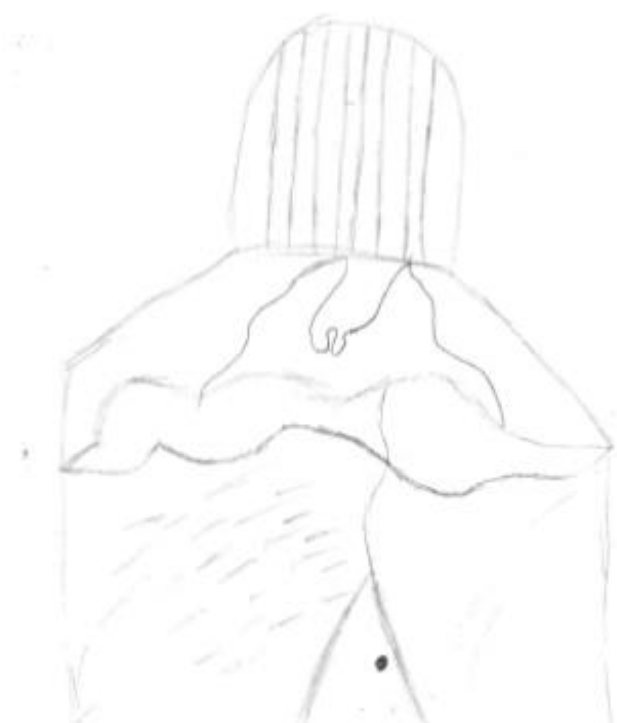
Nota-se, por meio da fala do adolescente, que o desenho demonstra um lugar de refúgio e de liberdade que claramente entende não ter, porém o almeja (Figura 67).

Assim, essa casa aqui né seria uma casa mais pra... uma casa meio pra você, quando você tiver triste você ir pra ela, fazer o que você quiser nela, beber, é... [inaudível] entre outras coisas. [...]. Uma casa que eu teria vontade de ter, mas pra passar, assim, os meus momentos ruins, momentos de tristeza, de dor, e.... que assim não tem mais jeito de ser curado, porque é difícil de perdoar as pessoas, sabe? E naquele caso de você ser traído, no caso de você... entendeu? Tu-tudo [gaguejo] entre aspas, entre etc. né, tudo se realiza em tristeza. (sic) (Éden, acolhido, 16 anos)¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Expressão verbalizada por Éden.

¹⁴⁹ Informação verbal obtida em conversa, gravada com o consentimento do entrevistado e responsável, no ano de 2021. Ressalta-se que o nome referenciado é fictício para a preservação da identidade do adolescente.

Figura 67 – Desenho "casa" (morador Éden)



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Ao olhar o desenho pela primeira vez, antes da explicação do desenhista, aquela casa fez recordar a história infantil João e Maria, todavia a pesquisadora não verbalizou o seu pensamento. Assim que visualizou o desenho, Leonardo, que estava ao lado de Éden, disse ao colega que a figura o fizera lembrar-se a casa de João e Maria. O desenhista não comentou sobre isso, apenas interpretou como uma brincadeira. Ao levar em consideração a influência das memórias e experiências de vida, mesmo que inconscientemente, sobre o desenho, levantou-se a suposição de que o adolescente tenha a história de João e Maria como referência inconsciente de identificação, tendo-a expressado no desenho.

O conto infantil João e Maria possui, como uma de suas morais, o ensinamento de não confiar nos outros apenas pela aparência, o que vai ao encontro do relato do acolhido para a autora em conversa informal sobre já ter sido adotado por pessoas, que ele descreve como uma família rica, da qual o jovem guarda rancor. Ao relacionar a fala do adolescente sobre ser difícil perdoar alguns acontecimentos à família que o adotou, percebe-se a relação de depositar expectativas positivas nas pessoas, que aparentam serem boas, assim como aconteceu com João e Maria perante a bruxa, e decepcionar-se.

Ao concluir o seu desenho, estava explícito que Éden expressara, naquela folha, as suas emoções, perceptíveis tanto no desenho, quanto nas suas falas, de modo que foram

fluindo, de forma natural, ante a sua vontade de expor a sua ideia. O adolescente esclareceu que a parte de cima da casa seria toda aberta, com visão em 360°, e que os traçados seriam os pilares: “[...] *parte aqui de cima né? Que seria, não seria tipo desse jeito, é porque aqui não tem como terminar claro, mas claramente teria as pilastrinhas em volta. Seria aberto, uma volta assim*”¹⁵⁰ (sic).

A estrutura aberta no andar superior, retratada no desenho de Éden, um lugar alto e todo descoberto de forma a gerar visibilidade do entorno, possui relação com o quanto ele gosta de observar a rua. Durante os dias em que a autora visitou a entidade, ele era o único que saía constantemente da casa, em contraposição aos demais adolescentes que não saíram nenhuma vez. Na maioria das vezes, o acolhido dizia que iria até a pracinha que se localiza próxima à casa (Figuras 68 e 69). Ali o adolescente costuma jogar bola ou apenas ficar sentado nos bancos, segundo relatos dos cuidadores.

Figura 68 – Vista da praça próxima à Unac I



Fonte: Google Street View, 2019.

¹⁵⁰ Informação verbal obtida em conversa, gravada com o consentimento do entrevistado e responsável, no ano de 2021.

Figura 69 – Quadra localizada na praça onde Éden gosta de ir



Fonte: Google Streer View, 2019.

Percebe-se como o desenhista se soltou dentro do processo, com traços que parecem dançar dentro do limite da casa (Figura 70). Eles representam o desenvolvimento do som, enquanto a localização desses traços – em cima ou com as suas posições indicando uma subida – demonstra o volume alto. A forma do triângulo, que ele desenhcou para representar a porta, aponta novamente para cima, para o valor da música, aonde ele deseja ir, para o espaço dele, à importância da liberdade que almeja ter. Interpreta-se tal liberdade como um desejo, haja vista o som estar enclausurado, dado que ele não se permite desenhar as linhas dançantes fora do limite da casa, e o espaço que desenha aberto é, ao mesmo tempo, fechado por pilares bem próximos, que lembram grades. A leitura do desenho sobre a representação do som é também reforçada por meio de observações feitas durante as visitas. Quase sempre, Éden estava ouvindo música em volume alto, inclusive enquanto realizava os desenhos.

Figura 70 – Traços do som, que parecem dançar no espaço (destacados em vermelho pela autora)



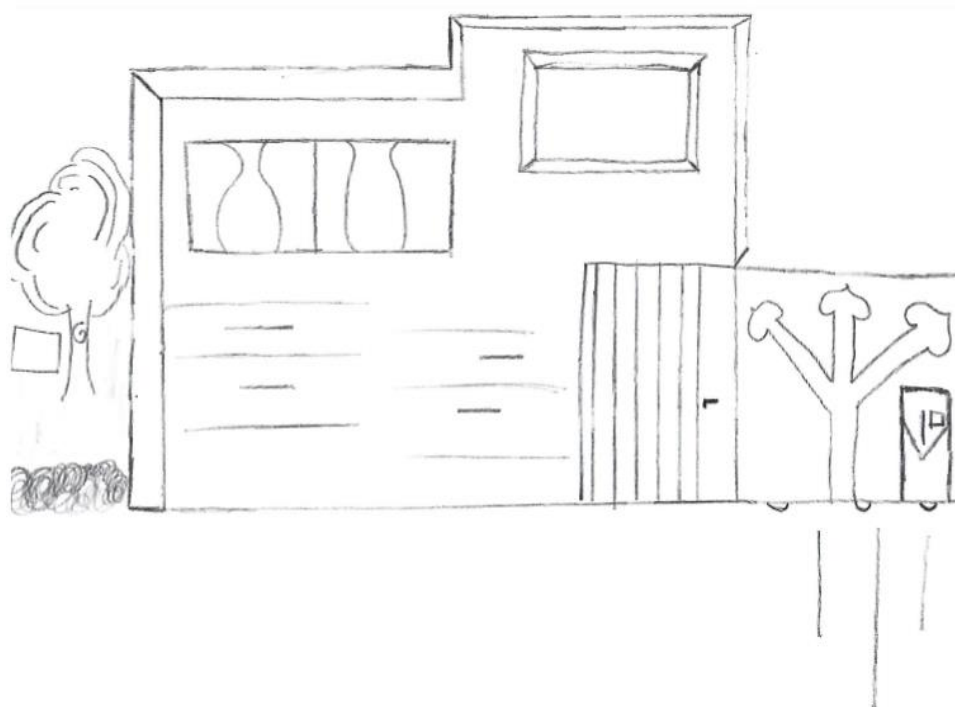
Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

A partir da leitura da casa desenhada por Éden, de suas falas e das observações etnográficas feitas pela a autora, percebe-se que o acolhido não considera a entidade como um lar. A entidade significa, para o acolhido, apenas abrigo físico, mas demonstra desejar ter a liberdade e o refúgio que um lar pode fornecer. Tais conclusões podem também ser percebidas por meio de falas obtidas na entrevista:

*[O que o lugar que você mora hoje significa para você?]
 Num significa muito não. Mas é bom só ter só mesmo esse lugar pra morar
 enquanto não fiz meus dezoito anos.
 [E o que que é lar para você?]
 Não sei, eu nunca tive um.
 [E você considera aqui seu lar?]
 Não.*

Por fim, entre os quatro participantes, Leonardo foi o único quem desenhou a entidade (Figura 71). Apesar do intuito de representar a edificação que estava morando, o adolescente incluiu características que não são reais e omitiu outras. Do lado esquerdo da casa, o adolescente desenhou um espaço verde, como se a casa fosse rodeada por natureza. Na verdade, existe um espaço verde vago do lado direito, enquanto, do lado esquerdo, há uma residência vizinha.

Figura 71 – Desenho "casa"(morador Leonardo)



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Entre os itens que foram modificados, destaca-se a presença de uma edificação em telhado reto, como se existisse laje ou platibanda, com uma diferença de alturas na cobertura e nas janelas, como se houvesse dois pavimentos na entidade, além do portão retratado como se fosse pequeno, com apenas essa parte da fachada estabelecendo contato visual com a vizinhança.

A autora não pôde incorporar, à pesquisa, fotos da fachada da entidade por pedido da gerente, que visa preservar a identificação do edifício em que se localiza o abrigo institucional. Na realidade, toda a fachada proporciona contato visual com a comunidade, pois consta de um portão baixo de grades por toda a sua extensão. Além disso, a fachada da edificação possui apenas um pavimento e, na sala, duas janelas alinhadas voltadas para a área da frente que proporcionam contato com a rua graças ao portão ser de grades. Nota-se, também, que o acolhido desenha a árvore do lado direito, enquanto a árvore se encontra do lado esquerdo da área (Figura 72).

Figura 72 – Janelas da sala que proporcionam contato visual com a rua



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

Observa-se que a árvore que se encontra dentro da entidade possui traços retos, sem movimento, ao contrário da que se encontra externa à casa. É uma árvore imóvel, que parece estar vigiando o adolescente (MINKOWSKA, 1949 apud BACHELARD, 2008), o que vai ao encontro de sua realidade por estar acolhido em entidades institucionais desde, aproximadamente, quatro anos de idade, ou seja, em locais onde sempre há muitos funcionários observando os acolhidos. É possível identificar que Leonardo desenha o caminho para entrar na casa, ou possivelmente a rampa, pois a entrada ocorre por uma pequena rampa inteiraça em toda a calçada (Figura 73).

Figura 73 – Rampa de acesso à edificação



Fonte: Marlyene Ferreira Batista, 2021.

O desenho possui traços fortes e bem definidos, com um realce à maçaneta que foi desenhada no portão. A linha de chão bem demarcada manifesta que o adolescente tem consciência da sua realidade; simultaneamente, os traços retos, rígidos e bem-definidos reforçam a racionalidade do jovem.

Percebe-se que Leonardo considera o abrigo institucional um local de passagem, dado que um habitante, quando é feliz ao desenhar sua moradia, busca expressar traços que indicam “uma força íntima”¹⁵¹, e não há nenhum traço ou elemento íntimo do adolescente no desenho. Ao analisar o desenho e as falas daquele acolhido, interpreta-se que ele possui respeito e gratidão, porém percebe a UNAC I como mais um espaço de passagem, um abrigo, podendo ser encaminhado a outra entidade de acolhimento a qualquer momento. Portanto, o adolescente não desenha traços íntimos, não caracteriza o desenho conforme ele vivencia a entidade em sua concretude.

A leitura do desenho e as falas do adolescente demonstram que ele compreende como funciona o cotidiano da entidade, que há regras, e ele as respeita. Os traços muito retos, a racionalidade expressada e reforçada em suas falas aponta que Leonardo é ciente da sua realidade, que a enfrenta com uma perspectiva bem planejada, sabe muito bem o que quer para seu futuro, além do indicativo que tem um caminho planejado a seguir: “*eu quero ser engenheiro [civil], que que eu tenho que fazer pra chegar aquilo. É.... tem que estudar muito, fazer muitos cursos*”¹⁵² (sic).

¹⁵¹ De Van Gogh et Seurat aux dessins d'enfants. guia-catálogo ilustrado de uma exposição no Museu Pedagógico, 1949, comentado pela Dra. F. Minkowska. Artigo da Sra. Balif, p. 137 apud Bachelard, 2008, p. 84.

¹⁵² Informação verbal concedida por Leonardo, durante a sua fala, após realizar o desenho da casa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia adotada, empregou-se levantamento bibliográfico e historiográfico, o que incluiu investigação documental a partir de fontes primárias, bem como registros fotográficos que foram realizados na entidade selecionada. Ademais, fez-se uma entrevista sobre a entidade, que foi respondida via e-mail pela responsável da UNAC I, além de outras entrevistas semiestruturadas¹⁵³ com funcionários e moradores. Para observar a vivência dos moradores com os demais acolhidos, com a entidade, como também com o corpo técnico e administrativo, efetuou-se a abordagem etnográfica, ou seja, a de observação junto aos moradores para a obtenção dos seus pontos de vista, assim como a entrevista semiestruturada. Somado a isso, foram aplicados o grupo focal para a aquisição de desenhos e o método criado pelo arquiteto Saddek Rehal, o qual se vale de imagens e de palavras para debater conceitos ou questões consideradas relevantes (REHAL, 2002).

No primeiro dia de visita à UNAC I, a pesquisadora foi apresentada aos moradores e aos funcionários que estavam presentes, e nenhuma dinâmica com os moradores foi empregada, somente o fato de a gerente da unidade ter mostrado o edifício. Nos demais dias, houve a aplicação de métodos com os moradores em vários momentos, enquanto, em outros, foi possível observar a vivência. É válido destacar que a pesquisadora foi muito bem recebida por todos os funcionários, os quais demonstraram receptividade à pesquisa e não interferiram na sua execução. Do mesmo modo, os moradores mostraram-se confortáveis e tiveram uma boa relação com a autora. Isso ficou evidenciado, por exemplo, na forma que se referiam à pesquisadora – como “tia” – quando eles a procuravam para conversar sobre assuntos, como jogos, profissões do ramo da construção civil ou mesmo para expor opiniões e relatos de assuntos relativos com os tratados nas dinâmicas.

A pesquisa comprometeu-se a preservar os nomes de todos os participantes. Para tanto, com o fito de referir-se aos cuidadores da UNAC I, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa por meio da entrevista, foi utilizado o codinome cuidador, independente do gênero sexual, acrescido das letras A, B, C, D e E para diferenciar as falas dos cinco cuidadores que participaram, além da nomeação “responsável pela entidade” ou “responsável pelos acolhidos”, no intuito de se referir à pessoa que respondeu a entrevista sobre a UNAC I e assinou o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), este direcionado ao

¹⁵³ As questões dos três modelos de entrevista – para a entrevista com os moradores, a entrevista com os funcionários e sobre a entidade – encontram-se nos apêndices desta dissertação.

responsável pelos menores de 18 anos. Quanto aos acolhidos, explicou-se que eles não seriam identificados por seus nomes, e que as fotos seriam feitas de modo a preservar os seus rostos. Assim, solicitou-se que escolhessem um nome para ser usado na dissertação, os quais foram: Dimas – 11 anos, Eliseu – 13 anos, Leonardo – 15 anos e Éden – 16 anos.

O primeiro instrumento de coleta aplicado com os moradores ocorreu por intermédio do grupo focal, sendo a dinâmica intitulada *Fotografia da Memória*, esta criada pela própria autora a partir das considerações absorvidas em referências sobre a influência da arquitetura nas recordações. Bachelard (2008) discorre sobre como os lugares, especialmente as moradias, marcam as lembranças das pessoas, pois, quando um momento é lembrado, o devaneio não consegue reproduzir o tempo em que se passou tal momento, mas recorda características da arquitetura, do cheiro, da temperatura, do paladar e de todas as sensações experimentadas pelos sentidos humanos que singularizaram a experiência memorada.

Na dinâmica *Fotografia da Memória*¹⁵⁴, os participantes foram convidados a desenhar e a colorir um momento que tinham vivido ou lugar que tinham ido e gostariam de se recordar. Foi pedido que eles desenhasssem com detalhes, ou seja, que se recordassem se havia mais pessoas, quais eram as cores, os sons, as temperaturas, se existiam móveis e objetos que representassem o lugar experimentado. Após finalizarem o desenho, foi-lhes solicitado, caso desejassem, contar o que haviam desenhado. Para a realização da dinâmica, a pesquisadora disponibilizou folhas em branco, lápis grafite, borrachas e lápis de cor. A *Fotografia da Memória*, mesmo sem perguntas, foi a que mais despertou a fala nos moradores, inclusive de questões que seriam abordadas nas outras dinâmicas, mas que acabaram respondidas de forma mais completa nas elocuições que se sucederam à *Fotografia da Memória*. Foi possível observar empolgação, diversão e descontração por parte dos participantes.

O primeiro morador que terminou o desenho, proposto pela *Fotografia da Memória*, perguntou à pesquisadora se podia utilizar o material disponibilizado para criar outros desenhos; tendo obtido a concordância, ele informou que desenharia uma casa para a pesquisadora. Como os demais participantes também estavam tendo o momento como uma descontração, sua ação teve influência sobre os colegas, que igualmente desenharam uma casa. Como não fazia parte do planejado pela autora, esta não se sentiu no direito de fazer questionamentos, de maneira que apenas alguns, ao entregar-lhe o desenho, explicaram-no por vontade própria. A pesquisadora indagou-lhes se aqueles traçados poderiam ser usados na

¹⁵⁴ O modelo da dinâmica *Fotografia da Memória* encontra-se nos apêndices desta pesquisa.

pesquisa, e a resposta foi afirmativa. Após a visita, percebeu-se a importância dos esboços, acrescentando-os no subcapítulo 3.1, o qual anteriormente seria apenas de discussões teóricas baseadas em autores sobre casa e lar.

O segundo instrumento de coleta com os moradores foi a entrevista semiestruturada, esta composta por 27 questões que abordaram os diversos temas tratados no decorrer desta dissertação. Alguns trechos das entrevistas foram transcritos no trabalho a fim de enriquecer e explicar as análises.

Quanto ao método, o de Rehal (2002), terceiro instrumento de coleta aplicado junto aos moradores, a autora deste estudo obteve seu conhecimento por meio da dissertação de Savi (2008). Vale a pena salientar que o processo de Rehal (2002) permite que as opiniões do usuário acerca do espaço possam ser coletadas de forma a obter resultados mais verdadeiros, conforme o ponto de vista do participante, pois as imagens complementam pensamentos que muitas vezes não são facilmente expressados. Assim, segundo o autor, a expressão oral costuma chegar a um momento que não flui, visto que apresenta limitações. Dessa maneira, o morador obtém a formação de duas opiniões sobre o assunto, por intermédio das imagens e das palavras, sobre a pessoa e o que as imagens agregaram:

If we compare a purely verbal communication with a purely visual such, we discover an interesting phenomenon that reveals how our comprehension is influenced when we shift from one means of communication to the other. The interesting thing with this phenomenon is if you first relate something, and then show it in pictures for someone, you will get a certain effect. On the other hand, if you show the picture first and then relate you get another effect. In the first case, the person in question forms two notions, or images around the same content. In the second case, the visual experience dominates, and hinders the receiver of the message from forming a personal version from the narrative. (REHAL, 2002, p. 239)¹⁵⁵.

Saddek afirma que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, a imagem não detém um poder de bloqueio sobre a narrativa; ao invés disso, a narrativa possui um efeito de bloqueio sobre as imagens. O arquiteto argelino criou esse método a partir da seguinte hipótese, respondida como verdadeira:

¹⁵⁵ “Se compararmos uma comunicação puramente verbal com uma comunicação puramente visual, descobrimos um fenômeno interessante que revela como nossa compreensão é influenciada quando mudamos de um meio de comunicação para o outro. O interessante desse fenômeno é que se você primeiro relacionar algo e depois mostrá-la em fotos para alguém, você obterá um certo efeito. Por outro lado, se você mostrar a imagem primeiro e depois relacionar, obterá outro efeito. No primeiro caso, a pessoa em questão forma duas noções, ou imagens, em torno de um mesmo conteúdo. No segundo caso, a experiência visual domina e impede o receptor da mensagem de formar uma versão pessoal a partir da narrativa” (REHAL, 2002, p. 239, tradução nossa).

The hypothesis as a point of departure was that the use of images in an associative way would provide enrichment in communication, and make it possible for the actors to better express what is tacit, implicit or difficult to articulate with everyday language”¹⁵⁶. (SADDEK, 2002, p. 240).

Rehal (2002) descreve uma aplicação do método, realizada por ele, com as seguintes etapas: a) primeiramente, o arquiteto expôs um conceito aos participantes, os quais estavam em dois grupos, sendo um de estudantes de arquitetura e outro de funcionários da biblioteca; b) separadamente, os grupos foram apresentados às diversas imagens, sendo-lhes solicitado que escolhessem as que possuíam o significado do termo mostrado para eles; c) em seguida, um grupo apresentou ao outro suas imagens escolhidas e sua perspectiva sobre aquele tema; d) por último, os dois grupos chegaram a um acordo em relação ao significado do termo expressado. O pesquisador explica que pôde constatar os participantes por vezes perdidos, olhando as imagens por não saberem exatamente o que procuravam; mas as imagens despertavam novas indagações internas que seriam posteriormente evidenciadas.

Nesse sentido, a pesquisadora apropriou-se do método criado pelo arquiteto com algumas modificações. Apesar de Rehal (2002) relatar a aplicação do método com grupos, ele também explica que, a princípio, isso aconteceu de forma individual. Assim, optou-se por realizar a atividade individualmente com os acolhidos, a fim de obter, como resultado, uma opinião pessoal de cada abrigado sem a interferência dos colegas. Antes de iniciar a *dinâmica de imagens e palavras com o morador*¹⁵⁷, a pesquisadora dispôs todas as imagens de modo que o participante conseguisse visualizá-las em conjunto.

Nesse contexto, a dinâmica ocorreu da seguinte maneira:

- a) Foi explicado como ocorreria a atividade;
- b) O tema foi introduzido mediante os seguintes questionamentos lidos ao participante, que não seriam respondidos no momento: 1 - Descreva o lugar onde você está morando atualmente. 2 - Qual é o lugar que você mais gosta onde está morando atualmente? Descreva esse lugar. 3 - Qual é o lugar que você menos gosta onde está morando atualmente? Descreva esse lugar. 4 - Se você pudesse mudar alguma coisa, o que você mudaria no lugar onde mora atualmente? (incluem cor, som, salas, quartos, cozinhas ou qualquer local da casa). 5 - Indique um lugar de refúgio, onde você mora, e outro fora de onde você mora, ou seja, um lugar que gosta de ficar sozinho ou de ir quando está

¹⁵⁶ “A hipótese, como um ponto de partida, foi que o uso de imagens de forma associativa proporcionaria enriquecimento na comunicação e tornaria isso possível para os atores expressarem melhor o que é tácito, implícito ou difícil de articular com a linguagem cotidiana” (REHAL, 2002, p. 240, tradução nossa).

¹⁵⁷ A descrição da dinâmica encontra-se nos apêndices.

chateado, ou um lugar onde se sinta bem. 6 - Observe essas imagens: você tem vontade de falar algo sobre alguma delas? Qual e o quê?;

- c) Foi solicitado que o participante escolhesse imagens para compor dois grupos, sendo o Grupo 1 que recordasse o local que estava morando, ao passo que o Grupo 2 representasse como gostaria que fosse o lugar que estava morando;
- d) Por fim, a pesquisadora leu novamente as perguntas para que participante pudesse responder.

À vista disso, a dinâmica possibilitou que os participantes obtivessem uma primeira reflexão interna acerca dos temas, por intermédio das indagações lidas, seguida de uma segunda reflexão interna quando tiveram o primeiro contato visual com as imagens, por vezes reveladas verbalmente à autora. Quando expressados, esses questionamentos, que surgiam na observação das imagens, compunham uma terceira etapa, pois, após internamente processarem as informações, os participantes apresentavam-nas. Em um último momento, ocorria a verbalização das buscas propostas, que haviam sido enriquecidos com as imagens. Foi possível notar que, assim como Rehal (2002) descreveu sobre a sua aplicação do método, os acolhidos fitavam as imagens com os olhos perdidos sem entender bem o que buscavam, formando mais opiniões por meio de sua observação.

Com a *dinâmica de imagens e palavras com o morador* foi possível perceber como os acolhidos consideram visualmente a casa em que vivem, em questões arquitetônicas, ou que contemplem a sua importância, bem como a forma que desejam que fosse a sua moradia. Por isso essa dinâmica agracia o subcapítulo “Entre o sonho e a realidade” aqui presente.

É importante dizer que a pesquisa foi aprovada pelo CEP–UFG, bem como esta dissertação possui o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao(s) responsável(is) pelos participantes menores de 18 anos e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinado pelos participantes, além do Termo de Anuência da Instituição, como já citado. Os modelos do TCLE, TALE e TCLE para responsáveis encontram-se nos apêndices, sem as assinaturas, pois esta dissertação visa a preservação da identidade dos participantes, conforme acordado entre as partes. Optou-se por transcrever as entrevistas parcialmente no corpo da dissertação – tanto as feitas com os moradores, quanto aquelas com os funcionários e o responsável pela UNAC I – mediante a autorização dos participantes¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Como pode ser verificado, em Apêndices, nos modelos do TCLE, TALE e TCLE para o responsável, há a opção para assentir ou não na transcrição de falas pertinentes à pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança das nomenclaturas presentes nas leis que se voltavam à proteção da infância e da adolescência, como de abrigo para serviço de acolhimento, de menor para criança ou adolescente, abolição do termo delinquente e elaboração de leis para crianças e adolescentes que cometam atos infracionais, é fundamental e aponta para alterações no serviço de acolhimento às crianças e aos adolescentes. Complementarmente, há os próprios avanços nas leis, iniciados com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1999) e a formulação de documentos importantes, como a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (2009) e as *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009). Entretanto, para além das leis e das substituições de termos, é necessário que haja modificação na conduta dos funcionários que estão presentes no dia a dia desses meninos e meninas, na política de acolhimento e nos ambientes que os recebem.

As entidades de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes devem ser uma medida de proteção provisória. No entanto, devido às tentativas de reaproximação familiar, às idades consideradas difíceis de conseguir uma família substituta, dentre outros fatores apontados nesta pesquisa, essas entidades conduzem a uma permanência até a maioridade, ou seja, 18 anos. Dentre os acolhidos que não continuam residindo até os 18 anos, há os que passam boa parte de suas vidas dentro de um abrigo institucional ou casa-lar, como a autora pôde presenciar durante os quatro anos em que realizou visitas a esse tipo de serviço de acolhimento, e que pôde também ser verificado em Rodrigues (2015). Conforme orienta a Lei nº 13.509/2017, mesmo os acolhidos, que permanecem até 18 meses, necessitam de um lugar acolhedor e, sobretudo, de um lar. A noção de tempo para uma criança é diferente da de um adulto. Na idade adulta, diante das responsabilidades e dos afazeres, um ano pode parecer passar rápido, mas, para uma criança, um ano é um longo tempo.

As *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (2009) aconselham parâmetros físicos em relação à estrutura arquitetônica de entidades. Nelas são descritos os espaços mínimos que uma entidade deve ter, além de algumas medidas. Contudo, por meio da pesquisa, pode-se afirmar que tais parâmetros não são medidas suficientes na arquitetura para as entidades de fato promoverem acolhimento, visto que um espaço não adquire significação de lugar habitado e lar somente por esses ambientes e dimensões existirem.

As crianças e os adolescentes em situação de acolhimento carregam consigo traumas, sequelas psicológicas e/ou físicas que dificultam os laços afetivos com as pessoas e com a moradia. A experiência turbulenta é reforçada juntamente à troca de moradia, de forma normalmente obrigatória e, às vezes, sem oposição, de forma espontânea, para um local desconhecido. Além disso, há o fato de eles se mudarem para um território já existente com indivíduos desconhecidos, com os quais terão que compartilhar o espaço e viver junto, o que aumenta o receio e, frequentemente, a resistência de morar na entidade.

Foi possível concluir que lar é um processo de significação, do qual aspectos da vivência do ser humano são indissociáveis, como a territorialidade para a transformação do espaço em território. Assim, por meio da materialização da identidade do morador no espaço, mediante objetos e símbolos, atribui-se-lhe uma significação de lugar. Ademais, dentro do processo de construção do lar, há a domesticidade, um lugar onde o morador possui domínio e liberdade. Todos esses fatores propiciam memórias, as quais os devaneios não são capazes de lembrar e de reproduzir no tempo exato a ocorrência de um fato, mas recorda-se do local onde ele aconteceu e da sinestesia que ele proporcionou, como a experiência a quem o vivenciou.

O lar é fator determinante na construção da identidade individual do ser humano, tendo maior relevância na infância e na adolescência, na qual o cidadão constrói o adulto que será. São os lares habitados da infância que permeiam os devaneios na fase adulta, e são essas diversas habitações que constroem as referências e os valores constituintes do lar (BACHELARD, 2008). Conforme as investigações feitas e apoiadas em diversos autores para a presente pesquisa, habitar é exercer os constituintes do lar, porém não necessita que o lar seja uma construção física, dado que lar e habitar podem estar em diversos lugares e não somente na casa materializada. Não obstante, a dissertação se propôs a analisar o lar, como forma efetiva de acolhimento, dentro do serviço de acolhimento, que é uma casa.

Nessas circunstâncias, a arquitetura demonstra ser importante no processo de construção do lar, mas não se efetiva como única solução. Sabe-se que uma moradia acolhedora possibilita a expressão da identidade do acolhido, a territorialidade, a intimidade e a privacidade. Quanto à domesticidade, esta será possível se o acolhido conseguir materializar a sua identidade, exercer a territorialidade e dispor de liberdade para que possa realizar ações que coloquem em prática os seus valores de domesticidade, pois cada acolhido carrega consigo valores e noções dos constituintes do lar, e, ao mesmo tempo, a própria entidade possui as suas percepções; se a entidade impor as suas noções e os valores formadores do lar aos moradores, não haverá possibilidade de eles se sentirem realmente em um lar.

Os acolhidos carecem de uma entidade que os permita participar da organização do espaço físico e da rotina doméstica. A atuação no cotidiano consentirá que realizem ações que os façam sentir-se constituintes do processo de construção de lar, que deve ser estruturado conforme as crianças e os adolescentes que se encontram acolhidos. A título de ilustração, eles escolherem a comida, terem a liberdade para propor atividades a serem feitas em grupos – assistirem a um filme comendo pipoca, terem uma horta para cuidar, sentarem na calçada ao final do dia, jogarem um jogo de tabuleiro –, além da liberdade de poderem dispor de itens materiais, objetos ou até mesmo mantimentos que os reportem às suas referências de lar, de “estar em casa”. São exemplos de ações cotidianas de domesticidade, reproduções de atividades corriqueiras da referência de lar que agregam conceito de domesticidade de forma individual. Tudo isso traz o propósito de esses acolhidos poderem resgatar essas noções de domesticidade, agregando-as ao dia a dia do serviço de acolhimento.

Quanto à organização do espaço físico, este deve ser apto às mudanças, flexível e adaptável aos novos moradores, de modo que se permita transformar de acordo com os aqueles que chegam e deixam o serviço de acolhimento. Isso quer dizer que o espaço e as relações com as demais pessoas devem conceder liberdade ao morador para modificá-lo, tanto em uso, quanto em características físicas. Esses espaços precisam possibilitar que os acolhidos expressem a sua identidade, de forma que possam personificá-los e marcarem territorialidade. Plantas dentro da casa, um canto de leitura com puff, um sofá confortável e retrátil para o descanso, esses são alguns exemplos de espaços físicos que podem ser sinônimo de domesticidade para alguém, espaços convidativos a um uso conforme o costume das ações do morador. Além disso, a organização arquitetônica deve favorecer locais de intimidade.

As características negativas quanto à arquitetura fazem com que a moradia não forneça conforto. Espaços projetados e pensados no acolhimento dos moradores podem fornecer condições convidativas à expressão de sua identidade, de forma a exercerem territorialidade, transformando o espaço em território por meio da materialização em objetos e símbolos. A provocação à identificação com o espaço e a sua transformação em lugar podem também colaborar com a domesticidade. As paredes descascadas, as infiltrações aparentes, as goteiras nos quartos, os acabamentos estragados, como os pisos, que foram queixas por parte de um dos acolhidos, dificultam o apeço do morador ao ambiente físico, junto a uma resistência, por vezes, em negar a situação de acolhimento.

Entretanto, dentro da construção do lar, existem aspectos que não cabem somente à arquitetura, e o pertencimento é uma delas. O pertencimento e a liberdade são questões

essenciais à existência do lar, como visto em Ronnberg (2010, p. 556) ao afirmar que “o lar é onde se encontra o coração, um estado emocional de pertencer, de segurança e de satisfação”, e ainda, a “experiência de um centro vital de permanência e liberdade, de descanso depois do esforço, de ser totalmente o próprio”. Portanto, o que pôde ser constatado com a pesquisa, sobretudo nas visitas e materiais obtidos *in loco* e analisados nesta dissertação, é que a arquitetura pode contribuir para a concretização de elementos indispensáveis à significação de lar, percorridos neste estudo, mas que nada adianta se a provisoriedade não deixar de existir.

Ao comparar os resultados da *Dinâmica de Imagens e Palavras*, na *Fotografia da Memória* e no desenho da casa foi possível observar que, mesmo todos os acolhidos terem expressado a importância da natureza e a falta dela na entidade, nenhum deles delineou ambientes com natureza no desenho da casa. Ao contrário dos desenhos obtidos com a dinâmica *Fotografia da Memória*, na qual a maioria expressou memórias relacionadas a lugares com a presença de muita natureza. Pode-se dizer que isso se deve ao fato de a casa retratar significações enraizadas em suas mentes, mesmo que seja a casa dos sonhos, como a de Éden, de maneira que as vivências não deixam de influenciar. Por exemplo, Éden não se permite desenhar os traços dançantes fora dos limites da edificação, pois a referência que possui de casa e de lar influencia as suas expressões no desenho. Uma criança que é feliz, que vivencia significações de lar em seu desenho de casa expressará o calor do afeto, a liberdade do habitar, atribuições essas não observadas nos adolescentes.

Uma alternativa, pensada por meio das respostas e dos relatos feitos pelos moradores à pesquisadora para uma maior identificação com a entidade, seria a inserção de áreas verdes com espaços de permanência, como pomar e paisagismo com bancos ou redes, pois os acolhidos demonstraram que a natureza é sinônimo de domesticidades e refúgio para eles. Além disso, a ausência de espaços, estes que incentivam a sociabilização e a comunicação, que colaboram para o fortalecimento de vínculos, dificulta a afetividade. Com isso, outra diretriz seria a implantação de pequenas mesas com bancos em áreas, de forma descontraída, para os acolhidos sentarem-se juntos para conversar, jogarem jogos de tabuleiro ou outros que não sejam eletrônicos.

Enfatiza-se a importância de uma boa iluminação e ventilação com o fito de que haja bem-estar aos moradores, dado que a sua ausência pode acarretar em estresse, tristeza e colaborar para o desenvolvimento de quadros depressivos. A presença de espaços verdes de permanência colaboraria de forma prática para que os acolhidos tenham mais momentos ao ar livre. Uma solução, que poderia ser adotada de forma mais fácil, seria aderir uma estrutura de pergolado com trepadeira florida ao redor da planta do tipo palmeira existente na área frontal

da entidade. Nesse espaços seriam acrescentadas redes ou bancos coloridos. Para tanto, poderiam ser utilizados os bancos existentes na entidade, após passarem por uma pintura, além da aquisição de cadeiras para a substituição atual dos usos dos bancos.

Houve queixa, por parte dos acolhidos, em relação à comida não ser feita na casa. Observa-se que tal fato dificulta o pertencimento e a afetividade, por causa de essa característica provocar uma ausência de participação dos acolhidos no cotidiano e, conseqüentemente, de domesticidade. A cozinha, dentro da cultura brasileira, representa afetos, vínculos, momentos prazerosos de reunião entre os habitantes, o que não é possível ocorrer na UNAC I, pois carece de móveis adequados. As cadeiras são em poucas quantidades e avulsas, bem como não há um móvel destinado apenas às refeições. Dito isso, como solução, destaca-se uma mudança de hábito, para que os funcionários possam cozinhar no local de forma que os acolhidos participem das escolhas dos cardápios, mesmo que dentro das opções fornecidas, além da liberdade de terem comidas à disposição para o preparo, como ocorre em um lar. Ademais, indica-se a promoção de um espaço dedicado às refeições, com mesas e cadeiras adequadas a esse fim, de forma a criar momentos prazerosos de eles se reunirem à mesa para comer, assim como um incentivo à comunicação e à sociabilização entre os acolhidos.

Nas análises de identidade, percebeu-se que Dimas, Eliseu e Éden materializam identidade, exercem territorialidade e domesticidade em superfícies, como na cama, no compartimento do armário ou em uma toalha pendurada na porta; por conseguinte, constituem memórias envolvendo o espaço. Foi possível perceber a materialização de memórias apenas por Dimas, com os objetos sobre a cama. Os três adolescentes territorializam os locais que lhes são possíveis, enquanto Leonardo não manifesta nenhum aspecto constituinte do lar. Leonardo é o morador flexível, aquele que desterritorializa.

O principal ambiente íntimo de uma casa é o quarto. Dentro das entidades de acolhimento, o quarto é um dos espaços de maior permanência e importância para o morador. Na UNAC I, mesmo que a sala de estar seja um ambiente muito apontado pelos entrevistados como espaço de permanência, pelo fato de jogarem videogame ali grande parte do dia, é no quarto que os acolhidos dormem, permanecem e se isolam quando estão aborrecidos; às vezes, realizam refeições e descansam. Entretanto o quarto nos serviços de acolhimento costumam ser compartilhados, assim como ocorre na entidade estudada.

Ao considerar que os moradores dividem o quarto, especialmente com pessoas estranhas ou de convívio recente, dificultando a existência da intimidade, como também ali foram encontrados alguns aspectos construtivos do lar, especificamente sobre a superfície da

cama do acolhido, pensa-se em algumas soluções para a construção de lar em um habitáculo na cama. Com essas propostas, reforça-se a liberdade do acolhido para materializar a individualidade e possuir intimidade e privacidade:

- A colocação de painéis que envolvam a cama de forma a gerar privacidade e permitir intimidade, como biombo ou *fusuma*, ou ainda cortinas que cinjam a cama de maneira que, quando o acolhido quiser ter intimidade, ele se fecha em seu espaço da cama.
- As camas e os beliches dispostos de forma que um de seus lados, o maior, possa encostar-se na parede, gerando maior sensação de intimidade e acolhimento. Além disso, a disposição da cama, com a lateral apoiada na parede, permite que a pessoa se apoie nela de modo a ter maior conforto e dispor de mais usos, como utilizá-la como apoio para sentar-se, a fim de, por exemplo, realizar uma leitura ou comer.
- As camas e os beliches com estruturas fechadas nas cabeceiras e que incluam as camas de cima dos beliches para que ajudem a tampar o contato visual dos demais ocupantes com o espaço privado. Além disso, a sua presença possui funcionalidade de apoio para outras tarefas, assim como a parede.
- Presença de luminárias individuais agregadas aos beliches, de modo que os acolhidos possam, por exemplo, ler sem acordar o outro ocupante do quarto.
- Pequenos ventiladores individuais, além do coletivo, de forma que, se todos não forem de acordo os acolhidos, possam usar o seu sem afetar os demais. Atualmente existem pequenos ventiladores com aproximadamente 20 e 30cm com eficiência considerável.

Soluções para que o morador possa ter a liberdade de materializar a sua identidade e demarcar territorialidade, o que também geraria uma identificação com o espaço:

- Presença de nichos e cômodas próximas às camas para a disposição de objetos e de símbolos que materializem a identidade, onde possam organizar os seus pertences que desejam expor aos olhos dos outros. Esses pertences podem marcar características de domesticidade, identidade, marcar território e ainda materializar memórias.
- Parede coberta com velcro com quadros de fôrma, de modo que, quando novos moradores vão e chegam, podem retirá-los ou mudar a imagem do item decorativo.
- Parede revestida de material que a permita ser uma lousa, na qual possam escrever, desenhar e apagar.
- A entidade dispor de lençóis com cores diferentes e bem coloridas, além de cores neutras tradicionais, como preto e cinza, de forma que os acolhidos possam escolhê-los.

- Camas e armários com rodinhas para que possam modificar o layout do quarto juntamente aos acolhidos.
- Superfícies de elementos que possam mudar de cor, por exemplo, painéis duplos, capas de puff ou cadeiras.
- Paredes magnéticas para os acolhidos poderem caracterizá-las.

Nos demais espaços, sem móveis de uso individual, é possível criar ambientes que permitam momentos de refúgio, bem como características que possibilitem mudanças no ambiente de acordo com a mudança de moradores, ou seja, um design de interior flexível. Ainda que o quarto seja onde os elementos mais se materializam, os móveis, que permitem a troca de layout, e os aspectos nas paredes, como os quadros ou a lousa, na sala que colaboram para que a expressão de identidade em grupo se materialize. É importante que a personificação desses espaços de áreas e móveis coletivos sejam escolhidos em conjunto a fim de não causar conflitos entre os moradores.

Percebe-se que os acolhidos, que participaram da pesquisa, são gratos pelo fato de estar em uma casa, protegidos contra as intempéries e o mundo externo, de ter uma estrutura de casa à disposição, de possuir abrigo e alimento. O Cuidador A faz menção a um ponto importante em relação a isso, isto é, há acolhidos que, antes de estar em um serviço de acolhimento, não possuíam uma estrutura física básica de casa, passavam por necessidades físicas, como fome, ou quando comiam, não faziam todas as refeições. No ponto de vista do cuidador, essas situações fazem com que eles tenham um sentimento de apego à entidade, mas que a autora conclui ser um sentimento de gratidão e agradecimento.

Embora os acolhidos saibam que possuem um abrigo contra o mundo externo, que estão seguros dentro da entidade, ainda conservam um sentimento de insegurança, pois entendem que permanecer ou não naquela moradia não é algo que está sob o controle deles. Ademais, o fato de serem gratos não possibilita o sentimento de pertencimento à moradia, como também as questões físicas da arquitetura dificultam a significação de lar, tendo outro fator determinante que é a transitoriedade.

Mesmo com funcionários dedicados que tratam os acolhidos bem, de forma respeitosa e afetuosa, como se observou por meio das visitas *in loco* na UNAC I e dos relatos feitos nas entrevistas, a falta de estrutura física adequada a um atendimento individualizado e com espaços pensados a partir do ponto de vista dos moradores, possibilitando principalmente o morador expressar a sua individualidade, a sua identidade e ter intimidade, inviabiliza a significação de lar, um sentimento de apego e pertencimento ao local.

Foi possível observar o começo da construção de um pequeno habitáculo apenas na superfície da cama de Dimas, onde foi possível constatar objetos, ou seja, pertences de importância dispostos pelo menino. Os pertences demonstram a sua identidade materializada – como a camionete amarela com moedas que a pesquisadora interpretou com símbolo da sorte, ou em como ele decora a sua cama – e exercem territorialidade sobre essa superfície ao acomodar os objetos, os quais não gosta que alguém mexa, demarcando o seu território. Além disso, entre os objetos, há memória, como o ursinho de pelúcia que carrega uma significação já adquirida. Para completar os critérios, o adolescente é o único que citou um momento vivenciado na entidade – um lanche – como bom. Ele é o que mais dispõe de elementos constituintes do lar, mas somente sobre a superfície da cama, o que não concretiza lar, visto que a sua transitoriedade é evidente, com as malas prontas para ir à casa da avó no final de semana. Em acréscimo, Dimas não possui liberdade de participação no cotidiano ou no espaço, assim como os outros moradores.

Dessa forma, justifica-se a importância da arquitetura e do projeto dos espaços internos de um serviço de acolhimento às crianças e aos adolescentes. Enfatiza-se ser um tema pertinente às políticas públicas, carecendo de sua atenção. Cada morador, por intermédio de características físicas do espaço, poderia sentir-se melhor e mais inserido em um ambiente onde, naquele momento, é a sua moradia e deveria ser o seu lar. Contudo grande parte dessas questões pouco envolve, de fato, a arquitetura e as superfícies de um interior que possibilitaria os moradores decorarem-no e expressarem-se ali. Ademais, todas essas características colaboram para uma grande parte do processo de construção do lar, mas não são efetivas se a provisoriedade de maneira constante não deixar de existir.

A arquitetura não determina a (in)existência do lar, ela pode contribuir para o conforto, bem como a organização espacial de ambientes por meio de áreas verdes, que, estudadas, gerariam uma identificação com esses ambientes e criação de locais de refúgio, além de ambientes bem iluminados e arejados e a ocorrência de intimidade. A existência de superfícies em que os acolhidos possam acomodar os seus objetos, paredes que permitam personalizá-las, entre outras soluções citadas nesta consideração final, podem colaborar à presença dos aspectos constituintes do lar e com a liberdade para materializá-los. Todavia a arquitetura e o espaço interior não provocam pertencimento aos acolhidos e não dispõem de aspectos psicológicos e sociais que envolvam a liberdade dos acolhidos para participarem da estruturação das ações do cotidiano com as suas referências de domesticidade. A provisoriedade não permite um elo afetivo, bem como as memórias não conseguem fortificar-se. Percebe-se que as soluções são mais em relação às superfícies do que ao edifício,

sobretudo, à provisoriedade. O lar não existe sem o pertencimento, e o elemento de pertencimento é a entidade. Consoante Pallasmaa (2017, p. 18), um lar não se constitui em “um instante, pois possui uma dimensão temporal e uma continuidade”. Por isso, enquanto não se prezar para que se evite a rotatividade dos acolhidos nas entidades, não haverá lar.

Conclui-se que a entidade é um espaço para os acolhidos, é abrigo, é casa. A provisoriedade deve passar a ser tratada de forma que a entidade seja provisória até que a criança ou o adolescente seja reinserido em sua família, mas não pelo ponto de vista de que o acolhido tem que mudar da entidade para não permanecer muito tempo nela. Outrossim, como as próprias leis enfatizam e os estudos ressaltam, porém muito não se pratica, o processo de desligamento familiar, reinserção ou adoção carece de ser mais rápido. Isso porque esses acolhidos não conseguem sentir-se pertencentes à entidade devido à provisoriedade, a qual, a qualquer momento, pode mudá-los de entidade, reinseri-los temporariamente em suas famílias e retorná-los à entidade, que não estará da mesma forma, ou colocá-los em outra entidade, ficando a incerteza de seu futuro e colaborando para a não efetivação do lar. Nesse âmbito, todos esses fatores dificultam, especialmente, o pertencimento, assim como a troca constante de moradias prejudicam a materialização, a realização e a concretização da domesticidade, de hábitos e de rotinas. Isso faz com que alguns acolhidos, como Leonardo, carreguem o lar neles próprios, como forma de defesa, sejam moradores flexíveis e, nesse processo, percam a sua identidade, passando por uma desterritorialização.

A partir do momento que é definido o desligamento familiar, deve-se priorizar que o acolhido crie raízes referenciais de lar na entidade, as quais facilmente se desprenderão caso seja adotado, haja vista ter-se percebido que todos os acolhidos sonham com uma família e com um ambiente familiar, e que a colocação dos acolhidos em família é o melhor para eles. Caso contrário, se o acolhido não for adotado, essa criança ou adolescente crescerá com falta de uma referência de lar, ausência de memórias afetivas em relação a um espaço tão importante na construção do “eu”, de modo que a entidade poderá provocar estímulos negativos na mente do acolhido, conforme visto em Savi (2008, p.96), “melancolia e depressão”, além de intensificar sentimentos negativos.

Ainda que a o acolhido permaneça na entidade somente o tempo estipulado por lei, 18 meses, faz-se necessário que a entidade acolha como um lar, que, de fato, o morador habite um lugar, com o fito de colaborar para um bom desenvolvimento humano, construindo, conseqüentemente, memórias positivas nas crianças e nos adolescentes que já possuem tantas lembranças ruins vivenciadas.

REFERÊNCIAS

ABANDONADAS e descartadas: mais de 150 milhões de crianças vivem nas ruas, alertam especialistas da ONU. **Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil – UNIC Rio**. Brasil, Rio de Janeiro, 10 abr. 2015. Disponível em: <https://unicrio.org.br/abandonadas-e-descartadas-mais-de-150-milhoes-de-criancas-vivem-nas-ruas-alertam-especialistas-da-onu/>. Acesso em: 09 out. 2019.

ACOLHER. In: **PRIBERAM**, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Edição em português do Brasil para Kindle, jun. 2011. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/88632683/dicionario-priberam-da-lingua-p-priberam?utm_medium=social&utm_source=whatsapp&utm_content=file. Acesso em: 17 mar. 2019.

ALMEIDA, Â. M. de. Sexualidade e casamento na colonização portuguesa no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. XXII, p. 697-705, 1986. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553190J8vGM8tt8Nt39XF7.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

ALMEIDA, M. M.; AZEVEDO, G. A. N. Como a casa acolhe? O olhar de crianças e adolescentes de uma comunidade de baixa renda em juiz de Fora, MG. **Revista Projetar**, v. 2, n. 3, p. 72-80, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16580>. Acesso em: 22 maio 2019.

ASSIS, S. G. de; FARIAS, L. O. P. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://guiadamonografia.com.br/como-citar-uma-norma-tecnica/#Referencia_bibliografica. Acesso em 19 abr. 2021.

AZEVEDO, M. M. de. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução: Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 196-220.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução: Antonio Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 242 p.

BAHRAMPOUR, T. O rapaz do documentário. **Público**, Portugal, 09 mar. 2014. Revista_2. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/09/mundo/noticia/o-rapaz-do-documentario-1627260>. Acesso em: 09 out. 2019.

BAPTISTA, M. V. (coord.). **Abriço**: comunidade de acolhida e socioeducação. Coletânea Abrigar 1. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro7.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

BATISTA, J. Jr. A história de paulistanos deixados na roda dos expostos da Santa Casa. **Veja São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2017. Cidades. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/roda-dos-expostos-santa-casa/>. Acesso em: 16 out. 2019.

BÉDARD, N. **Como interpretar os desenhos das crianças**. Tradução de Maria Lúcia de Carvalho Accacio. São Paulo: Isis, 1998.

BERNARDI, D. C. F. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19**: [livro eletrônico]: apresentação dos resultados. v. 1. 1 ed. São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e FiceBrasil, 2020. 209 p. p. 1-13. p. 100-110. Disponível em: <https://www.neca.org.br/arquivos/11337>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BOSCH, N. 5 casas em formentera muy El Mueble. **El Mueble**, Espanha, 19 jun. 2020. Casas. Disponível em: https://www.elmueble.com/casas/casas-formentera-muy-mueble_45371. Acesso em: 05 set. 2020.

BRAFMAN, Abrahão H. **A linguagem dos desenhos**: uma nova descoberta no trabalho psicodinâmico. 1 ed. São Paulo: Blucher, Karnac, 2018. [Livro eletrônico]. p. 13-21. p. 43-46. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zyxdDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=sas+desenhos+casa+feitos+por+crian%C3%A7as&ots=xjzOop8slg&sig=udPiFMgOBjBq8w2DGIVtuZKE9M#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRANDÃO, E.; OLIVEIRA, M. H. *et. al.* **Os expostos da roda**: da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001. [Catálogo da exposição].

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da União**: Seção 1: República Federativa do Brasil, Brasília, ano CXLVI, n. 124, 2 de julho de 2009. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnas/res_conj_cnas_conanda_2009_01.pdf. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Planalto, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro: Planalto, 1927. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.548, de 13 de junho de 1932.** Aprova o novo regulamento do Instituto Sete de Setembro. Rio de Janeiro: Planalto, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21518-13-junho-1932-517487-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.797, de 23 de novembro de 1939.** Reorganiza o Instituto Sete de Setembro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Planalto, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1797-23-novembro-1939-411604-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941.** Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Rio de Janeiro: Planalto, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Planalto, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporado o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Planalto, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília: Planalto, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 13 de julho de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art28. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.** Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 25 nov. 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 18 fev. 2017.

CAMARGO, É. N. de. **Casa, doce lar:** o habitar doméstico percebido e vivenciado. Orientadora: Suzana Pasternak. 2007. 381 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select%20action=&co_obra=123823. Acesso em: 20 out. 2019.

CAMARGO, É. N. de. **Casa, doce lar:** o habitar doméstico percebido e vivenciado. São Paulo: Annablume, 2010.

CAMINHOS DA REPORTAGEM: HISTÓRIAS DE ABRIGO. Reportagem: Ana Graziela Aguiar. Produção: Ana Graziela Aguiar e Gracielly Bittencourt. [S. l.: s. n.], 09 mar. 2017. 1 Vídeo (57min57seg.). Publicado pelo canal **TVBrasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IN7HYM-ejg4&t=1s>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARRIEL, P. 23 mil crianças ainda vivem nas ruas do Brasil. **Gazeta do Povo**, Brasil, Paraná, 21 mar. 2011. Vida e Cidadania. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/23-mil-criancas-ainda-vivem-nas-ruas-no-brasil-epp6r1bvny1r1impam9dv7426>. Acesso em: 08 out. 2019.

CARVALHO, V. C. de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. **Revista Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 8, n. 1, p. 293-324, jan. 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/issue/view/386>. Acesso em: 03 maio 2021.

CASA. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/casa>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Di_est_2014-mar.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

CITY UNIVERSITY OF LONDON. **Professor Martin Conway**. Department of Psychology. United Kingdom: London, 2021. Disponível em: <https://www.city.ac.uk/people/academics/martin-conway#profile=overview>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CMB - Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas. **A história de misericórdia das Santas Casas**. Brasília: CMB, 2016. Disponível em: <https://www.cmb.org.br/cmb/index.php/institucional/quem-somos/historico>. Acesso em: 15 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNA - Cadastro Nacional de Adoção. **Relatório de crianças cadastradas**. Brasília, 18 out. 2019. 3 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 18 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNA - Cadastro Nacional de Adoção. **Relatório de crianças disponíveis**. Brasília, 18 out. 2019. 3 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 18 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNA - Cadastro Nacional de Adoção. **Relatório de crianças disponíveis**. Brasília, 18 out. 2019. 3 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNA - Cadastro Nacional de Adoção. **Relatório de pretendentes cadastrados (Nacional)**. Brasília, 18 out. 2019. 3 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 18 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. **Relatório: Quantidade de acolhidos por idade**. Brasília, 18 out. 2019. 872 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 18 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. **Relatório: Quantidade de acolhidos por sexo.** Brasília, 18 out. 2019. 872 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 18 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. **Relatório: Quantidade de guias de acolhimento por ano e órgão.** Brasília, 16 out. 2019. 872 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 16 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. **Relatório: Quantidade de guias de desligamento por ano e órgão.** Brasília, 16 out. 2019. 872 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 16 out. 2019.

COSTA, S.; CRUZ, J. Z.-C. Ampliando a percepção e imaginação do mundo: atividade de sonho, conto e desenhos de criança. p. 868-877. In: FERREIRA, et. al. **Atas do II Seminário Luso-Brasileiro de Educação na Infância:** investigação, formação docente e culturas da infância. Braga: Universidade do Minho, 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/56658/1/Ampliando%20a%20perce%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20imagina%C3%A7%C3%A3o%20do%20mundo.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

D'ALMEIDA, C.; D'ALMEIDA, J. A Exposição de Crianças na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1858 a 1878 – motivos, doenças e perspectivas. In: DIAZ, M. A. Territorialidade, identidade étnica e multiculturalismo: o movimento indígena na Colômbia. **Movimentação**, Dourados, v. 4, n. 6, p. 203-222, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>. Acesso em: 02 fev. 2021.

D'ALMEIDA, C. A.; D'ALMEIDA, J. M. A Exposição de Crianças na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1858 a 1878 – motivos, doenças e perspectivas In: Congresso Scientiarum Historia, XI, 07-09 nov. 2018, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. p. 1-9. Disponível em: https://www.2018.sh.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1539724033_ARQUIVO_AexpoisicaodecriancasnaRodadosExpostosdoRiodeJaneirotrabalho.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot. Produção: Van Fresnot. [S. l.: s. n.], 2003. 1 Vídeo (01h38 min). Publicado pelo canal **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8iJogR6xGN4>. Acesso em: 01 out. 2019.

DUARTE, R. **Direito à memória e à verdade:** história de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

ENTIDADE. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entidade/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ESPINDOLA, F. **Experiência inesquecível no CEVAM.** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.saopaulofc.net/noticias/noticias/eventos/2012/7/27/experiencia-inesquecivel-no-cevam/>.. Acesso em: 28 abr. 2017.

FAMÍLIA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

FELIPPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22. n. 2, p. 299-308, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/10.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FERNANDES, R. Casa da roda dos expostos. **Estrela do Interior**. Portugal, Almeida, 2013. Disponível: <https://estreladointerior.wixsite.com/almeida>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERRAZ, R. Pais temporários, amor eterno: participe do Família Acolhedora. **Agência Brasília**, Brasil, Distrito Federal, 07 ago. 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/08/07/pais-temporarios-amor-eterno-participe-do-familia-acolhedora/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FLORESTA, S. R. O caso do Orfanato São José: reflexões sobre a construção da identidade. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 22-26 jul. 2013, Natal-RN. **Anais eletrônicos** [...]. Natal-RN: ANPUH Brasil, 2013. p. 1-16 Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364924823_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013_SuzanaRodriguesFloresta.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

FREIRE, M. M. de L.; LEONY, V. da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 199-225, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/11.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

FREITAS, F. A. C. **Habitar o hábito**: reflexão e origem da cidade no pensamento de Walter Benjamin. 2012. 209 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. p. 168-188. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-99XF5U>. Acesso em: 29 dez. 2020.

FUJIOKA, P. Y; SUZUKI, M. Frank Lloyd Wright 150 anos: workshop de projeto na Universidade Estadual de Maringá em 2017. **Arquitextos**, São Paulo, v. 20, art. 238.00, Vitruvius, mar. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.237/7657>. Acesso em: 15 mar. 2021.

GALHEIGO, S.M. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13921/15739>. Acesso em: 27 fev. 2017.

GARCÍA, J. J. R. **Territorialidade e conflito entre indígenas e camponeses no departamento do Cauca, Colômbia**: 1991-2011. 2013. 306 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão e Planejamento Territorial) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 28-37. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/798285.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GARONCE, L. Adoção: maioria das crianças em abrigos no DF tem idade acima do pretendido pelos candidatos. **G1-DF**, Brasil, Brasília, 3 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/adocao-maioria-das-criancas-em-abrigos-no-df-tem-idade-acima-do-pretendido-pelos-candidatos.ghtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.

GDF sanciona lei que garante lar provisório a crianças. **DF1** – Edição de sábado. Brasil, Brasília: Globoplay, 13 fev. 2021. (TV) 01h03'04". Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9266802/programa/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

GOMES, R. M. M. O modo asilar como paradigma autoritário das práticas e saberes dominantes em saúde mental coletiva. **Transversal – Rev. Anual do IEDA**, v. 4, n. 4, p. 82-91, [S.l.], 2006. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170411132539.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

GOVERNO DO DF. Decreto nº 38.398, de 09 de agosto de 2017. Altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, e dá outras providências. **Lex: Decreto distrital nº 153**. Brasília, DF: DODF, 2017. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a5185a0d3eab400781d1a0590a90a338/exec_dec_38398_2017.html. Acesso em: 15 mar. 2021.

HEIDEGGER, M. **Ensaaios e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante Schuback. 8. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. (Coleção Pensamento Humano). p. 125-142.

HELLER, E. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. Tradução de Maria Lúcia Lopes da Silva. 1 ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HERZER. **A queda para o alto**. São Paulo: Vozes, 1982. 545 p.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro: Planalto, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 06 abr. 2020.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro: Planalto, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 05 abr. 2019.

INTIMIDADE. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=aKp5e>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LAHORGUE, M. L. Território e territorialidade. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (org). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. p. 275-280.

LAR. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lar/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LAR. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/LAR/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LEMOS, C. A. C. Nos processos de domesticidade: a superposição de práticas cotidianas no mesmo espaço arquitetônico. p. 241-250. In: BRITO, F.; MELLO, J.; LIRA, J.; RUBINO, S. **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo/Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 428 p.

LONGO, M. Ação prepara adolescentes para nova fase da vida. **O Popular**, Brasil, Goiânia, 09 out. 2019. Cidades. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/a%C3%A7%C3%A3o-prepara-adolescentes-para-nova-fase-da-vida-1.1905499>. Acesso em: 08 abr. 2020.

MACEDO, J. M. de. **A luneta mágica**. 2 volumes, v. 1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1869. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3970>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MACHADO, R.; LOUREIRO, Â.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559 p.

MARCHI, S. de. **A arte como intermediador terapêutico para o desenvolvimento humano**. 2012. 100 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 10-19; p. 22-26. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01062012-152138/publico/marchi_me_corrigida.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil:1726-1950. In: FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998, 331 p.

MARQUES, J. R. O que é Neurociência? **Instituto Brasileiro de Coaching (IBC)**, Goiânia/Goiás, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-e-neurociencia/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

MAZZONI, N. Escolher as plantas certas deixa espaço seguro para os cães e garante tranquilidade aos donos. **Estadão**, Brasil, São Paulo, 11 jun. 2016. Casa. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/casa-decoracao,faca-de-seu-jardim-um-territorio-seguro-para-os-cachorros,10000056490>. Acesso em: 05 set. 2020.

MIGUEL, J. M. C. A terceira pele. **Akrópolis**, Umuarama-PR, v. 9, n. 3, p. 149-158, jul./set. 2001. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/%20article/view/1832/1596>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MIGUEL, J. M. C. Casa e lar: a essência da arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 029.11, Vitruvius, out. 2002. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MILIAN, P. Um abrigo para bebês abandonados. **Gazeta do Povo**, Brasil, Paraná, 15 jul. 2011. Vida e Cidadania. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e->

[cidadania/um-abrigo-para-bebes-abandonados-bz3wyr2ezy5uwepk6fn338d3i](#). Acesso em: 09 out. 2019.

MINDLIN, J. **Cartas alvulsas (1550 – 1568)** – Cartas Jesuíticas II. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. 520 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4676>. Acesso em: 15 out. 2019.

MIRANDA, H. S. Memórias da “Dona FEBEM”: a assistência a infância na Ditadura Militar (1964 – 1985). In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 22-26 jul. 2013, Natal-RN. **Anais eletrônicos** [...] Natal: ANPUH Brasil, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364699001_ARQUIVO_TextoHumberto daSilvaMiranda.pdf. Acesso em: 05 abr. 2017.

MUMFORD, L. **A Cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p. p. 9-37. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5631528/mod_resource/content/1/MUMFORD%20Lewis%20A%20cidade%20na%20historia%20compacto.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Tradução e revisão técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PALLASMAA, J. **A imagem corporificada**: imaginação e imaginário na arquitetura. Tradução e revisão técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PALLASMAA, J. **Habitar**. Tradução e revisão técnica de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017. 125 p.

PALLASMAA, J. **Essências**. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2018. 123 p.

PINHO, J. V. B. Critério biopsicológico para aferição de imputabilidade penal. **JusBrasil**, 2017. Acesso em: <https://josevbp.jusbrasil.com.br/artigos/458992580/criterio-biopsicologico-para-afericao-de-imputabilidade-penal>. Acesso em: 7 abr. 2020.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Universidade Estadual de Campinas, v. 40, n. 140, p. 649-673, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PROJETO CASA DA CRIANÇA. **Sobre o projeto**. Brasil, Recife, 2021. Disponível em: http://www.projetocasadacrianca.com.br/index.php?p=sobre_projeto. Acesso em: 23 abr. 2021.

RADIO 4 DA BBC. Por que não conseguimos nos lembrar de nossos primeiros anos de vida? **BBC News**, Brasil, 03 abr. 2017. Programa “Os Curiosos Casos de Rutherford e Fry”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39477636#:~:text=A%20idade%20m%C3%A9dia%20de%20nossas,lugares%20e%20isso%20requer%20mem%C3%B3ria>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MILIAN, P. Um abrigo para bebês abandonados. **Gazeta do Povo**, Brasil, Paraná, 15 jul. 2011. Vida e Cidadania. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-abrigo-para-bebes-abandonados-bz3wyr2ezy5uwepk6fn338d3i>. Acesso em: 09 out. 2019.

REHAL, S. Words and images for exploration and communication of concepts in the early stages of the design task. In: **Proceedings of Participatory Design Conference - PDC 2002**. Malmö-Sweden: Binder, T., Gregory, J., Wagner, I., 23-25 jun. 2002. Disponível em: <http://cpsr.org/issues/pd/pdc2002/#:~:text=The%20PDC%202002%20Proceedings%20give,design%22%20in%20connection%20to%20longstanding>. Acesso em: 06 maio 2020.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**; percursos históricos e desafios no presente. São Paulo: Loyola, 2004. 94 p. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

RODRIGUES, P. D'. **A provisoriedade do abrigo e a produção de afetos**: estudo sobre assujeitamento/resistência em adolescentes inseridos em unidades de acolhimento. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.

RONNBERG, A. **O livro dos símbolos**: reflexões sobre imagens arquetípicas. China: Taschen, 2012.

RYBCZYNSKI, W. **Casa**: pequena história de uma ideia. Tradução de Betina von Staa. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei da indiferença à proteção integral**: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4 ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90914>. Acesso em: 06 mar. 2019.

SAVI, A. E. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. 2018. 301 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193463>. Acesso em: 15 out. 2019.

SÁ, I. Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção da memória. In: **Os expostos da roda da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, 2001. p. 9

SANTA CASA BA - Santa Casa de Misericórdia da Bahia: uma Irmandade a serviço do bem. **Santa Casa BA**. Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.santacasaba.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE. **Santa Casa de Misericórdia do Recife**. Recife, 2019. Disponível em: <http://www.santacasarecife.org.br/a-santa-casa/>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTA CASA MISERICÓRDIA DE LISBOA. História. **Santa Casa Misericórdia de Lisboa**. Lisboa, 2018. Disponível em: <http://www.scml.pt/sobre-nos/historia/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTANA, J. de S. **Entre bordados, cadernos e orações**: a educação de meninas e as práticas educativas nos orfanatos de São Cristovão e na Escola Imaculada Conceição (1922-1969). Universidade Federal de Sergipe. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. São Cristovão, abr. 2011. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1756>. Acesso em: 19 out. 2019.

SANT'ANA. R. B. de. Cuidado e educação em creches e orfanatos de São João del-Rei e Tiradentes. **Vertentes**, São João del-Rei, v. il, n. 7, p. 113-122, jan. /jun. 1996.

SEGAUD, M. **Antropologia do espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. Tradução de Eric R. R. Heneault. 2. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. p. 96-157.

SILVA, E. R. A. da. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília-DF: IPEA, 2004. 377 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481. Acesso em: 18 out. 2019.

SILVA, M. L. **Lei nacional de adoção e acolhimento institucional**: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais. 2012. 227 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012. Capítulo 2. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10304/SILVA%2c%20MILENA%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2019.

TEIXEIRA, I. M. R. Os fazedores de territórios: migração e ruralidades no contexto urbano. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão** – REDD, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/1074>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Relação de Serviços de Acolhimento**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/informacoes/instituicoes-de-acolhimento-1>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 249 p.

UM terreno com muita história para contar. **Opinião e Notícia**, Brasil, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/cultura/um-terreno-com-muita-historia-para-contar/>. Acesso em: 15 out. 2019.

VILLAROUCO, V. *et al.* Neuroergonomia, neuroarquitetura e ambiente construído: tendência futura ou presente? **Ergodesign & HCI**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 92-112, jul. /dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/1459>. Acesso em: 07 jan. 2020.

WESTIN, R. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado**, Brasil, Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/arquivos-pdf/ate-lei-de-1927-criancas-iam-para-a-cadeia>. Acesso em: 02 mar. 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

UNIDADE DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – UNAC I

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC I) está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado *O LAR (IN)EXISTENTE: ANÁLISE DE EDIFÍCIOS DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM GOIÂNIA E TAGUATINGA*, coordenado pela pesquisadora *Mariyene Ferreira Batista*, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora dr.^a e orientadora *Rosane Costa Badan* na **Universidade Federal de Goiás**.

A Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC I), assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de *dezembro de 2020 até fevereiro de 2021*.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança, identidade e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Brasília, 16 de novembro de 2020.

Neste local encontrava-se o
carimbo

A assinatura foi apagada por motivos éticos.

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

Neste local havia o endereço da UNAC I.

Brasília - Distrito Federal

Neste espaço encontrava-se os dados de
contato da entidade.

APÊNDICE B – 2º INSTRUMENTO DE COLETA COM O MORADOR

ENTREVISTA

Irei fazer algumas perguntas: caso não queira responder alguma ou parar de responder, fique à vontade. Você tem o direito de escolha sempre.

- 1) Qual foi o nome que você escolheu ser chamado quando participou da dinâmica: *Fotografia da Memória*? (Pergunta a ser aplicada apenas aos que participaram da dinâmica supracitada).
- 2) Seu nome não deve ser revelado. Dessa forma, como gostaria de ser chamado? É necessário ter alguma identificação, para associar suas respostas com a próxima dinâmica caso participe. (Pergunta a ser aplicada somente aos que não participaram da dinâmica *Fotografia da Memória*, pois essa acontecerá primeiro).
- 3) Qual sua idade?
- 4) Você estuda? Se sim, em que série está, e como você vai para a escola (como se locomove)? Caso não, em que série parou?
- 5) O que você quer ser profissionalmente quando atingir a maioridade / quando for adulto?
- 6) Tem algum filme que você gosta muito? Qual o personagem que mais gosta nesse filme?
- 7) Qual sua cor favorita?
- 8) Você tem um(a) melhor amigo(a) aqui no abrigo? Como é seu sentimento ou afeto pelas pessoas que moram com você?
- 9) Você contribui com alguma atividade nos afazeres da casa (na instituição)? Qual?
- 10) Você gosta de realizar essas atividades que contribuem para os cuidados, organização e/ou limpeza da casa? Por que?
- 11) Qual sua rotina no dia a dia, durante a semana?
- 12) O que costuma fazer aos finais de semana?
- 13) O que mais gosta de fazer em seu tempo livre? E em que local costuma fazê-la.
- 14) Qual sua atividade preferida, das propostas por seus responsáveis? Em que local ocorre?
- 15) Descreva o lugar onde está morando.

- 16) O que o lugar onde mora hoje significa para você? Você gosta daqui e das pessoas com quem vive junto?
- 17) Para você, o que é lar?
- 18) Você considera o local onde mora, hoje, seu lar?
- 19) Se você pudesse mudar algo fisicamente – na arquitetura – de onde mora atualmente, reformar ou construir um novo espaço, o que faria?
- 20) Como você queria que o lugar no qual está morando fosse?
- 21) Qual seu lugar preferido aqui, nessa casa (na instituição)? Por quê?
- 22) Qual o lugar que menos gosta aqui, nessa casa (na instituição)? Por quê?
- 23) Tem algum lugar que você mais se identifica, acha mais a sua cara? Por quê?
- 24) Tem algum ambiente em que você personificou ou ajudou a pensar em como seria, ou decoraria aquele lugar, ou que seja um ambiente em que você colocou objetos importantes para você e que faz daquele local ser, também, importante para você?
- 25) Qual o local que você gosta de ficar sozinho, para pensar, ter seu momento? (Refúgio).
- 26) Escolha uma cor para representar o lugar em que está morando.
- 27) Você considera que a arquitetura possui influencia sob os moradores? Pode me explicar, ao seu ponto de vista, como?

Obs. 1: As perguntas serão feitas oralmente pela pesquisadora.

Obs. 2: As respostas serão gravadas, caso haja o consentimento do participante, caso contrário serão anotadas.

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA COM FUNCIONÁRIOS

ENTREVISTA COM O FUNCIONÁRIO SOBRES OS MORADORES DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

- 1) Qual a rotina/horários dos moradores? Durante a semana e aos finais de semana.
- 2) Caso os acolhidos realizem alguma tarefa nos afazeres da casa (lavar roupa, varrer a casa, colocar o lixo para fora, etc), como são atribuídas cada atividade, ou são espontâneas por parte dos moradores?
- 3) Demonstram resistência em relação aos ofícios da casa? Como você descreve a resistência, caso exista? Considerando uma avaliação individual dos moradores, sem mencionar nomes em sua resposta.
- 4) Existe alguma tarefa ou atividade que o morador gosta de fazer com mais frequência?
- 5) Há alguma atividade que não gostam de fazer ou que demonstram resistência?
- 6) Como você avalia a interação dos moradores com a sociedade? E como ocorre essa interação?
- 7) Como você enxerga a perspectiva profissional que os moradores possuem?
- 8) Qual costuma ser a rotina dos moradores?
- 9) O que os acolhidos mais gostam de fazer? E o que menos gostam?
- 10) Como você avalia a interação, convivência e amizade entre os moradores? Justifique.
- 11) Como avalia a relação do morador com os funcionários? Descreva os pontos que considere positivo e negativo nessa relação.
- 12) Como avalia a relação morador e mãe social? Descreva.
- 13) Qual a relação que o morador possui com a instituição? Você acredita que há afetividade ao lugar? E às pessoas?
- 14) Em sua opinião, qual o lugar que eles mais gostam na instituição? E o que menos gostam? Justifique.
- 15) Você percebe que o morador gosta do lugar onde ele está ou não? Justifique.
- 16) É uma tendência do morador personificar seu ambiente? Exemplifique.
- 17) Você considera que a arquitetura possui influencia sob os moradores? Pode me explicar, ao seu ponto de vista, como?
- 18) Se você pudesse mudar algo fisicamente na instituição, pensando nos moradores, reformar ou construir um novo espaço, o que faria?

Obs. 1: A entrevista será feita oralmente pela pesquisadora, sendo que as respostas serão gravadas caso haja o consentimento do(a) participante.

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA**ENTREVISTA SOBRE A ENTIDADE INSTITUCIONAL (COM O (A) DIRETOR(A)
OU FUNCIONÁRIO DESIGNADO CAPAZ DE SANAR TAIS QUESTÕES)**

Esta entrevista está sendo respondida na data de ____/____/____.

Nome da instituição ou casa lar: _____

1) Marque um X na tipologia em que este abrigo se enquadra:

() Casa lar () abrigo institucional () outro tipo

Caso se enquadre em outra tipologia, qual? _____.

2) Quando a instituição foi criada (mês, ano)?

3) Como a instituição surgiu?

4) A instituição é filantrópica, governamental ou conveniada?

5) O terreno em que a instituição se encontra é próprio, doado, cedido ou alugado?

6) A instituição se mantém por quais meios financeiros?

7) A instituição possui ligação religiosa? Caso sim, com qual religião?

8) Há alguma lei ou tipificação, ou afins, que regem a instituição, além das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais? Se sim é de âmbito federal ou estadual/distrital?

9) A instituição conta com quantos funcionários e suas respectivas funções?

10) Como ocorre a organização de dias e turnos dos funcionários que possuem contato direto com os moradores?

11) Há troca de turno ou dia das mães sociais? Se sim, isso dificulta o vínculo de amizade afeto entre o morador e as mães sociais?

12) Como você descreve os valores e princípios da instituição?

13) Quais são as normas da instituição para os moradores, caso possua?

14) Qual o principal objetivo da instituição em relação aos moradores?

15) Em seu ponto de vista, quais as maiores dificuldades que a instituição enfrenta em relação a estrutura física? Quais são as barreiras em relação a investir nos ambientes, na arquitetura?

- 16) A instituição recebe crianças portadoras de necessidades especiais? Se sim considera a estrutura do edifício apta para tal?
- 17) Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, atualmente há quantos moradores deficientes, e quais suas idades?
- 18) Número total de acolhidos atualmente?
- 19) Qual a quantidade de acolhidos por sexo e idade? Exemplo: 4 meninos de 13 anos, 2 meninas de 3 anos e uma menina de 5 anos.
- 20) Dessas, quantas estão disponíveis para a adoção? As que não estão para a adoção, estão em processo de reaproximação familiar?
- 21) Você pode me dizer quando, com que idade cada criança ou adolescente entrou na instituição de acolhimento? E se sua família reside na mesma cidade da instituição em que o acolhido mora atualmente? Lembrando que os nomes verdadeiros das crianças e dos adolescentes nunca serão divulgados.
- 22) Sabe-se que há casos em que crianças ou adolescentes são adotados, mas depois voltam à instituição. Há algum caso, atualmente, de morador que passou por tal situação?
- 23) Acolhem moradores a partir de que idade e até qual idade?
- 24) Quantidade de quartos na instituição, destinados aos acolhidos?
- 25) No quarto com maior quantidade de acolhidos dormem quantas crianças e/ou adolescentes?
- 26) Os cuidadores possuem um quarto e banheiro destinados a eles?
- 27) Quantidade de banheiros, destinados aos acolhidos?
- 28) Os banheiros possuem apenas um chuveiro e um vaso, ou são de uso coletivo simultaneamente?
- 29) A instituição é dividida em mais de uma casa? Se sim, como ocorre o critério de separação dos moradores em cada casa?
- 30) Caso a instituição seja dividida em mais de uma casa com acolhidos: qual a quantidade de casas e quais ambientes possui? Quantos quartos e banheiros cada uma possui? E quantos moradores há em cada uma?
- 31) Para a obtenção de serviços como atendimento médico e ortodôntico, os moradores precisam sair da instituição? Ou os serviços vão a instituição?
- 32) Caso os serviços sejam realizados na instituição, por qual motivo?
- 33) Caso os serviços sejam realizados fora da instituição, como se locomovem até o local?

- 34) A instituição fornece aos moradores alguma atividade extra (como aula de música, teatro, esporte, etc.)? Se sim, qual? E como se locomovem até o local onde realizam, caso seja fora da instituição?
- 35) A instituição fornece aos moradores alguma atividade profissionalizante? Se sim, qual?
- 36) Há espaço individual, do morador, para a guarda de pertences?
- 37) Há existência de rampas de acesso para cadeirantes? Em toda a instituição ou apenas em quais acessos?
- 38) Há banheiro adaptado para cadeirantes?
- 39) Há acessibilidade para moradores portadores de deficiência (incluindo todos os tipos)? Justifique.
- 40) Você considera que a instituição é capacitada para receber uma criança ou adolescente portadora de deficiência(s)? Inclui, a caráter de exemplo: cadeirante, portador de deficiência auditiva, visual, mental, dentre outras.
- 41) Em sua opinião, qual o espaço físico mais importante da instituição para os moradores? Justifique.
- 42) Como você avalia e descreve a influência do espaço físico sobre os acolhidos?
- 43) Você considera que o espaço físico é capaz de colaborar com a melhora ou piora do psicológico de crianças e adolescentes acolhidos?
- 44) O que mais lhe incomoda na arquitetura da instituição, e o que mais gosta?
- 45) Se você pudesse mudar algo na arquitetura da instituição, reformar ou construir um novo espaço, o que faria?
- 46) Marque a opção que corresponde aos ambientes que existem na instituição:
- () ambiente para estudo [ambiente preparado e dedicado a esse intuito];
 - () Área de serviço
 - () Área externa
 - () Área ao ar livre
 - () Área verde
 - () Um banheiro para cada seis pessoas
 - () No mínimo, um banheiro para deficientes
 - () Cozinha
 - () Quartos
 - () Sala de estar/similar
 - () Sala de jantar/copa

- () Quarto para educador
- () Espaço para reuniões no mesmo ambiente da instituição
- () Espaço para reunião que funciona fora da instituição
- () Sala da coordenação/administração que funciona dentro da instituição
- () Sala da coordenação/administração que funciona fora da instituição
- () Sala para equipe técnica que funciona dentro da instituição
- () Sala para equipe técnica que funciona fora da instituição

47) Você pode apontar quantos moradores estão acolhidos pelo respectivo motivo, e a quanto tempo estão acolhidos?

Motivo de entrada na instituição	Quantidade	Tempo de acolhimento	Idade atual (do acolhido)
Carência de recursos materiais da família/responsável (pobreza)			
Abandono pelos pais ou responsáveis			
Violência doméstica (maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis)			
Pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoólic			
Vivência de rua			
Órfão (morte dos pais ou responsáveis)			
Pais ou responsáveis detidos			

(presidiários)			
Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis			
Ausência dos pais ou responsáveis por doença			
Pais ou responsáveis portadores de deficiência			
Submetido a exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância			
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescent e portador de deficiência mental			
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescent e portador de HIV			
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescent e dependente químico			
Submetido à exploração sexual (prostituição)			
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescente com câncer			
Pais ou responsáveis sem			

condições para cuidar de adolescente gestante			
Outro motivo, explicite o motivo.			

Obs. 1: A entrevista será entregue impressa ou via e-mail, como o participante preferir.

Obs. 2: Qualquer dúvida pode ser sanada por contato com a pesquisadora.

APÊNDICE E – 1º INSTRUMENTO DE COLETA COM O MORADOR

FOTOGRAFIA DA MEMÓRIA

Seu nome não deve ser revelado. Dessa forma, como gostaria de ser chamado? É necessário ter alguma identificação, para associar seu desenho às suas respostas nas demais atividades, caso participe. Para isso, peço que nas próximas dinâmicas utilize o mesmo nome, escolhido agora.

Pense em algum lugar que tenha ido e gostado ou momento em que viveu e gosta de recordar. Talvez você já tenha visto um local que gostou, mas que não fotografou, ou vivido um momento. Agora você irá desenhar e colorir este local ou momento escolhido. Caso tenha optado por retratar um momento lembre-se de desenhar o lugar em que aconteceu e as pessoas que estavam com você.

Imagine que seu desenho é uma fotografia da memória que escolheu desenhar. Não se esqueça de desenhar como é esse lugar, inclua as cores que esse ambiente tem, as plantas caso existam, se tinha animais, o som que esse lugar tem, se é frio ou calor, escuro ou claro, coberto ou ao livre, os móveis e objetos que existem.

Obs. 1: Após finalizar o desenho será solicitado que o participante conte o que foi desenhado.

Obs. 2: Será fornecido papeis e branco, lápis preto, e lápis para colorir.

APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE COLETA

DINÂMICA DE IMAGENS E PALAVRAS COM O MORADOR

Passo 1) Em primeiro lugar serão apresentadas oralmente algumas questões para um momento de reflexão e introdução à atividade, mas que não devem ser respondidas imediatamente. Após as perguntas serão mostradas diversas figuras as quais você terá que separar em grupos. Por último, você poderá responder as perguntas feitas.

Pergunta a) Descreva o lugar onde você está morando atualmente.

Pergunta b) Qual é o lugar que você mais gosta, de onde está morando atualmente. Descreva esse lugar.

Pergunta c) Qual o lugar que você menos gosta, de onde está morando atualmente. Descreva esse lugar.

Pergunta d) Se você pudesse mudar alguma coisa o que você mudaria no lugar onde mora atualmente. (Inclui cor, som, salas, quartos, cozinhas, ou qualquer local da casa)

Pergunta e) Indique um lugar de refúgio, onde mora, para você; e outro fora de onde mora. Ou seja, um lugar que gosta de ficar sozinho ou de ir quando está chateado, ou um lugar onde se sinta bem.

Pergunta f) Observe essas imagens, você tem vontade de falar algo sobre alguma delas. Qual é o quê?

Passo 2) Separe as imagens em dois grupos:

Grupo 1) As que te recordam o lugar que mora atualmente;

Grupo 2) As que representam como gostaria que fosse;

Não é necessário selecionar todas as imagens. Não é necessário selecionar todas as imagens, porque nem todas representam onde que mora atualmente ou como você gostaria que fosse esse lugar.

Passo 3) Agora irei reler as perguntas para que você responda.

Obs. 1: As figuras serão apresentadas juntas para que os(as) participantes separem em grupos.

Obs. 2: As figuras estarão enumeradas, para que dessa forma a pesquisadora possa registrar, anotando, com mais facilidade as escolhas dos participantes.

Obs. 3: As figuras serão dispostas de forma a serem apresentadas juntas, caso a atividade aconteça presencialmente. Sendo de forma virtual, as figuras serão enumeradas e dispostas em uma lâmina de Power Point com o máximo de figuras em cada, de forma a otimizar a atividade.

Obs. 4: As respostas para as perguntas serão gravadas, caso haja o consentimento dos participantes e de seu responsável.

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “O LAR (IN)EXISTENTE: ANÁLISE DE EDIFÍCIOS DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM GOIÂNIA E TAGUATINGA”. Meu nome é Marlyene Ferreira Batista, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em arquitetura e urbanismo. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail marlyeneferreira.arquitetura@gmail.com e, através do seguinte contato telefônico: (62)98139-6847, ou (61)98595-0307 inclusive com possibilidade de ligação a cobrar nesse último número. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral demonstrar a importância que os espaços físicos possuem para os moradores das instituições de acolhimento, para crianças e/ou adolescentes, e a influência que a arquitetura possui sobre o psicológico e o bem-estar desses moradores, dando foco para o ponto de vista do habitante. Demonstrando que a arquitetura pode contribuir de forma positiva ou negativa para a existência do sentimento de lar em seus moradores, e que a perspectiva lar é fundamental para o bem-estar dos mesmos. Você será entrevistado presencialmente ou via chamada de vídeo (ficando a sua escolha), sendo necessário a gravação de áudio (quando presencialmente) e da chamada de vídeo (quando virtualmente) para o desfecho da pesquisa. Em alguns casos pode-se optar por encaminhar à pesquisadora as perguntas respondidas. Os resultados obtidos serão transformados em textos que fará parte da dissertação. Tonando-se imprescindível esclarecê-lo (a) sobre a necessidade da concessão do uso de sua voz e opinião, pois suas respostas e/ou desenhos serão utilizadas na pesquisa. E para isso deverá reservar um período de 30 min a 50 min, sendo:

30 minutos (entrevista com funcionário)

50 min (entrevista sobre a instituição, com um responsável)

Você tem direito ao ressarcimento se houver despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, como transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Você também tem o direito a assistência para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa. A participação na pesquisa será voluntária. Portanto, não haverá gratificação financeira decorrente de sua participação. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

A entrevista da pesquisa representa riscos psicológicos que podem vir por meio de lembranças, cansaço psicológico. Terá como benefício o material científico que colabora para que arquitetos, e pessoas que tem autoridade sobre instituições de acolhimento infanto-juvenil, vejam a importância que se deve dar aos espaços físicos desses lugares; colaborando para olhar não só para o espaço em si, mas para o que ele pode proporcionar, a partir do ponto de vista, principalmente, dos moradores.

Não é de interesse da pesquisa a divulgação da identidade do (a) participante, portanto a pesquisadora não divulgará seu nome.

Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

É de interesse da pesquisa a identificação do cargo que o participante exerce na instituição, havendo a divulgação do cargo caso o participante não seja contra. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a identificação do cargo que exerço na instituição nos resultados publicados da pesquisa.
() Não permito a identificação do cargo que exerço na instituição nos resultados publicados da pesquisa.

Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

Em caso de entrevistas por chamada de vídeo, via internet, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito gravar a chamada de vídeo (imagem e voz).
() Não permito gravar a chamada de vídeo (imagem e voz).

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Autorizo a transcrição de minha voz em publicações.
() Não autorizo a transcrição de minha voz em publicações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações da pesquisa, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“O LAR (IN)EXISTENTE: ANÁLISE DE EDIFÍCIOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM GOIÂNIA E TAGUATINGA”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável **Marlyene Ferreira Batista** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



Brasília, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

	Ao lado encontra-se caixa para coleta de digital do participante iletrado. Que deve ser acompanhada da assinatura de duas testemunhas
--	--

Assinatura por extenso da testemunha 1 (para participante iletrado)

Assinatura por extenso da testemunha 2 (para participante iletrado)

APÊNDICE H – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa “O lar (in)existente: análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Goiânia e Taguatinga”. Meu nome é Marlyene Ferreira Batista, sou a pesquisadora responsável por essa pesquisa, e minha área de atuação é arquitetura e urbanismo. Abaixo vou lhe dar alguns esclarecimentos sobre a pesquisa.

a) O objetivo dessa pesquisa é: demonstrar a importância que os espaços físicos possuem para os moradores das instituições de acolhimento para crianças e/ou adolescentes. Demonstrando que a arquitetura pode contribuir de forma positiva ou negativa para a existência do sentimento de lar e bem-estar em seus moradores, a partir do ponto de vista de quem mora no lugar. Podendo, assim, contribuir para que os espaços dessas instituições sejam pensados com a ideia de transmitir a sensação de lar e acolhimento.



b) Para realização dessa pesquisa precisamos que você participe de uma atividade de desenho respondendo a algumas perguntas sobre o lugar e momento que desenhou. Responda a algumas, outras, perguntas (entrevista). E participe da dinâmica de imagens e palavras, que consiste na escolha de imagens que você ache que lembre onde você mora atualmente e outra de como você gostaria que fosse esse lugar em conjunto com algumas questões. Você pode optar por participar de todas ou apenas algumas das atividades propostas. Sendo que para melhores resultados serão obtidas gravações das conversas, as quais ninguém irá ouvir sua voz. Em caso de realização das atividades via web (chamada de vídeo) é necessário ser gravada para que eu consiga me lembrar de tudo quando for realizar o trabalho, mas nunca ninguém irá ver ou saber quem são as pessoas que participaram.



c) Pode ser que você não goste de participar das atividades, pois elas podem te fazer sentir saudade de algum momento na atividade de desenhar ou nas perguntas. Ou pode ser que ache chato o jogo de imagens e palavras. Se você não estiver gostando de participar da atividade, se estiver achando chato, se ficar cansado ou se ficar irritado, você pode desistir de participar da pesquisa em qualquer momento e se isso acontecer você não vai sofrer nenhum castigo. A escolha é sempre sua.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



Avenida Esperança, s/n – Campus Samambaia, Goiânia, Goiás. CEP: 74690-900
(62)3521-1413

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)



d) Se você quiser participar vai ser muito legal, pois pode ajudar a pensar em como dever ser os espaços, de novos lugares como o que você mora, para que sejam melhores. Você vai estar colaborando para que mais pessoas olhe para a importância que os ambientes da casa têm sobre as crianças e os adolescentes, e como podem ajudar a se sentirem protegidos, acolhidos e verem a instituição como lar.



e) Você não vai receber nenhum dinheiro para participar dessa pesquisa.



f) Se você quiser participar da pesquisa, mas tiver qualquer dúvida pode ligar para a pesquisadora no número (62)98139-6847 ou a cobrar no telefone (61)98595-0307.



g) Se tiver dúvidas sobre seus direitos você pode ligar no **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.



h) Nessa pesquisa ninguém vai ouvir a sua voz, ninguém vai saber o seu nome e ninguém vai ver seu rosto.

i) Caso autorize usarei algumas falas suas da nossa conversa, onde ninguém irá saber que foi você quem disse, escrevendo-as em meu trabalho. Para isso usarei outros nomes, inventados.

() Permito usar algumas falas minhas, sem me identificar.

() Não permito usar falas minhas.

j) Solicito autorização para utilização das suas opiniões, falas e desenhos em pesquisas futuras, sempre sem lhe identificar. Sendo de importância para novos estudos sobre o lar dentro de instituições, para ajudar as pessoas a terem acesso a importância dos espaços físicos desses lugares. Me comprometo sempre que for



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



Avenida Esperança, s/n – Campus Samambaia, Goiânia, Goiás. CEP: 74690-900
(62)3521-1413

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

utilizar em pesquisas futuras submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.



k) Se você achar que alguém não respeitou o seu direito, você pode pedir indenização e isso está garantido em lei. A prestação de assistência imediata ou integral à participante para atender a danos imateriais, decorrentes direta ou indiretamente, da pesquisa realizada

1.2 Assentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,

.....



Concordo ()



Não concordo ()

Eu entendi tudo o que vai acontecer na pesquisa, às coisas boas e ruins que vão acontecer se eu participar.



Sim ()



Não ()



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



Avenida Esperança, s/n – Campus Samambaia, Goiânia, Goiás. CEP: 74690-900
(62)3521-1413

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS / RESPONSÁVEIS)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - Pais/Responsáveis

Você na qualidade de responsável pelo (a)
está sendo convidado (a) a consentir que o (a) menor de 18 anos participe, como voluntário/a,
da pesquisa intitulada “O LAR (IN)EXISTENTE: ANÁLISE DE EDIFÍCIOS DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
GOIÂNIA E TAGUATINGA”. Meu nome é Marlyene Ferreira Batista, sou a pesquisadora
responsável pelo projeto, e minha área de atuação é arquitetura e urbanismo. Após receber os
esclarecimentos e as informações a seguir se você consentir na participação da criança ou
adolescente, que se encontra acolhido no (a)
neste estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma
delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, não
haverá penalização para nenhuma das partes. Mas se houver o aceite, as dúvidas sobre a
pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail
marlyeneferreira.arquitetura@gmail.com ou através de contato telefônico para o número
(62)98139-6847, ou por ligação a cobrar no número (61) 98595-0307. Ao persistirem as
dúvidas sobre os direitos do participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato
com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone
(62)3521-1215, de segunda a sexta-feira, no período matutino.

1 Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O motivo para realização desta pesquisa é de estudar e aprofundar o conhecimento sobre a importância que os espaços físicos exercem sobre as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Demonstrando como a arquitetura pode contribuir de forma positiva ou negativa na sensação de lar que eles possuem sobre o lugar; sensação a qual é importante para a produção de afetos e para o desenvolvimento emocional da criança ou adolescente.

A participação dos moradores que residem na instituição a qual você é responsável é muito importante para a realização desse projeto da pesquisa, pois o estudo é focado no morador, no que importa para ele, como são os espaços físicos a partir do ponto de vista dele, de quem habita, como os espaços influenciam no bem-estar dos moradores

A participação dele (a) consistirá em:

- 1) Participação em atividade de desenho: serão convidados a lembrar um momento e/ou lugar que gosta, com foco no espaço físico – no lugar; será estimulado a enfatizar o espaço físico que vivenciou esse momento, cores, aromas, sons, temperatura. Em seguida será pedido que explique o que foi o momento, como estava o lugar, para que como resultado da pesquisa se obtenha uma relação entre memórias, espaço físico e sensações (cheiro, cores, temperatura, sons).
- 2) Entrevista semi estruturada, onde abordará temas sobre identificação com os ambientes, afetividade com o lugar, o que gostam, o que queriam mudar, como gostariam que fosse, o que acham que impactariam na vida deles sendo esses ambientes da forma que querem; algumas perguntas pessoais como idade, se estuda, se gosta de algum filme específico; dentre outras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE



- 3) Dinâmica de imagens e palavras: onde serão mostradas diversas imagens (que já estão selecionadas e você pode vê-las), as quais o (a) participante irá separar em dois grupos: as que na opinião dele(a) representa o lugar onde está morando; outro grupo para como gostaria que fosse. Sendo que não é necessário selecionar todas as imagens, pois nem todas representam onde o (a) participante mora atualmente ou como você gostaria que fosse.
- 4) Durante as atividades utilizarei gravador, para maior fidelidade à opinião do morador. E caso ele (a) concorde é de interesse do trabalho transcrever algumas falas para a dissertação.

Sendo que:

- 1) A identidade do morador, participante, será preservada. Não sendo revelada.
- 2) Todas as dinâmicas estão sendo disponibilizadas ao responsável, juntamente a este termo de consentimento.

Caso a criança ou o adolescente se sinta constrangido(a), é garantida a total liberdade para se recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma. A participação na pesquisa será voluntária. Portanto, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação. Caso ocorra algum dano o direito a pleitear indenização para reparação imediato ou futuro, incluso também o direito a assistência para atender danos imateriais, decorrentes direta ou indiretamente da cooperação com a pesquisa está garantido em Lei. O sigilo e anonimato da sua autorização e da participação da criança ou adolescente na pesquisa será preservada.

Não haverá divulgação da identidade, nome, do participante (da criança ou do adolescente).

É de interesse da pesquisa identificar o nome da instituição de acolhimento a qual a criança ou o adolescente pertence, caso não haja objeção. Favor rubricar no parênteses que corresponde à sua decisão:

() Permito divulgar a instituição a qual o (a) participante pertence.

() Não permito divulgar a instituição a qual o (a) participante pertence.

Todo material será mantido em minha guarda por um período de cinco anos. É de interesse da pesquisadora utilizar opiniões, falas e desenhos em pesquisas futuras, sempre sem identificar o participante de forma a agregar e ressaltar, no campo da pesquisa, a importância da arquitetura dentro de abrigos institucionais e casas lares. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

É de interesse da pesquisa citar a idade do participante, mas sem identifica-lo. Relacionada a um nome fictício. Favor rubricar no parênteses que corresponde à sua decisão:

() Permito citar a idade do participante na pesquisa.

() Não permito citar a idade do participante na pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Avenida Esperança, s/n – Campus Samambaia, Goiânia, Goiás. CEP: 74690-900
(62)3521-1413



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROJETO E CIDADE

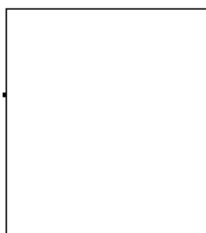


Eu, abaixo assinado, autorizo o (a), a participar caso o (a) morador(a) queira, do projeto intitulado *“O lar (in)existente: análise de edifícios de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Goiânia e Taguatinga”*. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que a participação dele(a) nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável **Marlyene Ferreira Batista** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação da criança ou adolescente no projeto de pesquisa acima descrito.

..... de de

Assinatura por extenso do(a) responsável

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



Testemunha 1

Testemunha 2

Caso necessário: impressão digital

**ANEXO A – RELAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
(Atualizado em dezembro de 2020)**

ACONCHEGO – GRUPO DE APOIO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMÍLIA ACOLHEDORA.

ENDEREÇO: SHIGS 709, Bloco M, Casa 4, Asa Sul – DF. CEP: 70.360-713

CEP: 70.360-713

TELEFONE: 3963-5049 / 3964-5048 / 98157-5200

DIRETORA: SORAYA KÁTIA RODRIGUES

COORDENADORA: JÚLIA SALVAGNI

SITE: WWW.ACONCHEGODF.ORG.BR

E-MAIL: CONTATOS@ACONCHEGODF.ORG.BR
FAMILIAACOLHEDORA.ACONCHEGO@GMAIL.COM

ABBA PAI – INSTITUTO NOSSA MISSÃO.

ENDEREÇO: QUADRA 2, CONJUNTO F, CASA 12, PARANOÁ-DF

TELEFONE: LIANDRA – ASSISTENTE SOCIAL (99277-0638)

PRESIDENTE: FAUSE NABIL EL HAJE

COORDENADORA: ÉRIKA HELENN COORDENADORA (98194-4896)

SITE: WWW.INSTITUTONOSSAMISSAO.COM.BR

E-MAIL: DIRECAO@INSTITUTONOSSAMISSAO.COM.BR

AMPARE - ASSOCIAÇÃO DE MÃES PROTETORAS, AMIGOS E RECUPERADORA DE EXCEPCIONAIS.

ENDEREÇO: ACAMPAMENTO PACHECO FERNANDES, CONJUNTO FAZENDINHA, CASA 03, VILA PLANALTO/DF

CEP: 70.758.700

TELEFONE: 3306.1110/3274.9561 (Asa NORTE)

PRESIDENTE: MAGNÓLIA GOMES DE OLIVEIRA

SITE: WWW.AMPAREDF.ORG.BR

E-MAIL: CONTATO@AMPARE.ORG.BR

BATUÍRA – OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA

ENDEREÇO: QNM 32, MÓDULO C, AE, CEILÂNDIA NORTE/DF

CEP: 72.210-323

TELEFONE: 3201.7811/3036.9101

PRESIDENTE: OLAVO PEREIRA GOMES

SITE: WWW.CCBATUIRA.ORG.BR

E-MAIL: COORDENACAO@CCBATUIRA.ORG.BR

CASA DE ISMAEL

ENDEREÇO: SGAN 913 CONJ. G ÁREA ESPECIAL - ASA NORTE.

CEP: 70.790.140.

TELEFONES: 3272.4731- 98537-0588

DIRETOR: VALDEMAR MARTINS

SITE: WWW.CASADEISMAEL.ORG

E- MAIL: ADMINISTRACAO@CASADEISMAEL.ORG/SERVICOSOCIAL@CASADEISMAEL.ORG

CASA DO CAMINHO

ENDEREÇO: QNJ 10, AE, N. 06, TAGUATINGA NORTE/DF.

CEP: 72.140-100

TELEFONE: 3475.5210

DIRETOR: CIRO HELENO SILVANO

SITE: WWW.CASADOCAMINHO.ORG

E-MAIL: CASADOCAMINHOORG@HOTMAIL.COM; CASADOCAMINHO.TECNICAS@GMAIL.COM

CASA TRANSITÓRIA DE BRASÍLIA

ENDEREÇO: QSF 11, CASA 411, TAGUATINGA SUL/DF.

CEP: 72.025-520

TELEFONE: 3356.8135

DIRETOR: ADONAY SANDALO DE ALMEIDA

E-MAIL: PSICOSSOCIALCTB@GMAIL.COM

GRUPO LUZ E CURA

ENDEREÇO: CHÁCARA JESUS MENINO DE PRAGA, N. 33-C, NÚCLEO RURAL DE SOBRADINHO I/DF E/OU CAIXA POSTAL 8663 (CEP DA CAIXA POSTAL: 70.312.970)

TELEFONE: 3702.2270 /3711.6743

DIRETOR: VILMAR VALIM RIBEIRO

SITE: WWW.LARJESUSMENINO.ORG.BR

E-MAIL: LARJESUSMENINO@LARJESUSMENINO.ORG.BR

LBM - INSTITUTO DO CARINHO (BEZERRA DE MENEZES - OBS: A RAZÃO SOCIAL FOI ALTERADA, MAS O CNPJ CONTINUA O MESMO)

ENDEREÇO: QNN 5 CONJUNTO M, CASA 16 – CEILÂNDIA NORTE

CEP: 72.225-063

TELEFONE: 99963.5592

DIRETOR: MCARTHUR

SITE: www.institutodocarinho.org.br/ www.facebook.com/larbezerrademenezes

E-MAIL: secretaria@larbezerrademenezes.org.br resgate@institutodocarinho.org.br

OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA IRMÃO ÁUREO

ENDEREÇO DA SEDE: EQRSW 4/5 LOTE 01 SUDOESTE, BRASÍLIA-DF. CEP: 70675-460

TELEFONE: 3344-1516

DIRETOR: Joaquim Pedro Levino da Silva

SITE: www.osceia-df.org.br

E-MAIL: ceia@ceia-df.org.br

INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: IRMÃO ÁUREO (A instituição de acolhimento é conhecida há muito tempo como “*Casa do Caminho – O Lar de Eurípedes*”. Para não confundir com a instituição de mesmo nome em Taguatinga, seguimos conforme o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA).

ENDEREÇO: NÚCLEO RURAL ALEXANDRE GUSMÃO, INCRA 06, GLEBA 02, Chácara 239- Brazlândia (DF). BR 080, Km 10’, passando pela Pamoharia Mineira e logo após a CORABRAS Telhas, entrada primeira à direita na estrada de terra (VC 557), ande por 1.500 metros.

LAR DA CRIANÇA PADRE CÍCERO

ENDEREÇO: QNG AE 37, TAGUATINGA NORTE/DF.

CEP: 72.130.005

TELEFONE: 3354.6187 **TELEFONE DA CRECHE:** 3354.8290

DIRETORA: MARIA DA GLÓRIA NASCIMENTO

SITE: LARCRIANCAPADRECICERO.BLOGSPOT.COM

E-MAIL: LARDACRIANÇAPADRECICERO@GMAIL.COM

LAR DE SÃO JOSÉ

ENDEREÇO: QNM 32, MÓDULO B, AE, CEILÂNDIA NORTE (ATRÁS DO LYONS CLUBE)

CEP: 72.210-320

TELEFONE: 3491.0265

DIRETOR: PAULO CÉSAR PEREZ NUNES

E-MAIL: LARDESADJOSE@HOTMAIL.COM

LAR INFANTIL CHICO XAVIER

ENDEREÇO: SMPW QD. 01, CONJUNTO 04, CASA 05 (FUNDOS) PARK WAY – NÚCLEO BANDEIRANTE/DF.

CEP: 71.735-104

TELEFONE: 3386.0460

DIRETOR: SYLVIO PETRUS JÚNIOR

SITE: [HTTPS://WWW.LARZINHOCHICOXAVIER.ORG.BR/](https://www.larzinhochicoxavier.org.br/)

E-MAIL: LARCHICOXAVIER@GMAIL.COM

NOSSO LAR - SOCIEDADE CRISTÃ MARIA E JESUS

ENDEREÇO: SAIS, LOTE C, NÚCLEO BANDEIRANTE/DF.

CEP: 71.737-000

TELEFONE: 3301.1120/ 3301.2789 (EQUIPE TÉCNICA)

DIRETORA: PATRÍCIA BRAGA DE OLIVEIRA

SITE: WWW.NOSSOLARDF.ORG.BR

E-MAIL: NOSSOLARDF@IG.COM.BR

15)CENTRAL DE ACOLHIMENTO UNAC – Taguatinga Norte

ENDEREÇO: QNF 24, A/E Taguatinga Norte.

TELEFONES: 3563-4360

E-MAIL: centraldeacolhimento@sedest.df.gov.br

GERENTE: FERNANDO

UNAC I – GUARÁ

ENDEREÇO: QE 17, CONJUNTO K, CASA 47

TELEFONE: 3381-1813

E-MAIL: ACOLHIMENTOGUARA@SEDESTMIDH.DF.GOV.BR.

GERENTE: MARCELLE DANIELLY PUCCI

UNAC II – RECANTO

ENDEREÇO: QUADRA 108 ÁREA ESPECIAL 1/4 RECANTO DAS EMAS

TELEFONE: 3332-1595

E-MAIL: ACOLHIMENTORECANTO@SEDESTMIDH.DF.GOV.BR.

GERENTE: DANIELE SILVA ABADIO

UNAC III – M NORTE – CASA DE PASSAGEM

ENDEREÇO: QNM 36/38 ÁREA ESPECIAL 09

TELEFONE: 9491-2761

E-MAIL: ACOLHIMENTOMNORTE@SEDESTMIDH.DF.GOV.BR.

GERENTE: LUCIANA STEFANO

16)VILA DO PEQUENINO JESUS

ENDEREÇO: SHIS QI 26 – CHÁCARA 27, LAGO SUL – BRASÍLIA-DF.

CEP: 71.670-570

TELEFONES: 3526-0506/99206-1641

DIRETOR: Sr. Irone Claudino Silva

SITE: www.viladopequeninojesus.com.br

E-MAIL: social@viladopequeninojesus.com.br; psicossocial@viladopequeninojesus.com.br